

# **CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE LOULÉ**

Loulé, Outubro de 2006

### **Equipa de trabalho responsável pelo documento**

Lília Vicente  
Leonel Silva

### **Em colaboração com a Câmara Municipal de Loulé**

#### **Direcção Municipal**

#### **Departamento de Obras e Gestão de Infra-estruturas Municipais**

#### **Departamento de Administração do Território**

#### **Divisão de Prospectiva e Planeamento**

Jaqueline Rosa  
Ana Costa

#### **Divisão de Educação**

Leonor Cavaco  
Luís Inácio  
Edite Machado

#### **Divisão de Acção Social e da Família**

#### **Gabinete de Comunicação e Relações Públicas**

Paulo Silva

## Índice:

	Págs.
Nota Introdutória	6
1. Princípios Orientadores.....	8
1.1 De Âmbito Nacional.....	8
1.2 De Âmbito Local.....	13
2. Análise Geográfica e Socio-económica.....	19
2.1 Território.....	19
2.2 Enquadramento Administrativo e Geográfico.....	22
2.3 Caracterização Sócio-Territorial por Freguesia.....	23
2.4 Rede Viária e Acessibilidades.....	33
2.5 Desenvolvimento Urbano.....	42
2.6 Hierarquia dos Aglomerados.....	47
2.7 Especificidades do Povoamento.....	50
2.8 Mobilidade e Movimentos Intra e Inter-Concelhos.....	53
2.9 Caracterização Socio-económica do Concelho e suas Dinâmicas.....	65
2.10 Unidade e Heterogeneidade do Concelho no Contexto Regional.....	82
2.11 Projectos Previstos.....	85
3. Caracterização Demográfica do Concelho de Loulé no Contexto Regional.....	89
3.1 Evolução da População por Freguesia.....	97
3.2 Distribuição Espacial da População por Freguesia.....	102
3.3 Distribuição da População por Grupos Etários.....	105
3.4 Saldo Migratório.....	113
3.5 Saldo Natural.....	114
3.6 Prospectiva da População (2001/2011) – Consistência de Cenários.....	116
3.7 Distribuição Espacial da População por Freguesia (2001/2011).....	122
4. Caracterização do Sistema Educativo Local – Educação, Ensino e Formação.....	129
4.1 Do lado da procura.....	129
4.1.1 Educação Pré-escolar.....	130
4.1.2 1º Ciclo do Ensino Básico.....	137
4.1.3 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico.....	150
4.1.4 Ensino Secundário.....	159
4.1.5 Educação Especial/Apoios Educativos.....	164
4.1.6 Ensino Profissional.....	166
4.1.7 Ensino Recorrente.....	169
4.1.8 Educação Extra-Escolar.....	171
4.1.9 Ensino Superior.....	173
4.2 Do lado da oferta.....	175
4.2.1 Educação Pré-escolar, Ensino Básico, Secundário e Profissional.....	175
4.2.2 Ensino Recorrente e Educação Extra-Escolar.....	181
4.2.3 Educação/Formação de Adultos e Aprendizagem ao Longo da Vida.....	182
4.2.4 Caracterização da Oferta dos Equipamentos Educativos.....	184
4.3 Descrição da Acção Educativa Local.....	193
4.3.1 Acção Social Escolar e Complementos Educativos.....	193
4.3.2 Caracterização dos Transportes Escolares.....	197
4.3.3 Análise dos Fluxos/Análise de Distâncias (Tempos e Percursos)	202
4.4 Cenário Prospectivo para a Procura de Ensino até 2015.....	211

	Págs.
5. Diagnóstico Estratégico.....	220
5.1 Análise SWOT.....	222
5.2 Identificação de Necessidades (Procura/Oferta).....	224
5.3 Definição de Metas, Objectivos e Estratégias.....	225
6. Propostas.....	231
6.1 De Âmbito Organizacional.....	232
6.1.1 Princípios Orientadores da Rede Educativa.....	232
6.1.2 Definição de Território Educativo.....	234
6.1.3 Identificação dos Territórios Educativos no Concelho de Loulé...	237
6.2 De Gestão de Equipamentos/Materialização de Medidas e Intervenções.....	241
7. Monitorização/Avaliação.....	257
Referências Bibliográficas.....	262
Documentos Consultados.....	264
Legislação Consultada.....	265
Índice de Quadros.....	269
Índice de Gráficos.....	273
Índice de Figuras.....	274

**A qualidade do serviço público de educação passa por uma real descentralização das políticas, olhando o 'local' como muito mais que um território administrativo, constituindo-se como um produto de interações estruturadas pelos actores sociais que, no contexto dos problemas, terão capacidade de produzir soluções particularizadas, mais adequadas e, por isso, com mais hipóteses de sucesso.**

Gomes Evangelista (1996)

## NOTA INTRODUTÓRIA

A elaboração da Carta Educativa do Concelho de Loulé foi assumida, a partir de 2004, por uma equipa de trabalho da Autarquia composta por elementos da então Divisão e Educação e Juventude e da Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território, sob orientação política do Vereador do pelouro da educação.

Refira-se, no entanto, que o município de Loulé tinha já no seu património de política educativa uma Carta Escolar, datada em 1995, e que serviu de alguma orientação, ainda que incipiente, à política educativa local e às propostas de ordenamento da rede educativa.

A presente Carta Educativa encontra-se estruturada em duas componentes distintas: uma primeira, de que consta um relatório diagnóstico, organizado em três partes (Análise geográfica e socio-económica; Caracterização demográfica do concelho de Loulé no contexto regional; Caracterização do sistema educativo local); e uma segunda apresentando uma parte relacionada com a análise projectiva, em que se inserem as linhas estratégicas para o concelho e a estruturação dos territórios educativos, e uma outra com o elenco das propostas de “empreendimentos” e custos a eles associados, com vista à reconfiguração e reordenamento da rede educativa do concelho.

Desenhados que tenham sido os quadros analítico e prospectivo, será definida, *a posteriori*, uma metodologia de monitorização/avaliação das acções propostas, com o objectivo de se proceder à aferição das mesmas e/ou a eventuais correcções/reformulações dos percursos necessários à sustentabilidade do sistema educativo do concelho de Loulé.

Entendida como documento estratégico para a definição desse mesmo sistema educativo local, particularmente no que concerne aos ciclos de escolaridade sob a responsabilidade das autarquias – o Pré-escolar e o 1º Ciclo –, a Carta Educativa do Concelho de Loulé projecta-se num horizonte temporal que se estende até 2015, exprimindo as linhas orientadoras basilares da sua política educativa.

Por esta razão, entendeu-se como necessário definir os princípios orientadores da elaboração da Carta, apresentando-se, no início deste documento, os fundamentos normativos que consubstanciam a sua existência – a Lei de Bases do Sistema Educativo e diplomas complementares –, bem como os documentos de planeamento estratégico regional e local – Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT); Plano Director Municipal (PDM); Estratégia de Sustentabilidade do Concelho de Loulé; e Rede Social – que foram fontes de informação preciosas na organização da mesma.

A opção feita, em termos de propostas apresentadas, radicou-se no conceito de Território Educativo, enquanto criador de uma nova arquitectura organizada dos sistemas educativo e formativo locais, implicando o envolvimento das escolas públicas e privadas, das instituições particulares de solidariedade social, das autoridades locais, todas actuando em parceria, concretizando, assim, uma mudança do paradigma da Escola como unidade isolada para a sua integração em Territórios Educativos criando-se, desta forma, uma rede de espaços multi-educacionais e formativos.

Justifica-se, ainda, uma referência ao formato de apresentação do texto deste trabalho, contendo margens anotadas facilitadoras da sua leitura que, quer na fase de discussão quer numa fase posterior de revisão, permitem um manuseamento mais prático do documento, dando a possibilidade ao leitor de colocar notas, comentários e de poder vir a fazer remissões.

Como nota final, cumpre registar a importância que assumiu a colaboração de vários actores e instituições que, directa ou indirectamente, forneceram indicações preciosas sobre os passos a dar no percurso desta longa caminhada.

## 1. PRINCÍPIOS ORIENTADORES

### 1.1 DE ÂMBITO NACIONAL

A Constituição da República Portuguesa, aprovada em 1976, definiu os princípios gerais pelos quais se deve reger a política educativa. Dez anos após a sua vigência, a Assembleia da República aprovou uma nova Lei de Bases do Sistema Educativo que pretendia não só adequá-la à nova Constituição como também assegurar um quadro estável de viabilização de uma reforma global e articulada do sistema educativo português.

*Constituição da República*

A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 46/86) veio, assim, a ser publicada em 14 de Outubro, fundada em princípios de importância relevante para a educação e formação dos cidadãos, dos quais se destacam:

*Lei de Bases do Sistema Educativo*

- o alargamento da escolaridade obrigatória para 9 anos, em três ciclos;
- a criação de dispositivos públicos e privados para a educação das crianças antes da escolaridade obrigatória;
- a organização do ensino secundário segundo formas diferenciadas;
- as regras flexíveis de agrupamentos escolares;
- a educação de adultos, como segunda oportunidade educativa, através do ensino recorrente;
- a ideia inovadora de 'aprendizagem ao longo da vida';
- o estabelecimento de um conjunto diversificado de actividades e medidas de apoio educativo, orientação escolar e profissional e acção social escolar;
- a especial atenção que é dedicada aos recursos educativos, em particular às bibliotecas e equipamentos laboratoriais e oficiais;
- o reconhecimento do valor das iniciativas do ensino particular e cooperativo;
- o estabelecimento das regras a que deve obedecer o planeamento da rede educativa e dos respectivos edifícios de modo a combater as assimetrias locais e regionais.

Para além destes princípios, a Lei de Bases do Sistema Educativo contém

ainda, várias disposições programáticas relativas à inserção de estruturas e acções educativas no meio comunitário e organismos da comunidade local, que reforçam o papel e a importância das Autarquias no âmbito da educação e formação e ao seu relacionamento com as várias instituições e organismos da comunidade local.

Contudo, constrangimentos diversos verificados na regulamentação de tais disposições programáticas suscitaram dificuldades na definição de um quadro de competências a estabelecer entre a administração central e a administração local, que, no entanto, não foi impeditivo das autarquias terem conseguido conquistar espaço muito para além das tímidas aberturas legais que o poder central foi permitindo.

Mas, efectivamente, só com a publicação, em Setembro, da Lei 159/99, que no seu artigo 1º *“(...) estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais bem como a delimitação da intervenção da administração central e da administração local, concretizando os princípios de descentralização da autonomia e do poder local”*, se dá um salto qualitativo na descentralização e na autonomia<sup>1</sup>, bem como na assunção de que as comunidades locais são espaços efectivos de decisão – até por exigência do regime democrático – e de uma nova (re)organização da sociedade, proporcionada pelo constante avanço das tecnologias de comunicação.

*Lei 159/99*

Tendo presentes estas premissas e porque é forçoso pensar o Estado Português numa dupla dimensão – nacional e supranacional – atendendo a que, para além do contexto da globalização, é membro de pleno direito da União Europeia, a Comissão de Educação da Assembleia da República, por solicitação do Conselho de Europa, apresentou, na Cimeira de Lisboa, em Março de 2000, algumas conclusões, em forma de Relatório Geral, que traduzem novas políticas educativas para os diferentes estados membros, de que se destacam:

*Cimeira de Lisboa  
2000*

- A educação deverá contribuir para a redução das disparidades e

<sup>1</sup> Aliás, já em 1985 os países do Conselho da Europa tinham aprovado a Carta Europeia da Autonomia Local. Nesta definia-se a autonomia local como “o direito e a capacidade efectiva das autarquias locais regulamentarem e gerirem (...) (art. 3º, nº 1). Refira-se, também, que este princípio já estava consagrado na CRP, aprovada em 1976 (art. 6º, nº 1) e assim confirmada pela ratificação da Carta Europeia.

injustiças entre indivíduos e garantir o crescimento da economia.

Para este fim a Comissão identifica como necessário:

- Criar redes educativas e de recursos adequados para responder aos desafios apresentados (...);
- Apoiar sistemas de garantia de qualidade<sup>1</sup> (...);

E, por último,

- Apoiar parcerias locais. A realidade local deve ser o ponto de partida na adequação dos objectivos e políticas educativas de cada estado membro, conscientes de que estamos inseridos numa sociedade de globalização crescente. A participação da administração regional e local na definição de políticas de educação locais não só é desejável como efectivamente recomendada. O apoio das empresas locais e o envolvimento das autarquias é um dado a reter<sup>1</sup>.

Muitas destas intenções substantivas voltam a surgir, algum tempo depois, no programa do XV Governo Constitucional que apresenta, muito claramente, o propósito de proceder “à efectiva aplicação da Lei 159/99” (que define as atribuições e competências dos órgãos autárquicos), bem como uma clara vontade de ‘restaurar a confiança nas autarquias locais’, de adoptar ‘uma nova atitude política’ e de ser fiel ‘ao princípio fundamental comunitário da subsidiariedade’, enquanto vertente essencial de ‘aproximação do país à Europa’.

Ancorado nestes “ideais” é publicado, a 15 de Janeiro de 2003, o Decreto-Lei 7/2003, que se assume como um contributo para “uma nova visão estrutural do sistema educativo português” e que, para o que constitui preocupação no presente documento, refere duas novas competências municipais com influência na concepção, organização e planeamento do sistema educativo local: a constituição dos Conselhos Municipais de

[Decreto-Lei 7/2003](#)

---

<sup>1</sup> Tais objectivos foram retomados no Conselho Europeu da Primavera de 2 de Fevereiro de 2005, no qual se procurou dar um novo impulso para a estratégia de Lisboa, nomeadamente no que se refere ao aumento do investimento no capital humano, melhorando a educação e as competências.

Educação e a elaboração da Carta Educativa, documento de particular relevância cujo cumprimento implica notórias 'mexidas' na qualidade de vida das respectivas populações. No artigo 10º deste diploma está bem explícito o conceito subjacente à Carta Educativa quando se diz que “é o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socio-económico de cada município”.

*Conceito de Carta Educativa*

Assim, a Carta Educativa, enquanto instrumento de planeamento e gestão, exige a estreita coordenação de todos os actores implicados; enquanto instrumento técnico-político necessita da co-responsabilização de todas as estruturas locais essenciais à sua consecução; enquanto leitura prospectiva da realidade, quer-se integradora e globalizante sobre as problemáticas da educação e formação existentes no município; enquanto parte integrante do Plano Director Municipal (PDM), define prioridades e otimiza os recursos disponíveis no sentido de evitar desadequações da rede educativa<sup>2</sup> à dinâmica local já que, como refere Pinhal (2004:6) “pensar e tomar decisões sobre o desenvolvimento da rede educativa local, incluindo-se as instalações, os equipamentos e as formações a disponibilizar é, sem dúvida, uma competência relevante e politicamente significativa, que não (...) parece especialmente diminuída pelas competências que o Estado também tem nesta matéria”.

*Função instrumental da Carta Educativa*

*Conceito de Rede Educativa*

Complementares a estas duas novas realidades (Conselhos Municipais de Educação e Carta Educativa), o Decreto-Lei 7/2003 aponta-nos outras linhas de força que importa realçar:

*Linhas de força da Carta Educativa*

- o apoio à decisão quanto aos destinos da educação e formação de cada concelho;

<sup>1</sup> In Relatório Geral da Comissão da Cimeira de Lisboa

<sup>2</sup> Entende-se por Rede Educativa a configuração da organização territorial dos edifícios escolares afectos aos estabelecimentos de educação Pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Acrescente-se que a rede educativa não deve ser considerada como uma realidade estática, dado que a necessidade de adequações da oferta educativa às orientações da política educativa e às alterações que decorrem da procura educativa obrigam a um processo de ajustamento permanente.

- a adequação da oferta educativa, consignada na definição da rede escolar, à procura que ao mesmo nível se manifestar;
- a descentralização administrativa do processo de ordenamento da rede de ofertas de educação e formação;
- o estabelecimento de objectivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos, com base numa análise prospectiva;
- a garantia da coerência da rede educativa com a política urbana do município.

Por último, no preâmbulo do texto legislativo em apreço, são referidos os municípios como “núcleos essenciais da estratégia de subsidiariedade”, assumindo que as autarquias devem ser dotadas de um maior poder de decisão porque mais próximas dos cidadãos; e o Conselho Municipal de Educação definido como órgão onde, estando representados vários agentes e parceiros sociais, se assegura a coordenação local entre os actores educativos e lança as bases para o desenvolvimento de um projecto educativo local (PEL).

*Município e Estratégia  
de Subsidiariedade*

Estas duas realidades reflectem, por um lado, a incapacidade da administração central em gerir o planeamento das especificidades educativas locais, e por outro lado, reconhecem a potencialidade e a capacidade do poder local em criar dinâmicas próprias, definindo opções e prioridades adequadas às aspirações, necessidades e interesses locais, no respeito pelas orientações nacionais.

## 1.2 DE ÂMBITO LOCAL

O planeamento escolar concelhio foi orientado, numa primeira fase, pela Carta Escolar, à qual se havia já aludido anteriormente, entendida esta como o levantamento dos equipamentos escolares onde estavam registadas a totalidade das escolas (os seus espaços, a sua população, o seu regime de funcionamento, etc). Assumia-se, na prática, como um 'inventário', com representações cartográficas mas sem qualquer tratamento qualitativo de dados. Por ausência de linhas evolutivas e de cenários projectivos, não era vista como instrumento de planeamento estratégico.

*Evolução da Carta Escolar*

Num segundo momento, a Carta Escolar passa a configurar uma lógica de metodologia de planeamento onde, partindo da elaboração de diagnósticos da situação corrente, se projectava, num horizonte de aproximadamente 10 anos, as necessidades ao nível da rede escolar local.

Posteriormente, surge o modelo de Carta Educativa, definida pelo Decreto-Lei 7/2003, que embora se assemelhe à anterior Carta Escolar nas suas dimensões diagnóstica e prospectiva, alcança uma nova realidade – a dos Territórios Educativos – fomentando a associação de escolas de diferentes níveis de ensino que tenham proximidade geográfica.

*Carta Educativa*

A Carta Educativa do Concelho de Loulé apresenta-se, pois, como um instrumento de planeamento sectorial, devendo ser articulada com a Carta Desportiva e de Equipamentos Culturais do Concelho e os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOTs) – sobretudo com o Plano Director Municipal –, permitindo tomar decisões com a máxima informação possível relativas à oferta e à procura educativas, à construção de novos equipamentos, à reconversão e adaptação do parque escolar, otimizando a funcionalidade da rede existente e a respectiva expansão.

*Articulação da Carta com outros Instrumentos de Planeamento*

São os seguintes, e em síntese, os objectivos estratégicos da Carta Educativa:

*Objectivos estratégicos da Carta*

- Orientar a expansão do sistema educativo num determinado território em função do desenvolvimento económico e sócio-cultural;

- Tomar decisões relativamente à construção de novos empreendimentos, à suspensão do funcionamento de escolas e à reconversão e adaptação do parque otimizando a funcionalidade da rede existente e respectiva expansão;
- Optimizar a utilização de recursos consagrados à educação, definindo prioridades;
- Evitar rupturas e inadequações da rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico.

Naturalmente que os objectivos acima enunciados implicam que, a nível municipal, seja feita a identificação: dos edifícios e equipamentos educativos e sua localização geográfica; das ofertas educativas nos vários níveis de ensino; dos recursos humanos necessários à prossecução dessas mesmas ofertas educativas, tendo tudo isso, por finalidade, a concretização do diagnóstico estratégico, as projecções de desenvolvimento e a proposta de intervenção relativamente à rede pública.

*Recursos necessários  
ao Planeamento*

As exigências decorrentes da complexidade destes diferentes pressupostos, na concepção da Carta Educativa, tornam necessário que os responsáveis políticos disponham de informações múltiplas, objectivamente fundamentadas, para que possam basear as suas decisões em argumentos claros e democráticos.

Essas informações têm de ser resultado de uma identificação precisa das potencialidades e vulnerabilidades da situação educativa do concelho, meio imprescindível à definição das linhas estratégicas da política local.

No âmbito da Estratégia de Sustentabilidade do Concelho de Loulé foi elaborado, pelo Centro de Sistemas Urbanos e Regionais do Instituto Superior Técnico, o Diagnóstico Selectivo que, no tema “Educação no Concelho”, identificou como Fragilidades:

*Estratégias de  
Sustentabilidade do  
Concelho de Loulé*

*Fragilidades educativas  
do Município*

- o abandono escolar que tem como consequência a inserção prematura no mercado de trabalho, conduzindo a uma mão-de-obra pouco qualificada, com baixos níveis de escolaridade;

- a elevada taxa de insucesso, decorrente do facto dos jovens não valorizarem os benefícios do percurso escolar;
- a dificuldade de integração de minorias étnicas, resultado de diferentes vagas de imigrantes (das ex-colónias, do Brasil, dos países da Europa de Leste e da Ásia);
- como insuficiente o número e capacidade dos estabelecimentos de educação Pré-escolar ou de actividades de tempo livre relativamente à procura;

e como Potencialidades:

- a presença de uma oferta educativa abrangente (do Pré-escolar ao ensino superior);
- a quantidade razoável de estabelecimentos de ensino público e privado e a boa qualidade dos seus equipamentos;
- uma rede de transportes camarários gratuitos para todos alunos ou o passe social para os que não estão abrangidos por esses transportes;
- número suficiente de equipamentos desportivos;
- uma crescente e diversificada oferta de ensino profissional e de cursos para adultos.

*Potencialidades  
educativas do  
Município*

Identificadas as Fraquezas e Potencialidades acima apresentadas, indicadores de análise estratégica que virão a ser posteriormente aprofundados (ponto 5), fácil é concluir que o município tem de ter uma responsabilidade crescente na orientação e formação e conseqüente sucesso educativo e profissional dos seus munícipes.

Neste sentido, ao município deixou de ser apenas exigido que assegure a gestão dos transportes escolares<sup>1</sup>; ou que intervenha no domínio da acção social escolar<sup>2</sup>; ou que se limite a construir, apetrechar e manter os edifícios escolares do Pré-escolar e primeiro ciclo ou gerir o pessoal não docente destes estabelecimentos<sup>3</sup>.

A nova exigência com que agora se depara é a de que intervenha, de

<sup>1</sup> Decreto-Lei 299/84, de 5 de Setembro, que atribui competências aos municípios em matéria de organização, financiamento e controle de funcionamento dos transportes escolares.

<sup>2</sup> Decreto-Lei 399/A/84, de 28 de Dezembro, que atribui competências às autarquias no domínio da gestão dos refeitórios e na comparticipação nas despesas de educação das crianças do ensino Pré-escolar e básico.

<sup>3</sup> Lei 155/99, de 14 de Setembro, onde constam as competências dos órgãos municipais nesta matéria.

forma mais efectiva, no ordenamento da rede educativa e que faça incidir essa sua intervenção na reflexão da relação entre as necessidades primárias atrás descritas com as ofertas de educação e formação e com a procura que delas se manifestar, tornando aquela oferta num instrumento de desenvolvimento e promoção da comunidade que representa.

É por tudo isto que a Carta Educativa é, essencialmente, um instrumento fundamental da territorialização das políticas educativas do município, não podendo deixar de ser vista em duas perspectiva:

- enquanto produto, temporalmente finalizado;
- e
- como processo, estando em permanente construção e contemplando uma avaliação constante que permita corrigir trajectórias de desenvolvimento.

A territorialização suporta-se na existência de Territórios Educativos (TE)<sup>1</sup>, cujo modelo de construção teórica tem sido conceptualizado através de matrizes mais ou menos desenvolvidas. Édio Martins (2005: 139) entende por territorialização: *“o esforço de aproximação e integração (numa cadeia potenciadora de formação de comunidades educativas) das várias escolas, dos outros agentes e contextos educativos, dos públicos, das associações e das autoridades locais relevantes, em processos de parceria e co-responsabilização”*. Já João Pinhal (2004: 2) apresenta uma concepção mais abrangente, referindo que: *“o território educativo é um espaço e um tempo organizados para a definição e realização de um projecto educativo local, que seja a contribuição educacional para o processo de desenvolvimento local”* não deixando de mencionar também que *“neste espaço e tempo intervêm as organizações educativas locais com as suas contribuições para a definição e realização do projecto educativo local, que a todas interessa e condiciona”*.

Pretende-se, por isso, com a criação dos TE, projectar um plano de desenvolvimento educativo que conjugue a concretização da qualificação e infra-estruturas dos estabelecimentos escolares e de formação, com a

*Territorialização das  
Políticas Educativas*

*Conceito de Território  
Educativo*

<sup>1</sup> O Território Educativo passa a ser referido no texto pela sigla TE.

adequação das trajectórias escolares e conseqüente aumento dos índices de sucesso, chamando a tal empresa a participação concertada das autoridades locais (em particular das autarquias), das escolas e de todas as outras organizações locais com papel activo nos domínios da educação e formação.

Com estes pressupostos e defendendo que a Educação é uma responsabilidade comunitária global e não apenas uma responsabilidade duma instituição específica, a matriz da política educativa autárquica do concelho de Loulé suporta-se nas seguintes linhas estratégicas:

*Linhas Estratégicas  
da Política Educativa  
Local*

- Aposta na educação como factor decisivo no desenvolvimento da vida económica, social, cultural, ambiental e identitária do concelho;
- Apoio à integração de alunos de famílias imigrantes através do reforço do ensino da língua portuguesa como enriquecimento curricular;
- Criação de condições objectivas que contribuam para uma adequada diversificação da oferta escolar e profissional;
- Requalificação do parque escolar municipal;
- Reforço da aprendizagem ao longo da vida e de validação de competências adquiridas;
- Promoção da imagem do concelho como território de grande potencialidade que se preocupa com a integração dos seus cidadãos na sociedade do conhecimento e da aprendizagem;

A actual estrutura organizacional da Câmara Municipal de Loulé, para a área da educação desenvolve-se em vários níveis operatórios que a consubstanciam, a saber:

*Níveis  
Organizacionais da  
Câmara Municipal*

- **Ao nível da decisão:**

As linhas de acção política bem como a alocação de recursos serão materializadas nas Grandes Opções do Plano, sob proposta do Vereador do Pelouro da Educação e, em última instância, do Presidente da Câmara.

- **Ao nível da concepção, acompanhamento e execução:**

Será feito através do Conselho Municipal da Educação, de acordo com a composição definida em Lei. Terá funções de concepção

acompanhamento e execução e constituir-se-á como um espaço de reflexão, negociação e contratualização com vista à implementação do Plano Educativo Local. Assumir-se-á como um poderoso incentivo à criação de dinâmicas colectivas e de políticas conjuntas que sejam compatíveis com a lógica de funcionamento dos territórios educativos. Deverá ser co-responsável no processo de monitorização da Carta Educativa.

- **Ao nível técnico:**

A responsabilidade, quanto à planificação, coordenação e avaliação do PEL, será da Divisão de Educação do Departamento de Intervenção Local e Gestão de Informação. Cabe, também, a esta estrutura o estudo e a apresentação de dados e informações com vista à tomada de decisão pelo executivo camarário, acompanhando o Concelho Municipal de Educação na monitorização da Carta Educativa.

Este quadro organizativo, em estreita ligação com as organizações escolares, irá permitir o debate alargado do fundamento da acção educativa bem como a consciencialização dos desafios que actualmente são colocados aos indivíduos, possibilitando uma reconceptualização dos estabelecimentos de ensino, tornando-os em Territórios Educativos e abandonando a ideia de Escola organização, no sentido tradicional do termo.

Na essência, o que se pretende é criar condições ideais aos munícipes para acederem a equipamentos educativos que lhes permitam construir um melhor projecto de vida.

*Reconceptualização da  
Organização Escolar*

## 2. ANÁLISE GEOGRÁFICA E SOCIOECONÓMICA

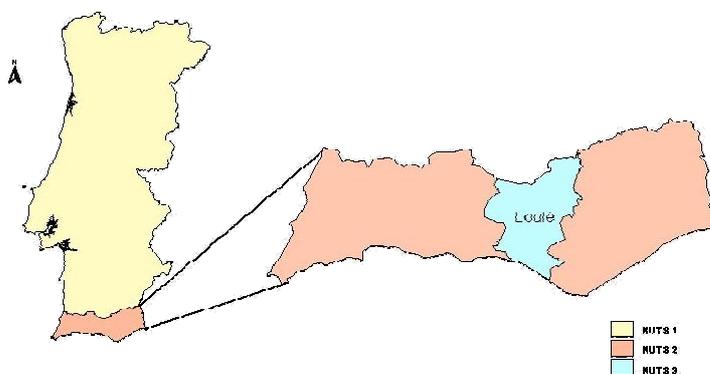
### 2.1 TERRITÓRIO

O concelho de Loulé (NUT<sup>1</sup> III) é um dos dezasseis concelhos da Região Algarve (NUT II), com uma área de 765,31 km<sup>2</sup>, tendo por limites, a Norte o concelho de Almodôvar (Baixo Alentejo), a Sul o Oceano Atlântico, a Este os concelhos Alcoutim, Tavira, S. Brás de Alportel e Faro e a Oeste os concelhos de Silves e Albufeira (Figura 1).

*Enquadramento físico*

Figura 1

Enquadramento Territorial do Concelho de Loulé a Nível Nacional e Regional



Apresenta este concelho de Loulé uma orografia de configuração bastante paralela à costa oceânica. Desde o mar até à Serra, o terreno eleva-se gradualmente até atingir o ponto mais alto da Serra do Caldeirão – os Pelados – com 589 m de altitude.

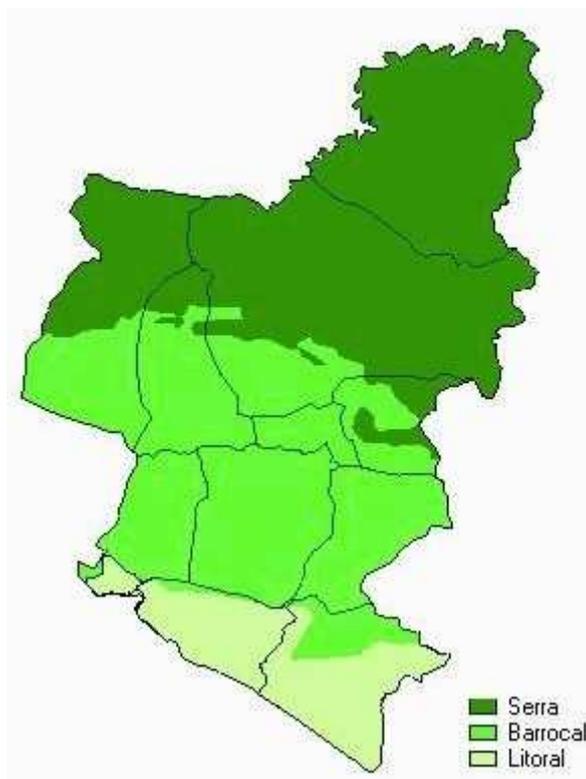
*Geomorfologia*

À semelhança da restante Região Algarve, o concelho de Loulé abarca três diferentes zonas de tipologia orográfica: o Litoral; o Barrocal, correspondendo à área central ocupada por parte das freguesias de Alte, Salir, Tôr e Querença; e a Serra, que se prolonga até ao extremo Nordeste do concelho, situada na freguesia de Ameixial, de grande superfície. Há autores que consideram ainda uma quarta unidade de paisagem: a Beira-Serra, identificada como zona de transição.

<sup>1</sup> As NUTS (Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins estatísticos) foram estabelecidas pela Eurostat tendo em vista o desenvolvimento de um esquema única e coerente de repartição territorial para o estabelecimento de estatísticas regionais da União Europeia. A sua classificação hierárquica tem 5 níveis: 3 regionais e 2 locais.

Figura 2

Regiões Naturais do Concelho de Loulé



O Litoral, caracterizado pelo seu elevado grau de uniformidade, constitui uma área plana que se estende ao longo da costa. Ocupa cerca de 12% da superfície do concelho e é, do ponto de vista litológico, essencialmente constituído por arenitos pouco consolidados e depósitos aluvionares. As suas formações bastante permeáveis constituem aquíferos porosos mas de pouca importância, dada a reduzida precipitação na região.

*Litoral*

O Barrocal, área ainda com baixa altitude, apresenta já algumas formas de relevo com declives mais suaves do que na serra e vales largos. Estendendo-se por uma área que representa 37% da superfície do concelho, é uma zona de calcários compactos dolomíticos e calcários brandos margosos. Trata-se de uma área muito importante em termos de recursos hídricos subterrâneos, uma vez que corresponde a uma zona de infiltração máxima, tendo uma das mais importantes capacidades de armazenamento do país.

*Barrocal*

A Beira-Serra, constituída por vales que se estendem no sentido E-O, ocupa uma pequena faixa de características bem marcadas (“*Gola Vulcano-Sedimentar*”), vulgarmente conhecida por grés de Silves e rochas vulcano-sedimentares, representando 5% da área territorial do concelho. O solo, nesta área, é de fraca permeabilidade.

*Beira-Serra*

A Serra, zona montanhosa de altitudes elevadas, ocupa a maior área do território do concelho: 46%. Os seus solos, na maioria esqueléticos, são constituídos por xistos argilosos e grauvaques, pouco permeáveis e onde a infiltração não é significativa. Apesar da precipitação média atingir os 1000 mm, nalguns locais regista-se escassez de recursos hídricos subterrâneos.

*Serra*

Dada a sua localização geográfica, o concelho de Loulé possui um clima temperado com características mediterrânicas<sup>1</sup>, influenciado pela proximidade do mar e pela existência de elevações montanhosas cada vez mais importantes à medida que se avança para Norte.

*Clima*

Existindo uma forte relação entre a precipitação e a altitude, constata-se que na Serra os valores de precipitação anual são muito superiores (acima dos 700 mm, atingindo os 1000 mm no Barranco do Velho) aos do Litoral (abaixo dos 400 mm).

Sendo a temperatura do ar um factor principalmente condicionado pela latitude, pelo seu afastamento em relação ao mar e pelo relevo, o litoral regista uma temperatura amena durante todo o ano. Quarteira tem uma temperatura média anual mais elevada de 17,1°C e uma menor amplitude térmica anual (11°C) do que o Ameixial, que tem uma temperatura média anual de 16,9°C<sup>2</sup> e uma amplitude térmica de 14,8°C.

<sup>1</sup> Regista uma estação seca durante o Verão e uma estação chuvosa no Inverno, concentrando-se a distribuição da precipitação no ano no período chuvoso de Outubro a Março, com cerca de 75% a 85% da precipitação total anual, enquanto que, no período seco de Julho a Agosto, por norma não chove.

<sup>2</sup> A ligeira diferença entre a temperatura média anual deve-se ao facto de nos meses de Junho a Agosto o Ameixial registar valores de temperatura muito superiores aos de Quarteira, pois durante o resto do ano estes são bastante inferiores.

## 2.2 ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO E GEOGRÁFICO

O concelho de Loulé encontra-se dividido em 11 freguesias: Almancil, Alte, Ameixial, Benafim, Boliquiteime, Quarteira, Querença, Salir, S. Clemente, S. Sebastião e Tôr.

*Freguesias do  
Concelho*

Figura 3

Freguesias do Concelho de Loulé



Tendo em conta os critérios demográficos dos Censos de 2001, o concelho está ainda dividido em 101 secções de contabilidade estatística e 227 lugares, mais 36 do que em 1991. Regista ainda 64 secções, mais 37 comparativamente aos Censos de 1991.

*Estatística do  
Concelho*

## 2.3 CARACTERIZAÇÃO SOCIO-TERRITORIAL POR FREGUESIA

### Freguesia de Almancil

Localizada na extremidade Sudoeste do concelho esta freguesia faz partilha com o território do vizinho município de Faro, tendo sido elevada à categoria de vila em Fevereiro de 1988. Está limitada, a Norte, pela freguesia de S. Clemente (Loulé), a Ocidente pela de Quarteira e a Sul tem a costa marítima atlântica.

*Localização*

De acordo com os Censos de 2001 do INE, Almancil registava 8799 habitantes distribuídos por 27 lugares, numa extensão de 63,45 km<sup>2</sup>, tratando-se assim da quinta maior freguesia do concelho pois que foi sujeita a vários fluxos migratórios o que contribuiu para o aumento significativo da sua população. Regista a terceira maior densidade populacional (138 hab/km<sup>2</sup>), indicador de uma forte pressão habitacional. Comparativamente ao registo dos Censos de 1991, apresenta uma taxa de variação positiva na população residente de 46,4%, acompanhada de uma variação positiva de 40,8% no número de alojamentos.

*População*

Pelos seus quantitativos populacionais destacam-se os lugares de Almancil, com 3117 habitantes, Escanchinas, com 671, Caliços com 471 e Vale de Éguas com 434. De salientar que o número de residentes na Quinta do Lago (100) e Vale do Lobo (159) contrasta, de forma notória, com o número de indivíduos presentes, 1107 e 617 respectivamente.

O litoral desta freguesia apresenta uma mais-valia ambiental e um enorme potencial turístico, tendo sido nele construídos importantes empreendimentos, como sejam os de Quinta do Lago, Vale do Lobo, as Dunas Douradas e o Vale do Garrão, em que a prática do golfe a eles associada surge como uma actividade que atenua os efeitos da sazonalidade turística do concelho.

*Características específicas*

Esta área integra três tipos de classificação ambiental diferentes: o Parque Natural da Ria Formosa, o Sítio e a Zona de Protecção Especial da Ria Formosa.

O primeiro integra a lista nacional de áreas protegidas, enquanto que o Sítio e a Zona de Protecção Especial da Ria Formosa integram a lista de áreas a proteger/valorizar ou preservar a nível da União Europeia.

No que concerne ao planeamento urbanístico, uma parte da vila de Almancil desenvolve-se segundo um Plano de Pormenor, aprovado em 1997, e que enquadra as orientações preconizadas por um Plano de Urbanização, em elaboração. Este foi dimensionado para um crescimento e fixação de uma população a rondar os 10000 habitantes e tem servido de referencial de orientação à gestão urbanística. Nesta perspectiva, num futuro não muito distante, o seu panorama demográfico virá a alterar-se consideravelmente, contribuindo para que seja atribuído um peso preponderante à freguesia no âmbito da evolução concelhia.

*PP1 de Almancil*

Em termos económicos, Almancil cresce a um ritmo mais acelerado quando comparado com valores regionais e concelhios, reflexo do fluxo turístico, que se releva em quantidade e em qualidade. Este facto repercute-se na evidente terciarização do emprego. Segundo dados do INE, de 2001, os seus residentes empregavam-se maioritariamente (67%) em actividades ligadas àquele sector.

*Economia local*

### **Freguesia de Alte**

Esta freguesia vê o seu território encaixar-se na orla Ocidental do concelho, já nos limites com os vizinhos municípios de Silves, a Poente, e de Albufeira, a Sul. Pelos restantes flancos é a mesma rodeada pelas suas congéneres louletanas Boliqueime, a Sudeste, e Salir, a Este. Alte dista uns 23 km da sede do concelho, estendendo-se pela Serra e Barrocal.

*Localização*

A freguesia de Alte tem uma área de 94,68 km<sup>2</sup> à qual correspondem 31 lugares, com um total de 2176 habitantes, com uma densidade populacional de 23 hab/km<sup>2</sup> conforme dados do INE (Censos de 2001) tendo a sua população residente diminuído em cerca de 7,4% entre 1991 e 2001. O aglomerado de Alte diferencia-se dos restantes por registar 430 habitantes, enquanto que o lugar imediatamente a seguir, Esteval dos Mouros, regista apenas 117 habitantes. No entanto, em lugares dispersos e

*População*

sem expressão individual encontram-se 282 habitantes, número que corresponde ao “Residual” nos quadros estatísticos do INE.

A nível dos principais indicadores sócio-urbanísticos (edifícios e alojamentos) a freguesia de Alte é uma das que regista uma taxa de variação negativa em ambos os indicadores entre 1991 e 2001.

*Indicadores sócio-urbanísticos*

Recentemente, foi esta freguesia alvo de uma requalificação urbanística e dotada de equipamentos de natureza sócio-educativa e de lazer de grande visibilidade e significado para a população residente e turistas. É ainda a única freguesia do concelho que tem uma Escola Profissional.

*Características específicas*

A freguesia de Alte é abrangida, de acordo com a Rede Natura 2000, pelos Sítios Classificados do Barrocal e do Caldeirão e pela Zona de Protecção Especial do Caldeirão.

### **Freguesia de Ameixial**

Ocupando posição na extremidade Nordeste do concelho de Loulé, esta freguesia situa-se a cerca de 35 km da sede do mesmo. Nos seus limites ficam os municípios vizinhos de Almodôvar (a Noroeste e Norte), Alcoutim (a Nordeste), Tavira (a Oeste-Este) e a Sul com a freguesia de Salir. Ameixial situa-se, assim, na área mais setentrional da serra algarvia, encostando-se ao Baixo Alentejo, servindo-lhe de fronteira natural o curso da ribeira de Vascão.

*Localização*

É a freguesia do concelho mais afectada pela interiorização, com uma população bastante envelhecida e onde o despovoamento é bastante acentuado, uma variação de -32,3% entre 1991, com 892 habitantes, e 2001, com 604 habitantes, registando a mais baixa densidade populacional a nível do concelho de 4,9 hab/km<sup>2</sup>.

*População*

A freguesia do Ameixial regista 604 habitantes distribuídos por 123,95 km<sup>2</sup> e por 14 lugares. O único aglomerado de maior relevância é a sede de freguesia, Ameixial, com 174 habitantes. À semelhança de outras

freguesias, o povoamento disperso tem algum peso, ao qual correspondem 110 habitantes. A nível dos principais indicadores sócio-urbanísticos a freguesia do Ameixial regista, à semelhança da de Alte, uma taxa de variação negativa em ambos os indicadores entre 1991 e 2001.

*Indicadores sócio-urbanísticos*

A zona Sul da freguesia do Ameixial é abrangida, de acordo com a Rede Natura 2000, pelo Sítio Classificado e pela Zona de Protecção Especial do Caldeirão.

### **Freguesia de Benafim**

Esta freguesia, de instituição recente, foi criada através da desanexação do seu território a partir da vizinha freguesia de Alte, por decreto de 21 de Março de 1987. Nas suas confrontações terá, portanto, aquela mesma freguesia de Alte (a Oeste e Norte), bem assim como Salir (a Este), Tôr (a Sudeste) e a de Boliqeime (a Sul) e dista cerca de 20 km da sede do concelho.

*Localização*

Trata-se de uma freguesia pouco povoada, com apenas 1141 habitantes que se distribuem por 52,49 km<sup>2</sup> e por 15 lugares, com uma densidade populacional de 22 hab/km<sup>2</sup> conforme dados do INE (Censos de 2001) tendo a sua população residente diminuído em cerca de 10,2%, entre 1991 e 2001.

*População*

Na sede de freguesia habitam 442 indivíduos e no lugar da Penina habitam 100 indivíduos. Nesta freguesia o povoamento disperso tem pouco significado, estando nesta situação apenas 64 indivíduos, de acordo com os dados do INE.

*Especificidades*

A nível dos principais indicadores sócio-urbanísticos a freguesia de Benafim regista uma taxa de variação positiva nos dois indicadores utilizados (13,1% para os edifícios e 14,9% para os alojamentos) entre os Censos já referidos.

*Indicadores sócio-urbanísticos*

A freguesia de Benafim é totalmente abrangida, de acordo com a Rede Natura 2000, pelos Sítios Classificados do Barrocal e do Caldeirão e pela Zona de Protecção Especial do Caldeirão.

Esta freguesia apresenta um enorme potencial, com muitas outras do interior do concelho, para a instalação de Turismo em Espaço Rural, possuindo já uma unidade de agro-turismo com relativo dinamismo local – a Quinta do Freixo.

*Unidade de agro-turismo*

### **Freguesia de Boliqueime**

Localizada na extremidade Sudoeste do território concelhio, a freguesia de Boliqueime confronta com o vizinho concelho de Albufeira. Esta freguesia dista cerca de 13 km para Ocidente da sede do concelho e é atravessada pela Ribeira de Quarteira que, até ao mar, percorre aqui uma fértil planície.

*Localização*

Na freguesia de Boliqueime habitam 4473 indivíduos, que se distribuem por 30 lugares e 46,20 km<sup>2</sup>, apresentando uma densidade populacional de 97 hab/km<sup>2</sup>. No que respeita aos lugares, os que têm maior expressão populacional são Boliqueime (549 hab.), Benfarras (469 hab.), Fonte de Boliqueime (359 hab.), Maritenda (347 hab.), Patã de Cima (335 hab.), os quais se localizam junto ou próximo da E.N. 125.

*População*

No que respeita aos principais indicadores sócio-urbanísticos, na freguesia de Boliqueime a taxa de variação, quer para os edifícios quer para os alojamentos não atinge os 5%, taxa esta consideravelmente baixa apenas superada negativamente a nível concelhio pela de Alte.

*Indicadores sócio-urbanísticos*

### **Freguesia de Quarteira**

Esta freguesia encontra-se implantada na orla marítima atlântica que delimita, a Sul, todo o concelho. Cerca de uma dúzia de quilómetros a separam da sede concelhia, no sentido Nordeste. A sede de freguesia, Quarteira, foi elevada à categoria de cidade a 13 de Maio de 1999.

*Localização*

Devido à sua localização geográfica e ameno clima recebe, com regularidade, fluxos migratórios nomeadamente oriundos do Alentejo e Norte de Portugal e de imigrantes vindos das ex-colónias ultramarinas (década de 70 – 1ª vaga), do Brasil (desde a década de 80 – 2ª vaga), dos

países da Europa de Leste (desde a década de 90 – 3ª vaga) e asiáticos (uma 4ª vaga mais recente) o que provocou um rápido crescimento acompanhado de grandes transfigurações físicas e transformações sociais.

Esta freguesia tem uma área de 37,85 km<sup>2</sup>, à qual correspondem 13 lugares, localizando-se os de menor dimensão junto das estradas que fazem a ligação Quarteira – Loulé.

É evidente o peso populacional que esta freguesia apresenta, com os seus 16129 habitantes que lhe conferem a maior densidade populacional do concelho: 426 hab/km<sup>2</sup>. De assinalar, também, que 12164 dos seus habitantes se encontram radicados na cidade de Quarteira, aglomerado que detém, a nível concelhio, a maior percentagem de população jovem, o que lhe imprime uma dinâmica muito própria.

*População*

É uma freguesia inserida num meio economicamente virado para a pesca, a construção civil e o turismo, encontrando-se nela um dos mais importantes empreendimentos turísticos da Região Algarve – Vilamoura –, que apresenta diversos tipos de oferta turística: hotéis, um casino, campos de golfe, uma marina e praias, entre outros espaços de entretenimento e lazer. Vilamoura tem 1894 habitantes mas regista, nos meses de Verão e à semelhança de Quarteira, valores populacionais substancialmente superiores aos registados na média do ano.

*Características específicas*

Vilamoura, tal como ocorre nos empreendimentos localizados na freguesia de Almancil, contribui para esbater a sazonalidade do turismo, reforçando a atracção turística no decorrer dos 12 meses do ano com os diversos campos de golfe nela localizados.

Quanto aos indicadores sócio-urbanísticos que temos vindo a analisar, registre-se que esta freguesia teve uma taxa de variação positiva de apenas 4,4% nos edifícios mas uma taxa de variação no número de alojamentos substancialmente superior – 25%. Na cidade de Quarteira situa-se também o Agrupamento Municipal da Abelheira, o maior bairro de habitação social do concelho, com 64 fogos, albergando 64 famílias num total de 257 pessoas.

*Indicadores sócio-urbanísticos*

## **Freguesia de Querença**

Localizando-se na parte Nordeste do território concelhio, esta freguesia confronta com o concelho de S. Brás de Alportel e está rodeada, nas restantes confrontações, pelas freguesias de Salir, a Norte, Tôr, a Oeste e S. Clemente e S. Sebastião, ambas a Sul. Com um relevo algo acidentado, Querença possui, no seu espaço territorial, alguns cerros de cota elevada.

*Localização*

A freguesia de Querença tem uma área de 33,64 km<sup>2</sup>, à qual correspondem 11 lugares com um total de 788 habitantes, resultando numa densidade populacional de 23 hab/km<sup>2</sup>. Esta freguesia tem vindo a sofrer uma diminuição na sua população reflectida numa taxa de variação negativa de 9,3%. Os principais aglomerados são: Querença, com 132 habitantes, e Charneca, com 101. Nesta freguesia o povoamento disperso tem grande expressão pois, de acordo com os dados do INE, habitam nesta situação 154 indivíduos.

*População*

Referindo os indicadores sócio-urbanísticos, Querença regista uma das taxas mais elevadas de variação (20%) relativamente aos edifícios, colocando-a em terceiro lugar a nível do concelho, e uma taxa de variação de 22% nos alojamentos.

*Indicadores sócio-urbanísticos*

A aldeia de Querença, sede da freguesia, está implantada no cimo de um monte e desenvolve-se essencialmente para Norte e Poente. A maioria da sua população trabalha na cidade de Loulé ou no litoral. A actividade da restauração, assente na gastronomia tradicional, e a comercialização do artesanato tornam-na numa referência no concelho. A sua dinâmica muito própria, por oposição a uma perda de terreno para a notória litoralização da vocação económica da Região Algarve, fez com que a edilidade a candidatasse ao Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve.

*Especificidades*

Na freguesia predomina a actividade agrícola tradicional, embora entendida como actividade complementar, que liberta pequenos excedentes para venda. A freguesia de Querença é, ainda, abrangida, na sua totalidade, de acordo com a Rede Natura 2000, pelos Sítios Classificados do Barrocal e do Caldeirão e também pela Zona de Protecção Especial do Caldeirão, nela se situando a Fonte da Benémola.

## **Freguesia de Salir**

Implantada no centro do território do concelho, esta freguesia dista cerca de 15 kms da cidade de Loulé, surgindo limitada, em seu redor, pelas freguesias do Ameixial, a Nordeste, Benafim, a Oeste, Tôr a Sul e Querença a Sudeste. É a freguesia de maior área territorial do concelho, com 187,61 km<sup>2</sup>, possuindo uma topografia variada.

*Localização*

Apesar de ser a maior freguesia do concelho de Loulé, à grande dimensão do seu território correspondem apenas 3023 habitantes, consequência da sua interioridade e periferação em relação à sede do concelho, o que lhe confere uma baixa densidade populacional de 16 hab/km<sup>2</sup>, os quais se distribuem por 35 lugares e em que o povoamento disperso tem um peso significativo, correspondendo a 592 indivíduos. Estes lugares têm, na sua maioria, 100 ou até menos habitantes. O aglomerado de Salir tem 460 habitantes.

*População*

Relativamente aos indicadores sócio-urbanísticos, Salir apresenta uma taxa de variação positiva de 9,2% no que respeita aos edifícios e de 11,6% nos alojamentos. Recentemente foi inaugurado, nesta freguesia, um conjunto de habitação social destinado a albergar famílias de etnia cigana.

*Indicadores sócio-urbanísticos*

A freguesia de Salir é ainda abrangida pela Rede Natura 2000 e nela se situa o Sítio Classificado da Rocha da Pena, com uma área de 637ha.

## **Freguesia de S. Clemente**

Esta é a principal freguesia do concelho, tendo sido a partir da mesma que se criaria, em 1890, a outra freguesia urbana de Loulé – S. Sebastião. Não obstante ter sido dividida, esta foi ainda, durante muito tempo, uma das mais populosas freguesias do Algarve, sendo composta por uma densa malha urbanística em quase toda a sua extensão.

*Localização*

Confronta, a Este, com o concelho de Faro; a Norte, com a freguesia de Querença; a Oeste, com a freguesia de S. Sebastião; e, a Sul, com a freguesia de Almancil.

São Clemente tem uma área de 46,56 km<sup>2</sup>, distribuída por 23 lugares,

*População*

com uma população de 14406 habitantes, o que a torna na segunda freguesia do concelho de Loulé mais populosa, apresentando uma densidade populacional de 309 hab/km<sup>2</sup>. Na cidade de Loulé habitam 9647 habitantes, valor que contrasta com o lugar mais povoado imediatamente a seguir, Goncinha, com 774 habitantes e mais ainda com o lugar da freguesia menos povoado, Concelho de Apra, com 18 habitantes.

A sua área compreende cerca de dois terços da cidade de Loulé, pelo que referir a freguesia de S. Clemente pode confundir-se com a cidade de Loulé propriamente dita. É nesta freguesia que estão situados os principais edifícios com funções administrativas, o que lhe confere uma preponderância a nível do sector terciário acompanhada de uma forte urbanização.

Quanto aos indicadores sócio-urbanísticos que lhe dizem respeito verifica-se uma taxa de variação positiva de 14,3% para os edifícios e de 26% para os alojamentos. Pode-se ainda referir que é nesta freguesia que se situa a maior parte dos bairros sociais do concelho: Bairro da Sta. Luzia, Bairro Municipal, Bairro Ex-Car e Agrupamento Habitacional dos 56 fogos alojando um total de 669 pessoas correspondentes a 183 famílias. Saliente-se, ainda, a presença de 3 cooperativas de habitação económica (Nova Terra, 26 de Junho e Habifuturo) com edifícios já construídos nesta freguesia.

*Indicadores sócio-urbanísticos*

### **Freguesia de S. Sebastião**

Constituída a partir de uma parte do território de S. Clemente, é uma das duas freguesias que completam o núcleo urbano da cidade de Loulé. Partilha limites, a Sul, com a freguesia de Quarteira; a Oeste, com a de Boliquireme; e a Norte, com as de Benafim e Tôr.

*Localização*

Esta freguesia tem 6734 habitantes, distribuídos por 30 lugares e 62,70 km<sup>2</sup>, com uma densidade populacional de 107 hab/km<sup>2</sup>. Na sua parte urbana habitam 2428 indivíduos, seguida de Vale Judeu, com 689. Contrasta com estes aglomerados, o lugar de Morgado da Tôr, com 4 habitantes.

*População*

Apresenta a maior taxa de variação positiva do concelho no que concerne aos dois indicadores sócio-urbanísticos que têm sido objecto de análise: 39% para os edifícios e 53% para os alojamentos.

*Indicadores sócio-urbanísticos*

É nesta freguesia que se situam as principais unidades industriais do concelho, estando prevista a instalação do aeródromo municipal no seu território.

### **Freguesia de Tôr**

Freguesia de existência muito recente (1997), criada a partir da freguesia de Querença, encontra-se implantada na faixa oriental do concelho, confrontando nos seus limites com as freguesias de Querença, situada a Nascente; Salir, a Norte; S. Clemente e S. Sebastião, a Sul; e Benafim, a Poente. Abrangendo uma superfície de 15,90 km<sup>2</sup>, dista 7 km para Norte da sede de concelho.

*Localização*

Esta freguesia tem uma população de 887 habitantes, com uma densidade de 55 hab/km<sup>2</sup>, dividida por 9 lugares. O aglomerado Aldeia de Tôr possui 245 habitantes, contrastando com o lugar menos povoado, Corte Neto, com apenas 11 habitantes. O povoamento disperso corresponde a 54 habitantes.

*População*

No que se refere aos indicadores sócio-urbanísticos a taxa de variação de edifícios é de 18% e a de alojamentos de 25%.

*Indicadores sócio-urbanísticos*

## 2.4 REDE VIÁRIA E ACESSIBILIDADES

Sendo a mobilidade um dos principais factores de desenvolvimento socio-económico de um concelho, revelando-se mesmo como factor indutor de crescimento e, ao mesmo tempo, de coesão social, será determinante para um concelho a fluidez das suas acessibilidades e a forma de explorar intercâmbios com o exterior. Assim, torna-se pertinente efectuar uma avaliação das diferentes infra-estruturas viárias existentes em Loulé ou que, de algum modo, sirvam o concelho.

*Acessibilidades e sua importância*

O seu sistema rodoviário secundário é constituído por uma complexa rede de estradas ou caminhos municipais e vias não classificadas. Dada a extensão territorial do município e, conseqüentemente, as grandes distâncias que é necessário percorrer entre as diferentes zonas, esta rede de vias não classificadas, que em grande parte não se encontra pavimentada, reveste-se de grande importância, uma vez que são essas que ligam todos os lugares do concelho, mesmo os mais periféricos. Assim, a nível da rede viária municipal o concelho apresenta:

*Estrutura viária municipal*

- Uma rede de Estradas Municipais (E.M.) composta por 22 vias com a extensão de 192,65 km;
- Uma rede de Caminhos Municipais (C.M.) composta por 68 vias, com a extensão de 196,25 km;
- Uma rede de vias não classificadas, que totaliza 646 vias, com a extensão global de 888,85 km.

Toda esta estrutura viária tem o seu centro na sede do concelho, sendo a distância<sup>1</sup> entre essa e as diferentes freguesias a que se apresenta no quadro seguinte:

*Distâncias entre a sede do concelho e as freguesias*

<sup>1</sup> Distâncias calculadas [on line] em <http://www.viamichelin.fr/viamichelin/fra/tpl/hme/MaHomePage.htm>

Quadro 1

Distâncias entre a Sede de Concelho e as Freguesias

	Freguesias	Distância em kms
LOULÉ	Ameixial	40
	Almancil	7
	Alte	25
	Benafim	20
	Boliqueime	13
	Quarteira	12
	Querença	10
	Tôr	8
	Salir	14

Fonte: CML, 2006

A cidade de Loulé ocupa o centro do concelho e este, por seu turno, o centro da Região Algarve o que se ilustra pelos dados apresentados no Quadro 2:

*Distâncias Loulé/  
outras cidades do  
Algarve*

Quadro 2

Distâncias entre a Sede de Concelho e as principais Localidades do Algarve (a Barlavento e Sotavento)

	Principais localidades do Algarve	Distância em kms
LOULÉ	Albufeira	32
	Faro	17
	Lagoa	43
	Olhão	26
	Portimão	53
	Tavira	40

Fonte: CML, 2006

De acordo com o relatório de avaliação do PDM (2005), em termos de rede viária nacional e regional, o concelho de Loulé é atravessado pelas seguintes vias:

*Acessibilidades  
regionais*

- A22, Via do Infante Sagres ou Via Longitudinal do Algarve (V.L.A.) – Funciona como distribuidora principal de tráfego, não só a nível concelhio como regional, pelo que diminuiu acentuadamente o estado de ruptura e de saturação de trânsito que existia na E.N. 125.

*A22*

Localizam-se no concelho de Loulé a implantação de três “Nós de Ligação”:

- Nó de Boliqueime (para a E.N. 270 e para a E.N. 125), Nó de Loulé Centro (para a E.N. 396 e E.N. 125 – Quatro-Estradas) e Nó de Loulé Sul (para a E.N. 125-4 e E.N. 125 – S. João da Venda).
- E.N. 125 – Sendo a maior geradora de tráfego do concelho, encontra-se altamente saturada uma vez que atravessa, transversalmente, todo o concelho de Loulé e grande parte dos concelhos do Algarve. Na faixa litoral, serve de via distribuidora de tráfego, não só para a cidade de Loulé, como também para Quarteira e empreendimentos turísticos existentes a Sul desta via. Na época alta do turismo, o volume de tráfego atinge 1,6 vezes o valor verificado no mês em que atinge o mínimo. Esta via serve também, directamente, os aglomerados de Poço de Boliqueime, Maritenda, Benfarras, Quatro-Estradas, Almancil, S. João da Venda e Vale da Venda.

EN 125

Refira-se, a este propósito, que de acordo com dados de 2001, a EN125 (apesar de já estar em funcionamento a A22 entre Algoz e Castro Marim), registava um volume de tráfego:

- Entre Faro e Olhão de aproximadamente 28500 veículos/dia;
  - Entre Faro e Loulé cerca de 40500 veículos/dia;
  - Entre Albufeira e Lagos, entre os 20000 e os 24500 veículos/dia.
- Variante à E.N. 125 em Almancil – Via com dois nós de ligação em Vale de Éguas de Baixo e S. Lourenço, que veio alterar a situação crítica, anteriormente existente, no atravessamento do aglomerado urbano de Almancil.
  - E.N. 125-3 em Boliqueime – Via de ligação da E.N. 125 (Poço de Boliqueime à Estação de Caminhos de Ferro de Boliqueime).
  - E.N. 125-4 – Via de ligação da cidade de Loulé a Faro, interceptada pelo A22, e que serve os aglomerados urbanos de Goncinha, Alfarrobeira, Valados, Esteval e S. João da Venda.
  - Variante à E.N. 125-4 – Via rápida descongestionadora do tráfego na zona do Esteval, ligando o nó de Loulé Sul da Via do Infante e o nó de S. João da Venda (E.N. 125).

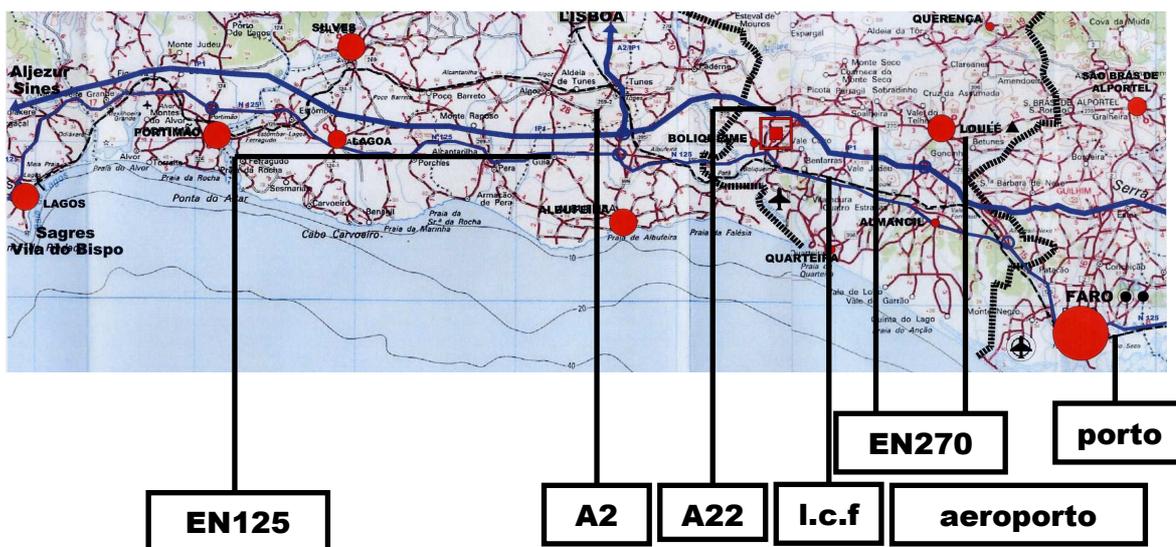
- E.N. 270 – Via principal geradora de tráfego de e para de Loulé, proveniente de e destinada a Boliqueime, S. Brás de Alportel e Tavira. Serve os aglomerados urbanos de Boliqueime, Poço de Boliqueime, Loulé, Barreiras Brancas, Poço Novo e Fonte de Apra. Esta via atravessa a cidade de Loulé, considerando-se como situação mais crítica o atravessamento do aglomerado de Barreiras Brancas.

EN270

Para facilidade de interpretação apresenta-se a Figura 4 com as principais vias de ligação do concelho ao exterior regional e nacional, bem como localização geográfica do concelho em relação à rede de caminho de ferro e ao aeroporto.

Figura 4

Acessibilidades ao Concelho de Loulé



Fonte: CML, 2005

Outras vias assumem um papel de relevo nas acessibilidades inter e intra-concelhias, como sejam:

- E.N. 124 – Via com características intermunicipais, fazendo a interligação com os concelhos de Silves e Tavira e com ligação a E.N. 396 (Eira da Cevada) e E.N. 2 (Barranco do Velho). Serve os aglomerados de Alte, Benafim, Pena, Salir, Barranco do Velho e Montes Novos.

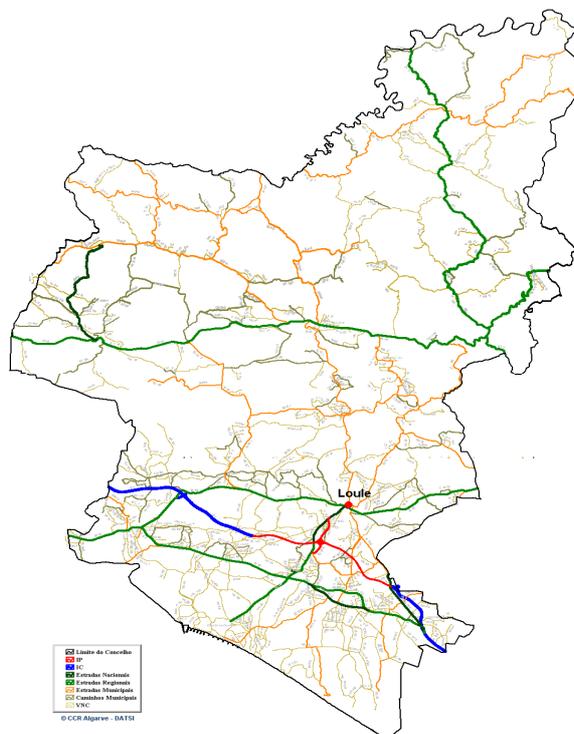
EN124

- E.N. 124-2 – Via parcialmente executada, cujo traçado se estende desde o limite do concelho de Alcoutim ao Ameixial.
- E.N. 2 – Via distribuidora de tráfego de grande parte da zona serrana do concelho, no sentido Norte-Sul, servindo os aglomerados de Ameixial, Besteiros, Cavalos, Vale da Rosa, Vale Maria Dias, Cortelha e Barranco do Velho e servindo também de interligação com os concelhos de Almodôvar e S. Brás de Alportel. Trata-se de uma via com um traçado muito antigo, bastante sinuoso.
- E.N. 395 – Desta via só se encontra executado, no Concelho de Loulé, o troço entre Santa Margarida a Alte (E.N. 124), que serve estes dois aglomerados.
- E.N. 396 – Via de acesso à E.N. 125 (Quatro-Estradas) e a Quarteira, de e para Loulé, bem como de penetração e distribuição do tráfego, a partir da E.N. 124 (Eira da Cevada) para Loulé. Serve os aglomerados urbanos de Corte Garcia, Querença, Clareanes e Loulé, onde atravessa a cidade.
- E.N. 396-1 – Via que dá acesso à Estação de caminho de ferro de Loulé.
- Variante à E.N 396 – Via rápida, descongestionadora do tráfego na zona entre a Franqueada e Loulé. Faz a ligação do nó de Loulé Centro, da A22 a Loulé.

EN2

Para poder fazer-se uma ideia mais precisa da conectividade da rede viária do concelho apresenta-se, de seguida, a Figura 5 ilustrativa da mesma.

Figura 5

Rede Viária do Concelho de Loulé<sup>1</sup>

São todas estas infra-estruturas que canalizam o tráfego para o concelho e que promovem o seu escoamento para o exterior. Todo este fluxo dinâmico fomenta o desenvolvimento e crescimento económico através das deslocações de matérias-primas, pessoas e actividades empresariais e industriais, bem como torna permeável o concelho ao efeito dos impactos gerados pelo mesmo. Mais directamente, sentem-se os impactos nas exigências de manutenção das vias e, indirectamente, na segurança, na qualidade de vida dos cidadãos.

O sistema de transportes públicos, que serve o concelho de Loulé, é composto por um sistema de transporte colectivo, em que se incluem os modos rodo e ferroviário, e por um privado de aluguer de automóvel.

*Rede viária e sua importância*

*Transportes rodoviários*

<sup>1</sup> Disponível [on line] em [http://www.ccdr-alg.pt/ccr/images/redeviaria/rv\\_loule\\_g.gif](http://www.ccdr-alg.pt/ccr/images/redeviaria/rv_loule_g.gif) [acesso em 12.06.2006].

Em termos de acessibilidade gerada por transportes públicos rodoviários, pode o concelho ser dividido em duas grandes áreas, cuja linha de fronteira passa, *grosso modo*, pela cidade de Loulé: a Sul, uma zona litoral caracterizada por uma boa acessibilidade; a Norte, uma zona interior com média e fraca acessibilidade, consoante os lugares se situam mais ou menos próximos dos eixos viários que servem as zonas do Barrocal e da Serra.

A maior parte das deslocações faz-se de e para a sede do concelho, salientando-se, contudo, que as freguesias de Almancil e Quarteira dispõem de maior oferta pública de transporte, consequência da dinamização social e turística aí observada.

Em contrapartida, é de observar que no interior serrano a sua fraca carga demográfica inviabiliza a rentabilização da oferta de transportes colectivos, tendo as populações de se deslocar pelos seus próprios meios. Refira-se, a este propósito, que existem mesmo determinados locais/zonas que não são servidos por carreiras públicas, como é o caso de: Sobradinho, Alfeição, Freixo Verde, Águas Frias, Tavilhão, Quarto/Poço de Paus e os eixos entre Assumadas/João Andrés e Ameixial/João Marques.

Globalmente, contudo, pode considerar-se que o sistema de transportes colectivos que serve o concelho se encontra razoavelmente adequado às actuais necessidades de transporte dos principais aglomerados populacionais e todas as sedes de freguesia estão ligadas à sede de concelho através de, pelo menos, uma carreira regular. Destaque-se, ainda, que os eixos Faro – Loulé, Loulé – Quarteira e Faro – Almancil – Quarteira são os circuitos da rede de transportes públicos com maior número de carreiras, funcionando de forma regular entre as 7:00 e as 20:00 horas.

Durante os fins-de-semana verifica-se uma redução considerável na oferta. Este facto a par com o da inexistência de transportes colectivos rodoviários para além das 20:00 horas reflectem a falta de articulação entre a concepção da oferta dos transportes públicos e a principal actividade económica do concelho – o Turismo.

O transporte rodoviário é assegurado pelas denominadas carreiras interurbanas, cuja concessão é da competência da Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e cujo serviço é efectuado pela empresa EVA – Transportes e, em menor dimensão, pela Frota Azul – Algarve. O serviço rodoviário engloba também as carreiras de apoio à população escolar intra-concelhia e extra-concelhia, nomeadamente para Faro.

*Carreiras interurbanas*

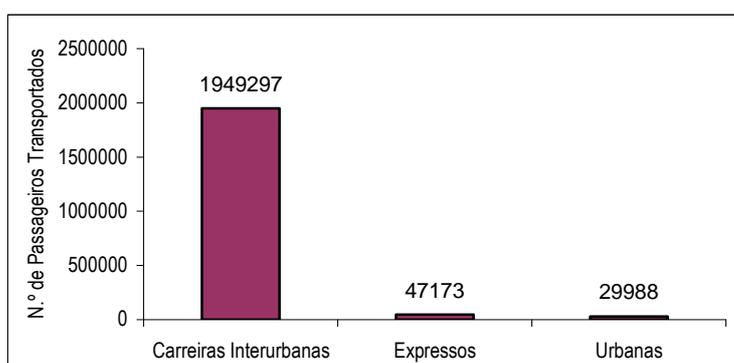
Importa ainda acrescentar a existência de Transportes Urbanos nas cidade de Loulé e de Quarteira, que servem a área do perímetro das mesmas, em serviços regulares, recolhendo passageiros em pontos de paragem estratégicos.

O Gráfico 1, a seguir apresentado, quantifica o número de passageiros transportados nos diferentes tipos de circuitos colectivos no ano de 2005, concluindo-se, da sua leitura, que a população tende a deslocar-se mais inter-regionalmente e a utilizar com muito menor frequência os transportes colectivos urbanos.

*Passageiros transportados*

Gráfico 1

Número de Passageiros Transportados por Tipos de Serviço de Transporte Rodoviário Colectivo (2005)



Fonte: CML, Divisão de Trânsito (2005)

As infra-estruturas ferroviárias da Região Algarve são constituídas pela Linha do Sul, entre Lisboa e Tunes, e pela Linha do Algarve, entre Lagos e Vila Real de Santo António, num total de 45 estações/apeadeiros. A localização das estações face aos principais aglomerados urbanos é relativamente favorável entre Faro e Vila Real de Santo António mas

*Transportes ferroviários*

bastante desfavorável entre Faro e Lagos, particularmente em Loulé, Quarteira, Albufeira e Lagoa.

De facto, o concelho é servido por uma estação, localizada a cerca de 5 km do centro urbano de Loulé. Esta considerável distância e a sua desarticulação com o transporte rodoviário constituem os principais aspectos que desencorajam uma utilização mais frequente do comboio por parte dos potenciais utentes.

De acordo com os Censos 2001, no que se refere aos movimentos pendulares casa-trabalho e casa-escola, verifica-se que o transporte particular é utilizado em 56% das viagens pendulares de entrada ou saída na Região Algarve, perfazendo um total de 17587 viagens inter-regionais/dia/sentido.

*Transporte individual*

No que respeita ao concelho de Loulé, e como já anteriormente referido, as populações das freguesias situadas mais a Norte utilizam viatura própria como principal meio de transporte, sendo utilizado para as deslocações quotidianas, alternando-o com serviços de transporte de aluguer.

A infra-estrutura aeroportuária mais próxima é o Aeroporto de Faro que, apesar de ser exterior ao concelho de Loulé, constitui uma das principais portas de entrada para o turismo no concelho.

*Transporte aéreo*

Em jeito de conclusão pode afirmar-se que o concelho de Loulé possui uma integração territorial a nível de acessibilidades extra e intra-concelhias, proporcionando uma boa mobilidade a todos os seus munícipes.

*Conclusão*

## 2.5 DESENVOLVIMENTO URBANO

Tendo em conta que para a elaboração da Carta Educativa há que deter o conhecimento de todos os processos de urbanização aprovados pela Câmara Municipal e previstos no seu PDM, houve que recorrer aos dados constantes do relatório preliminar de avaliação deste. Os dados apresentados encontram-se, assim, em consonância com os espaços de possível crescimento urbano constantes na carta de ordenamento do PDM, que data de 1995.

*Dados do relatório de avaliação do PDM*

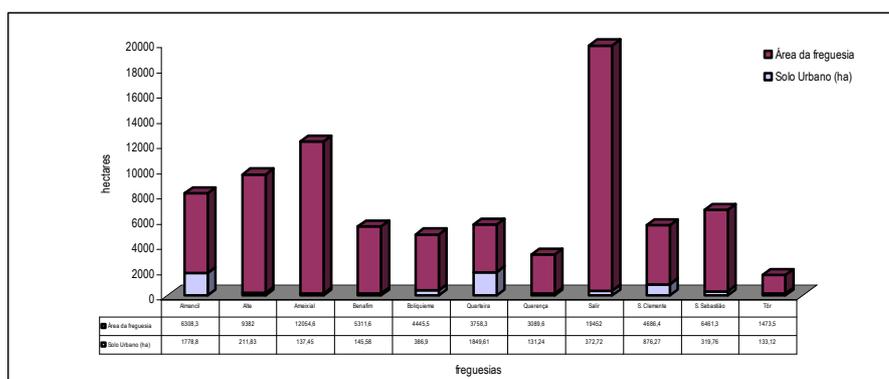
Efectivamente, de acordo com o PDM de Loulé, ratificado pela R.C.M. n.º 81/95, de 24 de Agosto e, alterado pela R.C.M. n.º 66/2004, de 26 de Maio, as categorias e subcategorias de espaço que integram o solo urbano (Capítulo II a Capítulo VII do regulamento do PDM), destinam-se, essencialmente, a habitação, comércio, serviços, equipamentos, empreendimentos turísticos e indústria, entre outros.

*Tipos e áreas de ocupação do solo urbano*

Assim, a soma das áreas integradas em solo urbano no concelho corresponde a 8% da sua área total ( $764\text{km}^2 = 76423\text{ha}$ ), pesando as áreas urbanas das freguesias do litoral (Boliquireime, S. Sebastião/S. Clemente, Quarteira e Almancil) mais de 6,8% relativamente às áreas urbanas das freguesias do Barrocal/Serra (Alte, Benafim, Salir, Tôr, Querença, Ameixial) como se pode avaliar, de forma desagregada, pelo gráfico abaixo.

Gráfico 2

Solo Urbano do Concelho de Loulé



Fonte: PDM Loulé, Planta de Ordenamento (R.C.M. n.º 66/2004, de 26 de Maio)

Nas categorias e subcategorias de espaço que integram o solo urbano, o PDM de Loulé remete, em geral, para a necessidade da elaboração de Planos Municipais de Ordenamento do Território (Planos de Urbanização e/ou Planos de Pormenor). Contudo, essa ocupação tem sido feita maioritariamente através ou de iniciativas avulsas, ou de outras integradas em operações de loteamento, ou ainda através da figura de empreendimentos turísticos.

Fazendo então uma avaliação sucinta da evolução da ocupação do solo urbano, tendo em consideração as suas categorias e subcategorias definidas no PDM, verifica-se que nos espaços urbanos e urbanizáveis do tipo A, que correspondem aos principais centros urbanos do concelho – cidade de Loulé, cidade de Quarteira e vila de Almancil – existem áreas ainda por ocupar embora, em geral, já comprometidas em termos urbanísticos. Por outro lado, nos espaços urbanos e urbanizáveis do tipo B e C, onde a pressão imobiliária é menor, existe por vezes carência relativamente à procura, facto que atinge maior acuidade nos aglomerados da zona da Serra (Tipo C). Relativamente às áreas de edificação dispersa a estruturar, a sua consolidação tem vindo a ocorrer, essencialmente, através de construções isoladas.

No período de vigência do actual PDM (em revisão) é possível apresentar dados que nos permitem perspectivar a evolução quer das licenças de utilização de obras particulares concedidas, quer dos alvarás de loteamento emitidos. Relativamente às primeiras, elas representam a única garantia de que existe edificação erigida em condições de utilização, quer para habitação própria, quer para arrendamento.

*Obras particulares e loteamentos*

#### Quadro 3

Número de Licenças de Utilização emitidas no Concelho de Loulé (1995/2004)

Ano	Número
1995	372
1996	419
1997	466
1998	561
1999	533
2000	583
2001	571
2002	578
2003	745
2004	594

Fonte: CML, DPGU, 2005

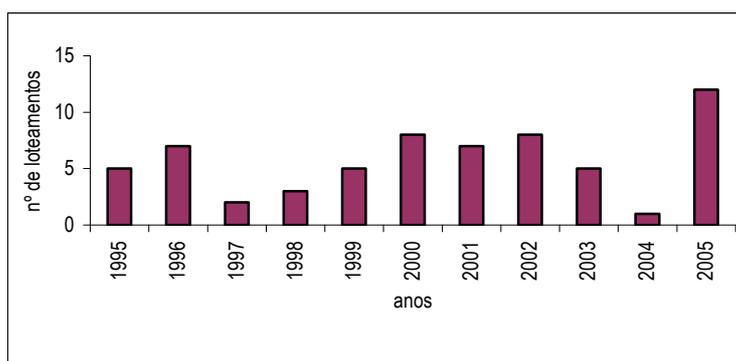
Os dados constantes do Quadro 3, acima apresentado, ainda que provisórios, revelam que o total de licenças de utilização emitidas, no período considerado, apresenta uma tendência de subida.

Relativamente a alvarás de loteamento emitidos assinala-se que, com a entrada em vigor do PDM, em 1995, a percentagem de licenças concedidas aumentou ligeiramente até ao registo de uma quebra em 1997 com retoma em meados de 1999, voltando a registar-se uma nova quebra em 2004, com uma retoma assinalável em 2005 (segundo dados provisórios dos primeiros sete meses do ano) como se depreende da leitura do Gráfico 3.

*Alvarás de loteamento*

Gráfico 3

Número de Alvarás Emitidos (1995/2005)



Fonte: CML, DPGU, Julho de 2005

Convém esclarecer que dados referentes aos anos de 1994 e 1995 podem não corresponder aos valores reais totais, uma vez que o seu registo só passou a ser mais eficaz a partir da data de entrada em vigor do PDM.

O concelho de Loulé regista um aumento considerável no número de obras concluídas entre 1994 (219) e 2005 (346). Em termos de valores globais, o número mínimo de obras concluídas foi registado em 1991 (219 obras) e o máximo em 2002 (581 obras).

*Obras concluídas nas diferentes freguesias segundo dados do INE*

No que respeita ao número de edifícios destinados a habitação familiar no concelho, o número máximo foi registado em 2002 (438 edifícios) e o mínimo em 1994 (156 edifícios). Quanto ao número de fogos destinados a

habitação familiar, o número máximo foi registado em 2003 (1542 fogos) e o mínimo em 1994 (372).

As freguesias de Quarteira e Almancil são as mais dinâmicas em termos de construção de obras, registando os valores máximos do concelho, na última década, nas três variáveis analisadas. Quarteira regista, em 2001, valores máximos no que respeita ao número total de obras concluídas, edifícios e fogos destinados a habitação familiar, com 178, 1666 e 919, respectivamente, enquanto Almancil registou em 2005 o maior número de fogos construídos (935) e em 2002 o número máximo de obras concluídas (243) e de edifícios destinados a habitação familiar (196). No período em análise, 1994 a 2005, estas freguesias correspondem a 56% do número total de obras, 60% dos edifícios e 70% dos fogos do concelho.

As freguesias de S. Clemente e S. Sebastião, que constituem a cidade de Loulé, apresentam também valores significativos no contexto concelhio, registando, no seu conjunto em 2003, os valores mais elevados, 154 obras concluídas, as quais correspondem a 116 edifícios para habitação familiar e 357 fogos. A freguesia do Ameixial, por outro lado, é a que apresenta os valores mais baixos do concelho. Em síntese, estes dados comprovam a litoralização do concelho, referida ao longo da análise que tem vindo a ser efectuada, e o conseqüente despovoamento das áreas mais interiores.

As zonas onde ocorreu maior pressão urbanística foram as zonas costeiras das freguesias do litoral, Almancil e Quarteira, e também nas freguesias urbanas da cidade de Loulé.

*Pressão urbanística*

Por último, convém ter presente, para efeitos de fundamentação das Propostas da presente Carta, os diversos planos que incidiram em solo rural sobre áreas consideradas como não urbanizáveis no PDM e que foram ratificadas:

*Planos aprovados*

- Plano de Pormenor de Vale do Lobo III, ratificado através do R.C.M. n.º 52/2004, de 13 de Abril (enquadrou projectos estruturantes ao abrigo do despacho da tutela);
- Plano de Urbanização de Vilamoura – 2ª Fase, ratificado através do R.C.M. n.º 52/1999, de 11 de Junho (enquadrou projectos

estruturantes ao abrigo do despacho da tutela);

- Plano de Pormenor do Parque das Cidades, ratificado através do R.C.M. n.º 34/2001, de 30 de Março, para enquadramento do empreendimento que inclui o estádio intermunicipal e outros equipamentos e usos complementares.

Com incidência em solo urbano, no período de 1995 a 2005, entraram também em vigor, para além dos acima referidos:

- Plano de Pormenor n.º 1 de Almancil, publicado no Diário da República, II Série, n.º 203, de 3 de Setembro, localizado em áreas urbanas e urbanizáveis;
- Plano de Urbanização da Quinta do Lago, ratificado por R.C.M. n.º 48/2004, de 8 de Abril. Antes da sua ratificação já tinha aprovações válidas e compromissos assumidos superiormente (nomeadamente com o PNRF), que facilitaram o seu processo de elaboração e a sua entrada em vigor.
- Plano de Pormenor de Loulé Sul, aprovado pela Assembleia Municipal, em Janeiro de 2005 e ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 123/2006, de 27 de Setembro (Diário da República, I série, n.º 187).

Estes instrumentos de planeamento, bem como outros que se encontram em fase de elaboração, especialmente na cidade de Quarteira, consubstanciam o desenvolvimento urbano do concelho e consolidam os seus três principais aglomerados: Loulé, Quarteira e Almancil.

## 2.6 HIERARQUIA DOS AGLOMERADOS

Vários modelos de base económica e geográfica têm sido desenvolvidos

*Organização e  
ocupação territorial*

para tentar explicar a lógica da organização espacial dos centros urbanos, sendo o mais utilizado o da “hierarquização de lugares centrais”.

Neste sentido, tentar-se-á fazer uma abordagem da hierarquia dos principais aglomerados populacionais do concelho de Loulé. Como já anteriormente afluído, as acessibilidades, tal como os custos da habitação, a oferta de emprego, a existência de equipamentos nas várias áreas sociais, a procura da educação, têm estado na base da mobilidade das populações para os aglomerados que oferecem melhor qualidade de vida.

A urbanização dos aglomerados populacionais responde e sustenta estes movimentos migratórios, pelo que se revela pertinente compreender o modo como o território se encontra organizado e ocupado, a fim de que se possa estabelecer, com sustentabilidade, o ordenamento da rede educativa concelhia.

Tendo em conta estes pressupostos, é possível apresentar para o concelho 5 níveis de Aglomerados Urbanos<sup>1</sup>, determinados de acordo com as seguintes variáveis:

- Variedade e operacionalidade das infra-estruturas existentes;
- Quantidade e qualidade dos equipamentos existentes;
- Funções administrativas existentes;
- Unidades funcionais do sector privado existentes;
- Dimensão demográfica;
- Acessibilidades.

É considerado de Nível 1 um aglomerado com influência no âmbito nacional/regional. Neste sentido, a sede do município é o único lugar passível de ser classificado com este nível, pois que se destaca dos restantes pela sua importância demográfica e pela grande oferta de bens e serviços que disponibiliza, sejam do sector privado, sejam do sector público.

*Aglomerado de Nível 1  
Cidade de Loulé*

Como centro de funções sub-regionais, assim identificado no Plano

<sup>1</sup> Assume-se Aglomerado Urbano como um conjunto coerente e articulado de áreas urbanas com perímetros urbanos diferenciados, mas em processo sustentado de unificação por factores de identidade física, social e económica, que levam a distingui-lo dos demais aglomerados e áreas urbanas.

Regional de Ordenamento do Território do Algarve, apresenta todos os equipamentos e serviços urbanos que lhe estão inerentes, designadamente a representação de alguns organismos do Estado e da Administração Central e Local. É dotado, também, de equipamentos sociais colectivos diversos, infra-estruturas, comércio e serviços privados, adequados a este nível. De facto, Loulé assume-se como um pólo comercial de grande importância no contexto concelhio, funcionando como força centrífuga para todas as freguesias circundantes.

É considerado de Nível 2 um aglomerado com influência no contexto regional/inter-concelhio. Neste nível englobam-se áreas urbanas que se apresentam como locais com grande dinamismo económico e dimensão demográfica.

*Aglomerado de Nível 2*

É o caso da cidade de Quarteira (Nível 2 a), considerado, presentemente, um dos centros turísticos mais dinâmicos da Região Algarve no que concerne não só à oferta de alojamento, como à diversidade de serviços complementares. Registe-se, também, que é o aglomerado urbano do concelho de Loulé e da Região Algarve em que se verificou maior crescimento demográfico nas duas últimas décadas.

*Aglomerado de  
Nível 2 a)  
Cidade de Quarteira*

Justifica-se, assim, a sua inclusão num sub-nível destacado, uma vez que a sua população atinge cerca de 12200 habitantes, o seu grau de infra estruturação é grande e é sede de freguesia. Os equipamentos e serviços de que dispõe, nomeadamente no que se refere à actividade comercial, asseguram mais do que as funções básicas inerentes às da cidade de Quarteira, estendendo-se a sua área de influência para além dos limites geográficos da própria freguesia.

Num nível 2b) inseriu-se Vilamoura, lugar contíguo a Quarteira, que apresenta um elevado índice de infraestruturação, bem como ampla oferta de bens raros ou ocasionais, a par com bens e serviços de aquisição diária, direccionados para a satisfação do turista.

*Aglomerado de Nível  
2b) Vilamoura*

Acrescente-se, ainda, que Vilamoura dispõe de uma excelente oferta de alojamento e equipamentos turísticos de categoria superior, para além de

funcionar como pólo de atracção residencial para um crescente número de

peessoas que aí se radicam devido à sua localização e fácil acessibilidade.

Neste nível justifica-se também a inclusão da vila de Almancil, cuja proximidade geográfica com vários empreendimentos turísticos considerados de luxo e a sua localização estratégica como entroncamento rodoviário, fazem dela um centro de prestação de serviços específicos. Sede de Freguesia, aglomerado de apoio aos referidos empreendimentos turísticos, especializou-se basicamente em serviços de apoio aos sectores turístico e imobiliário.

*Aglomerado de  
Nível 2b)  
Vila de Almancil*

Assinale-se, a propósito, que a execução da variante à E.N. 125, ao deslocar para a sua periferia Norte o intenso tráfego de atravessamento, libertou o aglomerado de contínuas agressões.

É considerado de Nível 3 um aglomerado com influência na diade concelho/inter-freguesias. Nele se incluem as restantes sedes de freguesia, com funções administrativas de âmbito territorial e variedade na oferta de bens e serviços, bem como todos os lugares localizados junto à E.N. 125 e outros cuja importância urbanística tal justifica.

*Aglomerado de Nível 3*

A maior parte destes aglomerados tem uma população superior a 250 habitantes e dispõe entre 15 a 65 unidades funcionais. Relativamente aos aglomerados de Alte, Salir, Querença e Tôr, será de referir que, para além das que actualmente apresentam, poderão atrair futuramente novas funções, se neles se vierem a implementar as Áreas de Aptidão Turística previstas no PDM.

Em Benafim e Boliquiteime serão provavelmente induzidas novas actividades decorrentes da futura implementação de áreas de edificação não habitacional. Já a Quinta do Lago e Vale do Lobo apresentam funções especializadas, essencialmente ligadas ao turismo.

Os restantes aglomerados deste nível desenvolvem-se ao longo da E.N. 125, onde se localizam actividades terciárias, designadamente nas áreas do mobiliário, automóveis e equipamento industrial, muitas das quais filiais únicas na região. Por se tratarem de pontos de fácil acessibilidade

apresentam ainda algumas funções especializadas, não existentes nos

centros urbanos.

É considerado de Nível 4 um aglomerado com visível influência na freguesia/inter-lugares. Os aglomerados deste nível são importantes pela sua posição central, situando-se, na sua maior parte, na zona do Barrocal e Litoral. São lugares com bons acessos e apresentam uma estrutura urbana em que as infra-estruturas de saneamento básico estão em curso ou previstas a curto prazo.

*Aglomerado de Nível 4*

É considerado de Nível 5 um aglomerado com influência ao nível do lugar. Trata-se aqui de aglomerados que se localizam principalmente na Serra e no Barrocal, que têm, em geral, menos de 200 habitantes mas que dispõem de uma ou duas unidades funcionais que atraem a população rural isolada da sua área envolvente.

*Aglomerado de Nível 5*

## 2.7 ESPECIFICIDADES DO POVOAMENTO

A estrutura do povoamento do território nacional, verificada nas duas últimas décadas, foi alvo de modificações em resultado de três factores determinantes: por um lado, uma manifesta concentração da população nas cidades e vilas em desfavor das aldeias, tornando essa população em predominantemente urbana; por outro, o ter-se verificado um crescimento populacional ao longo dos eixos rodoviários, situação observada muito em particular nas zonas do litoral; e um terceiro factor que se prende com a reconfiguração das bacias de emprego decorrente do aumento da mobilidade e da afirmação das cidades como centros de emprego.

*Factores determinantes*

A especificidade do povoamento no concelho de Loulé em tudo se identifica com o quadro nacional atrás descrito. De facto, o considerável aumento da mobilidade da população e o contínuo crescimento demográfico do concelho conduziram a uma evidente expansão urbana. O desenvolvimento das freguesias urbanas do litoral fez-se por via do dinamismo intrínseco à população residente, como o demonstram as taxas de natalidade e os fluxos migratórios, bem como a partir de dinâmicas geradoras de emprego localizadas em pólos diversos, designadamente os de Almancil, Quarteira e Vilamoura.

*Características do povoamento nas últimas décadas*

Se até ao final dos anos 60 o concelho tinha mantido um padrão territorial,

caracterizado por uma longa ausência de mutações espaciais e funcionais, pela conservação da dispersão de povoamento e pela mistura de usos do solo nas freguesias periféricas, particularmente a ocupação agrícola, com o 'boom' do turismo toda esta realidade se veio a alterar profundamente.

Na verdade, a partir de meados dos anos 70, com o desenvolvimento e a terciarização das actividades económicas, a importância das singularidades e especificidades locais surge como primeiro plano para a explicação dos fenómenos urbanos do concelho. De facto, a atracção que os territórios com características especiais exercem junto das populações requer uma necessidade crescente de ocupação de novos espaços. Neste contexto, não é, pois, de estranhar o aparecimento de outros tipos de povoamento, nomeadamente o turístico, caracterizado por áreas habitacionais de ocupação temporária, que não se enquadra em qualquer tipo de povoamento tradicional pois que não é nem disperso nem concentrado, nem rural nem urbano.

Muitos dos problemas que emergem destas alterações no povoamento, bem como na definição das bacias de emprego e na expansão dos aglomerados urbanos, realçam a necessidade da existência de instrumentos de planeamento que, de forma integrada e prospectiva, enquadrem as especificidades desses espaços. Neste sentido, o Plano Director Municipal (PDM) consagra situações de planeamento e ordenamento do território que passa pela existência de seis Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), no litoral, e de cinco Áreas de Aptidão Turística (AAT's), no interior.

Procurando, por fim, elaborar uma caracterização sumária das várias especificidades de povoamento e ocupação do território do concelho de Loulé, impõe-se deixar traços objectivos que resultem em contributos pertinentes para as propostas que se venham a fazer no âmbito desta Carta Educativa e consequentes opções que se venham a tomar em matéria de política educativa local:

- Freguesias semi-urbanas do interior que apresentam índices muito elevados de envelhecimento e despovoamento, onde não se deve vir a

registar um aumento no número de jovens para frequência dos

*Especificidades do  
povoamento e  
ordenamento  
territorial*

*Freguesias semi-  
urbanas*

estabelecimentos de ensino;

- A sede do concelho funcionando como força centrífuga de fixação de populações das freguesias semi-urbanas contíguas;
- As freguesias urbanas de Quarteira e Almancil, nas quais o peso dos migrantes nacionais e estrangeiros poderá continuar a reforçar a densidade demográfica das mesmas. Em qualquer destas duas freguesias se verifica uma incidência de ocupação com vocação turística, o que provoca alguma dispersão no povoamento que, face ao crescente aumento de população residente, acentua uma tendência natural de procura de equipamentos que mais se aproximem da área de residência, quer sejam de natureza pública quer privados<sup>1</sup>.

*Freguesias urbanas*

Efectivamente, as alterações de povoamento atrás referidas estão interrelacionadas com as dinâmicas de emprego e da actividade económica e, simultaneamente, com a melhoria das acessibilidades e com o aumento da mobilidade das populações que se irá, em seguida, analisar.

*Povoamento e  
emprego*

## 2.8 MOBILIDADE E MOVIMENTOS INTRA E INTER-CONCELHIOS

<sup>1</sup> É nestas duas freguesias que se encontram os únicos estabelecimentos de ensino básico e secundário privados do concelho.

Na população portuguesa verificou-se uma grande mobilidade geográfica a partir dos anos 60, que se veio a intensificar no início dos anos 90 com o crescimento natural da população, tendo tal ajudado ao despovoamento do interior, ao aumento das assimetrias e ao desenvolvimento das cidades.

*Mobilidade da  
população portuguesa*

Na verdade, as cidades reforçaram a sua posição não só em termos da sua população crescente mas sobretudo enquanto centros de serviços e emprego, estendendo a sua influência muito para além dos seus limites administrativos.

Atentando às Figuras 6 e 7 que em seguida se reproduzem, apresentadas em estudo recente [Costa, Silva & Costa, 2003: 7-8] e representativas do todo nacional, melhor se poderá entender esta dinâmica de expansão urbana, bem como os padrões de deslocações casa-trabalho a ela associados. Para tanto os referidos autores utilizam dois conceitos analíticos: o de índice de geração e o de interdependência concelhia, sendo que o primeiro se reporta à intensidade de saídas da população activa de um concelho para trabalhar noutro, e o segundo aponta os principais destinos de trabalho dessa população que se desloca para fora do concelho.

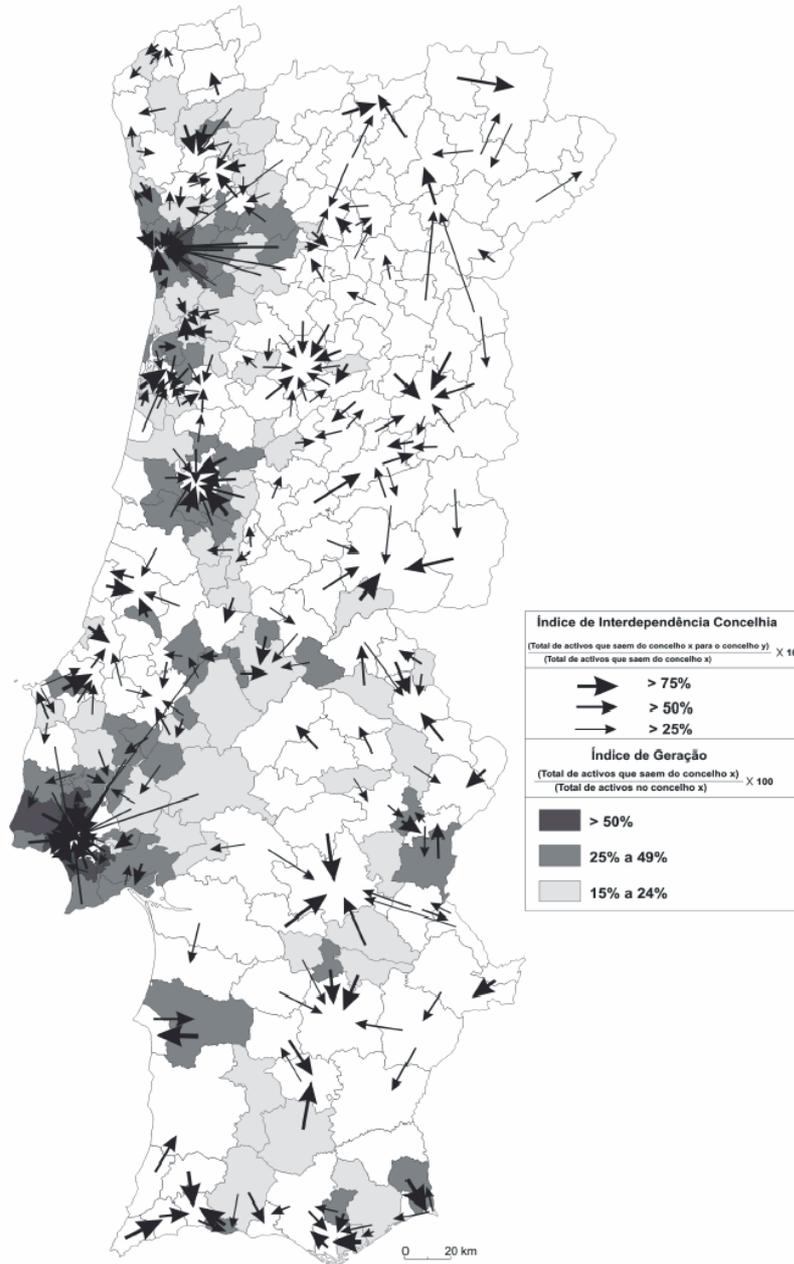
*Expansão urbana e  
movimentos a ela  
associados*

*Conceitos de Índice de  
Geração e de Índice  
de Interdependência  
Concelhia*

Fixando agora a atenção no objecto de estudo – o concelho de Loulé – e nos movimentos intra e inter-concelhios da sua população, conclui-se que o índice de geração é extremamente baixo em qualquer um dos anos (1991-2001), não atingindo sequer os 15% da razão entre o total de activos que saem do concelho e o total de activos no concelho. No que se refere ao índice de interdependência concelhia verifica-se uma diferença acentuada relativamente às deslocações casa-trabalho. De facto, constata-se em 1991 uma deslocação de activos para os concelhos vizinhos de Faro e Albufeira na ordem de mais de 50% (quociente entre os activos que saem do concelho de Loulé para cada um dos dois concelhos referidos e o total de activos do concelho), enquanto que em 2001 essa percentagem se esbate para metade, ao mesmo tempo que se observa o fluxo oposto, particularmente do concelho de Albufeira para o de Loulé, que não tinha qualquer significado em 1991.

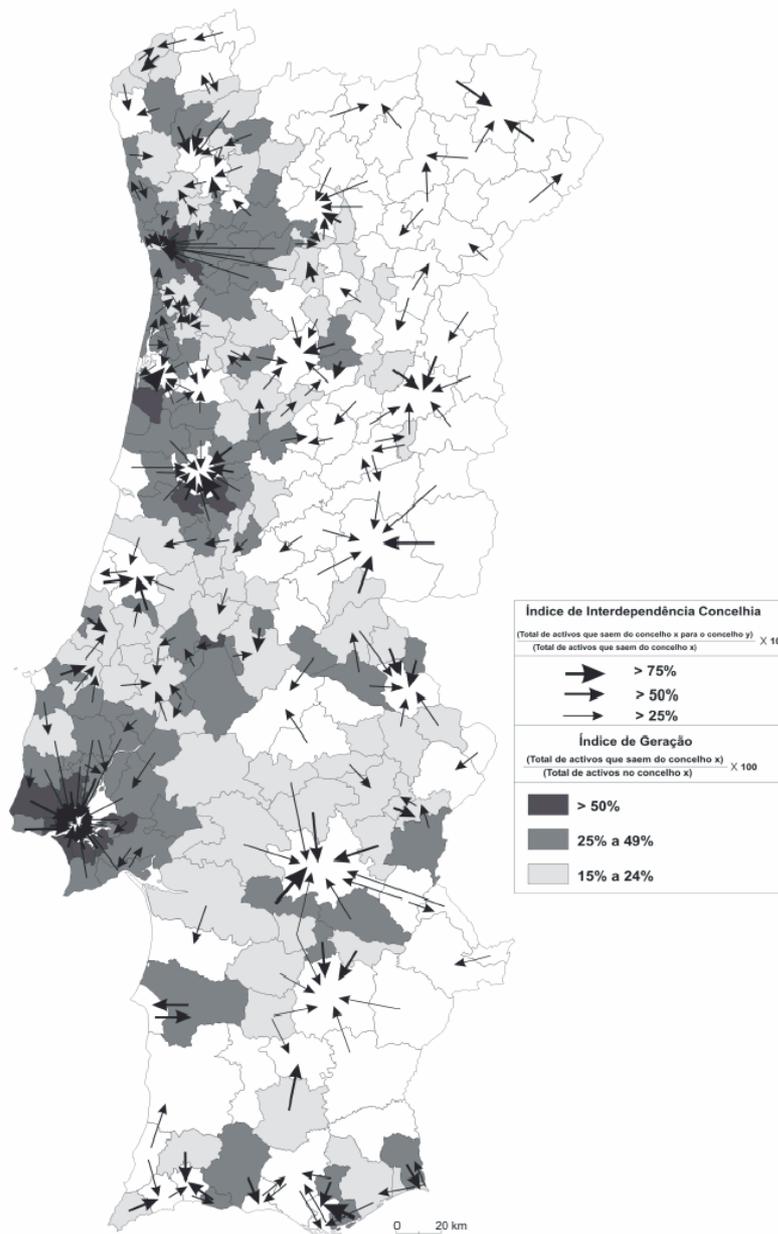
*Aplicação dos  
conceitos à mobilidade  
concelhia*

Figura 6 – Deslocações casa-trabalho, 1991



Fonte: Elaborado a partir de INE, RGP1991, in MARQUES DA COSTA, E. (2000)

Figura 7 – Deslocações casa-trabalho, 2001



Fonte: Elaborado a partir de INE, RGP 2001, in MARQUES DA COSTA, E.; MARQUES DA COSTA, N. (2003)

Decorrente da informação acima exposta é possível agora, e continuando a utilizar dados do último período inter censitário, analisar detalhadamente os movimentos da população activa e estudantil, quer do concelho no seu todo, quer desagregada por freguesia, de modo a melhor se poder entender as respectivas interfaces.

*Movimentos da população activa e estudantil do concelho*

Quadro 4

População Residente, no Concelho de Loulé, segundo o Local de Trabalho ou Estudo e o Tempo Médio de Deslocação

	Loulé	%
<b>LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO</b>		
Na freguesia onde reside	21598	59,65
Noutra freguesia do concelho onde reside	9380	25,91
Noutro concelho que não aquele que reside	5227	14,44
<b>TEMPO MÉDIO DE DESLOCAÇÃO</b>		
Nenhum	2463	7,01
Até 15 min	19374	55,12
16-30 min	10448	29,73
31-60 min	2428	6,91
61-90 min	250	0,71
+ 90 min	184	0,52

Fonte: INE, Censos 2001

Relativamente ao concelho de Loulé, pode inferir-se do quadro acima que aproximadamente 60% da população referida trabalha ou estuda na freguesia onde reside, que 26% trabalha ou estuda noutra freguesia do concelho, que a maioria dessa população (86%) trabalha ou estuda no concelho de Loulé e que apenas 14% trabalha ou estuda noutro concelho.

Em termos de deslocações fica claro que 55% da população despende menos de 15 min na deslocação para o trabalho/escola, que 30% leva entre 15 a 30 min e que apenas cerca de 9% gasta mais de 30 min.

Passando, de seguida, à desagregação dos dados por freguesia, procurar-se-á, com suporte nos quadros que se vão apresentar, entender os movimentos da população que ocorrem em cada uma.

Quadro 5

População Residente, na Freguesia de Almancil, segundo o Local de Trabalho ou Estudo e o Tempo Médio de Deslocação

	Almancil	%
<b>LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO</b>		
Na freguesia onde reside	3770	65,00
Noutra freguesia do concelho onde reside	1042	17,97
Noutro concelho que não aquele em que reside	988	17,03
<b>TEMPO MÉDIO DE DESLOCAÇÃO</b>		
Nenhum	0	0,00
Até 15 min	0	0,00
16-30 min	1554	86,38
31-60 min	213	11,884
61-90 min	18	1,0
+ 90 min	14	0,78

Fonte: INE, Censos 2001

Relativamente à freguesia de Almancil e de acordo com o Quadro 5, 65% da população analisada trabalha ou estuda na própria freguesia, 17,97% trabalha ou estuda noutra freguesia do concelho de Loulé, aproximadamente 83% trabalha ou estuda no concelho e apenas 17% trabalha ou estuda noutro concelho. No que diz respeito às deslocações, a grande maioria da população (86%) gasta até 30 min. Os movimentos de população registados nesta freguesia acompanham muito de perto os do próprio concelho.

*Dados da mobilidade  
para Almancil*

Quadro 6

População Residente, na Freguesia de Alte, segundo o Local de Trabalho ou Estudo e o Tempo Médio de Deslocação

	Alte	%
<b>LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO</b>		
Na freguesia onde reside	224	45,71
Noutra freguesia do concelho onde reside	257	52,45
Noutro concelho que não aquele em que reside	9	1,84
<b>TEMPO MÉDIO DE DESLOCAÇÃO</b>		
Nenhum	118	13,30
Até 15 min	283	31,91
16-30 min	222	25,03
31-60 min	238	26,83
61-90 min	22	2,48
+ 90 min	4	0,45

Fonte: INE, Censos 2001

No que se refere à freguesia de Alte e tendo em conta os dados do Quadro 6, aproximadamente 46% da população trabalha ou estuda na freguesia enquanto 52% trabalha ou estuda noutra freguesia do concelho

*Dados de mobilidade  
para Alte*

de Loulé. Apenas 2% da população trabalha ou estuda num outro concelho.

No que concerne à mobilidade, 32% da população gasta menos de 15 min na deslocação para o trabalho/escola e aqui já cerca de 30% leva mais do que 30 min. Como se pode inferir, a população activa e estudantil desta freguesia desloca-se para fora da mesma em número significativo, particularmente para a sede do concelho.

Quadro 7

População Residente, na Freguesia de Ameixial, segundo o Local de Trabalho ou Estudo e o Tempo Médio de Deslocação

	Ameixial	%
<b>LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO</b>		
Na freguesia onde reside	121	57,62
Noutra freguesia do concelho onde reside	56	26,67
Noutro concelho que não aquele em que reside	33	15,71
<b>TEMPO MÉDIO DE DESLOCAÇÃO</b>		
Nenhum	30	15,96
Até 15 min	76	40,43
16-30 min	15	7,98
31-60 min	26	13,83
61-90 min	40	21,28
+ 90 min	1	0,53

Fonte: INE, Censos 2001

Na freguesia do Ameixial, como se pode inferir do Quadro 7, aproximadamente 57% da população em estudo trabalha ou estuda na freguesia e 26% trabalha ou estuda noutra freguesia do concelho de Loulé.

*Dados de mobilidade  
para Ameixial*

Saliente-se o facto de, nesta freguesia, 16% dos seus habitantes se deslocar para outro concelho para estudar ou trabalhar. No que respeita ao tempo médio das deslocações 55% da população despende menos de 15 min na deslocação para o trabalho/escola, e cerca de 35%, valor muito superior à média registada no concelho, gasta mais do que 30 min.

Quadro 8

População Residente, na Freguesia de Benafim, segundo o Local de Trabalho ou Estudo e o Tempo Médio de Deslocação

	Benafim	%
<b>LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO</b>		
Na freguesia onde reside	314	48,76
Noutra freguesia do concelho onde reside	267	41,46
Noutro concelho que não aquele em que reside	63	9,78
<b>TEMPO MÉDIO DE DESLOCAÇÃO</b>		
Nenhum	84	13,27
Até 15 min	212	33,49
16-30 min	223	35,23
31-60 min	106	16,75
61-90 min	7	1,11
+ 90 min	1	0,16

Fonte: INE, Censos 2001

Reportando ao Quadro 8, referente à freguesia de Benafim, aproximadamente 49% da população trabalha ou estuda na freguesia enquanto 41% trabalha ou estuda noutra freguesia do concelho de Loulé. Apenas 8% da população trabalha ou estuda num outro concelho, afastando-se contudo dos 2% observados na freguesia vizinha de Alte.

*Dados de mobilidade  
para Benafim*

No que concerne à mobilidade, 47% da população gasta menos de 15 min na deslocação para o trabalho/escola e cerca de 17% leva mais do que 30 min.

Quadro 9

População Residente, na Freguesia de Boliqeime, segundo o Local de Trabalho ou Estudo e o Tempo Médio de Deslocação

	Boliqeime	%
<b>LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO</b>		
Na freguesia onde reside	683	54,64
Noutra freguesia do concelho onde reside	547	43,76
Noutro concelho que não aquele em que reside	20	1,60
<b>TEMPO MÉDIO DE DESLOCAÇÃO</b>		
Nenhum	222	9,16
Até 15 min	1213	50,04
16-30 min	810	33,42
31-60 min	162	6,68
61-90 min	8	0,33
+ 90 min	9	0,37

Fonte: INE, Censos 2001

Boliqueime é a freguesia do concelho em que 54% da população nela trabalha ou estuda, enquanto 44% da população trabalha ou estuda noutra freguesia do concelho de Loulé e uma percentagem estatisticamente pouco significativa (2%) trabalha ou estuda num outro concelho, de acordo com os dados constantes do Quadro 9.

*Dados de mobilidade  
para Boliqueime*

Nas suas deslocações do e para o local de trabalho/escola 59% da população despende menos 15 min, 33% gasta entre 16 a 30 min e apenas cerca de 8% da população leva mais do que 30 min, pelo que se pode afirmar que esta freguesia acompanha bem de perto a tendência do concelho.

Quadro 10

População Residente, na Freguesia de Quarteira, segundo o Local de Trabalho ou Estudo e o Tempo Médio de Deslocação

	Quarteira	%
<b>LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO</b>		
Na freguesia onde reside	7879	72,53
Noutra freguesia do concelho onde reside	1705	15,70
Noutro concelho que não aquele em que reside	1279	11,77
<b>TEMPO MÉDIO DE DESLOCAÇÃO</b>		
Nenhum	626	5,91
Até 15 min	6352	59,98
16-30 min	2852	26,93
31-60 min	614	5,80
61-90 min	57	0,54
+ 90 min	89	0,84

Fonte: INE, Censos 2001

Na freguesia de Quarteira, conforme se observa no Quadro 10, verifica-se uma menor mobilidade da sua população já que aproximadamente 72% da população trabalha ou estuda na freguesia, ultrapassando o valor médio do próprio concelho, que acompanha também no parâmetro que respeita ao trabalhar/estudar num outro concelho (12%). A maioria da população objecto de análise necessita de um tempo médio de deslocação para o trabalho ou escola inferior a 15 min.

*Dados de mobilidade  
para Quarteira*

Quadro 11

População Residente, na Freguesia de Querença, segundo o Local de Trabalho ou Estudo e o Tempo Médio de Deslocação

	Querença	%
<b>LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO</b>		
Na freguesia onde reside	94	27,33
Noutra freguesia do concelho onde reside	204	59,30
Noutro concelho que não aquele em que reside	46	13,37
<b>TEMPO MÉDIO DE DESLOCAÇÃO</b>		
Nenhum	40	12,08
Até 15 min	164	49,55
16-30 min	92	27,79
31-60 min	27	8,16
61-90 min	6	1,81
+ 90 min	2	0,60

Fonte: INE, Censos 2001

A partir do Quadro 11 verifica-se que na freguesia de Querença apenas 27% da população objecto de estudo trabalha ou estuda na freguesia e 59% trabalha ou estuda noutra freguesia do concelho de Loulé. Saliente-se o facto de, nesta freguesia, 13% dos seus habitantes se deslocarem para outro concelho para estudar ou trabalhar.

*Dados de mobilidade  
para Querença*

No que respeita ao tempo médio das deslocações, 62% da população gasta menos de 15 min na deslocação para o trabalho/escola e cerca de 2%, valor muito inferior à média registada no concelho, leva mais do que 30 min.

Quadro 12

População Residente, na Freguesia de Salir, segundo o Local de Trabalho ou Estudo e o Tempo Médio de Deslocação

	Salir	%
<b>LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO</b>		
Na freguesia onde reside	635	46,15
Noutra freguesia do concelho onde reside	581	42,22
Noutro concelho que não aquele em que reside	160	11,63
<b>TEMPO MÉDIO DE DESLOCAÇÃO</b>		
Nenhum	163	12,30
Até 15 min	391	29,51
16-30 min	443	33,43
31-60 min	294	22,19
61-90 min	23	1,74
+ 90 min	11	0,83

Fonte: INE, Censos 2001

Relativamente à freguesia de Salir e de acordo com os dados do Quadro 12, 46% da população analisada trabalha ou estuda na própria freguesia, 42% trabalha ou estuda noutra freguesia do concelho de Loulé, o que denota uma mobilidade superior à registada no todo concelho, e 12% trabalha ou estuda noutro concelho.

*Dados de mobilidade  
para Salir*

No que concerne às deslocações, cerca de 24% da população leva mais do que 30 min.

Quadro 13

População Residente, na Freguesia de S. Clemente, segundo o Local de Trabalho ou Estudo e o Tempo Médio de Deslocação

	S. Clemente	%
<b>LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO</b>		
Na freguesia onde reside	5281	57,60
Noutra freguesia do concelho onde reside	2608	28,44
Noutro concelho que não aquele em que reside	1280	13,96
<b>TEMPO MÉDIO DE DESLOCAÇÃO</b>		
Nenhum	392	4,42
Até 15 min	5190	58,51
16-30 min	2718	30,64
31-60 min	477	5,38
61-90 min	54	0,61
+ 90 min	39	0,44

Fonte: INE, Censos 2001

Relativamente à freguesia de S. Clemente, pode inferir-se do Quadro 13 que aproximadamente 58% da população referida trabalha ou estuda na freguesia onde reside, que 28% trabalha ou estuda noutra freguesia do concelho e que apenas 14% trabalha ou estuda noutro concelho.

*Dados de mobilidade  
para S. Clemente*

Em termos de deslocações fica claro que 58% da população despende menos de 15 min na deslocação para o trabalho/escola, que 30% gasta entre 15 a 30 min e que apenas cerca de 5% leva mais de 30 min. Conclui-se, assim, que esta freguesia acompanha, em termos genéricos, a situação observada no todo concelho.

Quadro 14

População Residente, na Freguesia de S. Sebastião, segundo o Local de Trabalho ou Estudo e o Tempo Médio de Deslocação

	S. Sebastião	%
<b>LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO</b>		
Na freguesia onde reside	1654	42,07
Noutra freguesia do concelho onde reside	1738	44,20
Noutro concelho que não aquele em que reside	540	13,73
<b>TEMPO MÉDIO DE DESLOCAÇÃO</b>		
Nenhum	271	7,10
Até 15 min	1932	50,64
16-30 min	1362	35,70
31-60 min	224	5,87
61-90 min	13	0,34
+ 90 min	13	0,34

Fonte: INE, Censos 2001

Esta outra freguesia urbana do concelho apresenta valores algo diferentes dos observados para a de S. Clemente, como se pode observar no Quadro 14. Assim, só aproximadamente 42% da população trabalha ou estuda na própria freguesia, 44% trabalha ou estuda noutra freguesia do concelho de Loulé, acompanhando apenas os valores da de S. Clemente no que respeita à mobilidade inter-concelhia (14%). Em termos de tempo médio de deslocação acompanha muito de perto os valores verificados no todo concelho.

*Dados de mobilidade  
para S. Sebastião*

Quadro 15

População Residente, na Freguesia de Tôr, segundo o Local de Trabalho ou Estudo e o Tempo Médio de Deslocação

	Tôr	%
<b>LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO</b>		
Na freguesia onde reside	141	31,54
Noutra freguesia do concelho onde reside	272	60,85
Noutro concelho que não aquele em que reside	34	7,61
<b>TEMPO MÉDIO DE DESLOCAÇÃO</b>		
Nenhum	65	14,84
Até 15 min	166	37,90
16-30 min	157	35,84
31-60 min	47	10,73
61-90 min	2	0,46
+ 90 min	1	0,23

Fonte: INE, Censos 2001

Finalmente, o Quadro 15 apresenta informação respeitante à freguesia da Tôr. 32% da população analisada trabalha ou estuda na própria freguesia, 61% trabalha ou estuda noutra freguesia do concelho de Loulé, o que denota uma mobilidade superior à registada no concelho e 8% trabalha ou estuda noutro concelho.

*Dados de mobilidade  
para Tôr*

No que diz respeito às deslocações, 53% da população gasta menos de 15 min na deslocação para o trabalho/escola, o que significa que a maioria da população objecto de estudo se desloca para a sede de concelho.

Em jeito de conclusão, pode afirmar-se que na freguesia de Quarteira trabalham e/ou estudam 72% dos residentes, valor claramente superior à média do concelho (60%), enquanto que na freguesia da Tôr, por oposição, apenas 32% dos residentes aí trabalham e/ou estudam, que assim apresenta os valores mais baixos e inferiores à média concelhia (60%). Também é nesta freguesia que se verifica um maior número de movimentos pendulares (trabalho e/ou estudo) no concelho (60%) valor bem superior à média deste (26%). A freguesia com mais população a deslocar-se para outro concelho é Almancil, com 17%, percentagem superior à média do concelho que é de 14%. Quanto ao tempo despendido em deslocações, a freguesia onde maior número de população leva até 15 min na deslocação para a escola/trabalho é Quarteira, com 66%, valor superior à média do concelho (55%). A freguesia onde mais população gasta entre 16-30 min na deslocação para o local de trabalho e/ou estudo é a de Almancil, com 86%, percentagem superior à média do concelho, que é de 30%. Pela sua interioridade, Alte é a freguesia em que maior número de habitantes necessita de mais de 30 min para se deslocar para o local de trabalho e/ou estudo, com 30%, valor superior à média do concelho que é de 9%. Fica assim reforçada a ideia de que a interioridade dos lugares se encontra na proporção directa da mobilidade das suas populações e do tempo que essas populações levam a deslocar-se.

*Conclusões*

## **2.9 CARACTERIZAÇÃO SOCIO-ECONÓMICA DO CONCELHO E SUAS DINÂMICAS**

A Região Algarve representa apenas 3,6% da economia do País mas é responsável por cerca de metade do turismo internacional de Portugal e

*O Algarve no contexto  
económico nacional*

por 8% das exportações nacionais de bens e serviços. Esta conjugação de factores torna-a responsável por 5% do total da procura final da economia portuguesa.

De acordo com os estudos de caracterização do PROT Algarve<sup>1</sup>, “as características do desenvolvimento do Algarve implicam sérios desequilíbrios na economia regional:

- Desequilíbrios nas relações extra-regionais, registando um défice de cerca da 20% do seu PIB;
- Desequilíbrios na organização territorial da economia: por um lado cerca de 2/3 da economia regional está concentrada nos concelhos de Faro, Loulé, Portimão, Albufeira; por outro lado o despovoamento da Serra é um processo que não se tem conseguido reverter;
- Desequilíbrios na estrutura económica que ameaçam a posição relativa do Algarve no contexto regional”.

A economia desta região está fortemente associada, directa ou indirectamente, à procura turística, à construção civil e aos serviços da administração pública, representando estas actividades 60% dessa mesma economia, o que a tornam essencialmente dependente de factores exógenos, uma vez que mesmo a construção civil (vocaçãõ turística e segunda residênciã) se destina a uma populaçãõ exterior à regiãõ, ou até mesmo ao país.

A agricultura representa apenas 6,4% dos activos da regiãõ e 4,5% do VAB (valor agrícola bruto) nacional. Embora existam situações pontuais que revelam algum dinamismo, as mesmas nãõ têm peso significativo no contexto regional.

Também a indústria apresentou, entre 1991-2001, um declínio de emprego na regiãõ, que afectou todos os concelhos mais relevantes industrialmente, à excepçãõ de Loulé.

*Proposta do PROT  
Algarve*

*A importância do  
Turismo na economia  
Algarvia*

*Peso da agricultura*

*Peso da indústria*

<sup>1</sup> Segundo Proposta do PROT Algarve, apresentada pela CCDRALg, em Dezembro de 2005

Aliás, Loulé é um dos concelhos do Algarve que disputa a liderança em diversos indicadores económico-sociais da região. Tem demonstrado dinamismo e capacidade em atrair e autopromover o tecido empresarial e, conseqüentemente, população exterior ao concelho, associando a sua localização central e dimensão territorial a um efectivo papel de relevância no contexto regional.

*Importância de Loulé  
para a economia da  
Região Algarve*

Para a caracterização das suas actividades económicas, e dentro de um quadro diagnóstico adaptado à especificidade da elaboração da Carta, optou-se por fazer o enfoque da mesma em dois eixos de análise, apresentando, cada um deles, um conjunto de indicadores que se afiguram como essenciais ao conhecimento desta realidade socio-económica.

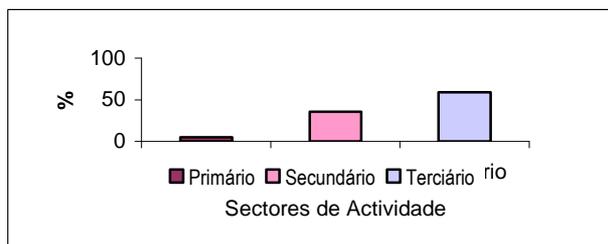
Neste contexto, atender-se-á primeiramente à caracterização da população activa e, num segundo momento, ao mercado de trabalho, associando a este as empresas, que desempenham um importante papel ao nível dos investimentos e geração de emprego, o que as torna nas principais distribuidoras de riqueza e, por extensão, as principais impulsionadoras do desenvolvimento económico local e regional.

De acordo com dados de 2001 relativos à distribuição da população do concelho por sectores de actividade, conclui-se que o concelho de Loulé acompanha a tendência regional e mesmo nacional para a terciarização da economia, ou seja, um claro predomínio/dependência da população activa no sector terciário (71% no concelho, 72% na Região Algarve e 59% no país), face aos 6% do sector primário (6% na Região Algarve e 5% do país) e os 23% do sector secundário (22% na Região Algarve e 36 % no país) [veja-se Gráficos 4 e 5].

*Caracterização da  
população activa*

Gráfico 4

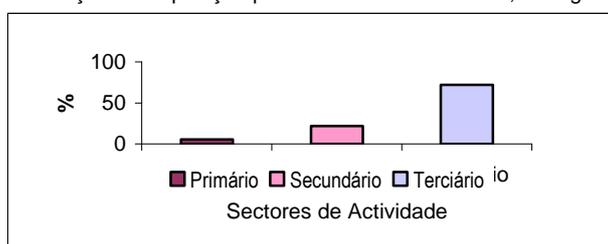
Distribuição da População por Sectores de Actividade, em Portugal (2001)



Fonte: INE, Censos (2001)

Gráfico 5

Distribuição da População por Sectores de Actividade, no Algarve (2001)



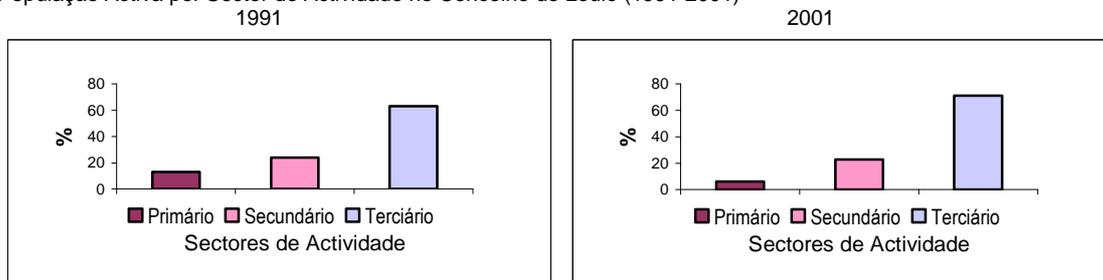
Fonte: INE, Censos (2001)

Acresce referir que a tendência para a terciarização da actividade económica do concelho já se verificava em 1991 quando, segundo os dados recolhidos pelo INE, o sector primário representava 13%, o secundário representava 24% e o terciário apresentava 63%. O crescimento verificado neste último, no intervalo de 1991 a 2001, ficou a dever-se à perda de ocupação da população activa no sector primário, pois que o sector secundário se manteve constante conforme se infere dos dados constantes do Gráfico 6.

*Crescimento do sector terciário*

Gráfico 6

População Activa por Sector de Actividade no Concelho de Loulé (1991-2001)



Fonte: INE – XIII e XIV Recenseamento Geral da População

Sendo o concelho constituído por unidades administrativas com espaços

*Tecido económico do concelho*

territoriais fortemente diferenciados é possível, pela forma como a população activa se encontra distribuída, explicar como, onde e quando os diferentes elementos se interrelacionam, permitindo quer a manutenção, quer a continuação ou mesmo a inovação do tecido económico do concelho. Isso mesmo é possível concluir a partir dos elementos constantes do Quadro 16.

Quadro 16

Ramos de Actividade Económica e Taxas de Actividade segundo a Freguesia

Freguesias	Sector Actividade 2001			Taxas de Actividade	
	Primário	Secundário	Terciário	1991	2001
Almancil	268	1204	2985	44,8	53
Alte	146	207	405	32,1	36,8
Ameixial	43	37	80	28,3	27,8
Boliqueime	145	423	1311	43,7	43,9
Quarteira	509	1535	6156	43,2	54,5
Querença	3	80	200	36,9	37,3
Salir	116	315	663	39,1	37,5
S. Clemente	109	1576	5122	42,3	49,5
S. Sebastião	122	738	2079	36,7	45,5
Benafim	194	129	221	30,2	49,9
Tôr	31	108	218	36,2	41
Total do Concelho	16886	6352	19440	40,8	48,9

Fonte: INE, Censos 2001

Em 2001 existiam ainda algumas freguesias, designadamente as localizadas na Beira Serra/Serra, cuja percentagem da população activa concentrada no sector primário era significativa, como era o caso das de Benafim, Ameixial e Alte, com 35,7%, 26,9% e 19,3%, respectivamente.

Contudo, saliente-se que em todas as freguesias o emprego no sector terciário prevalece atingindo percentagens elevadas, sendo mesmo superiores a 60% nas freguesias de S. Clemente, de Quarteira, e S. Sebastião, bem como nas de Boliqueime, Almancil, Tôr e Salir. Refira-se que é nas freguesias de Almancil e Quarteira que se concentram os grandes empreendimentos hoteleiros do concelho, ocorrendo o emprego maioritariamente neste sector.

Ainda da leitura do Gráfico 6 é possível constatar que, em relação ao vector de análise população activa/distribuição territorial, o sector secundário exerce um peso bastante significativo em todas as freguesias do concelho, sendo-o mais nas freguesias da Tôr, Salir e Querença

(30,3%; 28,8% e 28,3% respectivamente).

Em resumo, pelo atrás referido, é notória a constância verificada em cada um dos sectores de actividade económica em termos proporcionais e comparativos. De facto, o sector terciário é o que representa o maior peso, seguido, de forma distanciada, pelo sector secundário e, ainda mais, pelo sector primário. Constata-se, igualmente, o reforço do processo de terciarização evidenciado pela descida do número de indivíduos em idade activa, empregados nos dois últimos sectores.

No que concerne ao mercado de trabalho e empresas convém sinalizar o quadro distintivo entre o concelho de Loulé e a Região Algarve. O concelho é dotado de uma unidade ligada à indústria cimenteira, de produção de betão e outros materiais betuminosos, bem como de pequenas unidades de produção de cerâmicas, corte de pedra e materiais de construção, cervejas, panificação, serralharia, tipografia e a indústria extractiva. Loulé representa 26,4% da indústria transformadora no Algarve, dos quais 1/3 se concentra na indústria metalúrgica.

O sector alimentar, bebidas e tabaco representa 14,1% da indústria do concelho. Refira-se, por último, que os 23% do sector secundário no concelho se ficam a dever, especialmente, ao sector da construção civil, intimamente ligado ao incremento do número de camas turísticas e segundas habitações para férias assim como dos serviços a elas associados. Segundo dados recolhidos, em 2005, pelo CESUR, no âmbito dos trabalhos de caracterização do concelho de Loulé para a Estratégia de Sustentabilidade, os estabelecimentos comerciais apresentavam os seguintes valores, como consta do Quadro 17.

Quadro 17

Estabelecimentos Comerciais no Concelho

Estabelecimentos Comerciais	N.º de Estabelecimentos	% do Total do Concelho
Comércio por grosso, retalho e reparação de veículos automóveis	2743	30%
Construção	1946	21%
Alojamento e restauração	1368	15%

Fonte: CESUR, Estratégia de Sustentabilidade do Concelho de Loulé, 2005

Também a partir do Quadro 18 é possível identificar o perfil das

actividades económicas do concelho comparativamente aos restantes  
concelhos do Algarve.

## Quadro 18

## Distribuição das Empresas por Ramos de Actividade (2002)

	Albufeira	Alcoutim	Aljezur	Castro Marim	Faro	Lagoa	Lagos	Loulé	Monchique	Olhão	Portimão	S. B. de Alportel	Silves	Tavira	V. Bispo	VRSA	Total
<b>A+B</b>	259	63	121	105	814	196	214	<b>817</b>	253	994	286	69	818	520	150	170	<b>5 849</b>
<b>C</b>	3		1	2	15	4		<b>4</b>	2	6	2	13		5	1		<b>58</b>
<b>D</b>	156	21	40	34	357	133	158	<b>477</b>	39	262	236	107	244	139	19	107	<b>2 520</b>
<b>E</b>					1			<b>2</b>			2	1	2		1	1	<b>10</b>
<b>F</b>	1 118	25	111	151	1 278	729	721	<b>1 946</b>	95	929	1 063	226	761	696	102	535	<b>10 486</b>
<b>G</b>	1 386	104	179	228	2 487	806	1 092	<b>2 743</b>	259	1 619	2 134	449	1 282	938	191	858	<b>16 755</b>
<b>H</b>	1 198	42	142	138	851	491	722	<b>1 368</b>	113	575	1 107	112	588	479	181	425	<b>8 532</b>
<b>I</b>	136	12	17	20	170	49	68	<b>213</b>	23	60	128	29	76	49	12	50	<b>1 112</b>
<b>J</b>	76	5	8	10	349	46	70	<b>151</b>	12	108	183	26	67	50	10	45	<b>1 216</b>
<b>K</b>	549	18	32	41	727	619	409	<b>946</b>	39	257	616	66	216	203	46	136	<b>4 620</b>
<b>L a Q</b>	221	6	22	25	503	118	155	<b>452</b>	23	184	408	51	172	134	26	103	<b>2 603</b>
<b>Total</b>	<b>5 102</b>	<b>296</b>	<b>673</b>	<b>754</b>	<b>7 552</b>	<b>2 891</b>	<b>3 609</b>	<b>9 119</b>	<b>858</b>	<b>4 994</b>	<b>6 165</b>	<b>1 149</b>	<b>4 226</b>	<b>3.213</b>	<b>739</b>	<b>2 430</b>	<b>53 770</b>

A + B	Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura + Pesca	J	Actividades Financeiras
C	Indústrias Extractivas	K	Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços prestados às Empresas
D	Indústrias Transformadoras	L	Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória
E	Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água	M	Educação
F	Construção	N	Saúde e Acção Social
G	Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos automóveis	O	Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais
H	Alojamento e Restauração	P	Famílias com empregados domésticos
I	Transportes, Armazenagem e Comunicação	Q	Organismos Internacionais e outras organizações extra-territoriais

Fonte: INE – Anuário Estatístico (2003)

Desta forma conclui-se que, em 2002:

- A distribuição das actividades económicas no concelho de Loulé segue a tendência geral da região;
- O concelho de Loulé é aquele que apresenta o maior número de estabelecimentos (9119) independentemente da actividade exercida, o que evidencia o dinamismo e a atractividade económica do concelho;
- No concelho de Loulé predominam, por comparação com os outros concelhos da Região Algarve, as seguintes actividades: Indústrias Transformadoras (D), Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água (E), Construção (F), Comércio por Grosso e a Retalho e Reparação de Veículos Automóveis (G), Alojamento e Restauração (H), Transportes, Armazenagem e Comunicação (I), e Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços prestados às Empresas (K). A um outro nível, ainda que não menos importantes, encontram-se posicionadas as outras actividades: Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura + Pesca (A+B), Actividades Financeiras (J), Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória (L), Educação (M), Saúde e Acção Social (N), Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais (O), Famílias com empregados domésticos (P) e Organismos Internacionais e outras organizações extra-territoriais (Q);
- O Comércio por Grosso e a Retalho e a Reparação de Veículos Automóveis (G) são as actividades com maior expressão no concelho de Loulé (2743), seguidas da Construção (F), com 1946 estabelecimentos, representando 30,01% dos da região e 21,3% do total de estabelecimentos no concelho. Não menos importante é o Alojamento e Restauração (H – 1368 unidades), o qual representa cerca de 15% das actividades exercidas no concelho e 16% do total regional;
- A nível concelhio, as Indústrias Extractivas (C) e a Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água (E) representam,

respectivamente, apenas 0,04% e 0,02% do total das actividades (4 e 2 unidades respectivamente), o que não significa menor impacto em termos económicos no concelho. Todavia, conforme já referido, Loulé é o concelho em que a Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água tem maior dinamismo no contexto regional, podendo constituir uma oportunidade de negócio a explorar de futuro.

Dos espaços empresariais/industriais existentes ou objecto de planeamento para o concelho de Loulé, apenas o Plano de Pormenor da Zona Industrial de Boliqueime (PPZIB) terá características de zona industrial propriamente dita, constituindo uma mais valia no âmbito regional uma vez que tais estes espaços são escassos.

Por fim, de destacar que o concelho de Loulé acolhe uma estrutura de apoio à criação de empresas – CACE-Centro de Apoio à Criação de Empresas –, instalada no loteamento industrial de Loulé, bem como várias associações de apoio aos empresários, de que se realça o NERA<sup>1</sup> – Associação Empresarial da Região Algarve, realidades que constituem fortes indicadores do dinamismo empresarial do concelho no contexto regional.

Em síntese, sublinhe-se que a estrutura produtiva local se destaca, no âmbito regional, a nível do sector industrial e que se prevê uma tendência de crescimento do número de empresas, potenciada pela futura Zona Industrial de Boliqueime e pela Área de Localização Empresarial de Almancil.

Paralelamente, assiste-se à consolidação da actividade turística que tem contribuído para a alteração de padrões de vida, emprego e mesmo migração de populações. A ênfase na actividade turística justifica-se por gerar um número elevado de população flutuante bem como por ser um elemento explicativo do aumento do sector terciário. O concelho de Loulé, à semelhança do que ocorre na Região Algarve, tem no turismo uma das suas principais actividades económicas, sendo estimada representar 66% do PIB regional (CCDRAlg, 2004).

---

<sup>1</sup> Associação empresarial sem fins lucrativos e de utilidade pública – conforme despacho do Primeiro-Ministro de 25 de Julho de 1992 – constituída ao abrigo da lei civil.

Sendo o maior concelho da Região, em termos geográficos e demográficos, apresenta tendências e indicadores alinhados com o Turismo no Algarve, sendo também o que possui mais estabelecimentos no sector alojamento e restauração (1368 segundo o INE, 2005) a nível regional (16% do total).

Como se pode inferir do Quadro 19, o concelho de Loulé isolado representa 15% da procura turística nos 16 concelhos do Algarve, tendo, efectivamente, um peso considerável na economia desta região.

Quadro 19

Número de Estabelecimentos Hoteleiros

Nº de Unidades	Algarve	Loulé	% Região
Estabelecimentos Hoteleiros	250	38	15
Turismo em Espaço Rural *	31	8	26

Fonte: \*DREA, 2005

Ainda de acordo com o mesmo quadro, o Turismo em Espaço Rural (TER) afirma-se com tendência crescente no concelho, ao contrário do turismo tradicional que desce ligeiramente nas estatísticas de dormidas e estadias (passando de 5,7 para 4,9 dias de média) acompanhando a média do resto da região, no período 2001-2003 (CML, 2004). Pelo seu peso absoluto e relativo, o turismo de 'sol e praia' continuará, no entanto, a ser predominante e essencial para a economia do concelho.

Quadro 20

Número de Camas destinadas ao Turismo

Nº de Camas	Algarve	Loulé	% Região
Estabelecimentos classificados *	94089	13074	14
Turismo em Espaço Rural **	319	101	32
Previstas nas 5 AAT's	-	4800	-

Fonte: \*INE, 2005 e \*\*DREA, 2005

No que se refere às Áreas de Aptidão Turística, de acordo com dados disponibilizados pela Câmara Municipal e expressos no Quadro 20, embora ainda nenhum projecto se tenha concretizado, existem cinco definidas para o concelho, num total de 4 800 camas distribuídas da seguinte forma: Alte, com 1200 camas; Benafim, com 300 camas; Loulé, com 700 camas; Querença/Tôr, com 1800 camas; e Salir, com 800 camas.

Também os dados do Quadro 21 reflectem, claramente, a importância económica do concelho de Loulé, comparando a sua taxa de ocupação das camas disponíveis com a da Região Algarve. Na verdade, a evolução verificada nesta valência, a nível do concelho, encontra-se sempre muito próxima da da própria região, chegando mesmo a superá-la (2002).

Quadro 21

Evolução da Taxa de Ocupação de Camas

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
ALGARVE	37,1	40,4	44,1	42,3	43,9	45,0	47,0	46,4	44,6	45,6
LOULÉ	32,1	36,9	39,3	40,9	40,0	44,1	44,6	45,1	44,2	48,4

Fonte: INE, 2003

Loulé assume-se, desta forma, como um dos concelhos com maior vocação turística da Região Algarve, possuindo uma vasta e diversificada oferta em termos turísticos, quer no tipo quer na qualidade dos equipamentos, pese embora o facto de se encontrar quase exclusivamente concentrada no litoral.

Reflexo da actividade turística pode verificar-se, pelos dados do Quadro 22 que, no intervalo 1991/2001, se dá um aumento na taxa de actividade, resultado do poder de atracção e do dinamismo daquela. É notório, contudo, que a sazonalidade característica da actividade turística contribuiu para o aumento da taxa de desemprego.

Quadro 22

Taxas de Actividade e de Desemprego no Algarve e no Concelho de Loulé (1991 e 2001)

	Algarve		Loulé	
	1991	2001	1991	2001
Taxa de Actividade	43,3	48,7	40,8	48,9
Taxa de Desemprego	5,1	6,2	4,3	5,1

Fonte: INE, Censos (1991 e 2001)

De acordo com o mesmo quadro, o concelho de Loulé registava, em 2001, uma taxa de desemprego de 5%, ligeiramente inferior à verificada na Região Algarve.

*Taxa de desemprego  
do concelho*

Fazendo a desagregação deste valor por freguesia (veja-se Quadro 23), verifica-se que a de Quarteira apresenta a taxa mais elevada (6,8%), contrastando com a de Tôr (1,92%). Também a freguesia de Almancil apresenta um valor de 4,44%, que apesar de elevado, é inferior à média do concelho. As restantes freguesias, porque mais afastadas do litoral e da consequente influência da actividade turística, apresentam valores abaixo da média concelhia.

Relativamente à população activa e à empregada, o concelho de Loulé regista um valor ligeiramente superior à taxa verificada na Região Algarve. Reportando, novamente, à desagregação por freguesia, verifica-se que a do Ameixial é a que apresenta um menor valor percentual de população activa, consequência da sua interiorização, despovoamento e envelhecimento da sua população. Ao invés, Quarteira apresenta a taxa mais elevada de população activa o que a torna na freguesia socio-economicamente mais dinâmica com um elevado número de população activa.

Por último, refira-se que é também Quarteira a freguesia que atrai o maior número de população activa fazendo com que, em dado momento, a oferta de mão-de-obra seja maior do que a procura. Em contraste, na freguesia da Tôr, pela sua interioridade e por apresentar uma população tão reduzida quanto envelhecida, os índices de empregabilidade são os mais elevados do concelho, ocupando-se, principalmente, no sector primário.

Quadro 23

População Activa segundo a Situação perante o Emprego no Concelho de Loulé,  
 por Freguesia (2001)

	População Residente	População Activa	%	População Desempregada	%	População Empregada	%
Ameixial	604	168	27,81	8	4,76	160	95,24
Almancil	8799	4664	53,01	207	4,44	4457	95,56
Alte	2176	801	36,81	43	5,37	758	94,63
Benafim	1141	569	49,87	25	4,39	544	95,61
Boliqueime	4473	1964	43,91	85	4,33	1879	95,67
Quarteira	16129	8798	54,55	598	6,80	8200	93,20
Querença	788	294	37,31	11	3,74	283	96,26
Salir	3023	1134	37,51	40	3,53	1094	96,47
S. Clemente	14406	7132	49,51	325	4,56	6807	95,44
S. Sebastião	6734	3063	45,49	124	4,05	2939	95,95
Tôr	887	364	41,04	7	1,92	357	98,08
Loulé Concelho	59160	28951	48,94	1473	5,09	27478	94,91
Algarve	395218	192348	48,67	11953	6,21	179244	93,19

Fonte: INE, Censos 2001

Em conclusão, estes valores retratam as disparidades entre um interior que apresenta uma relação directa entre o despovoamento e o desemprego, e um litoral que, pela sua dinâmica e base demográfica, regista taxas de desemprego mais elevadas, porque mais exposto à lei da oferta e da procura em termos de emprego.

Concentrando a atenção no universo da população desempregada, o Quadro 24 evidencia uma forte incidência de população desempregada nos escalões etários mais jovens, em particular até aos 29 anos, decrescendo em termos absolutos o número de desempregados à medida que aumenta a idade, acompanhando a tendência verificada na Região Algarve. Este dado constitui, por si só, um aspecto preocupante uma vez que mostra serem os jovens aqueles que tendem a ocupar uma das posições mais fragilizadas em matéria de acesso ao emprego.

*População  
desempregada*

## Quadro 24

Distribuição do Número de Desempregados por Grupos Etários

Idade	Algarve	Loulé
15-19	1173	195
20-24	2095	278
25-29	1723	200
30-34	1387	177
35-39	1369	156
40-44	1156	166
45-49	1021	105
50-54	890	83
55-59	702	61
60-64	415	47
65 ou mais	22	5

Fonte: Rede Social, Diagnóstico Social do Concelho de Loulé, 2003

Prolongando ainda a análise sobre a população desempregada e cruzando-a com estudos realizados com base em dados estatísticos conclui-se que, a nível do concelho, a incidência do desemprego se verifica em praticamente todos os níveis de escolaridade, inclusive nos mais elevados. Contudo, é visível um peso mais significativo do desemprego junto da população com menor capital escolar, o que se pode vir a traduzir na necessidade de, no quadro desta Carta Educativa, estabelecer formas de intervenção que visem este segmento da população, por forma a proporcionar-lhe novas oportunidades com o intuito de aumentar as suas qualificações escolares e com isso poder competir no mercado de trabalho.

E isto é tanto mais pertinente quanto o facto do desenvolvimento do concelho se ancorar nas pessoas que nele habitam, constituindo-se como o seu activo, imprimindo, directa ou indirectamente, alterações na dinâmica territorial. As diferenciações territoriais existentes são, assim, resultantes da inter-relação dos aspectos sociais, económicos, culturais e de instrução.

Faz, pois, sentido apresentar alguns dados que permitam identificar essa inter-relação. Quanto ao nível de instrução, e fazendo uma leitura global do Quadro 25, pode verificar-se que em relação aos diferentes níveis de ensino o concelho de Loulé acompanha a tendência da Região Algarve.

Quadro 25

Nível de Instrução da População Residente, por Freguesia (2001)

	Nível de Ensino													
	Nenhum		1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Secundário		Médio		Superior	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Almancil	1103	14,56	2580	34,07	1084	14,31	1287	16,99	1022	13,50	59	0,78	438	5,78
Alte	529	29,97	653	37,00	233	13,20	180	10,20	124	7,03	8	0,45	38	2,15
Ameixial	181	39,52	196	42,79	46	10,04	14	3,06	15	3,28	2	0,44	4	0,87
Benafim	220	24,39	347	38,47	133	14,75	93	10,31	77	8,54	1	0,11	31	3,44
Boliquiteime	651	17,40	1271	33,97	595	15,90	568	15,18	456	12,19	27	0,72	173	4,62
Quarteira	1886	13,28	3985	28,05	2238	15,75	2936	20,67	2197	15,47	91	0,64	873	6,15
Querença	144	23,00	247	39,46	87	13,90	66	10,54	57	9,11	1	0,16	24	3,83
Salir	597	23,84	1010	40,34	364	14,54	283	11,30	168	6,71	3	0,12	79	3,15
S. Clemente	1466	11,81	4054	32,65	1777	14,31	2182	17,57	1820	14,66	111	0,89	1006	8,10
S. Sebastião	736	13,06	1932	34,29	878	15,58	959	17,02	743	13,19	32	0,57	355	6,30
Tôr	113	16,40	295	42,82	98	14,22	97	14,08	57	8,27	2	0,29	27	3,92
Loulé Concelho	7514	14,91	16570	32,88	7533	14,95	8665	17,19	6736	13,36	337	0,67	3048	6,05
Algarve	62617	17,82	107629	30,62	49163	13,99	59332	16,88	47732	13,58	2536	0,72	22442	6,39

Fonte: INE, Censos 2001

Contudo, uma leitura mais atenta permite detectar algumas diferenças entre os dados apresentados pelo INE para o concelho e os dados para a Região Algarve. Assim, analisando por níveis de ensino verifica-se que, no que se refere à população sem qualquer nível de instrução, o concelho de Loulé (14%) se situa abaixo da média regional (18%). A este nível, a freguesia do Ameixial é a que apresenta a taxa de analfabetismo<sup>1</sup> mais elevada no concelho (39%), e a freguesia de S. Clemente a que apresenta a mais reduzida (12%). No que respeita aos 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico, o concelho de Loulé continua a situar-se ligeiramente acima dos valores regionais (33% - 31% e 15% - 14% respectivamente). É na freguesia de Tôr que a percentagem de população com o 1º Ciclo do Ensino Básico tem maior expressão (43%), reflexo do seu envelhecimento. Na freguesia de S. Sebastião é onde se verifica uma maior expressão do 2º Ciclo do Ensino Básico (16%). Já no que se refere aos 3º Ciclo do Ensino Básico e ao Ensino Secundário, o concelho de Loulé apresenta dados em tudo semelhantes aos da região.

Destaque-se, contudo, a freguesia de Quarteira como sendo aquela em que um número considerável de residentes apresenta o 3º Ciclo do Ensino

<sup>1</sup> Taxa de Analfabetismo – Relação da população com 10 e mais anos de idade que não sabe ler e escrever e a população total com 10 e mais anos.

Básico (21%) e o Ensino Secundário (16%) como habilitação académica. Finalmente, uma referência ao ensino Superior, no qual Loulé está próximo da média regional (6%), sobressaindo a freguesia de S. Clemente por nela estarem sedeados um vasto número de serviços públicos e privados, a cujos quadros se exige formação superior, situação igualmente válida para a freguesia de Quarteira particularmente no que se refere ao turismo e aos serviços a ele associados.

Ao nível dos meios de vida da população residente e como já anteriormente referido, o concelho de Loulé representa 15,1% da força de trabalho da Região Algarve o que é, por si só, um dado significativo no todo regional. Contudo, como em qualquer comunidade, uma fatia da sua população não exerce qualquer actividade como facilmente se infere do Quadro 26.

Quadro 26

Distribuição da População sem Actividade Económica

Distribuição da População sem Actividade económica	%
Reformados, aposentados ou na reserva	50,4
Doméstica	19,1
Estudantes	16,2
Incapacitados permanentes para o trabalho	5,3
Outra Situação	9,0

Fonte: Rede Social, Diagnóstico Social do Concelho de Loulé, 2003

Para além desta distribuição de população sem qualquer actividade económica (veja-se Quadro 27) também o concelho de Loulé apresenta uma população residual que subsiste com base no Rendimento Social de Integração (anteriormente designado por Rendimento Mínimo Garantido).

Quadro 27

Distribuição dos Beneficiários do Rendimento Social de Integração, por Freguesias e Percentagem face à População Residente (Setembro 2003)

Freguesia	Processos Activos		Pop. Residente	% Face à Pop. Residente
	N.º Famílias	N.º Pessoas		
Quarteira	146	349		2,2
S. Clemente	57	167	16.129	1,2
Almancil	51	165	14.406	1,9
S. Sebastião	35	114	8.799	1,7
Boliqueime	40	113	6.734	2,5
Salir	24	45	4.473	1,5
Alte	16	37	3.023	1,7
Querença	6	10	2.176	1,3
Tôr	5	7	788	0,8
Benafim	3	6	887	0,5
Ameixial	2	4	1.141	0,7
<b>Total</b>	<b>385</b>	<b>1.017</b>	<b>59.160</b>	<b>1,7</b>

Fonte: CLAS, Loulé, 2003

Analisando os dados constantes do quadro, as freguesias de Boliqueime e Quarteira são as que apresentam valores mais significativos de beneficiários, quando comparados com a população residente (Censos 2001), apresentando, as restantes, valores relativos inferiores a 2% da população residente. Realce-se a diminuição do número de beneficiários a partir do início de 2001, período no qual a medida abrangia cerca de 4,5% da população do concelho. Cerca de 44% dos beneficiários encontra-se em idade activa, colocando-se a atribuição da prestação sobretudo ao nível das baixas remunerações das famílias, concordantes com deficiente nível de formação profissional e escolar dos beneficiários.

Já 18,4% dos beneficiários são idosos, o que representa um valor bastante significativo no computo geral da população analisada, o que se fica a dever ao baixo valor das pensões e reformas que permite aos indivíduos com mais de 65 anos aceder a esta prestação social.

## 2.10 UNIDADE E HETEROGENEIDADE DO CONCELHO NO CONTEXTO REGIONAL

A Região Algarve apresenta um sistema urbano 'linear', com forte urbanização na faixa litoral e um esvaziamento da Serra, modelo territorial este que assenta na concentração de pessoas e actividades no Litoral e no Barrocal.

*Sistema urbano da região*

Partindo da proposta do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve é possível perspectivar o abandono de um modelo territorial polarizado e caminhar-se, ao longo da próxima década, no sentido de um modelo territorial policêntrico, fundamentado na ideia de complementaridade e interacção entre áreas urbanas distintas, de forma a criar dinâmicas de desenvolvimento e a reforçar a competitividade.

*PROT Algarve*

O concelho de Loulé encontra-se inserido numa das duas principais aglomerações da Região Algarve que tem Faro como centro, alargando-se num raio de 20 km, prospectivando-se que atinja os 200 mil habitantes em 2030. Esta proposta de modelo territorial aponta para a consolidação do já referido sistema policêntrico, envolvendo as cidades de Faro e Loulé, e ainda Olhão e Quarteira/Vilamoura, bem como empreendimentos turísticos de alta qualidade e os futuros pólos tecnológicos e logísticos do Parque das Cidades, Parque das Novas Actividades, Mercado Abastecedor da Região de Faro, Universidade do Algarve e Aeroporto Internacional.

*Modelo territorial policêntrico*

Este cenário estratégico, implicando um quadro referencial de cooperação intermunicipal, tem em vista a promoção de novas centralidades no espaço da aglomeração e, nesta perspectiva, o eixo Loulé/Faro, através do Parque das Cidades, pode vir a desempenhar novas funções urbanas, como sejam as de Investimento e Desenvolvimento, Ensino e Saúde, Cultura e Património e ainda Comércio e Serviços.

*Eixo Loulé/Faro*

A proposta do PROT Algarve aponta ainda para a organização da Região Algarve em quatro grandes unidades territoriais terrestres: Litoral Sul e Barrocal, Costa Vicentina, Baixo Guadiana e Serra, sendo o concelho de Loulé considerado como fazendo parte da do Litoral Sul e Barrocal e da da Serra.

*Unidades territoriais da Região Algarve*

Cada uma destas unidades encerra, em si, um conjunto de subunidades, destacando-se para o concelho:

- a subunidade territorial do Caldeirão, área essencialmente florestal e de pequenos núcleos rurais, sendo um território em que se tem vindo a registar elevados índices de despovoamento;
- a subunidade territorial de Vilamoura/Quarteira/Quinta do Lago, que integra o núcleo urbano de Quarteira e a área fragmentada envolvente, englobando ainda a área urbano-turística de Vilamoura e os conjuntos turísticos litorais da Quinta do Lago, Vale do Lobo e outros. Concentra-se nesta uma importante fatia da população do concelho, das suas actividades económicas e do alojamento de primeira residência, turístico e de segunda residência;
- a subunidade territorial do Espargal/Fonte Santa/Alcaria/Ribeira de Algibre exhibe uma alternância de povoamentos florestais com vales cultivados, estando grande parte da sua área ocupada com floresta e terrenos incultos. O seu povoamento caracteriza-se por edificação de baixa densidade;
- finalmente, a subunidade territorial de Loulé/São Brás de Alportel em que predomina a edificação dispersa de alta e média densidade, bem como a existência de loteamentos urbanos, incluindo ainda a extensa faixa fragmentada ao longo da EN125 com utilização indiferenciada, especialmente de serviços em unidades de pequena dimensão.

Face a esta nova conceptualização operacional é cada vez menos apropriado falar-se de uma pretensa unidade no concelho de Loulé, tanto mais que, como já anteriormente descrito, ele assenta em três realidades, que apresentam heterogeneidade entre si:

- A Cidade de Loulé e a sua área envolvente, que quase se confundem pela sua interdependência socioeconómica, em que população activa se encontra maioritariamente a exercer funções no sector terciário e que, por se tratar do centro urbano de maior dimensão, tende a concentrar maior número de população e actividades, o que poderá vir

*Subunidades  
territoriais do concelho  
de Loulé no contexto  
regional*

*Unidade e  
heterogeneidade do  
concelho de Loulé*

a acentuar ainda mais as disparidades intra-concelhias;

- O Litoral – de Almancil a Quarteira – possuidor de uma acentuada dinâmica turístico-empresarial, apresenta os valores mais elevados de população jovem, pois que cerca de 20% dessa população tem uma idade inferior a 15 anos, apresentando Quarteira 85% da população com idade inferior a 65 anos. Nesta área continuará a verificar-se uma litoralização da população e de todas as actividades ligadas ao turismo;
- O Interior, que abrange as restantes freguesias, cujas sedes se encontram numa dependência quase vital do centro do concelho. Este interior encontra-se despovoado e com uma população envelhecida, dedicando-se a maior parte dela a actividades ligadas ao sector primário, que tem a sua mais significativa expressão nas freguesias da Tôr e do Ameixial. Naturalmente que a procura de mão-de-obra no Litoral e na Cidade de Loulé, continuará a atrair maior número de efectivos populacionais e a acentuar esse mesmo despovoamento.

Face ao exposto, forçoso é ter presente que os espaços territoriais nas suas diferentes escalas, desde o espaço subregional, ao espaço municipal e aos espaços locais, têm tempos de planeamento e mudança muito distintos, pelo que é essencial preservar o que os torna numa unidade organizacional, reconhecendo a heterogeneidade que lhes é intrínseca.

*Espaços territoriais e  
seu planeamento*

## 2.11 PROJECTOS PREVISTOS

Como parece ter ficado claro pelo atrás desenvolvido, o concelho de Loulé apresenta uma forte e expressiva dinâmica em resultado da sua centralidade e excelentes acessibilidades. Sendo também detentor de uma localização geográfica muito apelativa para o turismo e para o investimento na área da indústria hoteleira, com notório potencial nas actividades industrial e comercial, tornou-se num forte pólo de atracção de fluxos migratórios e conseqüente fixação de populações. Por tudo isso, o concelho sentiu necessidade de se mobilizar no sentido de desenvolver projectos que se constituem como uma mais valia para a sua população, ultrapassando a mera realidade concelhia para se projectarem para a realidade regional.

*Dinâmicas concelhias*

De entre os previstos, pela sua dimensão e interesse, foram nove os projectos isolados e identificados pela Câmara Municipal com potencialidade para poderem vir a ser financiados no âmbito do QREN (Quadro de Referência Estratégia Nacional, 2007/2013) e que se enumeram, de seguida, com uma breve caracterização e informação:

*Proposta de projectos  
ao QREN*

1. O interesse deste projecto reside na criação de um equipamento desportivo que permita, de forma mais abrangente, desenvolver, para além da competição, actividades na área do ensino da natação para crianças, jovens e idosos, bem como para deficientes, numa cidade com grande aptidão para as áreas do desporto e lazer.
2. Centra-se este na complementaridade de um projecto iniciado há alguns anos, que pretende criar o acesso pedonal entre Quarteira e Vilamoura, recuperando uma área urbana degradada e permitindo a criação de um novo espaço para o mercado municipal e uma área verde equipada, regando os acessos à praia e os apoios da praia a construir (3ª fase do "Calçadão").
3. A construção desta infra-estrutura está prevista no Plano Director Municipal, existindo já um estudo de viabilidade técnica para a mesma, executado pela empresa Aeroportos e Navegação Aérea, SA, que se assume como parceira do projecto, contando com verbas previstas no âmbito do protocolo de Vilamoura XXI.

*Piscinas Municipais de  
Quarteira*

*Ligação costeira  
Quarteira-Vilamoura*

*Aérodromo Municipal  
de Loulé*

Este projecto potenciará o turismo regional através de um equipamento com capacidade para receber aeronaves até 20t, dotando, simultaneamente, a Região Algarve de uma nova unidade aeroportuária que contribua para o seu desenvolvimento sustentado, constituindo-se como possibilidade de complementaridade ao Aeroporto Internacional de Faro e podendo servir em acções de apoio a operações humanitárias e de protecção civil, bem como a operações particulares.

4. Projecto a desenvolver na área de proximidade imediata da cidade de Loulé, com capacidade para localização de um conjunto de equipamentos desportivos de apoio a várias modalidades, acentuando a sua vocação para treino e preparação de atletas e complementando a oferta existente em matéria de desenvolvimento desportivo da região.

*Parque Desportivo de Loulé*

A construção de um parque desportivo assume-se como uma das vertentes do turismo desportivo que a CML pretende desenvolver como forma de complemento às outras vertentes turísticas já existentes no concelho, vocacionando o mesmo para práticas e modalidades desportivas de ampla projecção nacional e internacional.

5. A construir no Parque das Cidades, o Pavilhão Multiusos será um equipamento multifuncional com várias valências: congressos, conferências e outros eventos previstos no Plano de Pormenor do Parque das Cidades. Pretende-se, assim, dotar o eixo Loulé-Faro-Olhão e as suas periferias de um equipamento com funções de apoio ao turismo de incentivos e de outras realizações de carácter regional, nacional e internacional, bem como desenvolver o Plano de Pormenor do Parque das Cidades tornando esta zona numa força centrífuga do desenvolvimento dos vários centros urbanos que serve.

*Pavilhão Multiusos*

6. Transferência do campo de tiro de Vilamoura para o interior do concelho de Loulé, deslocando o equipamento de uma zona urbanizável para áreas mais apropriadas, dando-lhe uma dimensão regional e promovendo a fusão dos Clubes de Tiro concelhios num importante clube de carácter regional.

*Campo de Tiro*

Pretende-se, assim, criar condições ambientais para o desenvolvimento de uma prática desportiva de grandes tradições e de acentuado

desenvolvimento e observar o protocolo existente entre a CCDRALg, a CML e a Lusotur.

7. A cidade de Quarteira assume-se como um pólo de desenvolvimento turístico, no qual se faz sentir a necessidade de equipamentos culturais que possam enriquecer a cidade e elevar o nível cultural da população residente.

*Biblioteca e Centro Cultural de Quarteira*

Daí a pertinência do projecto para uma Biblioteca e um Centro Cultural, que se afiguram como primordiais para dotar Quarteira de equipamentos compatíveis e necessários às suas funções urbanas enquanto segunda cidade do concelho e de nela promover a cultura e a oferta de espectáculos.

8. O interesse da construção desta Zona Industrial reside na necessidade da criação de condições para instalação de um pólo de Desenvolvimento Regional Transfronteiriço, através de unidades industriais de tecnologia de ponta dinamizadoras do tecido produtivo da região.

*Zona Industrial de Boliqeime*

Desta forma, promover-se-ão condições de incentivo ao investimento privado, produzindo solo edificável que seja atractivo para a fixação das actividades industriais desejadas, enquanto factor de desenvolvimento económico e social bem como novas áreas espacial e funcionalmente equilibradas em termos de localização de indústrias, de equipamentos de interesse colectivo, espaços verdes e serviços.

9. Com o objectivo de garantir uma melhor qualidade de vida e de circulação aos habitantes da cidade e de facilitar a vida e circulação no interior da mesma, com ganhos de produtividade e melhor escoamento do tráfego de veículos pesados, foi projectada a Circular Externa de Loulé.

*Circular Exterior de Loulé*

A construção desta variante pretende completar a circular exterior à cidade de Loulé (CEL) com a conclusão dos troços em falta, bem como completar o anel rodoviário exterior à cidade, desviando o tráfego do centro da mesma.

Não estando contemplados nesta lista, há, contudo, outros projectos que

*Outros projectos*

merecem ser mencionados pela sua importância para a fixação de populações, designadamente os que se referem à construção de habitação social em Loulé e Quarteira e de habitação a custos controlados em Almancil. Finalmente, refira-se que um outro projecto de grande alcance, que virá a ter consequências futuras no que respeita à fixação e aumento de população é o da construção do futuro Hospital Central do Algarve, a implantar no Parque das Cidades.

### 3. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA DO CONCELHO DE LOULÉ NO CONTEXTO REGIONAL

Na sequência do enquadramento territorial e da estrutura socio-económica do concelho atrás apresentados, é chegado o momento de atentar sobre um conjunto de variáveis e indicadores relativos a mais uma dimensão de análise: a Demografia.

*Importância da Demografia para a Carta Educativa*

É comumente aceite que a população de uma região é o recurso mais importante e determinante para o seu futuro. Por esse facto, a reflexão sobre o conhecimento da sua dinâmica e a previsão do seu comportamento para um determinado horizonte temporal, assumem especial acuidade, dada a sua importância, ao incidir sobre os futuros possível, provável e desejável, proporcionando uma base fundamentada para a construção de cenários e definição de opções estratégicas. Efectivamente são os aspectos demográficos que se constituem como a matriz de fundo, de natureza extensiva, onde, para o caso da presente Carta Educativa, se apoiam e viabilizam as propostas que vierem a ser apresentadas.

Para concretização desta reflexão justifica-se começar por lembrar que o concelho de Loulé, no âmbito da NUT II, é parte integrante da Região Algarve, composta por 16 concelhos, e que apresenta uma taxa de variação positiva na evolução de população (16%) no período intercensitário (1991-2001) a que se referem os dados do Quadro 28.

*Evolução do quadro populacional na região e no concelho*

No período decorrido entre os dois recenseamentos, a evolução da população na região não apresentou um comportamento homogéneo em todos os concelhos, tendo-se mantido a tendência que vinha a ser registada nas últimas décadas de:

- Diminuição de população nos concelhos do interior ou nos que possuem áreas que se prolongam para o interior (Serra);
- Elevados crescimentos populacionais nos concelhos de litoral.

No mesmo quadro, comparativo da evolução da população na Região Algarve, a do concelho de Loulé é, em 2001, de 59160 habitantes, o que representa uma aumento de 27% relativamente aos valores apurados em

1991 (46585 habitantes), tornando-o no concelho em que ocorreu maior aumento demográfico em toda a região, aumento esse consequência, sobretudo, da dinâmica das suas freguesias litorais de Quarteira e Almancil.

Quadro 28

Evolução da População na Região Algarve, por Concelho, entre 1991 e 2001

	Anos		Var. 1991/2001	
	1991	2001	Efectivos	(%)
Albufeira	20949	31543	10594	51
Alcoutim	4571	3770	-801	-18
Aljezur	5006	5288	282	6
Castro Marim	6803	6593	-210	-3
Faro	50761	58051	7290	14
Lagoa	16780	20651	3871	23
Lagos	21526	25398	3872	18
Loulé	46585	59160	12575	27
Monchique	7309	6974	-335	-5
Olhão	36812	40808	3996	11
Portimão	38833	44818	5985	15
S. Brás de Alportel	7526	10032	2506	33
Silves	32924	33830	906	3
Tavira	24857	24997	140	1
Vila do Bispo	5762	5349	-413	-7
V. R. Sto António	14400	17956	3556	25
Algarve	341404	395218	53814	16

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

No contexto regional, o concelho de Loulé com 111 hab/km<sup>2</sup> apresenta uma densidade demográfica superior à média da região (79 hab/km<sup>2</sup>), (veja-se Quadro 29) uma vez que as fracas densidades do interior são atenuadas pelas fortes concentrações do litoral. Aproveitando a restante informação do mesmo quadro podemos afirmar que o concelho de Loulé se aproxima de muito perto do todo nacional em 2001, em contraste com o grande afastamento verificado em 1991.

*Densidades  
populacionais*

Quadro 29

Evolução das Densidades Populacionais por km<sup>2</sup>

	1991	2001
Loulé	85,13	111,21
Algarve	68,34	79,11
Portugal	107,11	112,42

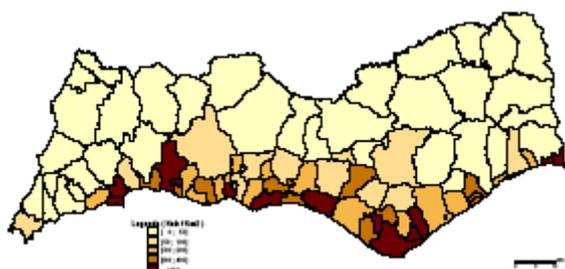
Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

A Figura 8 põe também em evidência uma concentração da população nas freguesias do litoral, densidades intermédias nas freguesias

envolventes dos centros urbanos, fraca concentração à medida que avançamos para o interior, registando valores muito baixos nas freguesias que se situam no Barrocal e na Serra. No que respeita à concentração por concelhos, e ainda na mesma figura, a Região Algarve registou um aumento da concentração populacional nos concelhos abrangidos pela faixa litoral, com forte expressão nos de Albufeira e Loulé.

Figura 8

Densidade Demográfica, na Região Algarve, por Freguesia (2001)



Fonte: PROT Algarve, 2004

O concelho de Loulé, à semelhança dos de Albufeira, Faro, Lagoa e Lagos, apresenta um forte dinamismo demográfico devido ao facto de nele se registarem percentagens elevadas de população jovem por oposição a percentagens mais baixas de população idosa.

Em termos relativos, este valor é superior ao da média do valor registado na Região Algarve (16%), para igual período, mas inferior ao valor registado no concelho de Albufeira (51%), o que pode ser explicado pelo prolongamento da área do concelho de Loulé para o interior (Serra e Barrocal), onde se verifica um défice natural de população.

Em termos absolutos, o aumento de habitantes no concelho, corresponde a 23% do valor registado na região (53814 habitantes), sendo o que conhece o aumento mais elevado com 12575 habitantes, mesmo superior a Albufeira, com 10594 habitantes.

Reporte-se ainda, no contexto regional, aos valores do crescimento natural, observando o Quadro 30:

Quadro 30

## Crescimento Natural no Contexto Regional

	$\Sigma$ Nados-vivos (1) 1991/2001	$\Sigma$ Óbitos (2) 1991/2001	Crescimento Natural (1-2)
Albufeira	3665	2541	1124
Alcoutim	194	846	-652
Aljezur	344	806	-462
Castro Marim	499	1020	-521
Faro	6055	5951	104
Lagoa	1993	1830	163
Lagos	2590	2635	-45
Loulé	6134	6889	-755
Monchique	476	1286	-810
Olhão	4199	4565	-366
Portimão	4752	4483	269
S. Brás de Alportel	840	1353	-513
Silves	2722	4477	-1755
Tavira	1955	3375	-1420
Vila do Bispo	396	725	-329
V. R. Sto António	1820	1972	-152
Algarve	38634	44754	-6120

Fonte: PROT Algarve, Estudos de Caracterização, 2004

Deste quadro pode concluir-se que:

- O concelho de Loulé é aquele que, na Região Algarve, apresenta maior número de nados-vivos (6134), superior mesmo ao da capital de distrito – Faro (6055);
- De igual forma é também o concelho de Loulé aquele que apresenta o número de óbitos mais elevado (6889);
- Os dois pontos atrás devem ser analisados no contexto regional, não esquecendo que o concelho de Loulé é o mais povoado (59160) da região, com aproximadamente mais 1000 habitantes do que o concelho de Faro (58051);
- O crescimento natural registado no concelho de Loulé apresenta um comportamento negativo (-755), à semelhança do da própria Região Algarve (-6120), o que se pode vir a revelar preocupante quanto ao rejuvenescimento populacional futuro, situação que acarreta implicações a vários níveis, não se perspectivando, a prazo, cenários de equilíbrio demográfico;

*Crescimento natural  
na Região*

- Albufeira é o único concelho que regista um crescimento natural positivo (1124).

Quadro 31

Saldo Migratório

	Saldo Migratório
Albufeira	9470
Alcoutim	-149
Aljezur	744
Castro Marim	311
Faro	7186
Lagoa	3703
Lagos	3916
Loulé	13328
Monchique	475
Olhão	4362
Portimão	5716
S. Brás de Alportel	3019
Silves	2661
Tavira	1558
Vila do Bispo	-84
V. R. Sto António	3708
Algarve	59924

Fonte: PROT Algarve, Estudos de Caracterização, 2004

No que respeita ao saldo migratório (Quadro 31) pode afirmar-se que o concelho de Loulé regista o valor mais elevado da região (13328 indivíduos), representando 22% do total da região. Apenas Albufeira (9470) e Faro (7186) apresentam valores mais aproximados, evidenciando o poder de atracção das áreas litorais.

*Saldo migratório na  
Região*

Quadro 32

Índices de Juventude e de Envelhecimento na Região Algarve, por Concelho, entre 1991 e 2001

	Índice de Juventude		Índice de Envelhecimento	
	1991	2001	1991	2001
Albufeira	140	130	71	77
Alcoutim	40	21	251	467
Aljezur	54	41	187	245
Castro Marim	67	48	150	208
Faro	138	90	73	111
Lagoa	131	104	76	96
Lagos	107	87	93	115
Loulé	92	79	109	127
Monchique	56	39	177	259
Olhão	126	94	79	106
Portimão	122	86	82	116
S. Brás de Alportel	72	64	139	157
Silves	82	57	121	174
Tavira	82	53	122	187
Vila do Bispo	74	56	136	178
V. R. Sto António	128	89	78	112
Algarve	103	78	97	128

Fonte: PROT Algarve, Estudos de Caracterização, 2004

O Índice de Juventude de uma região corresponde à relação entre a população jovem e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 65 ou mais anos). Pela leitura do Quadro 32 e no que concerne a este índice pode inferir-se que:

*Índice de Juventude  
na Região*

- O concelho de Loulé apresenta um Índice de Juventude (79) semelhante ao da Região Algarve (78). Albufeira é o concelho com o valor mais elevado (130), reflexo de uma população bastante jovem, enquanto que o concelho de Alcoutim é o menos jovem (21).
- Em termos comparativos, entre 1991 e 2001 nota-se uma diminuição no número de jovens, por cada 100 idosos, em todos os concelhos da Região Algarve, sendo que o concelho de Loulé regista uma quebra de 92 para 79 jovens por cada 100 idosos.

Por sua vez, o Índice de Envelhecimento corresponde à relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas dos 0 aos 14). Ainda pelo mesmo quadro se pode concluir que:

*Índice de  
Envelhecimento na  
Região*

- A Região Algarve apresenta, em 2001, 128 idosos por cada 100 jovens e que o valor no concelho de Loulé é ligeiramente inferior (127) à média regional, o Índice de Envelhecimento não deixa de representar um dado igualmente preocupante, uma vez que este indicador vem reforçar a leitura atrás referenciada a respeito do rejuvenescimento da população concelhia. Aliás, em termos comparativos da evolução ocorrida no período inter censitário o concelho de Loulé regista, à semelhança da Região Algarve, um agravamento do índice de envelhecimento, ao registar 109 em 1991 e 127 em 2001;
- Comparativamente à região, o concelho de Alcoutim é o mais envelhecido, registando 467 idosos por cada 100 jovens; pelo inverso, o concelho de Albufeira é o menos envelhecido, por cada 100 jovens existem apenas 77 idosos.

Quadro 33

Índices de Dependência na Região Algarve, por Concelho, entre 1991 e 2001

Concelhos	Índice de Dependência Jovem		Índice de Dependência de Idosos		Índice de Dependência Total	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Albufeira	29,4	23,7	20,9	18,3	50,3	42,0
Alcoutim	23,1	16,7	58,1	78,0	81,2	94,7
Aljezur	22,2	20,0	41,5	49,0	63,7	69,0
Castro Marim	24,6	20,6	36,9	42,8	61,5	63,4
Faro	28,1	20,5	20,4	22,8	48,5	43,3
Lagoa	29,0	23,7	22,1	22,8	51,1	46,5
Lagos	26,9	24,1	25,1	27,7	52,0	51,8
Loulé	27,0	22,1	29,5	27,9	56,5	50,0
Monchique	22,4	18,2	39,7	47,2	62,1	65,4
Olhão	30,5	23,8	24,1	25,2	54,6	49,0
Portimão	27,5	21,9	22,5	25,5	50,0	47,4
S. Brás de Alportel	25,3	22,0	35,1	34,5	60,4	56,5
Silves	26,7	20,2	32,4	35,3	59,1	55,5
Tavira	26,2	19,5	32,0	36,5	58,2	56,0
Vila do Bispo	24,9	19,9	33,9	35,4	58,8	55,3
V. R. Sto António	28,9	22,7	22,6	25,6	51,5	48,3
Algarve	27,5	21,9	26,7	27,9	54,2	49,8

Fonte: PROT Algarve, Estudos de Caracterização, 2004

No que respeita aos Índices de Dependência constantes do Quadro 33 pode afirmar-se que:

- O Índice de Dependência do Jovens na Região Algarve se cifra nos 22 e que decresceu em todos os concelhos durante a década de 90, registando-se em Loulé, 27 em 1991 e 22 em 2001;
- O valor do Índice de Dependência de Idosos na Região se cifra nos 28, valor ligeiramente superior ao valor verificado em 1991 (26,7). O concelho de Loulé regista valor idêntico ao da região em 2001 e ligeiramente superior em 1991 (29,5);
- No que respeita ao Índice de Dependência Total, a Região Algarve observou um decréscimo em 2001 (49,8) comparativamente aos 54,2 de 1991. O concelho de Loulé registou igual comportamento, registando 56,5 em 1991 e 50 em 2001.

Refira-se que o Índice de Dependência Total corresponde à relação entre a população jovem e idosa e a população em idade activa, por cada 100 indivíduos, isto é, corresponde à soma dos índices de dependência de jovens e idosos.

*Índices de  
Dependência na  
Região*

Em termos gerais pode concluir-se que o concelho de Loulé apresenta uma dinâmica demográfica semelhante à registada para a Região Algarve, entre 1991 e 2001. De igual modo, o concelho de Albufeira é aquele que apresenta uma dinâmica mais semelhante à de Loulé, talvez pelo peso das actividades económicas do sector turístico comum a ambos os concelhos. Os valores que diferem no concelho de Loulé resultam do facto deste ter uma extensa faixa de território no interior (Serra e Barrocal), que tem sofrido com a diminuição e envelhecimento da população.

### *Conclusões*

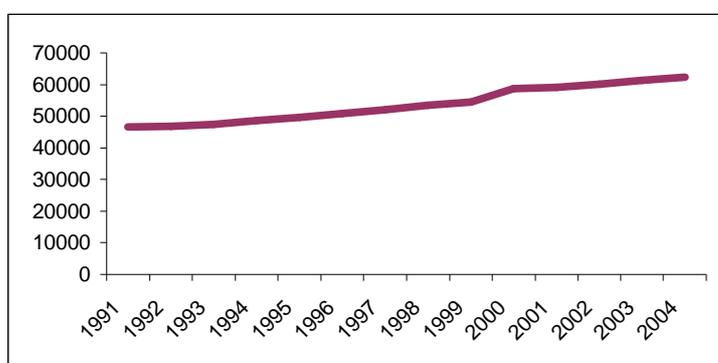
### 3.1 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO POR FREGUESIA

De acordo com outro ângulo de análise, tendo em conta agora uma perspectiva cronológica e apenas o concelho de Loulé e as suas freguesias como território de referência, é possível registar, no último período intercensitário, um significativo aumento populacional embora se verifique uma tendência de despovoamento nas freguesias do interior, como já recorrentemente referido.

*Caracterização*

Gráfico 7

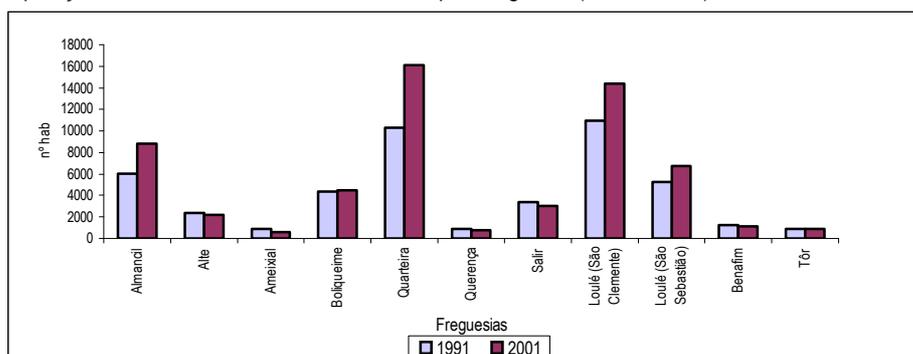
População Residente no Concelho de Loulé (1991/2004)



Fonte: INE, Anuários Estatísticos (1992-2005)

Gráfico 8

População Residente nas Concelho de Loulé, por Freguesia (1991 e 2001)



Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

Três registos interpretativos merecem destaque na análise diacrónica subjacente aos gráficos anteriores. O primeiro remete-nos para uma tendência de aumento da população, entre 1991 e 2004, tendo o ritmo anual atingido maior expressão entre 1999 e 2000, sendo que de 1991 a 2004 se registou um aumento global de, aproximadamente, 15000 habitantes. Assim, o concelho apresentava em 2001, um total de 59160

*Interpretação de dados*

habitantes distribuídos por onze freguesias, o que se traduz num aumento de 27% quando comparado ao valor de 1991, 46585 habitantes distribuídos por dez freguesias. Os valores atrás referidos representam uma taxa de crescimento médio anual<sup>1</sup> na ordem dos 2,38%. Já na década de 81-91 o concelho de Loulé registava um crescimento populacional, mas com valores muito inferiores, sendo a taxa de crescimento médio anual de apenas 0,56% e a variação 81-91 de 5,75%.

O segundo registo prende-se com o facto de, neste panorama de aumento da população, subsistirem freguesias que, de forma consistente, têm vindo a perder população. Estão neste caso as freguesias de Alte, Ameixial, Benafim, Querença, Salir e Tôr, sendo as de Ameixial (604 hab) e de Querença (788 hab - valor que resulta, em parte, da criação da freguesia de Tôr, em 1997), as menos povoadas.

Por fim, o terceiro registo a observar relaciona-se com as freguesias urbanas do concelho que se constituíram, ao longo dos últimos anos, num plano demográfico, em pólos atractivos e aglutinadores da população. É o caso de Quarteira, S. Clemente e Almancil. De acordo com os valores apresentados, as freguesias de Quarteira (16129 hab.) e de São Clemente (14406 hab.) destacam-se por serem as mais habitadas.

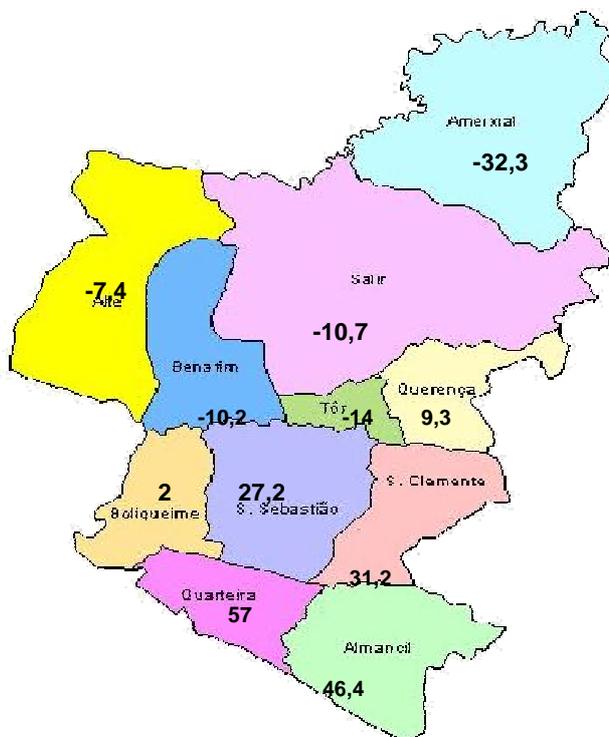
Assim, e de um ponto de vista transversal, poder-se-á dizer que o concelho tanto na sua generalidade, como nas freguesias que o compõem de forma mais particular, se caracteriza, globalmente, por uma tendência de crescimento demográfico, com especial incidência nas freguesias litoralizadas. Da mesma forma, assiste-se a um esvaziamento populacional em algumas freguesias de matriz rural, apresentando valores algo preocupantes nas que evidenciam maior isolamento geográfico, facto que não deixa de ser significativo num processo de planeamento em matéria de questões de oferta e procura educativa. A Figura 9 permite-nos visualizar o indicador atrás analisado, comprovando o peso demográfico que as freguesias de matriz urbana têm no concelho e o quadro que se lhe segue complementa a análise através da respectiva especialização da mesma variável.

## Conclusões

<sup>1</sup> Entende-se por Crescimento Médio Anual a variação populacional observada durante uma ano civil referida à população média desse período habitualmente expressa por 100 ou 1000 habitantes.

Figura 9

Variação da População Residente no Concelho de Loulé, por Freguesia



Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

Quadro 34

Variação da População Residente (1981-1991-2001)

	1981	1991	2001	Variação 81-91 <sup>1</sup>	Tx. Cr. Médio anual 81-91	Variação 91-2001 <sup>2</sup>	Tx. Cr. Médio Anual 91-2001
Algarve	323 534	341 404	395 218	5,52	0,54	15,76	1,33
Loulé	44051	46585	59160	5,75	0,56	26,99	2,16
Almandil	5560	6012	8799	8,13	8,13	46,36	3,42
Alte	4050	2349	2176	-42,00	-42,00	-7,36	-0,70
Ameixial	1119	892	604	-20,29	-20,29	-32,29	-3,50
Boliqueime	3804	4387	4473	15,33	15,33	1,96	0,18
Quarteira	7867	10275	16129	30,61	30,61	56,97	4,03
Querença	1794	1744	788	-2,79	-2,79	-54,82	-6,86
Salir	3641	3385	3023	-7,03	-7,03	-10,69	-1,03
São Clemente	10755	10978	14406	2,07	2,07	31,23	2,46
São Sebastião	5461	5292	6734	-3,09	-3,09	27,25	2,18
Benafim	-	1271	1141	-	-	-10,23	-0,98
Tôr	-	-	887	-	-	-	-

Fonte: INE – XII, XIII e XIV Recenseamento Geral da População

<sup>1</sup> Em relação à variação verificada em Alte, há que referir que em 1981 ainda não tinha sido criada a Freguesia de Benafim, pelo que os efectivos desta se encontravam contabilizados naquela outra freguesia. Assim, se se somar a população de Benafim à de Alte, constata-se que a variação será apenas de -10,61%.

<sup>2</sup> Em relação à variação verificada para Querença, há que referir que em 1991 ainda não tinha sido criada a Freguesia da Tôr, pelo que os seus efectivos se encontravam contabilizados na Freguesia de Querença. Assim, se se somar a população de Tôr à de Querença, constata-se que a variação será apenas de -3,95%.

Este quadro permite, de forma objectiva, observar que o crescimento da população não foi linear em todo o concelho ao mesmo tempo que regista as diferentes variações e os saldos positivo e/ou negativo em relação a cada freguesia. Saliencia-se o caso das freguesias de Quarteira (57%) e de Almancil (46,4%) onde esta variação foi mais acentuada em resultado de factores como o clima, as novas infra-estruturas de apoio, a melhoria das acessibilidades ou o aumento da oferta de emprego. Já na década de 1981-1991 a freguesia de Quarteira apresentava o maior crescimento populacional. No entanto, é na freguesia de Almancil que se regista a maior evolução nesta última década, pois passou de uma taxa de 8,13% para 46,36%, o que representa um crescimento superior a 38%.

*Evolução da  
população*

Por oposição, houve um decréscimo de habitantes nas freguesias do Ameixial (-32,3%) e Salir (-10,7%), devido, em grande parte, ao progressivo envelhecimento das populações, bem como ao êxodo dos mais jovens para as zonas do litoral. Em relação à freguesia de Boliqueime, constata-se que, apesar do crescimento continuar positivo, o ritmo a que este se vinha a registar abrandou, pois a taxa que era de 15,33% em 1981-1991, passou a ser apenas de 1,96% em 1991-2001.

Ainda em relação ao valor apurado para a freguesia de Querença há a salientar que a diminuição tão acentuada da população que nela se verificou se deve, em grande parte, à criação da freguesia da Tôr, pois que se contabilizarem os residentes da Tôr juntamente com os de Querença, verifica-se que a diminuição é apenas de 3,95% e não 54,82%.

De acordo com dados do INE (XII, XIII e XIV Recenseamento Geral da População), em termos de distribuição populacional, em 2001, só as freguesias de Quarteira e S. Clemente concentravam mais de 50% da população, enquanto que as freguesias da Serra apenas concentravam 15% da população. Em 1981, contudo, as freguesias Quarteira e S. Clemente apresentavam já 42% da população e 45% em 1991, enquanto que as da Serra contavam com 24% em 1981 e 21% em 1991.

*Dinâmica demográfica  
das freguesias*

Dando continuidade à análise demográfica apresentam-se, a seguir, alguns quadros com informação estatística cruzada a partir de vários indicadores. É o caso do Quadro 35 que relaciona as famílias residentes, os alojamentos familiares<sup>1</sup> e o número de edifícios<sup>2</sup>.

*Outros indicadores estatísticos*

Quadro 35

Famílias, Alojamentos e Edifícios em 1991 E 2001

Freguesias	Famílias			Alojamentos			Edifícios		
	1991	2001	Var. (%)	1991	2001	Var. (%)	1991	2001	Var. (%)
Almancil	2103	3132	48,93	4854	6834	40,8	4218	1437	27,6
Alte	914	899	-1,64	1494	1470	-1,6	1491	1437	-3,6
Ameixial	333	266	-20,12	384	403	4,9	384	402	4,7
Boliqueime	1588	1686	6,17	2334	2445	4,8	2107	2193	4,1
Quarteira	3313	5796	74,95	18118	22652	25,0	6488	6775	4,4
Querença	338	315	-6,8	426	519	21,8	412	497	20,6
Salir	1251	1197	-4,32	1610	1797	11,6	1606	1754	9,2
S. Clemente	3793	5318	40,21	6092	7678	26,0	4019	4593	14,3
S. Sebastião	1840	2439	32,55	2357	3609	53,1	1977	2760	39,6
Benafim	476	455	-4,41	643	739	14,9	641	725	13,1
Tôr	299	324	8,36	363	454	25,1	363	429	18,2
Concelho	16248	21827	34,34	38675	48600	20,58	23706	23002	13,83

Fonte: INE, Censos 1991-2001

Da análise do quadro acima pode ler-se que o concelho regista um acréscimo de 34,34% em relação ao número de famílias, pelo que se poderão depreender sinais da presença de um leque alargado de tipologias de famílias (desde a tradicional aos casais sem filhos, às famílias reconstruídas e mono parentais, para além de outras categorias mais residuais) de acordo com a população residente cujos quantitativos foram referenciados anteriormente. É possível verificar que, em termos de núcleos familiares residentes, continuam a ser as freguesias urbanas de Quarteira, S. Clemente, S. Sebastião e Almancil aquelas que, no concelho, apresentam valores mais significativos, destacando-se das restantes. A mesma proporção volta a surgir ao analisar-se o número de alojamentos familiares, embora neste indicador a freguesia de S. Sebastião se distancie notoriamente das restantes. Esta leitura é igualmente válida para o número de edifícios, destacando-se novamente a freguesia de S. Sebastião mas agora seguida da de Querença, que revela sinais de alguma dinâmica construtiva.

*Acréscimo de famílias*

*Acréscimo de alojamentos e edifícios*

<sup>1</sup> Considerou-se alojamento familiar como unidade de habitação que, pelo modo como foi construída ou como está a ser utilizada normalmente uma família. Disponível [on line] em <http://alea-estp.ine.pt/html/glossar/html/glossar.html>

<sup>2</sup> Por edifício entende-se uma construção independente, coberta, limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura, destinada a servir de habitação [com um ou mais fogos/alojamentos] ou outros fins. Disponível [on line] em <http://alea-estp.ine.pt/html/glossar/html/glossar.html>

Do conjunto destes indicadores reforça-se a interpretação de que as freguesias urbanas já mencionadas tendem a diferenciar-se das freguesias das zonas do Barrocal e da Serra, embora num ou outro indicador surjam, novamente, os mesmos sinais já atrás referidos de uma ténue dinâmica, nomeadamente nas freguesias da Tôr e Benafim.

### 3.2 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO POR FREGUESIA

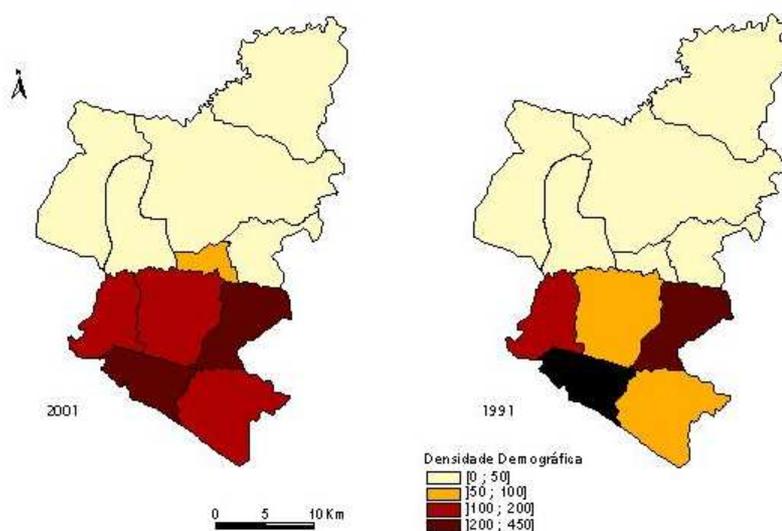
O concelho de Loulé, com 59160 habitantes em 2001 e uma densidade populacional<sup>1</sup> de 77,30 hab/km<sup>2</sup>, regista um aumento da densidade populacional comparativamente a 1991 e 1981 com 60,87 hab/km<sup>2</sup> e 57,56 hab/km<sup>2</sup>, respectivamente.

*Caracterização*

A distribuição da população pelas freguesias não se processa de igual forma. No Norte do concelho verifica-se um acentuado decréscimo da densidade populacional, facto que se prende não só com a ruralidade das freguesias mas também com a sua interioridade, atingindo valores inferiores a 50 hab/km<sup>2</sup>.

Figura 10

Densidade Demográfica nas Freguesias do Concelho – 1991-2001



Fonte: INE – XII, XIII e XIV Recenseamento Geral da População

A análise da distribuição da população por freguesia (Figura 10) permite identificar uma maior concentração da população residente a Sul do concelho, nas freguesias de Quarteira e de São Clemente, com uma média de 200 a 450 hab/km<sup>2</sup>.

Assim, verifica-se que Quarteira apresenta uma densidade de 426,81hab/km<sup>2</sup>, enquanto o Ameixial se fixa nos 4,98 hab/km<sup>2</sup>. Por estes dados se pode constatar a desigual distribuição da população pelo território.

A manter-se a tendência, dentro de alguns anos existirá um Litoral superpovoado e uma Serra praticamente despovoada, pois como já foi referido, a população que nela tem permanecido tem envelhecido bastante, uma vez que os jovens partem à procura de melhores oportunidades e condições de vida noutros locais.

Verifica-se, pois, que as freguesias de matriz urbana apresentam densidades populacionais muito acima das observadas nas freguesias rurais. Os dados em análise, para além de demonstrarem uma clivagem urbano-rural, acentuam, mais uma vez, como recorrentemente tem vindo a ser referido, uma concentração populacional nas cidades de Loulé e Quarteira bem assim como na vila de Almancil, característica que tem implicações na oferta de serviços a vários níveis, em particular no domínio da educação como adiante se confirmará. De registar, ainda, que os decréscimos populacionais nas freguesias rurais nem sempre se ficam a dever à diminuição da população na sede de freguesia, mas sim maioritariamente, ao esvaziamento demográfico das áreas rurais envolventes. É a tendência continuada de aglomeração da população em lugares de maior dimensão.

*Clivagem urbano-rural*

Incidindo agora a análise na variável género, a pirâmide etária seguinte, sugere a manutenção, mais ou menos equilibrada, das distribuições apresentadas relativamente aos indivíduos de ambos os sexos, apesar de serem já observáveis diminuições significativas na base da mesma, o que traduz uma diminuição generalizada do número de indivíduos com idade

*Pirâmide etária do concelho*

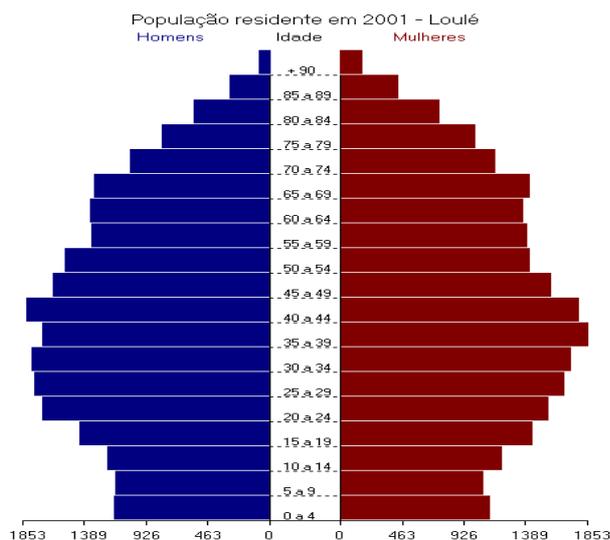
---

<sup>1</sup> A Densidade Populacional de uma região é calculada através da seguinte fórmula:  $\frac{\text{Pop.residente}}{\text{área}} \times 100$

jovem. Na continuidade desta análise, salientam-se, de forma breve e sintética, os dados que se oferecem como mais pertinentes em relação ao concelho.

Figura 11

Pirâmide Etária da População Residente no Concelho de Loulé (2001)



Fonte: INE, Censos 2001

Assim, no concelho de Loulé:

- O grupo etário dos 0-19 representa 20% da sua população;
- O grupo etário dos 20-24 representa 59%;
- O grupo etário com idade superior a 65 anos representa 21%;
- O volume da população potencialmente activa jovem (15-39 anos) é superior em 1 à população potencialmente activa adulta (40-64), o que assegura, no futuro, a substituição da geração adulta pela jovem<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> O Índice de Substituição de Gerações relaciona a população potencialmente activa jovem com a população potencialmente activa adulta. Para que esteja assegurada, no futuro, a substituição da geração adulta pela jovem, é necessário que o volume de população do grupo de idade 15-39 seja igual ou superior a 1 ao grupo 40-64.

### 3.3 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GRUPOS ETÁRIOS

Mudando de registo de análise demográfica para outro indicador, o da variação da população residente por grupos etários, no que respeita às idades da população do concelho, no último período inter censitário constata-se um decréscimo do peso percentual das faixas etárias mais jovens, ao mesmo tempo que se nota um significativo aumento dos escalões etários mais elevados. Ou seja, verifica-se que houve um ligeiro aumento dos residentes com menos de 14 anos (o peso percentual deste escalão aumenta apenas 8,2%) e um aumento mais significativo do grupo etário dos 15-24 anos (+25,2%) e, simultaneamente, um aumento quase inexpressivo dos residentes com idades compreendidas entre os 25-64 anos (+0,35%) mas notório no indivíduos com mais de 65 anos (+25,41%). Veja-se o Quadro 36.

*Varição populacional  
por grupos etários*

Quadro 36

Varição da População Residente no Concelho de Loulé por Grandes Grupos Etários (1991-2001)

	0-14		15-24		25-64		65 ou +		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	N
1991	8042	17,27	6229	13,37	23527	50,50	8787	18,86	46585
2001	8701	14,71	7799	13,18	31640	53,48	11020	18,63	59160
1991-2001 (var.%)	+659	+8,2	+1570	+25,2	+8113	+0,35	+2233	+25,41	+12575

Fonte: INE, Censos 1991-2001

Convém ainda destacar que o peso percentual dos grupos etários entre os 15-24 e 25-64 anos entre 1991 e 2001 é, de acordo com os dados disponíveis, o reflexo do fluxo de imigrantes e de nacionais que se deslocaram para o concelho à procura de trabalho. A oferta de postos de trabalho é gerada pela dinâmica económica de determinados projectos âncora, relacionados com o turismo e respectivas actividades a montante e jusante.

No que respeita à população com idade igual ou superior a 64 anos, registou-se um claro acréscimo no seu peso percentual o que se deve ao aumento da esperança média de vida e manutenção da taxa de mortalidade.

Quadro 37

Varição Relativa da População Residente no Concelho e em cada Freguesia por Grandes Grupos Etários, entre 1991 e 2001

	0-14			15-64			65 ou +		
	1991	2001	Varição 91-2001	1991	2001	Varição 91-2001	1991	2001	Varição 91-2001
Loulé	8042	8701	8,19	29756	39439	32,54	8787	11020	25,41
Almancil	1213	1419	16,98	3974	6220	56,52	825	1160	40,61
Alte	253	172	-32,02	1377	1118	-18,81	719	786	9,32
Ameixial	96	33	-65,63	487	292	-40,04	309	279	-9,71
Boliqueime	697	603	-13,49	2744	2801	2,08	948	1069	12,76
Quarteira	2265	2819	24,46	6984	11524	65,01	1025	1786	74,24
Querença	85	61	-28,24	493	430	-12,78	291	297	2,06
Salir	395	246	-37,72	1993	1759	-11,74	997	1018	2,11
São Clemente	1964	2169	10,44	7161	9634	34,53	1852	2604	40,60
São Sebastião	824	993	20,51	3236	4357	34,64	1232	1384	12,34
Benafim	134	89	-33,58	766	681	-11,10	371	371	0,00
Tôr	116	97	-16,38	541	523	-3,33	218	267	22,48

Fonte: INE – XII, XIII e XIV Recenseamento Geral da População

Em relação à variação da população pelas freguesias e por grupos etários (veja-se Quadro 37) verifica-se uma grande desigualdade no território, pois por um lado algumas freguesias apresentam um crescimento populacional bastante positivo, largamente superior à média do concelho, enquanto outras apresentam um crescimento negativo bastante acentuado.

*Varição populacional  
por grandes grupos  
etários – freguesias*

A classe jovem, com um total de 8969 indivíduos, assinala um ligeiro aumento, obtido pela dinâmica populacional das freguesias do litoral, nomeadamente Quarteira (2819 jovens) e São Clemente (2169 jovens).

Procedendo à análise por grupo etário constata-se que de 0-14 anos, as freguesias de Alte, Ameixial, Boliqueime, Querença, Salir, Benafim e Tôr apresentam diminuição da população, enquanto que nas restantes se regista um crescimento.

No grupo etário 15-64 anos a situação mantém-se, exceptuando a freguesia de Boliqueime onde se regista já um crescimento da população. No entanto, em algumas freguesias a diminuição da população já não é tão acentuada.

No grupo etário da população com 65 anos ou mais, apenas se regista uma diminuição na freguesia do Ameixial, o que revela uma incapacidade de rejuvenescimento natural da população nesta freguesia, facto que condiciona necessariamente o equacionamento de futuros equipamentos

educativos.

Passando à desagregação da população residente no concelho por pequenos escalões etários entre os dois últimos momentos censitários, o Quadro 38 condensa toda a informação a este respeito e o Gráfico 9, que se lhe segue, ilustra-a de forma mais imediata. Ambos permitem verificar que a variação é positiva em todos os grupos etários não deixando de referir que nos grupos dos 5-9, 15-19 e 55-59 essa variação é bastante reduzida. De salientar ainda que todos os grupos etários registaram um acréscimo no número indivíduos relativamente aos censos de 1991, à excepção do grupo dos 10-14 anos, que em 2001 apresenta -43 indivíduos.

*Distribuição populacional por pequenos grupos etários - freguesias*

Atente-se, ainda, aos dados relativos à população idosa, com idade superior a 65 anos (especialmente o grupo etário dos 80 e mais anos) que apresentam valores bastantes significativos e que contribuem para acentuar, mais uma vez, a tendência de envelhecimento da população.

Quadro 38

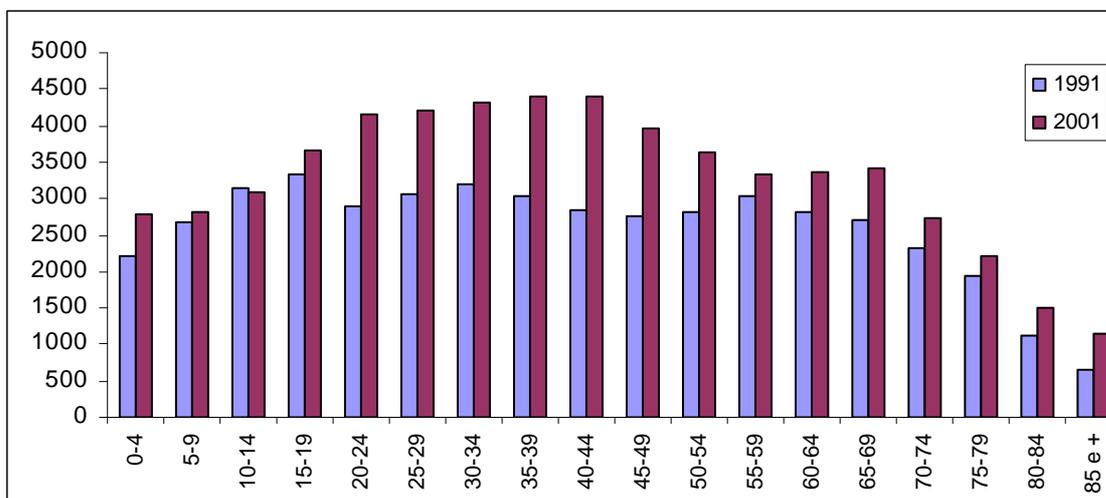
Variação da População residente no Concelho por Pequenos Grupos Etários, em 1991 e 2001

	1991		2001		Variação (1991-2001)	
	N	%	N	%	N	%
0-4	2218	4,76	2786	4,71	568	25,60
5-9	2686	5,77	2820	4,77	134	5,00
10-14	3138	6,74	3095	5,23	-43	15,10
15-19	3343	7,18	3649	6,17	306	9,20
20-24	2886	6,20	4150	7,01	1264	43,80
25-29	3052	6,55	4211	7,12	1159	38,00
30-34	3203	6,88	4330	7,32	1127	35,20
35-39	3026	6,50	4405	7,45	1379	45,60
40-44	2833	6,08	4388	7,42	1555	54,90
45-49	2750	5,90	3966	6,70	1216	44,20
50-54	2818	6,05	3633	6,14	815	28,90
55-59	3033	6,51	3333	5,63	300	9,90
60-64	2812	6,04	3374	5,70	562	20,00
65-69	2712	5,82	3409	5,76	697	25,70
70-74	2330	5,00	2730	4,61	400	17,20
75-79	1948	4,18	2225	3,76	277	14,20
80-84	1132	2,43	1510	2,55	378	33,40
85 e +	665	1,43	1146	1,94	481	72,50
TOTAL	46585	100,00	59160	100,00	12575	48,95

Fonte: INE, Censos 1991-2001

Gráfico 9

Pequenos Grupos Etários em 1991 e 2001



Fonte: INE, Censos 1991-2001

Ao cruzar as análises anteriores com outros indicadores demográficos, designadamente os Índices de Dependência de Jovens e Idosos e de Envelhecimento, é possível verificar que, a uma escala intra-concelhia, as tendências de evolução do Índice de Dependência de Jovens acompanham as tendências nacionais e regionais, verificando-se valores mais baixos na generalidade das freguesias. No que concerne ao Índice de Dependência de Idosos, ao invés, verifica-se uma, ainda que ligeira, diminuição relativamente à tendência nacional e regional. À semelhança do resto do país, o Índice de Envelhecimento não mostra sinais evidentes de inversão, sendo também muito elevado, o que faz ressaltar um significativo peso da população mais envelhecida quando comparada com a população jovem.

*Índices de dependência de jovens e de idosos por freguesia*

Ainda relativamente ao Índice de Dependência de Idosos, e tendo em conta a sua variação entre 1991 e 2001, este apresenta uma subida nalgumas freguesias, atingindo os valores mais significativos nas do Ameixial, na ordem dos 0,96 e na de Querença, na ordem dos 0,69. Para além disso, as freguesias do Barrocal, apesar de apresentarem Índices de Dependência de Idosos mais baixos (Alte, 0,65; Salir, 0,58; Benafim, 0,54; Tôr, 0,51), os mesmos continuam a revelar-se superiores aos do Índice de Dependência de Jovens. Esta tendência não se regista apenas ao nível do concelho de Loulé mas também da Região Algarve.

Verifica-se também, que apenas três freguesias – Almancil, Quarteira e S. Clemente – mostram Índices de Dependência de Idosos inferiores aos registados para o concelho (0,28), enquanto que quatro freguesias – Almancil, Quarteira, S. Clemente e S. Sebastião – revelam Índices de Dependência de Jovens superiores aos registados para o concelho (0,22).

Atendendo agora ao Índice de Dependência de Jovens verifica-se que a totalidade das freguesias do concelho segue a tendência de descida verificada a nível nacional e regional. Os valores mais relevantes deste índice, em 2001, surgem nas freguesias mais habitadas: Quarteira, Almancil, São Clemente e São Sebastião, nas quais existem aproximadamente 24 jovens por cada 100 indivíduos em idade activa, o que significa que nestas freguesias se nota um rejuvenescimento da população.

Estes dados atestam que, muito embora não seja de descurar a importância que os segmentos etários mais jovens ocupam na base da estrutura etária da população residente em todas as freguesias, prevalece um quadro global de crescente dependência da população, em particular a mais idosa, em relação à população em idade activa.

Relativamente ao Índice de Dependência Total, os valores do concelho foram, em 2001, idênticos à região Algarve, onde por cada 100 indivíduos em idade activa existiam 50 jovens e idosos a seu cargo, o que é reflexo do envelhecimento populacional (veja-se Quadro 39).

Quadro 39

Índices de Dependência e Envelhecimento do Concelho de Loulé, por Freguesia

Zona Geográfica	Índice Dependência Idosos <sup>1</sup>		Índice Dependência Jovens <sup>2</sup>		Índice Dependência Total <sup>3</sup>		Índice de Envelhecimento <sup>4</sup>	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Portugal	0,20	0,24	0,30	0,24	0,51	0,48	0,68	1,02
Algarve	0,27	0,28	0,28	0,22	0,54	0,50	0,97	1,28
Loulé Concelho	0,30	0,28	0,27	0,22	0,57	0,50	1,09	1,27
Almancil	0,21	0,19	0,31	0,23	0,51	0,41	0,68	0,82
Alte	0,52	0,65	0,18	0,14	0,71	0,79	2,84	4,57
Ameixial	0,63	0,96	0,20	0,11	0,83	1,07	3,22	8,45
Benafim	0,48	0,54	0,17	0,13	0,66	0,68	2,77	4,17
Boliqueime	0,44	0,38	0,25	0,22	0,60	0,60	1,36	1,77
Quarteira	0,15	0,15	0,32	0,24	0,47	0,40	0,45	0,63
Querença	0,59	0,69	0,17	0,14	0,76	0,83	3,42	4,87
Salir	0,50	0,58	0,20	0,14	0,70	0,72	2,52	4,14
S Clemente	0,26	0,27	0,27	0,23	0,53	0,50	0,94	1,20
S Sebastião	0,38	0,32	0,25	0,23	0,64	0,55	1,50	1,39
Tôr	0,40	0,51	0,21	0,19	0,62	0,70	1,88	2,75

Fonte: INE, Censos (1991 e 2001)

Analisem-se agora as variáveis microdemográficas – Natalidade, Mortalidade e Fecundidade –, a partir dos dados do Quadro 40.

Numa primeira leitura, e acompanhando os dados disponibilizados para a Região Algarve, conclui-se por um ligeiro aumento da natalidade. Em 1991 registou-se 11,46‰ nados vivos por cada 1000 habitantes, permilagem que se altera para os 11,71‰ em 2001. Já o concelho não acompanha a tendência regional, registando uma taxa de 13,12‰ em 1991, comparativamente a 10,99‰ em 2001.

A análise por freguesia identifica situações distintas no concelho. Na verdade, a taxa de natalidade diminuiu na quase totalidade das freguesias do concelho com uma única excepção: a da freguesia de S. Clemente. Também as assimetrias verificadas nestes indicadores acompanham as situações já objecto de diagnóstico realizado em outros momentos da carta educativa entre as freguesias urbanas e as rurais.

<sup>1</sup> A fórmula de cálculo do Índice de Dependência de Idosos é a seguinte:  $[\text{Pop. (65 + anos)} / \text{Pop. (15 - 64 anos)}] \times 100$ .

<sup>2</sup> A fórmula de cálculo do Índice de Dependência de Jovens é a seguinte:  $[\text{Pop. (0 - 14 anos)} / \text{Pop. (15 - 64 anos)}] \times 100$ .

<sup>3</sup> A fórmula de cálculo do Índice de Dependência Total é a seguinte:  $\text{Índice de Dependência de Idosos} + \text{Índice de Dependência de Jovens} / \text{Pop. (15 - 64 anos)} \times 100$ .

<sup>4</sup> A fórmula de cálculo do Índice de Dependência de Envelhecimento é a seguinte:  $\text{Índice de Envelhecimento} = (\text{Pop. (65 + anos)} / \text{Pop. (0 - 14 anos)}) \times 100$ .

A freguesia de Quarteira é a que regista taxas de natalidade mais elevadas no concelho, em 1991 e em 2001, com 22,2‰ e 17,4‰, respectivamente. Com valores próximos dos aqui registados encontram-se as freguesias de Almancil (15,6‰ e 12,5‰), S. Clemente (11,5‰ e 11,6‰) e S. Sebastião (11,1‰) que registou um decréscimo em 2001 – 8‰).

Como referido anteriormente, os valores mais reduzidos registam-se nas freguesias do interior, nomeadamente em Benafim (2,4‰ e 5,3‰) e no Ameixial (4,5‰ e 1,7‰), seguidas de Salir (5,0‰ e 3,6‰), Querença (5,7‰ e 5,1‰), Alte (7,2‰ e 4,6‰) e Tôr (9‰).

Quadro 40

## Indicadores Demográficos

	Taxa de Natalidade <sup>1</sup> (‰)		Taxa de Mortalidade <sup>2</sup> (‰)		Índice Sintético de Fecundidade <sup>3</sup>	
	1991	2001	1991	2001	1991	1998
Almancil	15,6	12,5	10,1	9,9	-	-
Alte	7,2	4,6	20,4	23,4	-	-
Ameixial	4,5	1,7	26,9	19,9	-	-
Boliqueime	12,1	9,4	18,0	13,6	-	-
Quarteira	22,2	17,4	9,5	6,4	-	-
Querença	5,7	5,1	28,1	19,0	-	-
Salir	5,0	3,6	19,8	27,1	-	-
S. Clemente	11,5	11,6	13,0	13,1	-	-
S. Sebastião	11,1	8,0	18,1	12,9	-	-
Benafim	2,4	5,3	18,9	16,7	-	-
Tôr		9,0		14,7	-	-
Concelho	13,12	10,99	14,79	12,17	1,7	1,99
Região	11,46	11,71	12,58	11,59	1,7	1,6

Fonte: PROT Algarve, 2004

No que concerne à taxa de mortalidade no período em análise, a Região Algarve verificou um ligeiro decréscimo. Em 1991 registou 12,58‰ nados vivos por cada 1000 habitantes em comparação aos 11,59‰ registados em 2001.

*Indicadores  
demográficos*

<sup>1</sup> Por Taxa de Natalidade entende-se o número de nados vivos durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 habitantes).

<sup>2</sup> Por Taxa de Mortalidade entende-se o número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 habitantes).

<sup>3</sup> Por Índice Sintético de Fecundidade entende-se o número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento. Valor resultante da soma das taxas de fecundidade por idades, ano a ano ou grupos quinquenais, entre os 15 e os 49 anos, observadas num determinado período (habitualmente um ano civil).

O concelho de Loulé acompanhou a tendência regional observada de decréscimo na taxa de mortalidade, que se fixou 12,17‰ em 2001, ao invés da taxa de 14,79‰ registada em 1991.

Tal como para a taxa de natalidade, a análise por freguesia identifica duas situações distintas no concelho:

- Os valores mais elevados da taxa de mortalidade registam-se nas freguesias de matriz rural, nomeadamente em Querença (28,1‰ e 19,0‰), Ameixial (26,9‰ e 19,9‰), Alte (20,4‰ e 23,4‰), Salir (19,8‰ e 27,1‰), Benafim (18,9‰ e 12,9‰), Tôr (14,7‰) e S. Sebastião (18,1‰ e 12,9‰)
- A freguesia de Quarteira é a que regista taxas de mortalidade menos acentuadas no concelho no mesmo período inter censitário, com 9,5‰ e 6,4‰, respectivamente. Apenas as freguesias de Almancil (10,1‰ e 9,9‰) e S. Clemente (13,0‰ e 13,1‰) revelam valores aproximados.

No último dos indicadores observa-se que o Índice Sintético de Fecundidade da região registou, entre 1991 e 1998, um decréscimo de 1,7 para 1,6.

Embora a taxa de natalidade no concelho de Loulé tenha registado um decréscimo, o Índice Sintético de Fecundidade aumentou entre 1991 e 1998, registando 1,7 e 1,9, respectivamente. Os valores concelhios acompanham a tendência regional e por isso não garantem a renovação de gerações (para o qual é necessário um valor superior a 2).

### 3.4 SALDO MIGRATÓRIO

Por saldo migratório entende-se a diferença entre o número de entradas e saídas por migração, externa ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo. O saldo migratório pode também ser calculado pela diferença entre o acréscimo populacional e o saldo natural.

*Caracterização*

Um olhar dirigido ao saldo das migrações internas (veja-se Quadro 41) permite constatar que nas freguesias de Querença e Ameixial (com um défice negativo de 156 indivíduos) se verifica uma tendência de repulsão interna, que é contrária à observada nas restantes freguesias do concelho, facto que ilustra a prevalência de fluxo de indivíduos que entram no concelho e o escolhem para sua residência permanente. Na verdade, todas as restantes registam valores positivos, destacando-se até pelos seus quantitativos, as freguesias de Quarteira (4566) e Almancil (2602) e as de Clemente (3680) e S. Sebastião (1752).

*Saldo das migrações por freguesia*

Quadro 41

Saldo Migratório no Concelho de Loulé, por Freguesia, entre 1991 e 2001

	Saldo Migratório 1991/2001
Almancil	2602,0
Alte	208,0
Ameixial	-156,0
Boliqueime	375,0
Quarteira	4566,0
Querença	-722,0
Salir	69,0
S. Clemente	3680,0
S. Sebastião	1752,0
Benafim	47,0
Tôr	907,0
Concelho	13328,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

A partir deste mesmo quadro é possível caracterizar globalmente a evolução do saldo migratório em todo concelho de Loulé, entre 1991 e 2001. Como se pode inferir dos dados dele constantes, o saldo migratório do concelho apresenta-se fortemente positivo (13328 indivíduos), facto a que não é alheia a actividade económica, principalmente do sector turístico.

De referir também que os resultados apresentados para a freguesia de Tôr não correspondem à realidade observada nesse território. Eles resultam da criação da freguesia de Tôr em 1997, e posterior transferência de indivíduos que pertenciam à freguesia de Querença para a nova freguesia criada. Pelo mesmo motivo, os valores apresentados para Querença também não retratam, de modo fidedigno, a realidade desta freguesia.

### 3.5 SALDO NATURAL

De modo a caracterizar a dinâmica populacional endógena do concelho de Loulé, apresentam-se os valores do saldo natural, que resultam da diferença entre o número de nados-vivos<sup>1</sup> num determinado ano e o número de óbitos<sup>2</sup> nesse mesmo ano.

*Caracterização*

Fixando a atenção no saldo natural do concelho, patente nos dados expressos no Quadro 42, facilmente se conclui que o concelho apresenta, na sua globalidade, um défice negativo, ou seja, a diferença entre o número de nados vivos e número de óbitos no período considerado é de 755 indivíduos.

Quadro 42

Saldo Natural no Concelho de Loulé, por Freguesia, entre 1991 e 2001

	Saldo Natural 1991/2001
Almancil	181,0
Alte	-381,0
Ameixial	-132,0
Boliqueime	-289,0
Quarteira	1290,0
Querença	-234,0
Salir	-431,0
S. Clemente	-252,0
S. Sebastião	-310,0
Benafim	-177,0
Tôr	-20,0
Concelho	-755,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

<sup>1</sup> Por Nados-Vivos entende-se o produto da fecundação que após a expulsão ou extracção completa do corpo materno, independentemente da duração da gravidez, do corte do cordão umbilical e da retenção da placenta, respira ou manifesta sinais de vida, tais como pulsações do coração ou do cordão umbilical ou contracções efectivas de qualquer músculo sujeito à acção da vontade.

<sup>2</sup> Desaparecimento permanente de qualquer sinal de vida em qualquer momento, após o nascimento com vida.

A excepção a este registo negativo vai para as freguesias de Almancil e Quarteira que apresentam valores positivos, de 181 e 1290 respectivamente, sendo os valores registados, nesta última, reflexo da população jovem nela residente. A freguesia de Quarteira apresenta, inclusivamente, a maior taxa de natalidade concelhia, que correspondeu, em valores absolutos, a 41,8% do total de nascimento do concelho.

*Saldo natural por freguesia*

As restantes freguesias, porque sujeitas à interioridade e despovoamento, registam um saldo natural negativo acentuado, proporcionado quer pelo aumento da taxa de mortalidade e diminuição da taxa de natalidade, quer pela incapacidade de fixar população (Alte, Ameixial, Benafim, Querença e Salir). A freguesia de Boliqueime notou ligeiras alterações, registando um acréscimo populacional de 86 indivíduos.

Não fora o saldo migratório, decorrente da capacidade de atracção das freguesias de Quarteira, Almancil, São Clemente e São Sebastião a contribuir para o aumento da população no concelho e ter-se-ia verificado um decréscimo substancial na população residente. De facto o aumento populacional observado deveu-se ao saldo migratório e não ao saldo natural, como facilmente se depreende dos dados constantes do Quadro 43. Contudo esse mesmo saldo migratório é a causa do reforço das assimetrias demográficas no concelho.

Quadro 43

Movimento Demográfico no Concelho de Loulé, por Freguesias, entre 1991 e 2001

	Acréscimo Populacional	Saldo Natural	Saldo Migratório
Loulé Concelho	12.575	44	12.531
Almancil	2.787	-21	2.808
Alte	-173	-11	-162
Ameixial	-288	8	-296
Benafim	-130	9	-139
Boliqueime	86	-9	95
Quarteira	5.854	40	5.814
Querença	-81	23	-104
Salir	-362	12	-374
São Clemente	3428	-22	3.450
São Sebastião	1.442	23	1.419
Tôr	12	-	-

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, Censos 1991 e 2001

### 3.6 PROSPECTIVA DA POPULAÇÃO (2001/2011): CONSISTÊNCIA DE CENÁRIOS

A taxa de crescimento de um país, de uma região ou de um município, depende, não só, da sua taxa específica de crescimento natural e, conseqüentemente, dos níveis de fecundidade e mortalidade nele observados, mas também do seu grau de atracção, em função das entradas e saídas de migrantes. Para tal, recorreu-se tanto às projecções demográficas, para a região e por concelho, para 2011, 2021 e 2031, apresentadas no PROT Algarve (versão de Dezembro de 2005), bem como às projecções elaboradas pelo INE a nível nacional, como fontes de informação no domínio das projecções demográficas.

*Definição de taxa de crescimento*

Segundo dados prospectivos até 2050 apresentados pelo INE, Portugal perderá mais de um quarto da sua população actual podendo a mesma vir a situar-se nos 7,5 milhões de habitantes, num cenário mais pessimista e nos 10 milhões, num cenário mais optimista.

*Perda de população a nível nacional até 2050*

Atendendo agora à Região Algarve, vários cenários projectivos relativos a um período menos alargado (até 2031) e de acordo com estudos apresentados no PROT Algarve, contrariam, de certa forma, a tendência nacional já que até no cenário mais pessimista a população tenderia sempre a aumentar positivamente na ordem dos 9%, atingindo mesmo, no cenário mais optimista, uma variação positiva na ordem dos 79%.

*Aumento de população na Região Algarve*

No mesmo estudo, os cenários previstos para o concelho de Loulé apresentam, no período de 2001 a 2031, projecções que variam entre um aumento mínimo de 14% e um máximo de 91%.

*Aumento da população do concelho até 2031*

Para o período que a esta Carta importa, a variação positiva projectada no cenário elevado ou optimista é de 21,7%, sendo no cenário mais baixo ou pessimista de 11,8%.

Uma vez caracterizadas a estrutura e dinâmica demográficas do concelho, suportadas pelo estudo dos indicadores apresentados e pela sua envolvente, chegou o momento de passar à projecção de cenários evolutivos da sua população.

*Método demográfico por coortes*

Não obstante alguma incerteza naturalmente associada aos cálculos

envolvidos em qualquer projecção, utiliza-se o método demográfico das componentes por coortes para a exploração do campo das possíveis evoluções, utilizando-o de modo a poder estabelecer as principais tendências de base à construção de diversos cenários, em particular o estimar as funções de mortalidade, fecundidade e migrações e formular hipóteses acerca do futuro dessas variáveis demográficas.

A análise a seguir explanada não tem pretensões a eliminar a imprevisibilidade associada às variáveis acima referidas. De facto, de um ponto de vista estritamente demográfico, a prospectiva procura, essencialmente, observar e analisar as implicações de futuros possíveis, assumindo como base determinadas tendências resultantes do estudo de um passado recente no que toca à mortalidade, fecundidade e migrações.

*Prospectiva  
enquanto  
observação e  
análise*

Na verdade, o evoluir de uma população, quer em termos de crescimento natural quer em termos da componente migratória, é o resultado de causas de ordem social, política, económica e histórico-cultural, que actuam entre si com diferentes intensidades e de que resultam as consequências mais díspares. O facto da estatística ser um instrumento matemático carregado de objectividade e exactidão faz com que seja incapaz de contemplar a apreensão de movimentos de cunho mais ou menos ideológico, que emergem incontroladamente, influenciando de forma decisiva o comportamento de uma população (a decisão de ter mais ou menos filhos; ou de os ter mais ou menos tarde, por exemplo). Assim, perceber-se-á porque é que fazer diagnósticos prospectivos de âmbito demográfico, ainda que seja algo necessário, comporta sempre riscos.

*Causas influentes  
no evoluir da  
população*

Para a generalidade dos estudos demográficos é a equação de concordância abaixo apresentada que serve de base a qualquer cálculo estimativo da população:

$$Pt+n = pt + Nt, t+n \pm SMt, t+n$$

onde:

*Equação de  
concordância*

$pt$  – população no ano  $t$

$pt+n$  – população no ano  $t+n$

$Nt, t+n$  – nascimentos ocorrido de t a t+n

$Mt, t+n$  – óbitos ocorridos de t a t+n

$SMt, t+n$  – saldo migratório de t a t+n

De modo a conseguir obter valores mais fiáveis, foi adoptado o *Modelo de Coorte Survival Aberto* que possibilita a introdução da variável ‘migrações’. Em comparação com outros modelos de projecção demográfica existentes, este método possibilita a análise detalhada da composição do crescimento populacional não por si só, mas como resultado da combinação da evolução de cada um dos elementos que o constituem.

*Modelo de Coorte  
Survival Aberto*

Uma das características mais importantes desta metodologia é o acompanhamento temporal das tendências demográficas para as distintas gerações<sup>1</sup> que constituem a população de base das projecções.

Assim, resulta que este método demográfico parte da decomposição da população em coortes e a cada coorte são aplicadas, durante o período futuro considerado, as taxas específicas de mortalidade ou de sobrevivência, de natalidade ou fecundidade e de migração. A projecção populacional resultante é uma medida exacta da evolução do volume e da estrutura etária da população, segundo as condições futuras estabelecidas para as variáveis demográficas consideradas e suas inter-relações.

*Explicação do  
modelo*

Para uma explicação mais completa da forma como se projectaram os cenários que mais adiante se apresentam, convém apresentar as fórmulas com as quais se calcula cada uma das taxas a que acima se aludiu. Assim:

Taxa de Sobrevivência

$$Ts = 1 - t_{mort} + t_{migr}$$

Taxa de Mortalidade

$$Tm = N^{\circ} \text{ óbitos} / P_H + P_M$$

<sup>1</sup> Entende-se por Geração o conjunto de indivíduos que nasceram no mesmo ano de calendário, e adopta-se o conceito de coorte – uma extensão do conceito de geração – para designar o conjunto de pessoas que durante o mesmo período temporal foram submetidas a um mesmo acontecimento de origem. No presente caso, 5 anos.

Taxa de Migração

$$TM = \text{saldo migratório} / P_H + P_M$$

Taxa de Fecundidade

$$TF = \text{nados vivos} / P_M (15-49 \text{ anos})$$

Taxa de Natalidade

$$Tn = \text{nados vivos por idade da mãe} / P_H + P_M$$

Para a aplicação deste modelo foram utilizados os dados da população residente por estrato etário (estratos etários de 5 anos, até 85 ou mais anos), o número de óbitos por estrato etário, o número de nados-vivos por idade das mães e estimativas do saldo migratório, sendo todos estes dados referentes ao ano de 2001.

Para o cálculo do grupo etário 0-10, sujeito a maiores discrepâncias entre a população projectada e a população real, utilizou-se do valor estimado pela taxa de fecundidade, no período compreendido entre 2001 e 2011, tendo-se aplicado, subsequentemente, as taxas anteriormente referidas.

Foram considerados três cenários de evolução da população residente, de forma a estabelecer um intervalo de valores possíveis para a população projectada. Uma vez que o saldo migratório foi considerado o indicador mais significativo na dinâmica demográfica do concelho, foi assumido como a variável dependente no cálculo das projecções para a construção dos três cenários distintos, que se passam a descrever.

*Três cenários de  
evolução da  
população*

Para o Cenário 1 foi considerado que a evolução da população ao longo do horizonte de projecção (2011) tem um comportamento idêntico à evolução da população no ano 2001. Assim, as taxas de sobrevivência e de natalidade são constantes ao longo de todo o período e de igual valor às taxas de 2011. Neste cenário o saldo migratório é considerado nulo.

*Cenário 1*

Ou seja:

### **Cenário 1**

1. Saldo Migratório Nulo
2. Taxa de Natalidade Constante
3. Taxa de Mortalidade Constante

O grau de probabilidade deste cenário é o mais reduzido uma vez que, de acordo com as projecções nacionais e regionais realizadas, não há previsão de quebra acentuada do saldo migratório, pelo que este Cenário 1 não faz mais do que uma caracterização da dinâmica demográfica da população residente no concelho.

Para o Cenário 2 foi considerado que a evolução da população ao longo do horizonte de projecção (2011) tem um comportamento idêntico à evolução da população no último ano censitário, apresentando-se novamente constantes as taxas de natalidade e mortalidade nos dez anos em estudo. Considera-se o saldo migratório idêntico ao registado na última década. Ou seja:

*Cenário 2*

### **Cenário 2**

1. Saldo Migratório Idêntico ao registado na última década
2. Taxa de Natalidade Constante
3. Taxa de Mortalidade Constante

Também este cenário não parece ser o mais provável, atendendo a que, de acordo com as fontes estatísticas nacionais e regionais, se prospectiva uma quebra nos fluxos migratórios, não acompanhando o registado na década de 1991 a 2001.

Para o terceiro cenário prospectivo, e com base nas mesmas variáveis, foi considerado que a evolução da população ao longo do horizonte de projecção (2011) tem um comportamento idêntico à evolução da população no último ano censitário. Assim, as taxas de natalidade e mortalidade apresentam-se constantes nos dez anos em estudo e a taxa de migração foi considerada variável na proporção de metade da taxa de migração de 2001.

*Cenário 3*

Ou seja:

### Cenário 3

1. ½ Saldo Migratório ao registado na última década
2. Taxa de Natalidade Constante
3. Taxa de Mortalidade Constante

Este é o cenário que apresenta maior de probabilidade de vir a verificar-se, uma vez que se fixa em valores aproximados aos que foram apresentados no âmbito dos estudos de caracterização realizados para o PROT Algarve.

Em face dos cenários traçados apresenta-se, no Quadro 44, os valores prospectivos desagregados por grupos etários até 2011.

Quadro 44

Projeção da População por Grupo Etário para o Concelho de Loulé

Grupos Etários	2001	2011 (C1)	2011 (C2)	2011 (C3)
0-4	2786	2731	3346	3040
5-9	2820	2736	3352	3045
10-14	3095	2785	3412	3100
15-19	3649	2819	3454	3138
20-24	4150	3088	3783	3437
25-29	4211	3641	4460	4053
30-34	4330	4139	5071	4607
35-39	4405	4200	5144	4674
40-44	4388	4315	5286	4803
45-49	3966	4384	5370	4879
50-54	3633	4264	5346	4657
55-59	3333	3946	4834	4392
60-64	3374	3597	4407	4004
65-69	3409	3280	4018	3651
70-74	2730	3299	4041	3671
75-79	2225	3259	3992	3627
80-84	1510	2490	3051	2771
85 e +	1146	1794	2198	1997
Total	59160	61223	74998	68141

Fonte: CML (2006), Estatísticas Demográficas

De acordo com um cenário tendencial, tendo subjacente um

[Conclusões](#)

prolongamento das tendências observadas no passado recente, verifica-se a possibilidade de se assistir a um crescimento dos grupos etários 0-4, 10-14 e 15-19; a uma diminuição nos grupos etários 20-24 e 25-29; e a um crescimento praticamente contínuo nos restantes grupos etários, observando, desta forma, o concelho de Loulé um aumento da sua população em qualquer dos cenários traçados. Com efeito, os três cenários apresentados no Quadro 44 apresentam uma evolução demográfica positiva para o concelho, que se acentua no cenário em que o hipotético rejuvenescimento do segmento migratório se mantém idêntico ao do último período inter censitário.

Entende-se, assim, que a evolução da população no concelho será o resultado da diminuição da taxa de natalidade e mortalidade resultante do aumento da esperança média de vida à nascença, bem como do saldo migratório que irá condicionar, de forma decisiva, a estrutura etária do concelho na próxima década.

### 3.7 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO POR FREGUESIAS (2001/2011)

Na sequência, apresentam-se os cenários prospectivos acima traçados agora projectados para cada uma das 11 freguesias do concelho. Contudo, para maior facilidade de leitura e interpretação, optou-se por agregar estas unidades administrativas por grupos que apresentassem uma similitude quer territorial quer de comportamento demográfico.

Para cada um dos cenários (C1, C2 e C3) tentou desenvolver-se uma breve análise sumária que contivesse os pontos relevantes que importam para a caracterização geral do concelho e para cada uma das freguesias, permitindo cruzamento de dados e extrapolações relativamente aos resultados encontrados nos três cenários prospectivos.

Optou-se por colocar a tabela geral das Projecções Demográficas para o concelho de Loulé, por freguesia no final da análise por se ter considerado mais conveniente face ao grande volume de informação que apresenta.

*Cenários  
prospectivos por  
freguesia*

*Metodologia de  
análise*

**Loulé Concelho:**

*Análise dos cenários  
no concelho*

- C1 – de acordo com tal cenário, o concelho registaria um decréscimo de população nos grupos etários mais jovens (dos 0-29 anos), bem como um forte acréscimo no grupo de indivíduos com idade superior a 45 anos, resultando num ligeiro aumento de cerca de 2000 habitantes;
- C2 – neste cenário, à excepção dos grupos etários entre os 20-29 anos, o concelho registaria um acréscimo populacional significativo de cerca de 15000 habitantes;
- C3 – à semelhança do verificado no cenário anterior, com excepção feita para os grupos etários entre os 20-29 anos, o concelho registaria um acréscimo populacional na ordem dos 10000 habitantes.

**Almancil/Quarteira (Litoral):**

*Análise dos cenários  
das freguesias do  
Litoral*

- C1 – As freguesias litorais do concelho de Loulé apresentam, na actualidade, uma população jovem quando comparada com a da região ou mesmo a do país. Contudo, para estas freguesias este cenário desenha, de acordo com os valores calculados, uma tendência para o envelhecimento da população, devido à diminuição do número de indivíduos nos grupos etários mais jovens. Estes valores podem, no entanto, variar de acordo com os fluxos migratórios e o seu comportamento em termos de taxa de fecundidade/natalidade.  
Neste cenário, as freguesias de Almancil e Quarteira registariam um aumento de cerca de 400 e 900 habitantes respectivamente;
- C2 – Como este cenário considera a não alteração da taxa de migração, regista-se aqui uma manutenção dos quantitativos jovens, notando-se, no entanto, a dificuldade em manter os valores positivos registados em 2001 na freguesia de Quarteira.  
Neste cenário a freguesia de Almancil registaria um aumento de, aproximadamente, 3000 habitantes enquanto para Quarteira é de cerca de 5000 habitantes;
- C3 – Este cenário apresenta uma diminuição da população em idade

jovem, à semelhança do que ocorreu no C1 mas com valores menos preocupantes.

A verificar-se este cenário, a freguesia de Almancil observaria um aumento de aproximadamente 2000 habitantes e a de Quarteira de aproximadamente 3000.

### **S. Clemente/S. Sebastião (Cidade de Loulé e área envolvente)**

- C1 – As freguesias em questão registariam, em 2011, um envelhecimento da população de acordo com os cálculos efectuados, que se fica a dever à diminuição de população em idade jovem.  
Neste cenário, a freguesia de S. Clemente registaria um decréscimo de aproximadamente 300 habitantes, o mesmo não acontecendo na de S. Sebastião, em que se verificaria um aumento, ainda que pouco significativo, de 15 habitantes;
- C2 – Como este cenário considera a não variação da taxa de migração, regista-se aqui um aumento dos quantitativos jovens, notando-se no entanto a dificuldade em manter os valores positivos registados na freguesia de S. Clemente, em 2001.  
Neste cenário, a freguesia de S. Clemente observaria um aumento de, aproximadamente, 3000 habitantes e a de S. Sebastião um aumento de, aproximadamente, 2000 habitantes;
- C3 – Neste cenário há uma diminuição da população em idade jovem, tal como no C1, registando a freguesia de S. Clemente um aumento de, aproximadamente, 1500 habitantes.  
A freguesia de S. Sebastião registaria um aumento de, aproximadamente, 1000 habitantes.

### **Boliqueime:**

- C1 – A freguesia em apreço registaria, em 2011, de acordo com os valores calculados, um envelhecimento da população com diminuição do número de jovens e um decréscimo de, aproximadamente, 300 habitantes;

*Análise dos cenários  
para as freguesias  
urbanas de Loulé*

*Análise dos cenários  
para a freguesia de  
Boliqueime*

- C2 – Como este cenário considera a manutenção da taxa de migração verificar-se-ia um aumento dos quantitativos populacionais que se traduziria num acréscimo de, aproximadamente, 500 habitantes;
- C3 – Neste cenário a freguesia de Boliqeime registaria um acréscimo de 300 habitantes.

#### **Benafim/Alte/Salir (Barrocal/Serra/Interior)**

- C1 – Neste cenário as freguesias de Alte, Benafim e Salir registariam, em 2011 e de acordo com os valores calculados, decréscimos na ordem dos 80, 30 e 66 habitantes, respectivamente. Não sendo significativo este decréscimo apenas se traduziria num envelhecimento da população;
- C2 – Como este cenário considera a manutenção da taxa de migração, registar-se-ia um aumento dos quantitativos populacionais, na ordem de 120 habitantes na freguesia de Alte, de 15 habitantes na de Benafim e de 17 habitantes na de Salir;
- C3 – Neste cenário as três freguesias apresentariam comportamentos diversos: a freguesia de Alte veria a sua população aumentar em 15 habitantes, Benafim registaria um decréscimo de 11 habitantes e Salir de 32 habitantes.

#### **Querença/Tôr (Barrocal/Interior)**

- C1 – Neste cenário as freguesias de Querença e Tôr registariam, em 2011 e de acordo com os valores calculados, decréscimos na ordem dos 80 e 13 habitantes respectivamente. Não sendo significativo este decréscimo apenas se traduziria num envelhecimento da população;
- C2 – Como este cenário considera a manutenção da taxa de migração, registar-se-ia um aumento dos quantitativos populacionais, na ordem de 146 habitantes para a freguesia de Querença e de 33 para a freguesia de Tôr.

*Análise dos cenários  
para as freguesias do  
Barrocal/Serra/Interior*

*Análise dos cenários  
das freguesias do  
Barrocal e Interior*

- C3 – Neste cenário as freguesias apresentariam comportamentos diversos: a de Querença veria a sua população aumentar em 43 indivíduos, enquanto a de Tôr registaria um decréscimo de 5 indivíduos.

### **Ameixial (Serra/Interior)**

De acordo com as projecções realizadas, prevê-se que nos dois primeiros coortes (0-4 e 5-9) venham a apresentar valores nulos nesta freguesia, o que não deixa de ser uma realidade muito peculiar no contexto do concelho que só será contrariada por uma situação atípica/contraditória pontual.

- C1 – De acordo com este cenário, a freguesia do Ameixial registaria, em 2011, um decréscimo de 40 habitantes reflexo da sua interioridade e do seu fraco poder de atracção junto da população;
- C2 – este cenário continua a apresentar uma tendência negativa relativamente à projecção da população;
- C3 – Neste cenário a freguesia registaria um decréscimo de 113 habitantes.

*Análise dos  
cenários para a  
freguesia do  
Ameixial*

## Projeções Demográficas para o Concelho de Loulé, por Freguesia – 2011

	2011					2011					2011			
	2001	C1	C2	C3		2001	C1	C2	C3		2001	C1	C2	C3
<b>Loulé</b>	<b>59160</b>	<b>61223</b>	<b>74998</b>	<b>68141</b>	<b>Boliqueime</b>	<b>4473</b>	<b>4558</b>	<b>4940</b>	<b>4749</b>	<b>S. Clemente</b>	<b>14406</b>	<b>14109</b>	<b>17707</b>	<b>15915</b>
0-4	2786	2731	3346	3040	0-4	195	152	165	158	0-4	642	307	385	346
5-9	2820	2736	3352	3045	5-9	191	152	165	158	5-9	710	308	387	347
10-14	3095	2785	3412	3100	10-14	217	195	211	203	10-14	817	641	805	723
15-19	3649	2819	3454	3138	15-19	244	191	207	199	15-19	925	710	891	801
20-24	4150	3088	3783	3437	20-24	230	217	235	226	20-24	1045	815	1022	919
25-29	4211	3641	4460	4053	25-29	245	243	263	253	25-29	1013	923	1159	1041
30-34	4330	4139	5071	4607	30-34	294	228	247	237	30-34	1012	1044	1310	1178
35-39	4405	4200	5144	4674	35-39	332	244	265	254	35-39	1095	1011	1269	1141
40-44	4388	4315	5286	4803	40-44	294	292	316	304	40-44	1122	1008	1266	1137
45-49	3966	4384	5370	4879	45-49	305	331	359	345	45-49	970	1090	1369	1230
50-54	3633	4364	5346	4857	50-54	273	294	319	306	50-54	889	1119	1405	1263
55-59	3333	3946	4834	4392	55-59	260	304	329	317	55-59	791	964	1210	1087
60-64	3374	3597	4407	4004	60-64	324	269	291	280	60-64	772	881	1106	994
65-69	3409	3280	4018	3651	65-69	310	257	279	268	65-69	793	773	970	872
70-74	2730	3299	4041	3671	70-74	260	319	346	332	70-74	668	751	943	847
75-79	2225	3259	3992	3627	75-79	206	277	300	288	75-79	525	758	952	855
80-84	1510	2490	3050	2771	80-84	150	236	255	246	80-84	345	602	756	679
≥85	1146	1794	2198	1997	≥85	143	291	316	303	≥85	272	697	875	787
<b>Almancil</b>	<b>8799</b>	<b>9190</b>	<b>11911</b>	<b>10550</b>	<b>Quarteira</b>	<b>16129</b>	<b>17007</b>	<b>21820</b>	<b>19422</b>	<b>S. Sebastião</b>	<b>6734</b>	<b>6749</b>	<b>8503</b>	<b>7626</b>
0-4	467	395	512	454	0-4	946	568	729	649	0-4	310	124	156	140
5-9	441	396	513	455	5-9	924	568	729	649	5-9	343	124	156	140
10-14	511	467	605	536	10-14	949	946	1214	1080	10-14	340	310	391	350
15-19	626	441	572	506	15-19	1140	924	1185	1055	15-19	366	343	432	388
20-24	666	509	659	584	20-24	1301	948	1216	1082	20-24	458	339	427	383
25-29	664	624	809	716	25-29	1356	1137	1459	1299	25-29	444	365	460	413
30-34	754	663	860	762	30-34	1404	1298	1666	1483	30-34	444	458	577	518
35-39	680	662	858	760	35-39	1404	1350	1732	1542	35-39	476	444	559	502
40-44	749	752	975	863	40-44	1308	1399	1794	1597	40-44	463	443	558	501
45-49	616	680	881	781	45-49	1135	1394	1789	1592	45-49	461	473	596	534
50-54	560	744	964	854	50-54	960	1297	1664	1481	50-54	437	460	579	520
55-59	471	611	792	701	55-59	818	1129	1449	1290	55-59	393	459	578	518
60-64	434	550	712	631	60-64	698	950	1219	1085	60-64	415	435	548	491
65-69	396	464	601	533	65-69	610	807	1036	922	65-69	426	383	482	433
70-74	304	424	550	487	70-74	479	686	881	784	70-74	295	405	510	458
75-79	228	386	500	443	75-79	339	585	750	668	75-79	324	406	512	459
80-84	151	274	355	314	80-84	223	434	557	496	80-84	194	274	345	309
≥85	81	104	135	120	≥85	135	483	620	551	≥85	145	422	531	476
<b>Alte</b>	<b>2176</b>	<b>2091</b>	<b>2291</b>	<b>2191</b>	<b>Querença</b>	<b>788</b>	<b>728</b>	<b>934</b>	<b>831</b>	<b>Benafim</b>	<b>1141</b>	<b>1110</b>	<b>1156</b>	<b>1133</b>
0-4	47	31	34	33	0-4	22	4	5	5	0-4	29	20	21	20
5-9	50	32	35	34	5-9	17	4	5	5	5-9	27	20	21	20
10-14	75	47	51	49	10-14	22	22	28	25	10-14	33	29	30	30
15-19	74	49	54	52	15-19	29	17	22	19	15-19	40	27	28	28
20-24	104	75	82	79	20-24	45	22	28	25	20-24	57	33	34	34
25-29	121	74	81	78	25-29	42	29	37	33	25-29	74	40	42	41
30-34	100	104	114	109	30-34	31	45	58	51	30-34	66	57	59	58
35-39	110	121	133	127	35-39	31	41	52	46	35-39	53	74	77	76
40-44	111	100	110	105	40-44	44	31	40	35	40-44	57	66	69	67
45-49	111	110	121	115	45-49	46	30	39	35	45-49	64	53	55	54
50-54	129	109	120	115	50-54	36	44	56	50	50-54	65	57	59	58
55-59	143	111	122	116	55-59	58	45	58	52	55-59	99	64	67	65
60-64	215	127	139	133	60-64	68	36	46	41	60-64	106	65	68	66
65-69	222	140	153	146	65-69	79	58	74	66	65-69	125	97	101	99
70-74	185	212	232	222	70-74	58	67	86	76	70-74	77	106	110	108
75-79	146	211	232	221	75-79	61	78	100	89	75-79	67	118	122	120
80-84	133	170	186	178	80-84	51	53	69	61	80-84	51	71	74	72
≥85	100	232	254	243	≥85	48	84	108	96	≥85	51	97	101	99
<b>Ameixial</b>	<b>604</b>	<b>564</b>	<b>418</b>	<b>491</b>	<b>Salir</b>	<b>3023</b>	<b>2957</b>	<b>108</b>	<b>2991</b>	<b>Tôr</b>	<b>887</b>	<b>874</b>	<b>910</b>	<b>892</b>
0-4	7	0	0	0	0-4	86	52	53	53	0-4	35	16	17	16
5-9	9	0	0	0	5-9	82	52	53	53	5-9	26	16	17	16
10-14	17	7	14	6	10-14	78	86	88	87	10-14	36	35	36	36
15-19	25	9	18	8	15-19	134	82	84	83	15-19	46	26	27	27
20-24	25	17	33	15	20-24	174	78	80	79	20-24	45	36	37	37
25-29	19	25	49	22	25-29	178	134	138	136	25-29	55	46	48	47
30-34	24	25	49	22	30-34	160	174	179	176	30-34	41	44	46	45
35-39	27	19	37	17	35-39	147	178	183	180	35-39	50	54	56	55
40-44	25	24	47	21	40-44	168	160	164	162	40-44	47	41	43	42
45-49	34	27	53	24	45-49	174	146	150	148	45-49	50	50	52	51
50-54	28	24	47	21	50-54	202	168	173	170	50-54	54	47	49	48
55-59	41	34	67	30	55-59	194	174	179	176	55-59	65	50	52	51
60-64	44	28	55	24	60-64	228	202	208	204	60-64	70	53	55	54
65-69	73	41	80	36	65-69	297	193	198	195	65-69	78	65	68	66
70-74	71	43	84	37	70-74	264	220	226	223	70-74	69	68	71	69
75-79	65	71	138	62	75-79	209	281	289	285	75-79	55	74	77	75
80-84	41	68	132	59	80-84	136	241	247	243	80-84	35	65	68	66
≥85	29	88	172	76	≥85	112	274	282	277	≥85	30	75	78	77

Fonte: CML, Estatísticas Demográficas, 2006

Realizada que está a análise prospectiva, bem como a detecção e identificação adequadas dos factores estratégicos que mais não são do que o conjunto de variáveis – natalidade, mortalidade e migração – que, com elevada probabilidade, vão influenciar de forma determinante o comportamento futuro da estrutura demográfica do concelho, constituem-se as mesmas como o núcleo de suporte da configuração de cenários futuros fundamentais à tomada de decisão no que respeita às construções escolares/equipamentos educativos a concretizar e/ou suspender no espaço concelhio, dando expressão à operacionalização da política educativa plasmada na presente Carta.

*Implicações para a  
Carta Educativa*

## 4. CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO LOCAL

### EDUCAÇÃO, ENSINO E FORMAÇÃO

#### 4.1 do lado da procura

Retome-se o Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, que no seu artigo 13º define Rede Educativa como sendo a “configuração da organização territorial dos edifícios escolares, ou dos edifícios utilizados em actividades escolares, afectos aos estabelecimentos de educação Pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, visando a sua adequação às orientações e objectivos de política educativa, nomeadamente os que se referem à utilização mais eficiente dos recursos e à complementaridade das ofertas educativas (...) por forma a assegurar a igualdade de oportunidades de educação (...)” o que implica a necessidade de “adequação em permanência nomeadamente a que decorre das alterações da procura em termos qualitativos e quantitativos, e do estado físico dos edifícios”. Infere-se deste artigo que a Rede Educativa se assume, indubitavelmente, como um elemento determinante, uma vez que se dimensiona em função das oscilações da procura a que a oferta, naturalmente, se deve adequar. Daí ter sido feito um estudo diagnóstico do concelho, nas vertentes socioeconómica, urbanística e demográfica, para poder perceber a evolução dessa procura, emergindo, na sequência disso, a necessidade de fazer a sua caracterização quantitativa, recorrendo para tal a dados de estatística descritiva.

*Rede Educativa*

Assim sendo, neste ponto que agora se inicia far-se-á uma análise da procura educativa no concelho de Loulé, registando a evolução recente da frequência escolar, bem como das taxas de escolarização, aproveitamento e retenção (desde o ano lectivo de 2000/2001 ao de 2004/2005) e a sua distribuição por estabelecimento de educação em cada freguesia.

*Indicadores da procura educativa*

#### 4.1.1 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

A educação Pré-escolar pública (que integra os estabelecimentos criados e a funcionar na directa dependência da administração pública, central e local) e a privada (que integra estabelecimentos que funcionam em instituições de ensino particular e/ou cooperativo e em instituições sem fins lucrativos) constituem uma rede nacional visando efectivar a universalidade da educação Pré-escolar, partilhando todos eles regras comuns no que concerne a aspectos estruturais, organizacionais e pedagógicos.

*Finalidades da  
educação Pré-  
escolar*

Efectivamente, a educação Pré-escolar é reconhecida, no sistema educativo, como a primeira etapa da educação básica que, por um lado, motiva as famílias e as crianças para a escolaridade obrigatória e, por outro, promove o diálogo e a colaboração entre educadores e professores do primeiro ciclo, facilitando a transição entre níveis de educação.

No que concerne a este nível de educação é evidente a sua maior distribuição, no concelho, pelas diferentes tutelas, sinónimo de que a dinamização do processo educativo inicial (assumido na própria Lei de Bases do Sistema Educativo como direito consagrado) ainda se encontra muito a cargo da sociedade civil. De certa forma, é na educação pré-escolar que a lógica de mercado encontra terreno mais favorável, dado que existem diferentes respostas a diferentes realidades sociais. De facto, a iniciativa privada continua a florescer ao mesmo tempo que as IPSS's procuram corresponder a um conjunto de necessidades sociais mais prementes.

*A lógica de  
mercado na  
educação Pré-  
escolar*

Analisando a procura educativa a nível do concelho (de 2000-01 a 2004-05) apresenta-se, de seguida, um conjunto de quadros que permitem caracterizar a evolução e distribuição das crianças em idade pré-escolar pelos diferentes estabelecimentos, desagregados por freguesia. Refira-se, contudo, que o enfoque da análise será feito exclusivamente para o último ano escolar da referida sequência. Complementarmente, apresentar-se-á um quadro relativo à Taxa de Cobertura.

*1325 crianças na  
educação Pré-  
escolar (2004-05)*

*Desagregação por  
freguesia*

Embora a análise seja feita por freguesia não deixará de ter em atenção a forma como os diferentes estabelecimentos estão inseridos nos respectivos agrupamentos escolares, uma vez que tal realidade operacionalizará, de forma mais objectiva, aquilo que adiante se pretende concretizar sobre Territórios Educativos.

Inicia-se com a apresentação dos dados do Quadro 46 que permite um conhecimento da evolução anual do número de crianças distribuídas pelos cinco estabelecimentos de ensino Pré-escolar da freguesia de Almancil.

Quadro 46

Frequência de Crianças em Jardins-de-infância da Freguesia de Almancil

Freguesia de Almancil	Estabelecimentos de Ensino	Pré-escolar														
		Público					Privado					IPSS's				
		2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005
Jl S. João da Venda	50	50	50	50	50	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
Jl de Almancil	--	--	--	--	90	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
Jl "O Palhacinho"	--	--	--	--	--	31	51	25	29	30	--	--	--	--	--	
Col Int S. Lourenço	--	--	--	--	--	61	59	59	59	59	--	--	--	--	--	
Jl Quinta da Avó	--	--	--	--	--	32	35	21	21	21	--	--	--	--	--	

Almancil apresenta, como característica mais notória, a diversificação da procura entre estabelecimentos públicos e privados e um crescendo número de crianças a frequentá-los. Tendo presente o ano em análise, a freguesia representa 18,9% das crianças do concelho com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos a frequentar o Pré-escolar, posicionando-se entre as que atingem maior expressão neste sector, facto a que não é estranha uma evidente dinâmica sócio-demográfica.

*Crianças no Pré-escolar em Almancil*

Quadro 47

Frequência de Crianças em Jardins-de-infância da Freguesia de Alte

Freguesia de Alte	Estabelecimento de Ensino	Pré-escolar														
		Público					Privado					IPSS's				
		2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005
Centro Animação Infantil de Alte	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	34	25	18	21	18	

Na freguesia de Alte, para além de se não registar diversificação da procura, o número de crianças a frequentar o que existe tem vindo a sofrer um ligeiro decréscimo. Aliás, para o ano em análise, a freguesia representa somente 1,4% das crianças do concelho com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos a frequentar o Pré-escolar (veja-se Quadro 47).

*Crianças no Pré-escolar em Alte*

Quadro 48

Frequência de Crianças em Jardins-de-infância da Freguesia de Benafim

Freguesia de Benafim	Estabelecimento de Ensino	Pré-escolar																
		Público					Privado					IPSS's						
		2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005		
Jl de Benafim		9	20	21	24	25	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Analisando o Quadro 48, respeitante à freguesia de Benafim, verifica-se uma enorme discrepância entre 2000/01 e os anos lectivos subsequentes. Tal ficou a dever-se a motivos de inexistência de transporte organizado para o estabelecimento de ensino. Solucionado o problema verifica-se que a taxa de frequência é constante, atingindo o máximo de ocupação disponível.

*Crianças no Pré-escolar em Benafim*

Para o ano em análise, a freguesia de Benafim representa somente 1,9% das crianças do concelho com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos a frequentar o Pré-escolar.

Quadro 49

Frequência de Crianças em Jardins-de-infância da Freguesia de Boliqueime

Freguesia de Boliqueime	Estabelecimentos de Ensino	Pré-escolar																
		Público					Privado					IPSS's						
		2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005		
Jl de Benfarras		25	25	25	25	25	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Jl de Vale Silves		25	24	25	25	25	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Jl P Sebastião Costa		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	62	59	56	63	--	--

Já na freguesia de Boliqueime se observa uma diversificação da procura, entre o sector público e IPSS's, representando 8,5% das crianças do concelho com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos a frequentar o Pré-escolar (veja-se Quadro 49).

*Crianças no Pré-escolar em Boliqueime*

Quadro 50

Frequência de Crianças em Jardins-de-infância da Freguesia de Quarteira

Freguesia de Quarteira	Estabelecimentos de Ensino	Pré-escolar														
		Público					Privado					IPSS's				
		2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005
Jl nº 3 Quarteira	--	--	97	97	97	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
Jl Nº 1 Quarteira	50	50	48	50	50	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
Col Int de Vilamoura	--	--	--	--	--	71	72	73	73	76	--	--	--	--	--	
Ext Palmo e Meio	--	--	--	--	--	40	50	50	50	49	--	--	--	--	--	
Jl/Creche BabyMoura	--	--	--	--	--	30	30	30	30	33	--	--	--	--	--	
Centro Apoio Criança	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	75	75	75	75	75	

Quarteira (Quadro 50) apresenta como característica mais notória a diversificação da procura entre estabelecimentos públicos, IPSS's e privados, verificando-se uma forte incidência da procura nestes últimos. No ano em análise, a freguesia representa 28,6% das crianças do concelho com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos a frequentar o Pré-escolar, sendo a que atinge maior expressão neste sector, facto aliado à sua já anteriormente referida característica sócio-demográfica bem como à elevada taxa da sua população jovem. Este facto é razão para que, a curto prazo, Quarteira passe a dispor de novas salas destinadas à educação Pré-escolar.

*Crianças no Pré-escolar em Quarteira*

Quadro 51

Frequência de Crianças em Jardins-de-infância da Freguesia de Salir

Freguesia de Salir	Estabelecimento de Ensino	Pré-escolar														
		Público					Privado					IPSS's				
		2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005
Jl de Salir	25	25	25	25	25	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	

Para o ano em análise, a freguesia de Salir representa somente 1,9% das crianças do concelho com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos a frequentar o Pré-escolar (Quadro 51). Refira-se, contudo, que deverão, a curto prazo, entrar em rede duas novas salas destinadas à educação Pré-escolar, localizadas no perímetro da sua escola básica integrada.

*Crianças no Pré-escolar em Salir*

Quadro 52

Frequência de Crianças em Jardins-de-infância da Freguesia de S. Clemente

Freguesia de S. Clemente	Estabelecimentos de Ensino	Pré-escolar														
		Público					Privado					IPSS's				
		2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005
JI Nº1 Loulé	75	75	75	75	75	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
JI Nº3 Loulé	25	25	25	25	25	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
JI "O Paraíso"	--	--	--	--	--	39	40	38	39	39	--	--	--	--	--	
JI "A Carochinha"	--	--	--	--	--	20	16	24	24	22	--	--	--	--	--	
JI ABC XXI	--	--	--	--	--	50	53	48	51	42	--	--	--	--	--	
Infant. Nova Terra	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	67	70	69	70	70	
Casa Prim Infância	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	91	94	92	96	99	

Enquanto freguesia urbana, também S. Clemente (Quadro 52) apresenta como característica mais notória a diversificação da procura entre estabelecimentos públicos, privados e IPSS's, verificando-se uma forte incidência nestes dois últimos.

*Crianças no Pré-escolar em S. Clemente*

No ano em análise, a freguesia representa 28,1% das crianças do concelho com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos a frequentar o Pré-escolar, sendo a segunda freguesia que atinge maior expressão neste sector, não se tendo verificado oscilação na taxa de frequência.

Quadro 53

Frequência de Crianças, em Jardins-de-infância da Freguesia de S. Sebastião

Freguesia de S. Sebastião	Estabelecimentos de Ensino	Pré-escolar														
		Público					Privado					IPSS's				
		2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005
JI do Gilvrazino	25	25	25	25	25	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
JI de Mira Serra	44	42	100	97	98	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	

Por seu lado, a freguesia de S. Sebastião apresenta como característica particular, e de acordo com o Quadro 53, o ter exclusivamente estabelecimentos públicos. No ano em apreço, a freguesia representa 9,3% das crianças do concelho com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos a frequentar o Pré-escolar. Esta percentagem irá naturalmente sofrer, no ano lectivo 2006/07, uma alteração substancial uma vez que passará a dispor de mais três salas para a educação Pré-escolar.

*Crianças no Pré-escolar em S. Sebastião*

Quadro 54

Frequência de Crianças, em Jardins-de-infância da Freguesia de Tôr

Freguesia da Tôr	Estabelecimento de Ensino	Pré-escolar																
		Público					Privado					IPSS's						
		2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005		
Jl da Tôr		20	20	20	20	20	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Na freguesia da Tôr, para além de se não registar diversificação da procura, o número de crianças a frequentar o estabelecimento de educação existente tem vindo a manter-se constante. Para o ano em análise, a freguesia representa somente 1,5% das crianças do concelho com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos a frequentar o Pré-escolar (veja-se Quadro 54).

*Crianças no Pré-escolar na Tôr*

Como fica evidente dos quadros apresentados as freguesias do Ameixial e Querença são as que, no concelho, não dispõem de qualquer estabelecimento vocacionado para a educação Pré-escolar.

Tal facto ilustra bem as recorrentes referências feitas ao longo desta Carta relativamente ao despovoamento a que as mesmas têm sido devotadas.

No que concerne às Taxas de Cobertura<sup>1</sup> (veja-se Quadro 55) constata-se se que os estabelecimentos de educação Pré-escolar localizados no concelho abrangem, aproximadamente, 65% das crianças nele residentes com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos (2027<sup>2</sup>). No entanto, se apenas se tiver em conta os estabelecimentos públicos a Taxa de Cobertura decresce significativamente, cifrando-se em 31%. Mesmo assim, o sector público continua a ter uma forte expressão quando comparado quer com o sector privado (18%), quer com as IPSS's que apresentam uma taxa ainda inferior à deste (16%).

*Taxa de Cobertura de 65%*

Na distribuição por freguesias verificam-se várias situações que merecem

<sup>1</sup> A Taxa de Cobertura calcula-se em relação ao Pré-escolar e corresponde à relação entre a população em frequência escolar e a população residente entre os 3 e os 5 anos.

<sup>2</sup> Estimativa realizada a partir dos valores de dados-vivos entre os anos de 1999 e 2001.

um registo particular. Primeiramente, no todo concelhio, o número de crianças em idade de frequentar a educação Pré-escolar é quase sempre superior ao número de crianças que efectivamente a frequentam, excepção feita para as freguesias de Benafim e Tôr, nas que resultam taxas de cobertura superiores a 100%.

*Taxas de cobertura por freguesia*

Depois, enquanto algumas freguesias apresentam Taxas de Cobertura muito inferiores à média concelhia, em especial as de Salir (48%) e Quarteira, cuja oferta de Pré-escolar abrange menos de metade da sua população residente com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos (46%), as de Almancil, com 77%, Alte com 72%, Boliqueime, com 80% e S. Clemente, com 82%, sobressaem por se afastarem positivamente da média concelhia.

Quadro 55

Estimativa da População Residente em Idade Pré-escolar e Taxas de Cobertura, por Tutela, em 2004-2005<sup>1</sup>

Freguesia	População Residente		Tutela							
	Total (2001)	População Estimada 3 e 5 anos	Público		Privado		IPPS's		TOTAL	
			Alunos	Taxa Cobert	Alunos	Taxa Cobert	Alunos	Taxa Cobert	Alunos	Taxa Cobert
Almancil	8799	328	140	43%	110	34%	0	0,0%	250	77%
Alte	2176	25	0	0,0%	0	0,0%	18	24%	18	72%
Ameixial	604	3	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Benafim	1141	17	25	147%	0	0,0%	0	0,0%	25	147%
Boliqueime	4473	110	25	23%	0	0,0%	63	57%	88	80%
Quarteira	16129	817	147	18%	158	19%	75	9%	380	46%
Querença	788	12	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Salir	3023	52	25	48%	0	0,0%	0	0,0%	25	48%
S Clemente	14416	456	100	22%	103	23%	169	37%	372	82%
S Sebastião	6734	188	148	79%	0	0,0%	0	0,0%	148	79%
Tôr	887	19	20	105%	0	0,0%	0	0,0%	20	105%
Concelho	59160	2027	630	31%	371	18%	325	16%	1326	65%

Sublinhe-se que a Taxa de Cobertura do concelho foi calculada a partir do número de nados-vivos, segundo a residência da mãe, referentes aos anos de 1999, 2000 e 2001 (dados do INE<sup>2</sup>), desagregados por freguesia, em que todas as crianças nascidas nestes anos teriam condições para estar a frequentar estabelecimentos de educação Pré-escolar em 2004-2005, uma vez que teriam idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos. A estimativa calculada com base nesta variável, não sendo isenta de erro, reduz consideravelmente a probabilidade de tal suceder. Convém, contudo,

*Determinação da Taxa de Cobertura*

<sup>1</sup> As percentagens calculadas foram arredondadas à unidade.

<sup>2</sup> INE, O País em Números, Informação Estatística, 1991-2004.

precisar que a variável 'migrações' não foi tida em linha de conta, tanto pela dificuldade na obtenção de informação estatística actualizada como na sua estimação ao nível da freguesia.

Diga-se, também, que a Taxa de Cobertura pode ser ainda contaminada pelo facto de não se dispor de informação concreta sobre:

- o número de crianças que aguardam admissão em cada estabelecimento de ensino;
- o número de crianças que não se encontram no Jardim de Infância porque a família não teve a iniciativa de as inscrever;
- ou qualquer outro motivo.

De qualquer forma não deixa de ser evidente o afastamento da Taxa de Cobertura estimada para o concelho (65%) daquilo que seria expectável que acontecesse.

Não será, por isso, descabido salientar que, a nível da educação Pré-escolar, algum esforço terá ainda de ser realizado, promovendo-se as parcerias necessárias entre os diferentes sectores com vista à satisfação da procura educativa.

#### 4.1.2 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

Com o 1º Ciclo do Ensino Básico inicia-se o regime da escolaridade obrigatória em que a responsabilização da família constitui faceta fundamental. De facto, é dever dos pais e encarregados de educação assegurar a frequência assídua das aulas e actividades escolares<sup>1</sup> por parte dos seus educandos.

*O carácter de  
obrigatoriedade do  
1º Ciclo do Ensino  
Básico*

Aqui reside uma diferença flagrante relativamente à educação Pré-escolar que, embora requeira também uma intervenção da família, não assume a característica de obrigatoriedade, tal como decorre do consagrado na Lei de Bases do Sistema Educativo para o 1º Ciclo do Ensino Básico.

<sup>1</sup> A matrícula e inscrição dos alunos no ensino básico são reguladas pelo Decreto-Lei 301/93, de 31 de Agosto.

O conceito de obrigatoriedade aponta também para uma nova organização de ensino em que passa a existir uma avaliação que vai interferir, naturalmente, na progressão ou retenção dos alunos.

*Ciclo de ensino  
sujeito a avaliação*

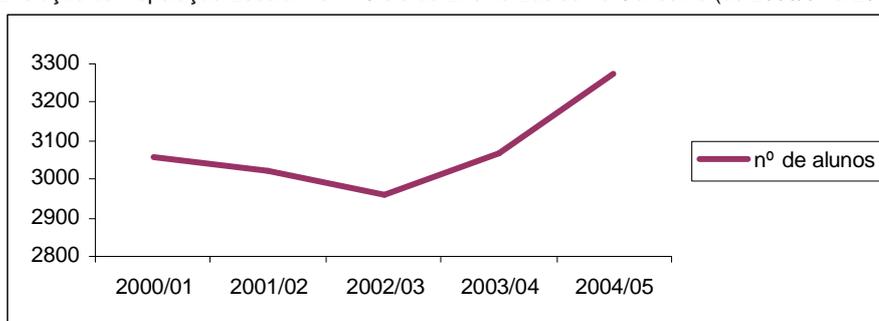
Por isso, embora prosseguindo a mesma metodologia utilizada para o tratamento da informação recolhida para o Pré-escolar, forçoso é proceder agora a uma análise diferente, sendo pertinente apresentar dados relativos aos números de alunos inscritos, transitados e não transitados por anos de escolaridade e desagregados por freguesia.

*1º Ciclo versus  
Pré-escolar*

Assim, a partir da informação contida nos quadros relativos a cada estabelecimento de ensino por freguesia, construíram-se, para facilitação de leitura e interpretação, dois gráficos que representam: um a evolução, a nível do concelho, do número total de alunos inscritos no 1º Ciclo do Ensino Básico ao longo dos cinco anos lectivos em apreço (Gráfico 10); e um outro (Gráfico 11), em que essa mesma evolução é desagregada por freguesia. Os quadros acima referidos permitem, também, apurar as taxas de sucesso e retenção, por freguesia, em função dos estabelecimentos de ensino nela existentes.

Gráfico 10

Evolução da População Escolar no 1º Ciclo do Ensino Básico no Concelho (de 2000/01 a 2004/05)<sup>1</sup>



Nos cinco anos lectivos em estudo, a população escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico, no concelho, passou de 3056 para 3276, equivalente a um acréscimo de 6,7%. É perceptível um ligeiro decréscimo nos três primeiros anos (3,1%) e um aumento mais significativo nos dois últimos, correspondendo a 9,7%. Acrescente-se que a Taxa Média de Retenção do concelho, obtida para o mesmo intervalo de tempo, se fixou nos 6,7%. Analisando a procura ao nível das freguesias verifica-se que as do litoral

*Evolução do  
número de alunos*

*Taxa Média de  
Retenção no  
concelho*

<sup>1</sup> Inclui estabelecimentos de ensino privado.

(Quarteira e Almancil) e as da sede de concelho (S. Clemente e S. Sebastião) são as que apresentam um maior contingente de alunos, situação certamente decorrente do facto de serem as freguesias mais populosas. No plano inverso encontram-se as freguesias de Ameixial, Benafim, Querença e Tôr, porque mais despovoadas e, logo, com menor número de estabelecimentos.

Pode mesmo afirmar-se que são as freguesias mais populosas as que determinam as tendências e as oscilações para o concelho, destacando-se a de Quarteira como a que apresenta os valores mais expressivos, tendo atingido, no último ano em análise, cerca de 38% da população escolar do concelho para este nível de ensino. Acrescente-se, ainda, que as duas freguesias do litoral isoladas concentram mais de 50% do número total de alunos do concelho.

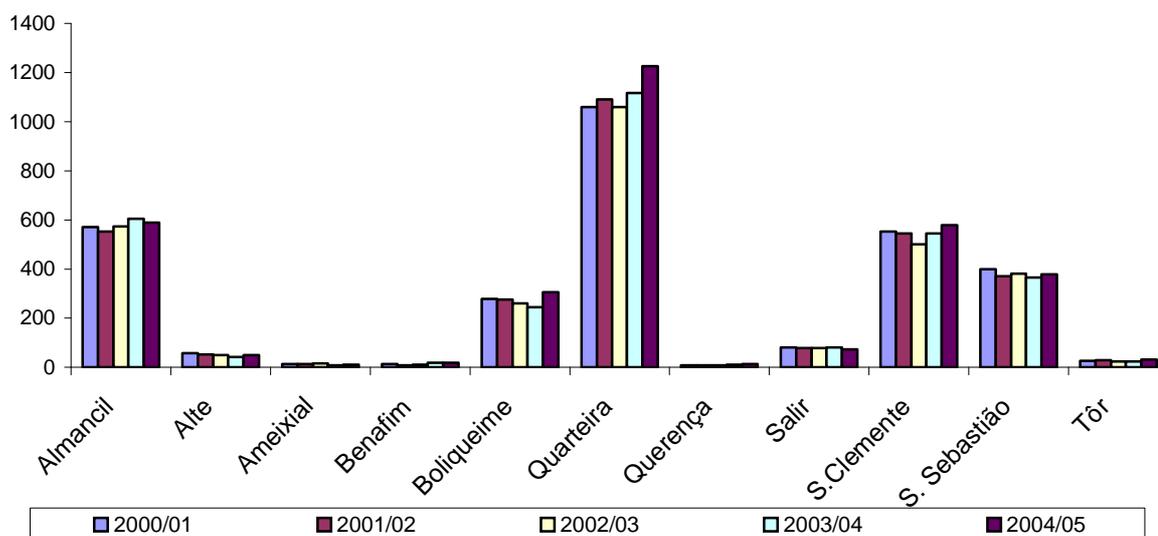
*Freguesias  
determinantes para  
a tendência da  
procura*

Relativamente ao tipo de tutela dos estabelecimentos escolares do 1º Ciclo do Ensino Básico refira-se que o sector privado é absolutamente residual (apenas 2 estabelecimentos de ensino). Esta fraca representatividade do sector privado contrasta com a hegemonia do sector público, sendo este um dos traços mais marcantes da procura educativa no concelho.

*Hegemonia do  
sector público*

Gráfico 11

Evolução da População Escolar no 1º Ciclo do Ensino Básico, por Freguesia, entre 2000-2001 e 2004-2005



Caracterizando agora cada uma das freguesias de *per si* e iniciando com a de Almancil (Quadro 56), observe-se que os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico se encontram distribuídos por sete estabelecimentos de ensino (pertencendo um ao sector privado), tendo o seu número oscilado entre o mínimo de 544 no ano lectivo de 2001/02 e 604 no de 2003/04. No ano de 2004-05 a sua população escolar representa cerca de 18% do concelho.

*Almancil – alunos;  
anos de  
escolaridade;  
turmas;  
aproveitamento e  
retenção*

A taxa média de retenção encontrada é de 8,6%. Nestas taxas não foi considerado o Colégio Internacional de S. Lourenço por seguir um currículo diferente e um sistema de avaliação igualmente diferente.

Os alunos do 1º ciclo desta freguesia encontram-se distribuídos por 31 turmas a que corresponde uma média de 18,4 alunos/turma, algo aquém do que está previsto na lei.

Quadro 56

Frequência de Alunos em Estabelecimentos de Ensino da Freguesia de Almancil (1º Ciclo)

Freguesia de Almancil	Estab de Ensino	Ano Lectivo	1º CICLO ENSINO BÁSICO											
			1º ANO			2º ANO			3º ANO			4º ANO		
			Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT
Col. I. S. Lourenço	2000/01	20	--	--	16	--	--	18	--	--	20	--	--	
	2001/02	19	--	--	18	--	--	18	--	--	18	--	--	
	2002/03	21	--	--	21	--	--	20	--	--	18	--	--	
	2003/04	20	--	--	21	--	--	20	--	--	20	--	--	
	2004/05	19	--	--	16	--	--	21	--	--	20	--	--	
EB1 Almancil	2000/01	47	47	0	71	68	3	42	39	3	71	69	2	
	2001/02	59	59	0	50	46	4	77	73	4	53	48	5	
	2002/03	52	52	0	62	59	3	49	46	3	77	73	4	
	2003/04	58	58	0	67	58	9	76	70	6	53	47	6	
	2004/05	64	62	2	53	48	5	67	61	6	82	77	5	
EB1 S. João da Venda	2000/01	16	16	0	22	19	3	18	15	3	18	15	3	
	2001/02	18	18	0	20	20	0	12	9	3	21	13	8	
	2002/03	19	19	0	21	19	2	20	18	2	17	14	3	
	2003/04	8	8	0	21	20	1	15	13	2	25	19	6	
	2004/05	11	11	0	8	6	2	16	16	0	18	17	1	
EB1 de Calções	2000/01	3	3	0	11	10	1	8	6	2	8	5	3	
	2001/02	3	3	0	8	5	3	5	4	1	8	4	4	
	2002/03	5	5	0	6	4	2	6	3	3	8	6	2	
	2003/04	7	7	0	14	12	2	5	5	0	8	8	0	
	2004/05	8	8	0	8	8	0	11	10	1	4	2	2	
EB1 S. Lourenço	2000/01	7	7	0	13	12	1	7	7	0	13	11	2	
	2001/02	12	12	0	9	9	0	10	10	0	5	5	0	
	2002/03	12	12	0	11	11	0	8	7	1	11	9	2	
	2003/04	14	14	0	14	11	3	8	8	0	9	8	1	
	2004/05	12	11	1	14	14	0	9	7	2	12	9	3	
EB1 Vale D'Éguas	2000/01	7	7	0	14	9	5	9	7	2	7	5	2	
	2001/02	3	3	0	14	6	8	5	5	0	8	7	1	
	2002/03	7	7	0	10	8	2	7	6	1	6	4	2	
	2003/04	10	10	0	12	7	5	5	4	1	9	8	1	
	2004/05	10	10	0	13	9	4	8	8	0	12	10	2	
EB1 Escanchinas	2000/01	18	18	0	23	23	0	24	23	1	20	19	1	
	2001/02	16	16	0	18	17	1	23	20	3	24	24	0	
	2002/03	22	22	0	17	15	2	20	18	2	20	19	1	
	2003/04	25	25	0	24	21	3	18	18	0	18	15	3	
	2004/05	13	13	0	21	16	5	20	17	3	19	16	3	

Veja-se, de seguida, a freguesia de Alte (Quadro 57). Nela os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico encontram-se distribuídos por três estabelecimentos de ensino todos do sector público, tendo o seu número registado uma variação entre o mínimo de 41 no ano lectivo de 2003/04 e 56 no de 2000/01. No último ano em análise a sua população escolar representa cerca de 1,5% do total concelhio. A taxa média de retenção nesta freguesia situa-se nos 6,1%.

*Alte – alunos; anos de escolaridade; turmas; aproveitamento e retenção*

Os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico desta freguesia encontram-se distribuídos por 4 turmas a que corresponde uma média de 12,3 alunos/turma, muito aquém do número previsto para a constituição de turmas neste nível de ensino.

Pode verificar-se também que, em termos evolutivos, esta freguesia tem vindo a diminuir a sua população escolar fruto do decréscimo de população a que tem estado sujeita.

Quadro 57

Frequência de Alunos em Estabelecimentos de Ensino da Freguesia de Alte (1º Ciclo)

Freguesia de Alte	Estab de Ensino	Ano Lectivo	1º CICLO ENSINO BÁSICO											
			1º ANO			2º ANO			3º ANO			4º ANO		
			Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT
EB1 Santa Margarida	2000/01	2	2	0	3	3	0	4	4	0	3	3	0	
	2001/02	5	5	0	2	2	0	2	2	0	5	5	0	
	2002/03	1	1	0	2	2	0	2	2	0	4	3	0	
	2003/04	1	1	0	3	3	0	2	2	0	1	1	0	
	2004/05	2	2	0	2	2	0	3	3	0	2	2	0	
Escola EB1 de Ameixial	2000/01	5	5	0	9	7	2	7	7	0	11	11	0	
	2001/02	6	6	0	6	5	1	8	7	1	8	8	0	
	2002/03	7	7	0	7	7	0	7	5	2	7	7	0	
	2003/04	8	8	0	7	7	0	6	6	0	4	3	1	
	2004/05	5	5	0	11	10	1	6	4	2	7	6	1	
EB1 de Azinhal	2000/01	2	2	0	3	3	0	4	4	0	3	3	0	
	2001/02	1	1	0	2	2	0	3	3	0	3	3	0	
	2002/03	3	3	0	3	3	0	1	1	0	5	4	1	
	2003/04	2	2	0	5	4	1	2	2	0	--	--	--	
	2004/05	2	2	0	3	1	2	4	4	0	2	2	0	

Atente-se agora à freguesia de Ameixial (Quadro 58). Trata-se da freguesia mais interior do concelho e mais fustigada pelo despovoamento, o que se reflecte claramente no número de alunos a frequentar o 1º Ciclo do Ensino Básico. Estes encontram-se concentrados numa única turma correspondendo a um único estabelecimento de ensino público.

*Ameixial – alunos; anos de escolaridade; turmas; aproveitamento e retenção*

Esse número registou uma variação entre o mínimo de 9 no ano lectivo de 2003/04 e 15 no de 2002/03. No ano lectivo de 2004-05 a sua população escolar representa cerca de 0,3% do concelho.

A taxa de retenção destes alunos oscila entre os 0% e os 23%, tendo-se este valor registado no ano lectivo de 2000-01 e revelando-se a segunda taxa mais elevada verificada no concelho ao longo dos cinco anos lectivos em apreço, sendo a sua média de 10%.

Quadro 58

Frequência de Alunos em Estabelecimentos de Ensino da Freguesia de Ameixial (1º ciclo)

Freguesia Ameixial	Estab de Ensino	Ano Lectivo	1º CICLO ENSINO BÁSICO											
			1º ANO			2º ANO			3º ANO			4º ANO		
			Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT
EB1 de Ameixial	2000/01	3	3	0	5	4	1	2	1	1	3	2	1	
	2001/02	2	2	0	4	3	1	4	4	0	2	2	0	
	2002/03	1	1	0	3	3	0	4	4	0	4	3	1	
	2003/04	3	3	0	2	2	0	3	3	0	1	1	0	
	2004/05	3	3	0	3	3	0	2	2	0	3	2	1	

Veja-se, de seguida, a freguesia de Benafim (Quadro 59). À semelhança do que ocorre com a freguesia do Ameixial também esta tem vindo a perder população, o que é visível no número de alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico que se concentram numa única turma num único estabelecimento de ensino público.

*Benafim – alunos;  
anos de  
escolaridade;  
turmas;  
aproveitamento e  
retenção*

O número de alunos inscritos regista uma variação entre o mínimo de 9, no ano lectivo de 2001/02, e 19, no de 2004/05. No último ano de 2004-05 a sua população escolar representa cerca de 0,6% do concelho.

No que se refere à taxa média de retenção esta é de 15,8% apesar de nos três primeiros anos em estudo a taxa de progressão ter sido de 100%.

Quadro 59

Frequência de Alunos em Estabelecimentos de Ensino da Freguesia de Benafim (1º Ciclo)

Freguesia de Benafim	Estab de Ensino	Ano Lectivo	1º CICLO ENSINO BÁSICO											
			1º ANO			2º ANO			3º ANO			4º ANO		
			Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT
EB1 de Benafim	2000/01	6	6	0	--	--	--	4	4	0	2	2	0	
	2001/02	--	--	--	1	1	0	5	5	0	3	3	0	
	2002/03	4	4	0	--	--	--	1	1	0	5	5	0	
	2003/04	6	6	0	5	4	1	3	3	0	4	4	0	
	2004/05	5	5	0	10	7	3	4	4	0	0	0	0	

Relativamente à freguesia de Boliqueime (Quadro 60) os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico encontram-se distribuídos por quatro estabelecimentos de ensino, todos do sector público, tendo o seu número registado uma variação entre o mínimo de 187 no ano lectivo de 2003/04 e 250 no de 2004/05. Neste último ano, a sua população escolar representa cerca de 7,6% do concelho. No que se refere à taxa média de retenção a mesma situa-se nos

*Boliqueime –  
alunos; anos de  
escolaridade;  
turmas;  
aproveitamento e  
retenção*

4,1% e a de progressão em 94,3%.

Nesta freguesia os alunos do 1º Ciclo encontram-se distribuídos por 12 turmas, a que corresponde uma média de 20,8 alunos/turma, valor que não se afasta significativamente do número previsto para a constituição de turmas neste nível de ensino. Pode verificar-se, também, que, em termos evolutivos, esta freguesia tem vindo a aumentar o seu contingente escolar fruto da fixação de população no seu território.

Quadro 60

Frequência de Alunos em Estabelecimentos de Ensino da Freguesia de Boliqueime (1º Ciclo)

Freguesia de Boliqueime	Estab de Ensino	Ano Lectivo	1º CICLO ENSINO BÁSICO											
			1º ANO			2º ANO			3º ANO			4º ANO		
			Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT
EB1 de Benlarras	2000/01	8	8	0	11	11	0	19	19	0	14	14	0	
	2001/02	9	9	0	12	11	1	10	10	0	17	17	0	
	2002/03	17	17	0	9	8	1	12	11	1	11	10	1	
	2003/04	17	17	0	16	15	1	7	7	0	13	13	0	
	2004/05	21	21	0	18	15	3	13	13	0	10	10	0	
EB1 Prof A Cavaco Silva	2000/01	16	16	0	27	25	2	34	34	0	33	28	5	
	2001/02	25	25	0	18	16	2	28	28	0	40	38	2	
	2002/03	25	25	0	29	27	2	11	10	1	29	28	1	
	2003/04	24	24	0	30	28	2	28	27	1	14	13	1	
	2004/05	23	19	4	27	20	7	25	22	3	35	32	3	
EB1 de Patã	2000/01	4	4	0	3	3	0	5	5	0	6	6	0	
	2001/02	2	2	0	4	4	0	3	3	0	5	5	0	
	2002/03	2	2	0	4	2	2	1	1	0	5	4	1	
	2003/04	1	1	0	5	3	2	6	6	0	1	1	0	
	2004/05	2	2	0	4	4	0	7	7	0	3	3	0	
EB1 de Vale Silves	2000/01	12	12	0	10	10	0	10	10	0	8	8	0	
	2001/02	18	18	0	12	12	0	10	10	0	7	7	0	
	2002/03	9	9	0	17	17	0	12	12	0	10	10	0	
	2003/04	13	13	0	9	9	0	17	17	0	13	13	0	
	2004/05	24	24	0	15	14	1	8	7	1	15	14	1	

Refira-se, de seguida, a freguesia de Quarteira (Quadro 61), na qual os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico se encontram distribuídos por quatro estabelecimentos de ensino, sendo três do sector público e um do sector privado. Nesta freguesia, o número de alunos inscritos neste nível de escolaridade regista uma variação entre o mínimo de 1060 no ano lectivo de 2000/01 e 1226 no de 2004/05. Neste último ano a sua população escolar representa cerca de 37,4% do concelho, sendo neste particular, de longe, a primeira freguesia do concelho.

*Quarteira – alunos;  
anos de escolaridade;  
turmas;  
aproveitamento e  
retenção*

No que se refere à taxa média de retenção ela é de 5,4%. Os alunos do 1º ciclo desta freguesia encontram-se distribuídos por 52 turmas a que corresponde uma média de 23,6 alunos/turma, o que *grossa modo* corresponde ao estabelecido nas orientações da tutela.

Pode verificar-se também que, em termos evolutivos, esta freguesia tem vindo a registar o maior acréscimo populacional do contingente escolar em todo o concelho em virtude do crescente aumento de população a que tem estado sujeita.

Quadro 61

Frequência de Alunos em Estabelecimentos de Ensino da Freguesia de Quarteira (1º Ciclo)

Freguesia de Quarteira	Estab De Ensino	Ano Lectivo	1º CICLO ENSINO BÁSICO											
			1º ANO			2º ANO			3º ANO			4º ANO		
			Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT
Col. Int. Vilarou <sup>2</sup>	2000/01	26	26	0	26	26	0	25	25	0	25	23	2	
	2001/02	25	25	0	26	26	0	25	25	0	27	27	0	
	2002/03	25	25	0	22	22	0	25	25	0	26	26	0	
	2003/04	26	25	0	26	26	0	24	24	0	25	25	0	
	2004/05	28	28	0	23	23	0	26	26	0	27	26	1	
EB1 D. Franc.Ara	2000/01	109	109	0	141	125	16	140	130	10	162	136	26	
	2001/02	124	124	0	120	108	12	137	132	5	151	136	15	
	2002/03	140	140	0	168	145	23	112	111	1	143	128	15	
	2003/04	151	151	0	150	138	12	152	141	11	127	111	16	
	2004/05	134	134	0	157	132	25	148	127	21	166	157	9	
EB1 nº2 Quarteira	2000/01	83	?	?	94	?	?	99	?	?	96	?	?	
	2001/02	96	96	0	107	105	2	112	109	3	106	103	3	
	2002/03	84	84	0	60	58	2	89	87	2	133	122	11	
	2003/04	120	120	0	86	86	0	77	68	9	114	94	20	
	2004/05	124	124	0	134	132	2	103	97	6	111	99	12	
EB1 Fonte Santa	2000/01	7	?	?	11	?	?	7	?	?	8	?	?	
	2001/02	7	7	0	11	11	0	7	7	0	9	9	0	
	2002/03	7	7	0	11	11	0	7	7	0	9	9	0	
	2003/04	11	11	0	8	7	1	13	12	1	7	6	1	
	2004/05	9	9	0	13	12	1	10	9	1	13	12	1	

Veja-se, agora, a freguesia de Querença (Quadro 62). Nela os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico encontram-se concentrados numa única turma em um único estabelecimento de ensino do sector público, tendo o seu número registado uma variação entre o mínimo de 7 no ano lectivo de 2000/01 e 12 no de 2004/05. No último ano de 2004-05 a sua população escolar representa cerca de 1,4% do concelho.

A taxa média de retenção nesta freguesia é de 13,3%. Saliente-se, contudo, que a Taxa de Retenção atinge os 25% no ano lectivo de 2004/05, tornando-se na mais alta observada em todo o concelho nos cinco anos em estudo, parecendo existir uma correlação entre estabelecimentos de ensino localizados em zonas sujeitas a despovoamento e uma elevada taxa de retenção.

*Querença –  
alunos; anos de  
escolaridade;  
turmas;  
aproveitamento e  
retenção*

<sup>1</sup> Estabelecimento de ensino particular.

<sup>2</sup> Só foram contabilizados os alunos a frequentarem o 1º Ciclo do Ensino Básico da secção de estudos portugueses.

<sup>3</sup> ? – Significa que até à data da elaboração final desta Carta, não foi possível obter este dado.

Quadro 62

Frequência de Alunos em Estabelecimentos de Ensino da Freguesia de Querença (1º Ciclo)

Freguesia Querença	Estab de Ensino	Ano Lectivo	1º CICLO ENSINO BÁSICO											
			1º ANO			2º ANO			3º ANO			4º ANO		
			Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT
EB1 de Querença	2000/01	--	--	--	2	2	0	3	3	0	2	2	0	
	2001/02	3	3	0	--	--	--	2	2	0	3	2	1	
	2002/03	2	2	0	3	2	1	--	--	--	3	2	1	
	2003/04	5	5	0	2	2	0	2	2	0	1	1	0	
	2004/05	3	3	0	6	4	2	0	0	0	3	2	1	

Refira-se agora a freguesia de Salir (Quadro 63). Nesta freguesia os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico encontram-se distribuídos por cinco estabelecimentos de ensino todos do sector público, tendo o seu número registado uma variação entre o mínimo de 77 no ano lectivo de 2001/02 e 84 no de 2004/05. No último ano de 2004-05 a sua população escolar representa cerca de 12,2% do concelho.

*Salir – alunos;  
anos de  
escolaridade;  
turmas;  
aproveitamento e  
retenção*

No que se refere à taxa de retenção média esta situa-se nos 8%. Os alunos do 1º ciclo desta freguesia encontram-se distribuídos por 5 turmas a que corresponde uma média de 16,8 alunos/turma, muito aquém do número previsto para a constituição de turmas neste nível de ensino. Pode ainda verificar-se que, em termos evolutivos, esta freguesia manteve sensivelmente constante a sua população escolar ao longo dos cinco anos lectivos em análise.

Quadro 63

Frequência de Alunos em Estabelecimentos de Ensino da Freguesia de Salir (1º Ciclo)

Freguesia de Salir	Estab de Ensino	Ano Lectivo	1º CICLO ENSINO BÁSICO											
			1º ANO			2º ANO			3º ANO			4º ANO		
			Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT
EB1 de Cortelha	2000/01	1	1	0	4	3	1	3	3	0	5	5	0	
	2001/02	1	1	0	2	2	0	3	3	0	3	3	0	
	2002/03	1	1	0	2	2	0	--	--	--	3	2	1	
	2003/04	4	4	0	--	--	--	2	2	0	1	1	0	
	2004/05	2	2	0	4	3	1	0	0	0	2	2	0	
EB 1 Integ de Salir	2000/01	12	12	0	7	6	1	14	14	0	20	19	1	
	2001/02	9	9	0	14	13	1	21	20	1	14	14	0	
	2002/03	9	9	0	9	9	0	18	18	0	26	23	3	
	2003/04	19	19	0	14	12	0	7	7	0	20	19	1	
	2004/05	7	7	0	23	19	4	8	5	3	12	12	0	
EB1 Fielco Seco de S. Clemente	2000/01	2	2	0	6	4	2	1	1	0	3	2	1	
	2001/02	1	1	0	4	3	1	3	3	0	2	2	0	
	2002/03	4	4	0	1	1	0	3	3	0	2	1	1	
	2003/04	1	1	0	6	5	1	--	--	--	6	1	5	
	2004/05	6	6	0	1	1	0	6	5	1	3	1	2	

Observe-se, de seguida, a freguesia de S. Clemente (Quadro 64). Nela os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico encontram-se distribuídos por nove estabelecimentos de ensino, todos do sector público, tendo o seu número

*S. Clemente –  
alunos; anos de  
escolaridade;  
turmas;  
aproveitamento e  
retenção*

registado uma variação entre o mínimo de 514 no ano lectivo de 2002/03 e 593 no de 2004/05. No último ano de 2004-05 a sua população escolar representa cerca de 18,1% do concelho.

No que se refere à taxa média de retenção nesta freguesia a mesma situa-se nos 7,7%. Os alunos do 1º ciclo desta freguesia encontram-se distribuídos por 30 turmas a que corresponde uma média de 20 alunos/turma.

Pode verificar-se também que, em termos evolutivos, nesta freguesia a população escolar tem mantido uma ligeira tendência de subida, apesar de uma quebra verificada no ano escolar de 2002/03.

Quadro 64

Frequência de Alunos em Estabelecimentos de Ensino da Freguesia de S. Clemente (1º Ciclo)

Estab de Ensino	Ano Lectivo	1º CICLO ENSINO BASICO											
		1º ANO			2º ANO			3º ANO			4º ANO		
		Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT
EB1 Goldria	2000/01	5	5	0	3	3	0	1	1	0	2	2	0
	2001/02	4	4	0	4	2	2	3	2	1	1	1	0
	2002/03	2	2	0	7	6	1	3	2	1	3	3	0
	2003/04	2	2	0	2	1	1	8	6	2	2	2	0
	2004/05	4	4	0	2	2	0	3	3	0	6	6	0
EB1 Poço Novo	2000/01	3	3	0	--	--	--	5	3	2	5	4	1
	2001/02	2	2	0	2	2	0	3	3	0	5	3	2
	2002/03	2	2	0	2	2	0	2	2	0	5	5	0
	2003/04	2	2	0	3	2	1	3	3	0	2	2	0
	2004/05	4	4	0	3	3	0	1	1	0	1	1	0
EB1 de Azeiteiro	2000/01	4	4	0	3	3	0	4	4	0	4	4	0
	2001/02	3	3	0	5	4	1	2	2	0	6	6	0
	2002/03	1	1	0	3	3	0	4	4	0	3	3	0
	2003/04	7	7	0	3	2	1	3	2	1	6	6	0
	2004/05	11	11	0	9	6	3	6	6	0	4	3	1
EB1 de Clareiras	2000/01	3	3	0	--	--	--	4	4	0	4	4	0
	2001/02	2	2	0	3	1	2	1	1	0	4	3	1
	2002/03	4	4	0	4	4	0	1	1	0	2	2	0
	2003/04	1	1	0	5	4	1	4	3	1	1	1	0
	2004/05	1	1	0	3	3	0	5	4	1	4	3	1
EB1 nº2 de Loulé	2000/01	42	42	0	27	20	7	40	39	1	22	20	2
	2001/02	21	21	0	46	41	5	25	22	3	44	37	7
	2002/03	38	38	0	24	22	2	41	40	1	21	21	0
	2003/04	21	21	0	40	34	6	18	17	1	39	38	1
	2004/05	44	44	0	24	18	6	44	38	6	20	20	0
EB1 de Azeiteiro 2	2000/01	3	3	0	7	2	1	9	9	0	1	1	0
	2001/02	0	0	0	3	2	1	6	6	0	9	9	0
	2002/03	5	5	0	1	1	--	2	2	0	6	5	1
	2003/04	7	7	0	6	5	1	3	2	1	3	3	0
	2004/05	3	3	0	6	6	0	8	8	0	2	2	0
EB nº3 de Loulé	2000/01	27	27	0	42	30	12	37	34	3	42	36	6
	2001/02	41	41	0	36	27	9	36	30	6	36	34	2
	2002/03	41	41	0	48	39	9	31	23	8	30	24	6
	2003/04	46	46	0	37	28	9	50	45	5	31	28	3
	2004/05	20	20	0	61	44	17	44	42	2	43	40	3
EB1 nº4 de Loulé	2000/01	45	45	0	44	40	3	51	47	3	64	62	2
	2001/02	45	45	0	46	42	4	45	45	0	56	54	2
	2002/03	40	40	0	46	45	1	39	37	2	40	39	1
	2003/04	44	44	0	43	42	1	51	51	0	52	50	2
	2004/05	42	42	0	48	43	5	43	42	1	60	57	3
EB1 de Poço de Amoreira	2000/01	2	2	0	6	5	1	3	3	0	4	3	1
	2001/02	4	4	0	3	2	1	4	3	1	4	3	1
	2002/03	2	2	0	5	4	1	3	1	2	3	3	0
	2003/04	3	3	0	2	2	0	6	4	2	1	1	0
	2004/05	2	2	0	3	1	2	5	3	2	4	4	0

Refira-se, seguidamente, a freguesia de S. Sebastião (Quadro 65). Aqui os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico encontram-se distribuídos por quatro estabelecimentos de ensino todos do sector público, tendo o seu número registado uma variação entre o mínimo de 411 no ano lectivo de 2003/04 e 444 no de 2000/01. No último ano de 2004-05 a sua população escolar representa cerca de 12,9% do concelho.

*S. Sebastião –  
alunos; anos de  
escolaridade;  
turmas;  
aproveitamento e  
retenção*

No que se refere à taxa média de retenção ela situa-se nos 7,6%. Os alunos do 1º ciclo desta freguesia encontram-se distribuídos por 21 turmas a que corresponde uma média de 20,9 alunos/turma, abaixo do número previsto para a constituição de turmas neste nível de ensino. Pode verificar-se também que, em termos evolutivos, esta freguesia tem mantido uma certa constância relativamente à sua população escolar.

Quadro 65

Frequência de Alunos em Estabelecimentos de Ensino da Freguesia de S. Sebastião (1º Ciclo)

Freguesia de S. Sebastião	Estab De Ensino	Ano Lectivo	1º CICLO ENSINO BÁSICO											
			1º ANO			2º ANO			3º ANO			4º ANO		
			Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT
EB1 de Estação	2000/01	11	11	0	13	13	0	11	11	0	18	18	0	
	2001/02	11	11	0	12	12	0	10	10	0	17	17	0	
	2002/03	13	13	0	15	8	7	12	8	4	21	14	7	
	2003/04	6	6	0	12	8	4	14	9	5	16	15	1	
	2004/05	4	4	0	10	9	1	12	12	0	9	0	0	
EB1 Mãe Sobeirana	2000/01	60	60	0	104	93	11	60	57	3	82	74	8	
	2001/02	48	48	0	66	58	8	94	86	8	69	64	5	
	2002/03	62	62	0	57	53	4	66	61	5	91	90	1	
	2003/04	77	77	0	68	57	11	58	56	2	65	60	5	
	2004/05	73	73	0	89	75	14	61	59	02	66	61	5	
EB1 de Givrasino	2000/01	6	6	0	6	5	1	6	6	0	8	7	1	
	2001/02	6	6	0	9	7	2	6	5	1	8	7	1	
	2002/03	9	9	0	10	6	4	7	7	0	5	5	0	
	2003/04	13	13	0	12	11	1	6	6	0	6	6	0	
	2004/05	9	9	0	15	15	0	11	11	0	7	7	0	
EB1 de Vale Judeu	2000/01	18	18	0	14	14	1	12	11	1	15	14	1	
	2001/02	11	11	0	19	12	7	13	12	1	12	12	0	
	2002/03	12	12	0	18	18	0	14	14	0	12	12	0	
	2003/04	12	12	0	15	12	3	17	17	0	14	14	0	
	2004/05	8	8	0	13	11	2	18	17	1	17	15	2	

Por fim, veja-se a freguesia de Tôr (Quadro 66). Nela os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico encontram-se distribuídos por dois estabelecimentos de ensino do sector público, tendo o seu número registado uma variação entre o mínimo de 24, nos anos lectivos de 2002/03 e 2003/04, e o máximo de 31, no de 2004/05. No último ano de 2004-05 a sua população escolar representa cerca de 0,5% do concelho.

*Tôr – alunos; anos de escolaridade; turmas; aproveitamento e retenção*

No que se refere à taxa média de retenção, a mesma situa-se nos 12%. Os alunos do 1º ciclo desta freguesia encontram-se distribuídos por duas

turmas a que corresponde uma média de 15,5 alunos/turma, muito aquém do número previsto para a constituição de turmas neste nível de ensino.

Pode verificar-se também que, em termos evolutivos, esta freguesia tem vindo a manter uma certa constância relativamente à sua população escolar.

Quadro 66

Frequência de Alunos em Estabelecimentos de Ensino da Freguesia de Tôr (1º Ciclo)

Freguesia de Tôr	Estab de Ensino	Ano Lectivo	1º CICLO ENSINO BÁSICO											
			1º ANO			2º ANO			3º ANO			4º ANO		
			Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT
EBT de Mesquita	2000/01	3	3	0	3	3	0	4	4	0	1	0	1	
	2001/02	5	5	0	2	0	2	2	2	0	5	3	2	
	2002/03	1	1	0	6	4	2	--	--	--	3	3	0	
	2003/04	1	1	0	3	2	1	4	4	0	2	1	1	
	2004/05	4	4	0	3	2	1	1	1	0	5	5	0	
EBT de Tôr	2000/01	3	3	0	5	5	0	4	4	0	2	2	0	
	2001/02	3	3	0	4	4	0	4	4	0	4	4	0	
	2002/03	1	1	0	5	4	1	3	3	0	5	4	1	
	2003/04	5	5	0	5	4	1	1	1	0	3	3	0	
	2004/05	6	6	0	7	7	0	4	3	2	1	0	1	

Feita que está a apresentação de dados referentes à evolução da população escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico, para o concelho e por freguesia, e a análise específica relativamente ao ano lectivo de 2004/05, afigura-se como fundamental calcular a Taxa Bruta de Escolarização para este ciclo de ensino.

A determinação desta Taxa Bruta de Escolarização foi feita a partir do número de nados-vivos, segundo a residência da mãe, referentes aos anos de 1995, 1996, 1997 e 1998 (dados do INE<sup>1</sup>), em que todas as crianças nascidas nestes anos teriam condições para estar a frequentar estabelecimentos do ensino básico (1º Ciclo) no ano lectivo de 2004-2005, uma vez que teriam idades compreendidas entre os 6 e os 9 anos. Para além desta variável, utilizou-se o índice de variação média anual das Taxas de Retenção e Progressão (que se mantém constante ao longo do ciclo), calculado para o concelho<sup>2</sup>.

*Taxa Bruta de  
Escolarização*

Tal como anteriormente referido para a Taxa de Cobertura, a variável 'migrações' não foi tida em linha de conta por ser a componente mais volátil

<sup>1</sup> INE, O País em Números, Informação Estatística, 1991-2004.

<sup>2</sup> Dados disponibilizados pela DREALg.

do sistema demográfico e por levantar grandes dificuldades na sua estimação ao nível da freguesia.

De acordo com os dados constantes no Quadro 67, os 38 estabelecimentos (públicos e privados) que ministram o 1º Ciclo do Ensino Básico, existentes no concelho, registam a frequência de 3276 alunos, correspondendo a uma Taxa Bruta de Escolarização de 123%. Esta taxa, aparentemente tão excêntrica, deve-se ao facto de, na população escolar, se incluir alunos com idades acima da idade normal, ou seja, alunos que apresentam atrasos no percurso escolar, por retenção ou por entrada tardia no sistema educativo.

Acresce a este facto o não terem sido contabilizados nem a mobilidade inter-concelhia da população, nem os movimentos migratórios, uma vez que estes constituem uma variável fortemente influenciada por acontecimentos de natureza conjuntural e, como tal, de um curto período para o outro, o sentido e características desses movimentos podem mudar radicalmente o que gera uma enorme incerteza sobre o comportamento futuro dos mesmos.

Também na distribuição por freguesias se verificam situações que merecem um registo particular. Primeiramente, e devido ao atrás exposto, apresentam, quase sempre, taxas acima dos 100%, realidade praticamente residual a nível da educação Pré-escolar.

Depois, enquanto em algumas freguesias as Taxas de Escolarização Bruta são superiores à média concelhia, em especial as de Almancil (138%), Boliquireme (144%) e S. Sebastião (151%), a de Querença, com 44%, sobressai pelo seu significativo afastamento, para menos, dessa mesma média concelhia.

Quadro 67

Taxa de Escolarização face à Estimativa Populacional do Grupo Etário Correspondente ao 1º Ciclo em 2004-2005<sup>1</sup>

Freguesia	População Residente	1º Ciclo do Ensino Básico		
	Total (2001)	Estimativa da população entre os 6-9 anos	Nº de alunos a frequentar	Tx Bruta de escolarização face à estimativa
Almancil	8799	428	589	138%
Alte	2176	40	49	123%
Ameixial	604	10	11	110%
Benafim	1141	16	19	119%
Boliqueime	4473	213	306	144%
Quarteira	16129	1043	1226	118%
Querença	788	27	12	44%
Salir	3023	70	74	106%
S Clemente	14416	559	579	104%
S Sebastião	6734	251	380	151%
Tôr <sup>2</sup>	887	10	31	310%
Concelho	59160	2667	3276	123%

#### 4.1.3 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO

Os 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico representam a continuidade do regime da escolaridade obrigatória, como consagrado na Lei de Bases do Sistema Educativo, a que aludimos aquando do estudo realizado para o 1º Ciclo.

Não obstante a utilização da mesma metodologia utilizada para a análise dos dados referentes ao 1º Ciclo, apresentando variáveis relativas a números de alunos inscritos, transitados, não transitados e em situação de abandono, por anos de escolaridade, a desagregação por freguesia, neste caso, o formato será diferente, uma vez que nem todas possuem estabelecimentos de ensino que ministrem aqueles ciclos.

Assim, a partir da informação contida nos quadros relativos aos diferentes estabelecimentos de ensino, públicos e privados, construíram-se dois gráficos ilustrativos (Gráficos 12 e 13), que representam a evolução do número total de alunos inscritos, tanto no 2º como no 3º Ciclos, ao longo dos cinco anos lectivos em apreço, no concelho e freguesias. Esses quadros permitem, também, apurar as taxas de sucesso e retenção por cada estabelecimento de ensino/freguesia.

<sup>1</sup> As percentagens calculadas foram arredondadas à unidade.

<sup>2</sup> Para a estimativa realizada para esta freguesia não foram considerados os nados-vivos de 1995 e 1996 uma vez que a mesma ainda não existia nessa altura.

Gráfico 12

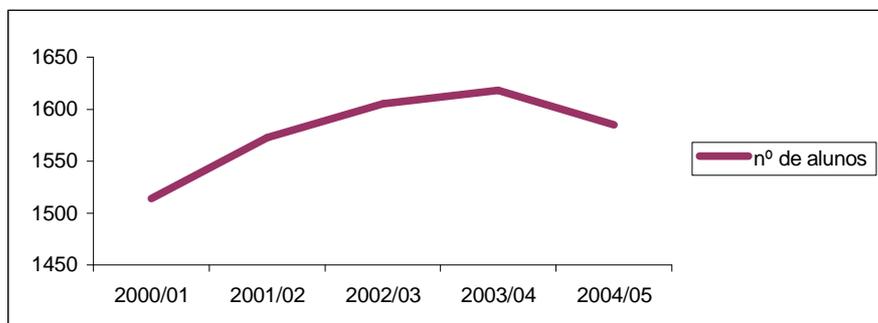
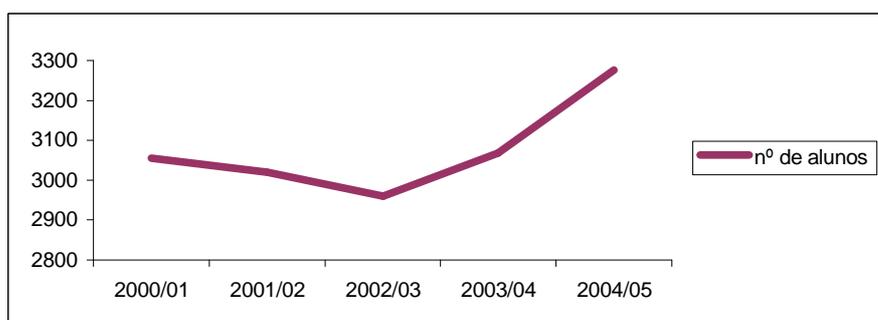
Evolução da População Escolar no 2º Ciclo do Ensino Básico no Concelho (de 2000/01 a 2004/05)<sup>1</sup>

Gráfico 13

Evolução da População Escolar no 3º Ciclo do Ensino Básico no Concelho (de 2000/01 a 2004/05)<sup>2</sup>

Nos cinco anos lectivos em estudo, a população escolar do 2º Ciclo do Ensino Básico, no concelho, passou de 1514 para 1585, o que equivaleu a um ligeiro acréscimo (1,05%). No período considerado, ocorre um aumento nos três anos intermédios em estudo (1,07%) e uma residual diminuição no último ano, correspondente a 1,02%. Acrescente-se que a Taxa Média de Retenção do concelho, obtida para o mesmo intervalo de tempo, se fixou nos 13,5%.

Analisando a procura ao nível das freguesias verifica-se, à semelhança do que acontecia com o 1º Ciclo do Ensino Básico, que as do litoral (Quarteira e Almancil) e as da sede de concelho (S. Clemente e S. Sebastião) são as que apresentam uma maior concentração de alunos, situação que se fica a dever à pendularidade da população escolar. Constate-se que após o 1º Ciclo, e em crescendo até ao ensino secundário, as comunidades escolares tendem a adquirir uma abrangência concelhia bem diferente da

*Evolução do número de alunos nos anos em análise*

<sup>1</sup> Inclui estabelecimentos de ensino privado.

<sup>2</sup> Inclui estabelecimentos de ensino privado.

situação essencialmente localista que até aí se verifica.

De destacar que a freguesia de Quarteira continua a apresentar os valores mais expressivos do concelho, tendo atingido, no último ano em análise, 36,2% do total da população escolar para este nível de ensino. Acrescente-se ainda que as freguesias de Almancil e Quarteira, em conjunto, concentram mais de 50% do número total de alunos do concelho.

No que respeita à freguesia de Almancil (Quadro 68), observe-se que os alunos do 2º Ciclo do Ensino Básico se encontram a frequentar um único estabelecimento de ensino (pertencente ao sector público), tendo o seu número oscilado entre o mínimo de 220 no ano lectivo de 2002/03 e o máximo de 285 no de 2001/02. No último ano de 2004-05 a sua população escolar representa cerca de 14,8% do concelho.

A taxa média de retenção encontrada é de 15,6%, não tendo a taxa de abandono qualquer expressão. Os alunos do 2º Ciclo desta freguesia encontram-se distribuídos por 11 turmas a que corresponde uma média de 21,3 alunos/turma.

Quanto ao 3º Ciclo do Ensino Básico, no mesmo quadro pode verificar-se que os alunos inscritos frequentam o mesmo estabelecimento de ensino acima referido, tendo o seu número variado entre o mínimo de 303 (2001/02) e o máximo de 330 (2000/01). No último ano em análise a sua população escolar, neste nível de ensino, representa 13,8% da população total do concelho.

Os alunos encontram-se distribuídos por 14 turmas, a que corresponde uma média de 22,1 alunos/turma, situando-se a taxa média de retenção nos 13,2%, sendo a mais baixa registada no concelho.

*Almancil – alunos;  
anos de  
escolaridade;  
turmas;  
aproveitamento e  
retenção no 2º  
ciclo*

*alunos; anos de  
escolaridade;  
turmas;  
aproveitamento e  
retenção no 3º  
ciclo*

## Quadro 68

Frequência de Alunos em Estabelecimentos de Ensino da Freguesia de Almancil – 2º e 3º Ciclos

Freguesia de Almancil	Estab de Ensino	Ano Lectivo	2º e 3º Ciclos do Ensino Básico														
			5º ano			6º ano			7º ano			8º ano			9º ano		
			Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT
Escola EB 2,3 A. S. Agostinho	2000/01	123	98	22	117	97	19	128	123	5	105	74	31	97	80	17	
	2001/02	145	125	20	140	119	18	100	74	22	121	99	9	82	70	9	
	2002/03	122	89	33	98	79	19	129	87	42	91	64	27	102	88	14	
	2003/04	143	122	11	115	96	12	122	93	28	111	94	16	88	72	16	
	2004/05	105	87	15+3 <sup>1</sup>	129	108	17+4	120	102	17+1	82	67	12+3	108	102	6	

Também na freguesia de Boliqueime (Quadro 69), os alunos do 2º Ciclo do Ensino Básico se encontram a frequentar um único estabelecimento de ensino do sector público, tendo o seu número oscilado entre o mínimo de 156 no ano lectivo de 2001/02 e o máximo de 186 em 2002/03. No último ano lectivo de 2004-05 a sua população escolar representa cerca de 10% do concelho.

Refira-se que é nesta freguesia que se regista a taxa média de retenção mais elevada do concelho (20,8%). Os alunos do 2º ciclo desta freguesia encontram-se distribuídos por 7 turmas a que corresponde uma média de 22,7 alunos/turma.

Quanto ao 3º Ciclo do Ensino Básico, no mesmo quadro pode verificar-se que os alunos inscritos frequentam o mesmo estabelecimento de ensino referido para o 2º ciclo, tendo o seu número variado entre o mínimo de 201 (2004/05) e o máximo de 223 (2003/04). No último ano em análise a sua população escolar neste nível de ensino representa 9% da população total do concelho.

Os alunos encontram-se distribuídos por 9 turmas, a que corresponde uma média de 22,3 alunos/turma, situando-se a taxa média de retenção nos 16,4%.

*Boliqueime –  
alunos; anos de  
escolaridade;  
turmas;  
aproveitamento e  
retenção no 2º  
ciclo*

*alunos; anos de  
escolaridade;  
turmas;  
aproveitamento e  
retenção no 3º  
ciclo*

<sup>1</sup> O segundo número apresentado diz respeito aos alunos que abandonaram o sistema. Esclareça-se que por Abandono Escolar se entende o total de indivíduos, no momento censitário, com 10-15 anos que não concluíram o 2º ou o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola. A respectiva taxa é calculada tendo por base cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

Quadro 69

Frequência de Alunos em Estabelecimentos de Ensino da Freguesia de Boliqueime – 2º e 3º Ciclos

Freguesia de Boliqueime	Estab de Ensino	Ano Lectivo	2º e 3º Ciclos do Ensino Básico														
			5º ano			6º ano			7º ano			8º ano			9º ano		
			Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT
EBI A C Silva	2000/01	74	62	12	90	74	14	76	57	14	67	55	7	68	55	10	
	2001/02	85	74	11	71	51	17	86	60	26	68	58	9	64	55	5	
	2002/03	92	66	23	94	81	12	78	56	18	68	53	14	61	47	11	
	2003/04	87	64	22	80	50	28	96	57	31	67	49	17	60	47	12	
	2004/05	70	50	20	89	75	14	73	57	16	71	61	10	57	50	7	

No que respeita à freguesia de Quarteira veja-se o Quadro 70. De acordo com o mesmo, os alunos do 2º Ciclo do Ensino Básico encontram-se distribuídos por três estabelecimentos de ensino (pertencendo um ao sector privado). O número de alunos oscilou entre o mínimo de 516 no ano lectivo de 2000/01 e o máximo de 580 no de 2002/03. No ano de 2004-05 a sua população escolar representa cerca de 36,2% do concelho.

A taxa média de retenção encontrada é de 9,8%, a mais baixa registada a nível concelhio. Os alunos do 2º Ciclo desta freguesia encontram-se distribuídos por 23 turmas a que corresponde uma média de 25 alunos/turma.

No que respeita ao 3º Ciclo do Ensino Básico, o mesmo quadro indica que os alunos inscritos se encontram distribuídos por quatro estabelecimentos de ensino (pertencendo um ao sector privado), tendo o seu número variado entre o mínimo de 774 (2000/01) e o máximo de 847 (2004/05). No último ano em análise a sua população escolar, neste nível de ensino, representa 37,8% da população total do concelho. Os alunos encontram-se distribuídos por 36 turmas, a que corresponde uma média de 23,5 alunos/turma, situando-se a taxa média de retenção/abandono nos 24,8%.

**Quarteira –**  
*alunos; anos de escolaridade; turmas; aproveitamento e retenção no 2º ciclo*

*alunos; anos de escolaridade; turmas; aproveitamento e retenção no 3º ciclo*

## Quadro 70

Frequência de Alunos em Estabelecimentos de Ensino (público e privado) da Freguesia de Quarteira – 2º e 3º Ciclos

Freguesia de Quarteira	Estab de Ensino	Ano Lectivo	2º e 3º Ciclos do Ensino Básico														
			5º ano			6º ano			7º ano			8º ano			9º ano		
			Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT
EB 2,3 D. Dinis	2000/01	94	83	7	116	104	8	115	96	17	71	64	7	80	71	9	
	2001/02	159	150	6	95	81	10	117	87	24	102	80	21	0	0	0	
	2002/03	158	132	20	152	133	17	99	81	14	102	91	9	42	40	2	
	2003/04	149	123	20	146	118	26	103	85	15	93	64	28	44	35	8	
	2004/05	123	102	21	146	126	20	96	80	16	107	86	21	52	31	21	
EB 2,3 S. Pedro Mar	2000/01	131	120	11	120	110	10	152	127	25	46	41	5	15	9	5	
	2001/02	102	75	27	147	130	17	138	112	26	129	113	16	43	43	0	
	2002/03	108	105	3	106	101	5	163	155	8	116	105	11	94	91	3	
	2003/04	127	118	9	110	99	10+1	126	106	16+4	125	109	14+2	90	81	9	
	2004/05	126	118	7+1	140	113	26+1	55	44	11	123	108	11+4	112	81	29+2	
Esc Sec/3 Dra Laura Ayres	2000/01	--	--	--	--	--	--	--	--	--	68	42	24+2	153	122	14+17	
	2001/02	--	--	--	--	--	--	--	--	--	32	16	4+12	179	126	23+30	
	2002/03	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	95	77	7+11	
	2003/04	--	--	--	--	--	--	69	45	10+14	21	11	2+8	63	58	11+8	
	2004/05	--	--	--	--	--	--	118 <sup>1</sup>	48	39+8	56	38	13+5	46	17	15+14	
Col Intern Vilamoura	2000/01	27	27	0	28	28	0	28	27	1	28	27	1	18	18	0	
	2001/02	27	26	1	27	27	0	28	27	1	27	27	2	27	25	2	
	2002/03	28	28	0	28	27	1	28	28	0	28	27	1	29	27	2	
	2003/04	28	28	0	27	27	0	27	26	1	28	27	1	27	26	1	
	2004/05	27	27	0	27	27	0	27	26	1	28	28	0	27	27	0	

Veja-se a freguesia de Salir (Quadro 71). Também nesta os alunos do 2º Ciclo do Ensino Básico se encontram a frequentar um único estabelecimento de ensino pertencente ao sector público, tendo o seu número oscilado entre o mínimo de 67 no ano lectivo de 2000/01 e o máximo de 95 no de 2003/04. No último ano de 2004-05 a sua população escolar representa cerca de 5% do concelho.

A taxa média de retenção encontrada é de 12%. Os alunos do 2º ciclo desta freguesia encontram-se distribuídos por 4 turmas a que corresponde uma média de 20 alunos/turma.

Quanto ao 3º Ciclo do Ensino Básico, no mesmo quadro pode verificar-se que os alunos inscritos frequentam o mesmo estabelecimento de ensino acima referido, tendo o seu número variado entre o mínimo de 119 (2003/04) e o máximo de 146 (2004/05). No último ano em análise a sua população escolar neste nível de ensino representa 6,5% da população total do concelho.

Os alunos encontram-se distribuídos por 8 turmas, a que corresponde uma média de 18,3 alunos/turma, situando-se a taxa média de retenção nos 23,3%.

**Salir – alunos;**  
**anos de**  
**escolaridade;**  
**turmas;**  
**aproveitamento e**  
**retenção no 2º**  
**Ciclo**

**alunos; anos de**  
**escolaridade;**  
**turmas;**  
**aproveitamento e**  
**retenção do 3º**  
**Ciclo**

<sup>1</sup> Inclui os alunos a frequentarem os currículos alternativos.

## Quadro 71

Frequência de Alunos em Estabelecimentos de Ensino da Freguesia de S. Clemente – 2º e 3º Ciclos

Freguesia de S. Clemente	Estab de Ensino	Ano Lectivo	2º e 3º Ciclos do Ensino Básico														
			5º ano			6º ano			7º ano			8º ano			9º ano		
			Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT
EBI de S. Clemente	2000/01	32	28	4	35	30	5	53	40	13	53	46	7	40	38	1	
	2001/02	36	28	8	32	24	8	48	32	16	43	30	13	29	25	3	
	2002/03	45	41	4	37	32	5	46	32	14	46	40	6	31	29	3	
	2003/04	59	53	6	36	35	1	56	40	16	32	30	2	31	26	5	
	2004/05	36	35	1	43	38	5	70	57	11+2	35	22	13	41	33	6+2	

No que se refere à freguesia de S. Clemente (Quadro 72), veja-se que, novamente, os alunos do 2º Ciclo do Ensino Básico se encontram a frequentar um único estabelecimento de ensino pertencente ao sector público, tendo o seu número oscilado entre o mínimo de 229 no ano lectivo de 2003/04 e o máximo de 287 no de 2001/02. No último ano de 2004-05 a sua população escolar representa cerca de 14,6% do concelho.

A taxa média de retenção encontrada é de 17,6%, não sendo significativa a taxa de abandono. Os alunos do 2º Ciclo desta freguesia encontram-se distribuídos por 11 turmas a que corresponde uma média de 21 alunos/turma.

No respeitante ao 3º Ciclo do Ensino Básico, no Quadro 73 pode verificar-se que os alunos inscritos frequentam o mesmo estabelecimento de ensino acima referido para o 2º Ciclo, tendo o seu número variado entre o mínimo de 357 (2002/03) e o máximo de 467 (2001/02). No último ano em análise a sua população escolar neste nível de ensino representa 16,7% da população total do concelho.

Os alunos encontram-se distribuídos por 18 turmas, a que corresponde uma média de 20,8 alunos/turma, situando-se a taxa média de retenção nos 26,5%, a mais elevada do concelho.

**S. Clemente –**  
*alunos; anos de escolaridade; turmas; aproveitamento e retenção do 2º Ciclo*

*alunos; anos de escolaridade; turmas; aproveitamento e retenção do 3º Ciclo*

## Quadro 72

Frequência de Alunos em Estabelecimentos de Ensino da Freguesia de S. Clemente – 2º e 3º Ciclos

Freguesia de S. Clemente	Estab de Ensino	Ano Lectivo	2º e 3º Ciclos do Ensino Básico														
			5º ano			6º ano			7º ano			8º ano			9º ano		
			Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT
EBI de S. Clemente	2000/01	117	97	20	153	124	29	118	92	26	124	104	20	133	124	9	
	2001/02	159	128	31	128	106	22	248	180	67	100	85	14	119	104	15	
	2002/03	132	107	22	152	132	20	125	78	47	119	110	9	113	98	15	
	2003/04	94	77	15	135	109	24	158	122	30	101	83	18	126	110	16	
	2004/05	118	97	14+7	113	88	15+10	130	88	36+6	147	114	26+7	97	73	21+3	

No que respeita à freguesia de S. Sebastião (Quadro 73), observe-se que, à semelhança das anteriores freguesias, também aqui os alunos do 2º Ciclo do Ensino Básico se encontram a frequentar um único estabelecimento de ensino pertencente ao sector público, tendo o seu número oscilado entre o mínimo de 220 no ano lectivo de 2001/02 e o máximo de 308 no de 2004/05. Neste último ano a sua população escolar representa cerca de 19,4% do concelho. A taxa média de retenção encontrada é de 17,1%. Os alunos do 2º Ciclo desta freguesia encontram-se distribuídos por 14 turmas a que corresponde uma média de 22 alunos/turma.

**S. Sebastião –**  
*alunos; anos de  
 escolaridade;  
 turmas;  
 aproveitamento e  
 retenção no 2º  
 Ciclo*

No respeitante ao 3º Ciclo do Ensino Básico, no mesmo quadro pode verificar-se que os alunos inscritos frequentam o mesmo estabelecimento de ensino já referido, tendo o seu número variado entre o mínimo de 265 (2001/02) e o máximo de 361 (2004/05). No último ano em análise a sua população escolar neste nível de ensino representa 16,1% da população total do concelho. Os alunos encontram-se distribuídos por 16 turmas, a que corresponde uma média de 22,6 alunos/turma, situando-se a taxa média de retenção nos 16,6%.

*alunos; anos de  
 escolaridade;  
 turmas;  
 aproveitamento e  
 retenção no 3º  
 Ciclo*

Quadro 73

Frequência de Alunos em Estabelecimentos de Ensino da Freguesia de S. Sebastião – 2º e 3º Ciclos

Freguesia de S. Sebastião	Estab de Ensino	Ano Lectivo	2º e 3º Ciclos do Ensino Básico														
			5º ano			6º ano			7º ano			8º ano			9º ano		
			Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT	Ins	Trs	NT
EB 2.3 Eg Duarte Pacheco	2000/01	140	116	24	117	111	14	137	123	13	116	97	19	95	85	9	
	2001/02	100	81	17	120	93	25	26	23	3	133	93	34	106	98	8	
	2002/03	135	107	25	118	103	12	114	71	35	132	117	9	108	100	5	
	2003/04	180	149	31	121	105	16	130	106	24	90	78	12	138	121	18	
	2004/05	138	105	28+5	170	138	32	146	114	32	104	90	14	111	97	14	

Após a apresentação de dados referentes à evolução da população escolar do 2º Ciclo do Ensino Básico, para o concelho e por freguesia, e a análise específica relativamente ao ano lectivo de 2004/05, calculou-se a Taxa Média de Retenção/Abandono no concelho que se situa nos 15,3%, valor superior à média encontrada para o todo nacional que é, de acordo com os dados do GIASE<sup>1</sup> (Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo), de 12,5%.

*Taxa média de  
 retenção/abandono  
 no 2º ciclo, a nível  
 do concelho*

Apresenta-se, também, a Taxa Bruta de Escolarização para este ciclo de

*Taxa Bruta de*

<sup>1</sup> Informação publicada no jornal Público, de 2 de Setembro de 2006, folha 20.

ensino, que foi determinada a partir dos números estimados para a população escolar, de acordo com os dados constantes do Quadro 94 “Projeção da População Escolar no Concelho até 2015”.

*Escolarização no  
2º Ciclo do Ensino  
Básico*

De acordo com a informação disponibilizada pelos quadros anteriormente analisados, os 8 estabelecimentos de ensino (públicos e privados) que ministram o 2º Ciclo do Ensino Básico existentes no concelho são frequentados por 1585 alunos, correspondendo a uma Taxa Bruta de Escolarização de 107%. Novamente, esta taxa acima dos 100% deve-se ao facto já anteriormente referido de, nesta população escolar, se incluir alunos com idades acima da idade normal, ou seja, alunos que apresentam atrasos no percurso escolar, por repetência ou por entrada tardia no ciclo de ensino.

Apresentados que foram, também, os dados referentes à evolução da população escolar do 3º Ciclo do Ensino Básico, para o concelho e por freguesia, e a análise específica relativamente ao ano lectivo de 2004/05, calculou-se a Taxa Média de Retenção/Abandono no concelho que se situa nos 20,1%, valor superior à média encontrada para o todo nacional que é, de acordo com os dados do GIASE, de 19,2%.

*Taxa média de  
retenção/abandono  
no 3º ciclo, a nível  
do concelho*

Apresenta-se, também, a Taxa Bruta de Escolarização para este ciclo de ensino, que foi determinada a partir dos números estimados para a população escolar de acordo com os dados constantes do Quadro 94 “Projeção da População Escolar no Concelho até 2015”.

*Taxa Bruta de  
Escolarização no  
3º Ciclo do Ensino  
Básico*

De acordo com a informação disponibilizada pelos quadros anteriormente analisados, os 9 estabelecimentos de ensino (públicos e privados) que ministram o 3º Ciclo do Ensino Básico existentes no concelho comportam 2239 alunos, correspondendo a uma Taxa Bruta de Escolarização de 93,4%. Desta feita, a taxa situa-se abaixo dos 100% pese embora o facto da taxa de repetência ser bastante elevada e acima da média nacional.

Esclareça-se que se torna praticamente impossível determinar a Taxa Bruta de Escolarização para os estabelecimentos de ensino de cada freguesia, tanto para o 2º Ciclo como para o 3º Ciclo, devido não apenas ao facto de nem todas possuírem unidades educativas para esses ciclos

como também dos movimentos inter-concelhios serem de difícil controlo e contabilização.

#### 4.1.4 ENSINO SECUNDÁRIO

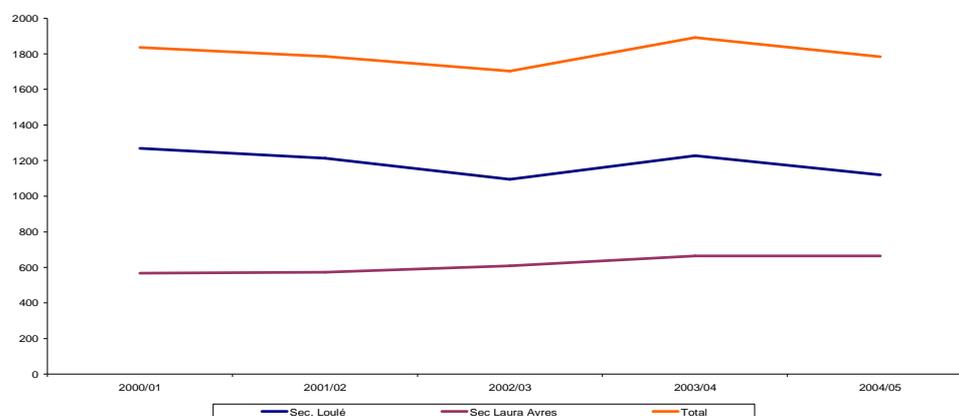
No concelho de Loulé, o ensino secundário é ministrado em duas escolas públicas e uma privada, a qual não representa uma realidade estatisticamente significativa. Até ao ano lectivo de 2003/2004, os cursos do ensino secundário encontravam-se divididos entre Cursos Secundários Predominantemente Orientados para a Vida Activa (CSPOVA) e Cursos Secundários Predominantemente Orientados para o Prosseguimento dos Estudos (CSPOPE), de acordo com a organização curricular estabelecida pelo Decreto-Lei 286/89, de 29 de Agosto. A partir do ano lectivo de 2004/05, foi a nova revisão curricular do ensino secundário, suportada pelo Decreto-Lei nº 74/2004, de 26 de Março, generalizada a nível nacional, com início no 10º ano de escolaridade, tendo a organização dos cursos sofrido algumas alterações.

CSPOVA e  
CSPOPE

Partindo da informação do Gráfico 14, pode verificar-se que a procura deste nível de ensino tem tido uma trajectória flutuante – em cinco anos lectivos verificou-se uma diminuição de 2,7%. Esta situação pode dever-se a um conjunto de variáveis: o facto deste nível de ensino já não ser abrangido pela escolaridade obrigatória; a sazonalidade do emprego, devido à actividade turística; a oferta de cursos profissionais, mais virados para a vida activa.

Gráfico 14

Evolução da Procura no Ensino Secundário nas Escolas Públicas do Concelho (de 2000/01 a 2004/05)



Fonte: DREAl e Escolas do Concelho (2006)

Passando a uma análise da procura, por escola, pode observar-se que a Escola Secundária Dra. Laura Ayres, em Quarteira, apresenta uma relativa estabilidade enquanto que na Escola Secundária de Loulé se nota um decréscimo no número de alunos inscritos.

*Escola Secundária  
de Loulé versus  
Escola  
Secundária/3 Dra.  
Laura Ayres, de  
Quarteira*

Pode observar-se esta realidade nos Quadros 74 e 75 que dividem a procura entre os cursos mais virados para a vida activa e aqueles orientados para o prosseguimento de estudos.

Ao longo dos cinco anos em análise, os cursos orientados para o prosseguimento de estudos revelam um ritmo ascendente moderado na procura em ambas as escolas, tendo atingido, até 2003/04, os 13%<sup>1</sup>. Contudo, a partir do ano lectivo de 2004/05, tal tendência inverteu-se, tendo ambas as escolas sofrido um acentuado decréscimo na procura, chegando a atingir os 40% na Escola Secundária de Loulé e os 37% na Escola Secundária/3 Dra. Laura Ayres, de Quarteira.

Nos primeiros quatro anos objecto de análise, as preferências dos alunos, no que toca aos CSPOPE, centravam-se no 1º Agrupamento (Científico-Natural) e no 4º Agrupamento (Humanidades), situação que ganhou outros contornos com a generalização da revisão curricular do ensino secundário, em 2004/05, em que os cursos de Ciências e Tecnologias continuam a ser os mais procurados enquanto os de Línguas e Literaturas cedem lugar aos cursos de Ciências Socio-Económicas e Sócio-Humanas, ao que não será estranho o facto do mercado de trabalho/saídas profissionais terem vindo a sofrer profundas alterações.

Não é possível, com os dados disponibilizados pelas duas escolas, comparar taxas de insucesso de um modo coerente, uma vez que os mesmos são apresentados de modo diferente por cada uma delas. No entanto, podemos afirmar que os valores recolhidos são deveras preocupantes e que, em alguns cursos, em especial no 10º ano, as taxas de insucesso chegam a atingir os 50%. Mesmo assim, pode afirmar-se

---

<sup>1</sup> Percentagem respeitante à razão entre o maior e o menos número de alunos a frequentar os estabelecimentos de ensino secundário do concelho nos cinco anos objecto de estudo.

que, a nível geral, os valores de retenção e sucesso apresentam um comportamento incharacterístico e de difícil explicação numa simples leitura.

Contudo, no que se refere aos CSPOVA, pode asseverar-se que a sua procura tem vindo a diminuir, desde 2000/01, na Escola Secundária de Loulé, apresentando um comportamento inverso na Escola Secundária/3 Dra. Laura Ayres, de Quarteira. Fruto de um elevado insucesso/abandono, que tem uma forte incidência no 10º ano, o peso de aproximadamente 30% de alunos inscritos nos cursos tecnológicos diminui drasticamente nos dois anos de escolaridade seguintes. Esta realidade pode ter duas leituras possíveis: por um lado, quem procura estes cursos são alunos cujo perfil não se enquadra na escolaridade tradicional, uma vez que pretendem um ensino mais virado para a vida prática e activa; por outro, estes cursos acabam por se revelar mais generalistas e menos específicos e com carácter prático, não dando resposta às expectativas atrás mencionadas. Os cursos tecnológicos, objecto de maior procura por parte dos alunos, são os de Informática (1º agrupamento) e de Administração (3º agrupamento). Saliente-se que qualquer das escolas em análise procurou ter oferta própria de CSPOVA, tendo a Escola Secundária de Loulé apostado nos Cursos Tecnológicos de Comunicação e Animação Social (4º agrupamento) e a Escola Secundária/3 Dra. Laura Ayres, de Quarteira investido no Curso Tecnológico de Design (2º agrupamento). De referir ainda que os cursos tecnológicos previstos na nova revisão curricular do ensino secundário não apresentam grande expressão em termos de procura, em qualquer dos estabelecimentos de ensino em estudo.

Quadro 74

Distribuição de Alunos no Ensino Secundário Geral, por Agrupamento Curricular/Escola (2000/01 a 2004/05)

	Ano	Ano Lectivo	Agrupamento 1		Agrupamento 2		Agrupamento 3		Agrupamento 4		Total
			Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	
Escola Secundária de Loulé	10º	2000/01	6	164	3	74	1	31	3	60	329
		2001/02	7	168	4	92	2	50	3	61	371
		2002/03	5	113	3	71	3	74	2	50	308
		2003/04	7	175	5	98	2	51	2	53	377
	11º	2000/01	5	131	2	49	1	23	3	86	289
		2001/02	5	118	2	45	1	20	2	36	219
		2002/03	5	97	2	41	2	42	2	44	224
		2003/04	6	143	2	69	1	15	2	79	306
		2004/05	6	113	3	51	1	39	2	59	262
	12º	2000/01	4	150	2	64	1	19	3	79	312
		2001/02	4	109	2	44	1	42	3	92	287
		2002/03	4	110	2	39	1	37	2	43	229
2003/04		5	130	2	62	1	30	2	30	252	
2004/05		5	129	2	41	1	21	2	44	235	
Esc Sec/3 Dra Laura Ayres	10º	2000/01	3	73	1	19	1	12	3	73	177
		2001/02	4	88	2	41	1	19	2	51	199
		2002/03	4	103	2	43	1	26	2	49	221
		2003/04	5	101	2	45	1	9	3	65	220
	11º	2000/01	2	57	1	16	1	15	2	46	134
		2001/02	2	51	1	14	1	12	2	36	113
		2002/03	3	70	1	27	1	15	1	23	135
		2003/04	4	90	1	22	1	24	2	30	166
		2004/05	4	99	1	30	1	16	2	43	188
	12º	2000/01	3	73	1	16	1	25	2	45	159
		2001/02	3	70	1	23	1	19	2	45	157
		2002/03	3	76	1	15	1	14	2	40	145
2003/04		4	88	1	16	1	16	1	32	152	
2004/05		4	104	1	30	1	24	1	25	183	
Col Internacional de Vilamoura <sup>1</sup>	10º	2000/01	1	14	--	--	--	--	--	--	14
		2001/02	1	16	--	--	--	--	--	--	16
		2002/03	1	25	--	--	--	--	--	--	25
		2003/04	1	25	--	--	--	--	--	--	25
	11º	2000/01	1	18	--	--	--	--	--	--	18
		2001/02	1	13	--	--	--	--	--	--	13
		2002/03	1	10	--	--	--	--	--	--	10
		2003/04	1	18	--	--	--	--	--	--	18
		2004/05	1	21	--	--	--	--	--	--	21
	12º	2000/01	1	14	--	--	--	--	--	--	14
		2001/02	1	18	--	--	--	--	--	--	18
		2002/03	1	15	--	--	--	--	--	--	15
2003/04		1	13	--	--	--	--	--	--	13	
2004/05		1	18	--	--	--	--	--	--	18	

<sup>1</sup> Neste estabelecimento de ensino particular existe apenas uma turma por ano de escolaridade. Contudo, os alunos frequentam em conjunto as disciplinas da componente da formação geral e encontram-se subdivididos nas disciplinas da componente da formação específica, entre os agrupamentos 1 e 3.

Quadro 75

Distribuição de Alunos no Ensino Secundário Tecnológico, por Agrupamento Curricular/Escola (2000/01 a 2004/05)

Escola	Ano	Ano Lectivo	Cursos Tecnológicos						Total
			Agru 1 Informa	Agru 1 Electro	Agru 2 Design	Agru 3 Admin	Agru 4 An Soc	Agru 4 Comun	
Escola Secundária de Loulé	10º	2000/01	20	15	--	56	34	28	153
		2001/02	44	24	--	50	62	--	180
		2002/03	54	17	--	28	28	48	175
		2003/04	38	19	--	18	19	37	131
	11º	2000/01	30	18	--	38	20	--	106
		2001/02	25	7	--	42	19	12	75
		2002/03	20	7	--	22	33	--	82
		2003/04	18	13	--	19	8	18	76
		2004/05	18	20	--	18	15	17	88
	12º	2000/01	21	15	--	22	16	15	81
		2001/02	16	20	--	25	13	7	81
		2002/03	17	9	--	20	18	13	77
2003/04		17	10	--	23	26	--	86	
		2004/05	18	16	--	16	9	20	79
Esc Sec/3 Dra Laura Ayres	10º	2000/01	12	--	15	18	--	--	45
		2001/02	23	--	--	25	--	--	48
		2002/03	38	--	--	27	--	--	65
		2003/04	47	--	--	25	--	--	72
	11º	2000/01	6	--	13	15	--	--	34
		2001/02	6	--	8	11	--	--	25
		2002/03	10	--	--	14	--	--	24
		2003/04	21	--	--	17	--	--	38
			2004/05	27	--	--	16	--	43
	12º	2000/01	--	--	11	6	--	--	17
		2001/02	8	--	10	13	--	--	31
		2002/03	9	--	--	9	--	--	18
		2003/04	8	--	--	9	--	--	17
2004/05		13	--	--	12	--	--	25	

Quadro 76

Número de Alunos no Novo Ensino Secundário (10º ano), por Curso/Escola (2004/05)

Escola	Cursos Científico-Humanísticos					Cursos Tecnológicos						
	Ciências e Tecnologias	Ciências Sócio-Económicas	Ciências Soc e Humanas	Artes Visuais	Total	Electrotec e Electrónica	Informática	Multimédia	Administra.	Ação Social	Desporto	Total
Escola Secundária Loulé	142	18	66	42	268	19	44	22	33	--	--	118
Esc Sec/3 Dra Laura Ayres	89	--	48	24	161	--	24	--	--	20	20	64
Col Internacional Vilamoura	14	7	--	--	21	--	--	--	--	--	--	--

De acordo com a informação disponibilizada pelos quadros anteriormente analisados, os dois estabelecimentos de ensino público que ministram o ensino secundário, existentes no concelho, apresentam 1784 alunos inscritos, correspondendo a uma Taxa Bruta de Escolarização de 115%.

*Taxa Bruta de  
Escolarização no  
ensino secundário*

Tal como verificado para os 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico, esta taxa acima dos 100% deve-se ao facto já anteriormente referido de, nesta população escolar, se incluir alunos com idades acima da idade normal, ou seja, alunos que apresentam atrasos no percurso escolar, por repetência ou por entrada tardia no ciclo de ensino. Acresce a isto o facto de, neste nível de ensino, um aluno poder estar inscrito, em simultâneo, em disciplinas que fazem parte de mais do que um ano de escolaridade e, por isso, também contabilizado mais do que uma vez.

Refira-se, por último, que a análise feita a este nível de ensino, uma vez que a sua área de influência extravasa a competência da autarquia, é amplamente justificada porque reflecte o grau de especialização e de escolarização da população do concelho.

#### **4.1.5 EDUCAÇÃO ESPECIAL/APOIOS EDUCATIVOS**

A Educação Especial é uma das modalidades de educação previstas no sistema educativo e visa a recuperação e a integração sócio-educativa das crianças e alunos com necessidades educativas específicas em consequência de deficiências físicas ou mentais. Pode desenvolver-se segundo modelos de integração nos estabelecimentos regulares de ensino, com o apoio de uma equipa de apoios educativos constituída por professores/educadores especializados, ou em instituições próprias vocacionadas para o efeito.

A prestação de apoios educativos visa, no quadro legal vigente (Lei 46/86, de 14 de Outubro):

- Contribuir para a igualdade de oportunidades de sucesso educativo de todas as crianças, promovendo a existência de respostas pedagógicas diversificadas adequadas às suas necessidades específicas e ao seu desenvolvimento global;
- Promover a existência de condições, nas escolas, para a integração sócio-educativa das crianças e jovens com necessidades educativas

*Enquadramento  
dos apoios  
educativos na  
LBSE*

especiais;

- Colaborar na promoção da qualidade educativa, nomeadamente nos domínios relativos à orientação educativa, à interculturalidade, à saúde escolar e à melhoria do ambiente educativo;
- Articular as respostas às necessidades educativas com os recursos existentes noutras estruturas e serviços, nomeadamente nas áreas da saúde, da segurança social, da qualificação profissional e do emprego, das autarquias e de entidades particulares e não governamentais.

Relativamente aos alunos com necessidades educativas especiais inseridos nas escolas públicas do concelho verifica-se que, no ano lectivo de 2004/05, dos 287 alunos/utentes integrados nestes estabelecimentos a maioria revela dificuldades de aprendizagem (45%), seguindo-se as crianças e jovens que apresentam perturbações de linguagem e fala (12,9%) e as crianças e jovens que apresentam multideficiência (9,4%), verificando-se esta mesma percentagem no domínio da saúde física, como se pode constatar no Quadro 77. Ainda analisando o mesmo quadro, e no que concerne aos grupos etários, observa-se que o maior contingente de crianças e jovens tem idades compreendidas entre os 8 e os 15 anos, abarcando este escalão etário 220 (aproximadamente 77% do total).

Quadro 77

Crianças e Jovens com Necessidades Educativas Especiais, no Ano Lectivo de 2004/05

Idades	Nível Educação/Ensino	Tipo de Necessidade Educativa Especial								Total	
		Surdos <sup>1</sup>	Visual <sup>2</sup>	Dificuld Aprendiz <sup>3</sup>	Motora <sup>4</sup>	Multideficiência	Perturb Lgg Fala	Problem Comport	Saúde Física		
0-2	Domicílio	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
	Creche	--	--	--	2	1	--	--	--	--	3
3-5	Domicílio	--	--	--	--	1	--	--	--	--	1
	Pré-escolar	--	--	8	2	3	11	3	--	--	27
6-7	Pré-escolar	--	--	--	2	4	2	1	--	--	9
8-15	1º ciclo	1	1	81	9	11	14	17	24	--	158
	2º ciclo	2	--	17	3	3	8	3	1	--	37
	3º ciclo	2	2	11	1	3	2	3	1	--	25
16-18	1º ciclo	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
	2º ciclo	--	--	1	1	--	--	--	--	--	2
	3º ciclo	1	1	8	1	--	--	1	--	--	12
	Secundário	5	--	3	--	--	--	2	1	--	11
>18	Secundário	1	--	--	--	1	--	--	--	--	2
<b>Total</b>		<b>12</b>	<b>4</b>	<b>129</b>	<b>21</b>	<b>27</b>	<b>37</b>	<b>30</b>	<b>27</b>	<b>287</b>	

Fonte: ECAE de Loulé / DREAig, 2006

<sup>1</sup> Esta categoria inclui alunos portadores de surdez ligeira, média, severa e profunda.

<sup>2</sup> Esta categoria inclui visão reduzida e cegueira.

<sup>3</sup> Esta categoria inclui visão, dificuldades de aprendizagem ligeiras, moderadas e severas.

<sup>4</sup> Esta categoria inclui a paralisia cerebral e outras deficiências motoras.

Refira-se, por último, que existe um número significativo de crianças e jovens residentes no concelho a frequentar algumas IPPS's locais (EXISTIR e UNIR) e outras instituições, nomeadamente a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral (APPC), a Associação Algarvia de Pais e Amigos de Crianças Diminuídas Mentais (AAPACDM) e a Unidade de Apoio à Educação de Crianças e Jovens Surdos de Faro, encontrando-se estas últimas com sede no vizinho concelho de Faro.

*Instituições de apoio a crianças e jovens portadores de deficiência*

#### 4.1.6 ENSINO PROFISSIONAL

De acordo com o art. 12º da Lei 46/86, de 14 de Outubro, a formação profissional constitui-se como uma modalidade especial da educação escolar e estrutura-se de forma a desenvolver acções de iniciação profissional, qualificação profissional, aperfeiçoamento profissional e reconversão profissional.

*Conceito de ensino/formação profissional*

Também no documento “Critérios de Reordenamento da Rede Educativa” (Ministério da Educação, 2000), se explicita ter o ensino profissional por objectivo a estruturação e a qualificação educativa dos jovens e, simultaneamente, a inserção, no sistema educativo, de uma via própria de estudos, alternativa ao ensino secundário regular. Assim, a consubstanciação das escolas profissionais enquanto instituições educativas visa, por um lado, reforçar a articulação entre a educação escolar e a formação profissional e, por outro, estimular as inter-relações entre a escola e as organizações económicas, profissionais, associativas, sociais e culturais que a rodeiam. Acrescente-se, ainda, que a situação do ensino profissional, nomeadamente no contexto do ensino secundário, sofreu algumas alterações com a publicação do Decreto-lei nº 74/2004 de 26 de Março. Com ele, o ensino profissional adquiriu a mesma importância e dignidade que qualquer outro curso de nível secundário.

O ensino/formação profissional procura, pois, basicamente, responder às necessidades que o tecido económico e empresarial de um concelho revelem, podendo estar a cargo de escolas especificamente criadas para o efeito, de associações empresariais ou, até, das próprias empresas. É considerada também como ‘formação de segunda oportunidade’, uma alternativa a considerar seriamente no sistema educativo local, uma vez

*Formação em ligação estreita com a economia do concelho*

que permite uma mais rápida qualificação da população do concelho.

No caso do concelho de Loulé, este ensino/formação é da responsabilidade da Escola Profissional Cândido Guerreiro, com sede em Alte, que tendo o estatuto de “régie cooperativa”, conta também com a participação da autarquia na sua constituição e funcionamento.

O Quadro 78, que a seguir se apresenta, permite entender a evolução da do número de alunos inscritos e seu aproveitamento, bem como do número de cursos, registada nos últimos quatro anos lectivos.

Quadro 78

Cursos Profissionais ministrados na Escola Profissional Cândido Guerreiro, em Alte (2001/02 a 2004/05)

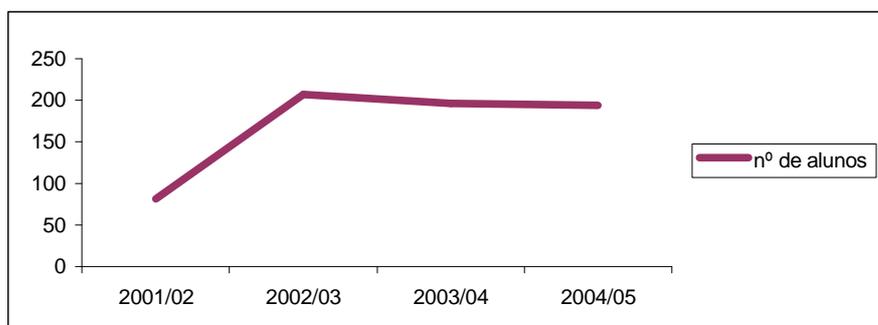
Ano Lectivo	Cursos	Total de Alunos por Ano/Turma			Total Curso	Apro	Repro	Cont Form
		1º	2º	3º				
2001/02	Técnico de Turismo Ambiental e Rural	21	--	18	39	15	3	20
	Técnico de Comércio	21	21	--	42	--	--	40
2002/03	Técnico de Turismo Ambiental e Rural	21	20	--	41	--	--	37
	Técnico de Comércio	--	20	20	40	15	5	19
	Desenhador Projectista	23	--	--	23	--	--	22
	Téc Recursos Marinhos/Oceanografia Pesqueira	20	--	--	20	--	--	14
	Técnico de Informática/Fundamental	23	--	--	23	--	--	19
	Téc Turismo/ Profissionais Informação	--	--	19	19	16	3	--
	Técnico de Design	--	--	19	19	19	--	--
Téc de Processamento e Controlo de Qualidade	22	--	--	22	--	--	14	
2003/04	Técnico de Turismo Ambiental e Rural	23	18	19	60	11	6	40
	Técnico de Comércio	24	--	19	43	17	2	19
	Desenhador Projectista	24	22	--	46	--	--	43
	Téc Recursos Marinhos/Oceanografia Pesqueira	--	14	--	14	--	--	14
	Técnico de Informática/Fundamental	--	19	--	19	--	--	17
Téc de Processamento e Controlo de Qualidade	--	14	--	14	--	--	14	
2004/05	Técnico de Turismo Ambiental e Rural	--	22	18	40	10	8	22
	Técnico de Comércio	--	19	--	19	--	--	18
	Desenhador Projectista	--	21	22	43	--	--	21
	Téc Recursos Marinhos/Oceanografia Pesqueira	--	--	14	14	13	1	--
	Técnico de Informática/Fundamental	--	--	17	17	7	9	--
	Técnico de Serviços Comerciais	22	--	--	22	--	--	20
	Técnico de Turismo/Profissionais de Informação	25	--	--	25	--	--	25
Téc de Processamento e Controlo de Qualidade	--	--	14	14	13	1	--	

Refira-se que o número de alunos na Escola Profissional de Alte tem vindo a registar um crescimento, como se pode observar no Gráfico 15. A diferença notória verificada entre o ano de 2001/02 e 2002/03 deve-se ao encerramento da Escola Profissional de Gestão e Tecnologias Marítimas, em Quarteira, tendo a primeira absorvido a maioria dos alunos e cursos desta última.

*Escola Profissional  
Cândido Guerreiro,  
de Alte*

Gráfico 15

Evolução do Número de Alunos na Escola Profissional Cândido Guerreiro, em Alte (de 2001/02 a 2004/05)



Fonte: Escola Profissional Cândido Guerreiro, de Alte (2006)

Também os estabelecimentos de ensino secundário dispõem da possibilidade de ministrarem cursos profissionais vocacionados para a qualificação inicial dos alunos (Critérios de Planeamento da Rede Educativa – Princípios Orientadores, GIASE, 2006) permitindo, a quem os frequente, uma dupla certificação – um diploma de nível secundário e um certificado de qualificação profissional de nível 3 – podendo o aluno prosseguir os seus estudos em cursos profissionalmente qualificantes de nível 4 (CET – Cursos de Especialização Tecnológica) ou mesmo no ensino superior. No concelho, na Escola Secundária de Loulé funcionam três destes cursos profissionalizantes, dois iniciados no ano lectivo de 2002/03 – Electricista (2 turmas, com uma média de 21 alunos/turma) e Mecânica (1 turma com média de 15 alunos/turma) – e um iniciado em 2004/05, de Técnico de Frio e Climatização (1 turma, média de 15 alunos/turma).

Para além do ensino profissional, quer as escolas básicas quer as secundárias têm vindo a oferecer vários percursos escolares alternativos: Currículos Alternativos; Cursos de Educação e Formação; Planos Integrados de Educação e Formação. Tais cursos de Educação e Formação apresentam, portanto, já alguma expressão a nível concelhio. Em 2005/06 foram cerca de 300 os jovens que os frequentaram nas mais diversas áreas, segundo dados fornecidos pela DREALg. Pode, pois, afirmar-se que estes cursos se têm revelado um caminho útil para muitos que, de outro modo, abandonariam a escola sem qualquer qualificação profissional.

*Percursos  
alternativos de  
educação e  
formação*

#### 4.1.7 ENSINO RECORRENTE

A Lei de Bases do Sistema Educativo designa o Ensino Recorrente como uma modalidade especial de educação que atribui, a quem o frequente, os diplomas equivalentes ao ensino regular, independentemente do modelo que tenha sido seguido.

Como previsto no Decreto-Lei nº 74/91, de 9 de Fevereiro, o ensino recorrente visa a obtenção da certificação conferida pelo ensino regular, distinguindo-se deste pela flexibilidade e diversidade nas formas de organização e concretização e pela descontinuidade no tempo e alternância nos espaços. As diferenças desta modalidade de ensino decorrem da especificidade dos grupos etários a que se destina, na multiplicidade das suas vivências, problemas, necessidades e interesses.

*Especificidades do ensino recorrente*

Em termos formais, a designação de Ensino Recorrente refere-se a um conjunto formalizado de programações escolares, cujo objectivo principal é a melhoria dos índices de escolaridade da população com níveis de instrução aquém da escolaridade obrigatória e, como tal, deve ser assumido como um processo fundamental de integração e de reequilíbrio das assimetrias e limitações sociais, culturais e económicas de uma comunidade.

Esta modalidade de ensino, funcionando em regime nocturno, apresenta-se como a oportunidade ideal para todos quantos não concluíram quer a escolaridade obrigatória, quer o ensino secundário, na idade considerada normal para o efeito até porque se destina a quem, por razões de insucesso ou outras, abandonou o percurso normal de escolaridade e pretende, num outro momento, retomar esse mesmo percurso. Efectivamente, de acordo com o art. 7º do Decreto-Lei acima referido, podem ingressar no 3º ciclo e no secundário do ensino recorrente todos os indivíduos com idade igual ou superior a 15 e 18 anos, respectivamente.

No ensino recorrente não existem anos curriculares ou avaliações nos finais dos períodos e anos lectivos. Pode estar organizado por unidades capitalizáveis (cuja extinção se verificará progressivamente até ao ano lectivo de 2007-2008) ou por blocos capitalizáveis, possuindo, cada uma destas modalidades, a possibilidade de ser frequentado em regime

*Modalidades*

presencial ou em regime não presencial. Pretende-se, pois, que o aluno progrida ao seu próprio ritmo, concluindo o curso em mais ou menos tempo, dependendo disso, sempre e só, da conclusão, com sucesso, de todas unidades/blocos de todas as disciplinas em que se encontre matriculado.

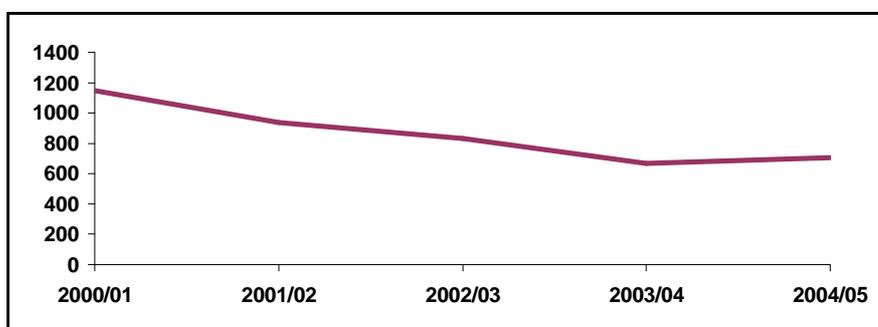
No concelho, o Ensino Recorrente é leccionado nas escolas Secundária de Loulé e Secundária/3 Dra. Laura Ayres, em Quarteira, registando esta última uma percentagem de alunos inscritos muito superior à primeira. Em ambas funciona o curso geral de Ciências Sociais e Humanas e na última também o curso Tecnológico de Acção Social. Para além destes dois estabelecimentos de ensino com os cursos do secundário, outros há onde são leccionados os 1.º, 2.º e 3.º ciclos, a saber: Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos do Dr. António de Sousa Agostinho, em Almancil; Escola Secundária/3 Dr.ª Laura Ayres, em Quarteira; Escola Básica Integrada de Salir; e a Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Padre João Coelho Cabanita, e Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos, Eng.º Duarte Pacheco em Loulé.

*Estabelecimentos  
de ensino em que  
funciona o Ensino  
Recorrente*

O Gráfico 16 ilustra a evolução do número de alunos inscritos nos diferentes níveis do Ensino Recorrente, entre o ano lectivo de 2000/01 e o de 2004/05, apresentando um decréscimo gradual ao longo destes cinco anos.

Gráfico 16

Evolução do Número de Alunos a frequentarem o Ensino Recorrente nos 1.º, 2.º, 3.º Ciclos e Secundário (2000/01 a 2004/05)



Fonte: DREAlg, 2006

Desde o ano lectivo de 2004-2005, o ensino recorrente assumiu, no sistema de educação do nosso país, um papel em tudo semelhante aos outros percursos formativos de nível secundário, existindo uma correspondência entre estes cursos do ensino secundário e os cursos do ensino secundário diurno, e permitindo, igualmente aos seus alunos, uma certificação da conclusão de um curso de nível secundário e uma certificação de qualificação profissional de nível 3, aquando da conclusão de um curso tecnológico.

*O Ensino  
Recorrente na  
actualidade*

O actual ensino recorrente assenta num modelo de ensino em regime modular (módulos capitalizáveis) com um referencial de três anos (10º, 11º e 12º anos), permitindo aos alunos modalidades de frequência diferentes, respondendo, desse modo, aos que procuram uma aprendizagem mais autónoma (frequência não presencial) e aos que pretendem um ensino e uma aprendizagem mais estruturada no contexto de uma turma (frequência presencial).

Nas escolas secundárias do concelho funciona, ainda, o anterior ensino recorrente (unidades e blocos capitalizáveis), registando a Escola Secundária/3 Dra. Laura Ayres, em Quarteira uma percentagem de alunos inscritos muito superior à Escola Secundária de Loulé.

#### **4.1.8 EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR**

Neste ponto serão abordadas as práticas de educação de adultos no concelho, no que respeita ao Educação Extra-Escolar.

É entendimento que a Educação Extra-Escolar abrange um conjunto de actividades educativas e culturais de natureza sistemática, sequenciais ou alternadas, organizadas fora do sistema escolar que se realiza num quadro de iniciativas múltiplas, públicas ou privadas, podendo articular-se com o ensino recorrente e a educação escolar e visa:

*Objectivos*

- Promover o desenvolvimento e a actualização de conhecimentos e de competências em substituição ou complemento de educação escolar;
- Combater o analfabetismo;

- Promover a ocupação criativa e formativa dos tempos livres.

Distingue-se do ensino recorrente pela amplitude dos programas e conteúdos e por não constituir um processo dirigido à obtenção de um grau académico, tendo por finalidades:

- Alfabetização
- Actualização
- Formação cultural
- Formação cívica
- Formação para o trabalho

A mobilidade entre o ensino recorrente e a educação extra-escolar é garantida através de um sistema de equivalências curriculares, devendo o calendário e os horários das actividades ser determinados, tendo em atenção vários factores: ritmos de trabalho dos destinatários; condições laborais, etc.

A nível concelhio desenvolvem-se várias actividades na área da Educação e Formação de Adultos, promovidas pela Direcção Regional de Educação do Algarve, com o apoio da Câmara Municipal e operacionalizadas pela Coordenação Concelhia do Ensino Recorrente e Educação Extra-Escolar de Loulé. Em 2004/05, conforme Quadro 79, é significativo não só o número de adultos inscritos (540) nos dois tipos de cursos, como a área geográfica abrangida pela acção desta estrutura de formação.

*Intervenientes  
nesta modalidade  
de educação/  
formação*

Quadro 79

Número de Alunos inscritos em Cursos de Educação Extra-Escolar, Número de Turmas e Locais (2004/05)

<b>Cursos Socio-Profissionais</b>		
Local	Nº turmas	Nº de Alunos
Almancil	2	30
Alte	1	14
Ameixial	1	18
Azinhal	1	18
Barranco do Velho	1	14
Benafim	1	18
Boliqueime	2	28
Caliços	1	23
Cortelha	1	14
Loulé	9	148
Monte Seco	1	16
Montes Novos	1	12
Quarteira	3	50
Santa Margarida	2	24
Sarnadas	1	16
Tôr	1	14
<b>Cursos Socio-Educativos</b>		
Almancil	1	15
Barranco do Velho	1	11
Loulé	2	42
Quarteira	1	15
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>540</b>

Fonte: DREAIG, 2006

#### 4.1.9 ENSINO SUPERIOR

No que respeita ao ensino superior refira-se que a única instituição desse nível de ensino existente no concelho é o Instituto Superior D. Afonso III. Neste Instituto são ministrados vários cursos de Licenciatura, bem como algumas Pós-Graduações.

*Instituto Superior  
D. Afonso III*

No Quadro 80 é possível observar a evolução do número de alunos inscritos, nos cinco anos lectivos em análise, nos diversos cursos de licenciatura que esta instituição oferece.

*Cursos de  
licenciatura*

Verifica-se um aumento progressivo, ao longo dos três primeiros anos considerados, tendo-se registado uma pequena descida nos dois últimos, no que acompanha a tendência nacional.

#### Quadro 80

Evolução do Número de Alunos inscritos nos Cursos de Licenciatura (2000/01 a 2004/05)

Ano Lectivo	Educação Física e Desporto	Psicologia Clínica	Gestão Ambiental	Gestão	Marketing e Comércio Internacional	Marketing	Línguas e Assessoria de Gestão	Total
2000/01	234	270	28	74	57	--	28	691
2001/02	276	332	39	74	77	--	25	823
2002/03	277	366	48	81	84	--	26	882
2003/04	241	356	47	83	82	--	16	825
2004/05	202	330	37	80	--	73	8	730

Fonte: INUAF, 2005

Relativamente aos cursos de Pós-Graduação, pela leitura do Quadro 81 constata-se a não regularidade do seu funcionamento, naturalmente devida à oscilação na procura. De todos os cursos ministrados, o de Gestão de Recursos Humanos é o que apresenta uma procura mais constante.

*Cursos de pós-graduação*

#### Quadro 81

Evolução do Número de Alunos Inscritos nos Cursos de Pós-Graduação (2000/01 a 2004/05)

Ano Lectivo	Gestão Recursos Humanos	Gestão Autárquica e Modernização Administrativa	Comunicação Comercial e Marketing	Turismo Desportivo e Recreologia	Psicologia da Gravidez e da Maternidade	Administração Escolar	Ciências do Treino e do Desporto	Psicopatologia e Psicoterapias
2000/01	--	--	--	--	--	--	--	--
2001/02	15	--	--	--	--	--	--	--
2002/03	24	16	18	14	10	25	--	--
2003/04	12	--	8	--	--	--	13	--
2004/05	11	--	--	--	14	--	--	14

Fonte: INUAF, 2005

## 4.2 Do lado da oferta

Para o diagnóstico da oferta de ensino no concelho procurar-se-á sistematizar a informação disponível em dois momentos distintos: num primeiro, proceder-se-á à inventariação dos estabelecimentos de ensino existentes no concelho por nível de escolaridade, por freguesia e por sector (público, privado e IPSS's); num segundo, far-se-á uma abordagem, tão completa quanto possível, em função da informação disponibilizada por várias fontes (Direcção Regional de Educação do Algarve, Divisão de Educação da Câmara Municipal e responsáveis das várias instituições de ensino e formação) do parque escolar do sector público existente, com o objectivo de aferir sobre vários indicadores que o caracterizam (tipologia; dimensão; localização; estado de conservação; inventário das infra-estruturas; capacidade dos espaços e respectivas taxas de ocupação; regime de funcionamento; valências existentes; espaços exteriores e condições de segurança).

*Metodologia de análise*

A análise da oferta educativa será prolongada com referência a outras modalidades de ensino (profissional, recorrente, especial, extra-escolar, educação/formação ao longo da vida).

Por fim, far-se-á uma sucinta caracterização da acção social escolar, recorrendo a diversos indicadores (auxílios económicos, complementos educativos/actividades de enriquecimento curricular e outros) completando-se, desta forma, o núcleo central deste documento assente na análise da caracterização e evolução do sistema educativo local.

### 4.2.1 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, ENSINO BÁSICO, SECUNDÁRIO E PROFISSIONAL

No ano lectivo de 2004/05, um total de 30 estabelecimentos de ensino constituem a oferta de educação Pré-escolar no concelho (Quadro 82). Destes, 16 (53,3%) são estabelecimentos públicos, 10 (33,3%) pertencem ao sector privado e os restantes 4 (13,3%) estão inseridos em IPSS's. Refira-se, aqui, o importante papel dos estabelecimentos não públicos que, em conjunto, perfazem quase 50% da oferta concelhia neste nível de educação, localizando-se todos nas freguesias de matriz urbana (Almancil,

*Estabelecimentos de ensino Pré-escolar no concelho*

Quarteira e S. Clemente). Uma análise mais atenta do quadro, ao nível das freguesias, permite verificar que são as de Almancil (5), Quarteira (6) e S. Clemente (8) as que apresentam maior oferta de ensino Pré-escolar a que, naturalmente, não é alheio o facto de se tratar das freguesias mais populosas.

Ainda com base nos dados apresentados no mesmo Quadro 82, veja-se também o 1º Ciclo do Ensino Básico. No ano lectivo em análise, contabilizam-se 40 estabelecimentos educativos a ministrarem esse nível de escolaridade. Aqui, a oferta encontra-se fortemente centrada no sector público, existindo apenas 2 pertencentes ao sector privado. À semelhança do que acontecia com a educação Pré-escolar, é também nas freguesias litorais e urbanas (Almancil, Quarteira e S. Clemente) que se concentram mais de 50% dos estabelecimentos de ensino (21).

No que respeita aos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, são 8 os estabelecimentos de ensino que, em todo o concelho, conjugam ambos os ciclos, pertencendo apenas um ao sector privado. Existem depois 2 estabelecimentos de ensino secundário, a Escola Secundária de Loulé e a Escola Secundária/3 Dra. Laura Ayres, em Quarteira, a qual ministra também o 3º Ciclo. O Colégio Internacional de Vilamoura é o único estabelecimento de ensino particular do concelho com ensino secundário mas com um número de alunos pouco expressivo. Encontram-se aqueles estabelecimentos de ensino localizados nas freguesias da sede do concelho e nas de Almancil Boliqueime, Quarteira e Salir.

Quanto à oferta do ensino secundário verifica-se que nas duas escolas públicas deste nível de ensino se leccionam, no novo 10º ano de escolaridade, os Cursos Científico-Humanísticos (Ciências e Tecnologias, Ciências Socio-Económicas, Ciências Sócio-Humanas e Artes Visuais) e os Cursos Tecnológicos (de Electrónica e Electrotecnia, Informática, Multimédia e Administração na Escola Secundária de Loulé e de Informática, Acção Social e Desporto na Escola Secundária/3 Dra. Laura Ayres). Esta oferta estender-se-á, progressivamente, aos anos de escolaridade seguintes pelo que é sobre ela que incide a presente análise. Por último, uma nota para o Colégio Internacional de Vilamoura que

*Estabelecimentos  
do 1º ciclo do  
ensino básico no  
concelho*

*Estabelecimentos  
do 2º e 3º ciclos do  
ensino básico no  
concelho*

*Estabelecimentos  
de ensino  
secundário*

oferece apenas dois cursos Científico-Humanísticos: o de Ciências e Tecnologias e o de Ciências Socio-Económicas.

Quadro 82

Estabelecimentos Educativos por Freguesia, Sector e Nível de Ensino em 2004/05

Freg.	Estabelecimentos de Ensino	Sector			Nível de Ensino							
		Público	IPSS	Privado	Pré-Esc	1º C	2º C	3º C	Sec.	Sup.	E Prof	
ALMANCIL	EB1 S João Venda	X				X						
	EB1 S Lourenço	X				X						
	EB1 Caliços	X				X						
	EB1 Almancil	X				X						
	EB1 Vale Éguas	X				X						
	EB1 Escanchinas	X				X						
	EB2/3 Dr A S Agostinho	X					X	X				
	JI S João Venda	X				X						
	JI Almancil	X				X						
	JI Quinta da Avó			X		X						
	JI "O Palhacinho"			X		X						
Col Int de S. Lourenço			X		X							
ALTE	EB1 Alte	X				X						
	EB1 Sta Margarida <sup>1</sup>	X				X						
	EB1 Azinhal <sup>2</sup>	X				X						
	Esc. Prof. C. Guerreiro			X								X
	C A A C da Freg Alte		X			X						
Ameixial	EB1 do Ameixial	X				X						
Benafim	JI/EB1 de Benafim <sup>3</sup>	X			X	X						
BOLIQUE IME	JI/EB1 de Benfarras	X			X	X						
	EB1 da Patã <sup>4</sup>	X				X						
	JI/EB1 Vale Silves	X			X	X						
	JI Pe. Sebastião Costa		X		X							
	EBI Prf Dr A C Silva	X				X	X	X				
QUARTEIRA	JI nº1/ EB1 D Fr. Aragão	X			X	X						
	EB1 Fonte Santa	X				X						
	EB1 nº 2 de Quarteira	X				X						
	EB 2/3 D Dinis	X					X	X				
	EB 2/3 S. Pedro do Mar	X					X	X				
	Esc. S/3 Dra Laura Ayres	X						X	X			
	JI nº 3 de Quarteira	X			X							
	Colégio Intern Vilamoura			X	X	X	X	X	X			
	Centro Apoio à Criança			X	X							
	Externato Palmo e Meio			X	X							
JI/Creche Babymoura			X	X								
Querença	EB1 de Querença	X				X						
SALIR	EB1 Cortelha	X				X						
	EB1 Freixo Seco <sup>5</sup>	X				X						
	EBI de Salir	X				X	X	X				
	JI de Salir	X			X							

<sup>1</sup> Escola cujo último ano de funcionamento foi o de 2005/06.

<sup>2</sup> Escola cujo último ano de funcionamento foi o de 2005/06.

<sup>3</sup> O JI funciona, actualmente, nas instalações do Centro Comunitário de Benafim.

<sup>4</sup> Escola que, em 2006/07, deixou de funcionar como 1º Ciclo e passou à valência de JI.

<sup>5</sup> Escola cujo último ano de funcionamento foi o de 2005/06.

Quadro 82 (cont.)

Estabelecimentos Educativos por Freguesia, Sector e Nível de Ensino em 2004/05

Freg.	Estabelecimentos de Ensino	Sector			Nível de Ensino							
		Público	IPSS	Privado	Pré-Esc	1º C	2º C	3º C	Sec.	Sup.	E Prof	
S. CLEMENTE	EB1 nº2 de Loulé	X				X						
	EB1 nº3 de Loulé	X				X						
	EB1 nº4 de Loulé	X				X						
	EB1 da Goldra	X				X						
	EB1 do Poço Novo	X				X						
	EB1 Clareanes	X				X						
	EB1 Areeiro 1	X				X						
	EB1 Areeiro 2	X				X						
	EB1 Poço da Amoreira	X				X						
	EB2/3 Padre Cabanita	X					X	X				
	Esc Secundária de Loulé	X							X			
	JI nº 1 de Loulé	X			X							
	JI nº 3 de Loulé	X			X							
	JI S João Venda	X			X							
	Inst Univ D. Afonso III			X							X	
	JI "A Carochinha"			X	X							
	JI "O Paraíso"			X	X							
	JI ABC XXI			X	X							
	Casa Primeira Infância		X		X							
Coop. Nova Terra		X <sup>1</sup>		X								
S SEBASTIÃO	EB1 Mãe Soberana	X				X						
	EB1 da Estação	X				X						
	JI/EB1 de Gilvrasino	X			X	X						
	EB2/3 Duarte Pacheco	X					X	X				
	JI Mira-Serra	X			X							
	JI/EB1 de Vale Judeu <sup>2</sup>	X			X	X						
	JI/EB1 nº 5 <sup>3</sup>	X			X	X						
TÔR	EB1 da Mesquita <sup>4</sup>	X				X						
	EB1 de Tôr	X				X						
	JI Tôr (Ass Social Cultural)	X <sup>5</sup>			X							

De acordo com o actual modelo de gestão da rede pública da educação Pré-escolar e do ensino básico, regulado pelo Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de Maio, nenhum estabelecimento educativo deve ficar isolado, devendo constituir-se agrupamentos que construam percursos educativos integrados, a partir de um projecto educativo comum. Fora destes ficam as escolas de ensino profissional, bem como as instituições do subsistema particular e cooperativo de todos os níveis de ensino. A rede pública dos estabelecimentos de ensino do concelho, acima descritos, encontra-se, assim, organizada em seis agrupamentos verticais<sup>6</sup> e dois agrupamentos horizontais, como se segue:

*Agrupamentos  
(verticais e  
horizontais) de  
escolas*

<sup>1</sup> Aguarda confirmação da atribuição do respectivo estatuto.

<sup>2</sup> Este JI entrou em funcionamento no ano lectivo de 2006/07.

<sup>3</sup> Esta escola entrou em funcionamento no ano lectivo de 2006/07.

<sup>4</sup> Foi suspenso o seu funcionamento em Outubro de 2006.

<sup>5</sup> O JI pertence ao sector público mas funciona em instalações da Associação Sócio-Cultural da Tôr.

<sup>6</sup> Os agrupamentos de escolas dizem-se verticais quando juntam escolas de diferentes graus de ensino. Quando todos os estabelecimentos do agrupamento são do mesmo grau de ensino este toma a designação de horizontal.

## Quadro 83

Composição dos Agrupamentos de Escolas do Concelho (2006/07)

Agrupamentos	Jardins de Infância	1º Ciclo	Jl/EB1	EB 1/2/3	2º/3º Ciclos	Total de Escolas
Agrupamento Vertical da EB I de Salir	2	4	1	1	--	<b>8</b>
Agrupamento Vertical da EB 2/3 Eng. D. Pacheco	--	2	1	--	1	<b>4</b>
Agrupamento Vertical da EB 2/3 S. Pedro Mar	1	2	--	--	1	<b>4</b>
Agrupamento Vertical da EB 2/3 A. S. Agostinho	2	6	--	--	1	<b>9</b>
Agrupamento Vertical da EB I Prof. A. C. Silva	1	1	2	1	--	<b>5</b>
Agrupamento Horizontal da EB1 Mãe Soberana	1	1	1	--	--	<b>3</b>
Agrupamento Horizontal da EB1 n.º 4 de Loulé	2	9	1	--	--	<b>12</b>
Agrupamento Horizontal da EB1 D. F. Aragão	2	1	1	--	--	<b>2</b>
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>26</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>47</b>

Três agrupamentos Verticais (Eng.º Duarte Pacheco, S. Pedro do Mar e Dr. António Sousa Agostinho) e um horizontal (Mãe Soberana, de Loulé) coincidem totalmente com a área da freguesia em que a sua sede está instalada.

*Composição dos agrupamentos de escolas*

O Agrupamento Vertical da EBI de Salir inclui também as Escola Básica do 1º Ciclo de Alte, Escola Básica do 1º Ciclo do Ameixial, Jl/Escola Básica do 1º Ciclo de Benafim e Jardim-de-Infância e Escola Básica do 1º Ciclo da Tôr.

O Agrupamento Horizontal da EB1 nº 4 de Loulé, com sede na freguesia de São Clemente, inclui a EB1 de Querença.

O Agrupamento Vertical da EBI Prof. Aníbal Cavaco Silva (Boliquireime) inclui o Jl/EB1 de Vale Judeu, com sede na freguesia de São Sebastião.

Não se encontram incluídos em qualquer agrupamento os seguintes estabelecimentos de ensino: Escola Básica do 2º e 3º Ciclos Padre João Coelho Cabanita, em Loulé; Escola Básica do 2º e 3º Ciclos D. Dinis, em Quarteira; Escola Secundária/3 Dr.ª Laura Ayres, em Quarteira; e a Escola Secundária de Loulé.

Terminada que está a análise da oferta educativa, ao nível da educação Pré-escolar e do ensino básico e secundário, importa agora focalizar o ensino profissional e tecnológico.

*Ensino profissional e tecnológico*

A oferta, ao nível deste subsistema de ensino, conta com uma sucinta referência às instituições que o promovem e respectivos cursos já que, quando tratado ao nível da procura, foi feita a sua caracterização e referida a sua importância no contexto do sistema educativo. Assim, esta oferta de cursos é assegurada pela Escola Profissional Cândido Guerreiro, em Alte; pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional; e pelas Escola Secundária de Loulé e Escola Secundária/3 Dra. Laura Ayres, em Quarteira. Com o Quadro 84 pretende-se sintetizar a oferta de cursos profissionais disponíveis a partir de 2004/05 bem como apontar as profissões que carecem de trabalhadores qualificados, o que justifica uma análise mais cuidada por parte das entidades formadoras, com vista à criação de novas ofertas.

## Quadro 84

## Síntese de Acções de Formação Profissional no Concelho

	Loulé	Quarteira
Drealg Ensino Secundário (2004/2005)	Electrotecnia e Electronica, Informática, Multimedia, Administração, Comunicação	Informática, Acção Social, Desporto, Administração
Drealg Ensino Secundário (2005/2006)	Electrotecnia e Electrónica, Informática, Ordenamento do Território, Multimédia, Administração	Informática, Administração, Acção Social, Desporto
Drealg Ensino Secundário (2004/2005) (Cursos Profissionalizantes)	Electricista, Mecânica, Técnico de Frio e Climatização	
Drealg Cursos de Educação Formação(2004/2005)	Operador de Mecânica Auto,	Empregado de Mesa
Drealg Cursos de Educação Formação(2005/2006)	Empregado Bar, Jardinagem, Mecânica-auto	Jardinagem, Electricidade, Emp. Mesa
Esc. Profissionais (2004/07)	Técnico de Serviços Comerciais, Técnico de Turismo/Profissionais de Informação e Animação Turística, Desenhador Projectista, Técnico de Comércio e Técnico de Turismo e Ambiente Rural	
Esc. Profissionais (2005/08) - previsão de candidaturas	Desenhador Projectista, Técnico de Design, Técnico de Turismo Ambiental e Rural, Técnico de Controlo de Qualidade Alimentar, Técnico de Informática Fundamental	
Aprendizagem -IEFP (início 2004/05) (início 2003/04)	Técnico de Secretariado, Técnico de Informática, Técnico de Contabilidade Recepcionista de Hotel, Técnico de Qualidade	
Aprendizagem -IEFP (2005/06)	Técnico de Construção Civil, Técnico de Electricidade Edificações	
Principais Profissões com Ofertas de Emprego não Satisfeitas (Jan.04 a Jan.05)-IEFP	Empregado de Mesa, Escriturário, Cozinheiro, Caixeiro, Aux de Limpeza (Servente de Limpeza), Ajudante de Cozinha, Empregado de Balcão, Técnico de Vendas, Copeiro, Fiel de Armazém, Motorista de Veículo Pesados - Mercadorias, Jardineiro, Recepcionista de Hotel, Técnico de Manutenção, Electricista - Montagem de Instalações de Baixa Tensão	

Fonte: DREALg 2006

#### 4.2.2 ENSINO RECORRENTE E EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR

O Ensino Recorrente e a Educação Extra-Escolar destinam-se, prioritariamente, a indivíduos cuja idade os coloca fora da frequência do ensino regular.

O Ensino Recorrente visa, no 1º Ciclo do Ensino Básico, a erradicação do analfabetismo e nos 2º e 3º Ciclos o prosseguimento de estudos ou o

*Combate ao  
analfabetismo*

desenvolvimento de algumas competências profissionais.

No que toca às actividades na área da Educação de Adultos, estas continuam a ser promovidas pela Direcção Regional de Educação do Algarve e apoiadas pela Câmara Municipal, através da celebração de protocolos. A Coordenação Concelhia tem vindo a promover a oferta de diversos cursos (veja-se Quadro 85):

Quadro 85

Cursos dos 1º e 2º Ciclos do Ensino Recorrente e de Alfabetização

CURSOS		
1º Ciclo do Ensino Recorrente	2º Ciclo do Ensino Recorrente	Alfabetização
Em regime Diurno e Nocturno	Inglês	Artes Decorativas
	Português	Informática
	Formação Cívica/Diurno	Português 2ª Língua
	F. Complementar/Nocturno	Bordados (Diurno e Nocturno)
	Matemática	Arraiolos
		Pintura a Óleo

Fonte: Coordenação Concelhia de Loulé, 2005

#### 4.2.3 EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO DE ADULTOS E APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

A sociedade de informação e conhecimento e o surgimento das novas tecnologias de informação e comunicação geraram novas dinâmicas sociais que impõem novos desafios à população, nomeadamente na necessidade de escolarização e qualificação profissional.

Neste contexto, surgem os cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), regulamentados pelo Despacho Conjunto nº 1083/2000, de 20 de Novembro, que se destinam a adultos que não possuam a escolaridade básica, ou que não detenham qualificação profissional adequada e cuja idade seja igual ou superior a 18 anos, à data do início da formação. Para a frequência destes cursos é dada prioridade aos indivíduos desempregados, inscritos no Centro de Emprego; aos que sejam indicados por entidades ou projectos (Rendimento de Inserção Social); e, ainda, aos empregados, no activo, que apresentem baixa escolarização e insuficiente qualificação profissional.

O modelo preconizado para os cursos de EFA assenta em quatro eixos na operacionalização de um processo de reconhecimento e validação de:

*Cursos EFA*

competências (RVC); num modelo de formação organizado em módulos de competências; na combinação da formação base (FB) e da formação profissionalizante (FP); e no módulo “Aprender com Autonomia”, que se baseia numa prática de autoformação reflexão sobre a acção.

Promovidos por diversas entidades, mas sempre com o apoio técnico-pedagógico da Coordenação Concelhia do Ensino Recorrente e da Educação Extra-Escolar, são oferecidos diferentes cursos nas seguintes áreas profissionais: Jardinagem e Espaços Verdes; Práticas Administrativas; Instalação e Reparação de Computadores; Instalação e Operação de Sistemas Informáticos; Técnicas Comerciais; Serviço de Andares; Acção Educativa; Práticas Técnico-Comerciais; Logística e Armazenagem

*Oferta de cursos  
EFA nas diferentes  
áreas profissionais*

Subjacente aos cursos de EFA reside a ideia de educação/formação ao longo da vida, assumida como um processo permanente de aprendizagem, significa que a formação nunca está terminada, que a aprendizagem é co-extensiva da vida das pessoas e da actividade dos grupos e das sociedades. Significa, para além disso, que as instituições formativas não se reduzem à escola, instituição formativa por excelência, sim, mas em parceria com outras agências de educação, formação e socialização.

*Aprendizagem ao  
Longo da Vida*

Nesta linha de orientação, o Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências traduz-se num processo que permite, a qualquer indivíduo com mais de 18 anos e que não tenha concluído os 4º, 6º ou 9º anos de escolaridade, identificar, validar e certificar as competências que foi adquirindo ao longo da vida, mediante a apresentação de resultados da sua experiência (de vida, de trabalho e resultante de formações não certificadas). No final do processo os indivíduos receberão um certificado escolar passado pelo Ministério da Educação.

Os Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC) são, por isso, entidades que desempenham um papel de inquestionável importância uma vez que integram, na avaliação e dos formandos, as suas experiências de vida e profissional, certificando as verdadeiras competências demonstradas e não o currículo formal que, na maioria dos casos, pouco representa para o desempenho profissional.

*CRVCC's*

Estes Centros foram criados pelo Ministério da Educação, ao abrigo do Despacho conjunto nº 919-A/2001, de 8 de Outubro. A rede nacional de CRVCC conta, no concelho, com duas entidades certificadas: o Instituto de Emprego e Formação Profissional – Centro de Emprego de Loulé, a Associação “In Loco” que, apesar de ter a sua sede em Salir, desenvolve esta actividade fora do concelho, e o NERA.

#### 4.2.4 CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA DOS EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS

Após um primeiro olhar sobre o número de estabelecimentos educativos sedeados no concelho, impõe-se, agora, um diagnóstico das condições físicas dos estabelecimentos públicos. Deste modo, mais do que proceder a uma análise exaustiva de uma gama de indicadores relativos à existência/ausência de um conjunto diversificado de espaços, infra-estruturas, equipamentos e materiais didáticos, cruzando-a com a informação recolhida junto dos estabelecimentos de ensino, optou-se por referir apenas os elementos de leitura mais significativos.

Assim, no que concerne à localização dos estabelecimentos de educação Pré-escolar do sector público, constata-se que, dos actuais 15, 10 estão integrados em escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e 5 se encontram isolados.

*Caracterização das  
instalações dos  
Jardins-de-infância*

No que respeita às suas instalações, pode observar-se no Quadro 86 que existem, ao nível das infra-estruturas básicas, algumas lacunas por colmatar. Quanto ao saneamento básico, quatro destes estabelecimentos são abastecidos por água de cisterna e em cinco não existe ligação à rede de esgotos.

Prosseguindo a leitura do mesmo quadro verifica-se que, em mais de metade destes estabelecimentos de ensino Pré-escolar, ainda não é observada a supressão de barreiras arquitectónicas. Todos os estabelecimentos têm recreio ao ar livre, sendo que apenas cinco deles possuem recreios cobertos. No que concerne a instalações desportivas somente cinco dos estabelecimentos estão equipados com tais valências.

Existem equipamentos de cozinha em oito dos estabelecimentos. Nos

restantes, as refeições são fornecidas por entidades exteriores e apenas um dos estabelecimentos não fornece refeições às crianças.

Quadro 86

Caracterização das Instalações dos Estabelecimentos de Educação Pré-escolar<sup>1</sup>

Escola	Tipo de projecto	Tipo de estabel.	Nº de salas	Capacidade	Infraestruturas Básicas (Redes)					Espaços Exteriores		Espaços de Apoio			
					Água	Trat. Esgot.	Elect.	Gás	Supres. Barreiras Arqu.	Recreio Coberto	Recreio Ar Livre	Instalaç. Desport.	Alimentação		Conf. Externa
Jl nº 1 Loulé	Pré-fabricado	Jl	3	45	REDE	REDE	TEM	N/TEM	N/TEM	N/TEM	TEM	N/TEM	N/TEM	N/TEM	N/TEM
Jl nº 3 Loulé	PC	Jl em EB1	1	25	REDE	REDE	TEM	TEM	N/TEM	TEM	TEM	N/TEM	N/TEM	N/TEM	TEM
Jl Gilvrazino	PCU-3	Jl em EB1	1	25	CISTERNA	FOSSA	TEM	N/TEM	N/TEM	N/TEM	TEM	N/TEM	TEM	N/TEM	TEM
Jl Benfarras	PCU	Jl em EB1	1	25	REDE	FOSSA	TEM	TEM	TEM	N/TEM	TEM	TEM	TEM	TEM	TEM
Jl Vale Silves	Indefinido	Jl	1	25	CISTERNA	FOSSA	TEM	TEM	N/TEM	N/TEM	TEM	TEM	TEM	TEM	N/TEM
Jl Mira Serra	Indefinido	Jl	4	100	REDE	REDE	TEM	TEM	TEM	N/TEM	TEM	N/TEM	TEM	TEM	N/TEM
Jl nº 1 Quarteira	P3	Jl em EB1	2	50	REDE	REDE	TEM	TEM	TEM	TEM	TEM	TEM	TEM	TEM	N/TEM
Jl S. João Venda	PCU	Jl	2	50	CISTERNA	FOSSA	TEM	N/TEM	N/TEM	TEM	TEM	N/TEM	TEM	N/TEM	TEM
Jl Salir	Instalações Cedidas	Centro Comunitário	1	25	REDE	REDE	TEM	TEM	TEM	N/TEM	TEM	N/TEM	TEM	TEM	N/TEM
Jl Benafim	Raul Lino	Jl em EB1	1	25	REDE	REDE	TEM	N/TEM	N/TEM	TEM	TEM	TEM	RA	N/TEM	TEM
Jl nº 3 Quarteira	Indefinido	Jl	4	100	REDE	REDE	TEM	TEM	N/TEM	TEM	TEM	TEM	TEM	TEM	TEM
Jl Tôr	Instalações Cedidas	Centro Comunitário	1	25	REDE	REDE	TEM	TEM	TEM	N/TEM	TEM	N/TEM	TEM	TEM	N/TEM
Jl Patá	PCR	Jl	1	25	CISTERNA	FOSSA	TEM	N/TEM	N/TEM	TEM	TEM	TEM	TEM	N/TEM	TEM
Jl Almarcil	Indefinido	Jl	4	100	REDE	REDE	TEM	TEM	TEM	TEM	TEM	TEM	TEM	TEM	N/TEM

No que se refere às 30 escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico do sector público, estas encontram-se localizadas na totalidade das freguesias do concelho, apresentando, algumas delas, como de seguida se referirá, certas insuficiências inerentes à sua própria localização e ano de construção.

Relativamente ao tipo de construção e/ou projecto verifica-se que existem 7 Edifícios Centenários, cuja construção teve lugar entre finais da década de 50 e princípio da de 60; 10 Edifícios Plano Centenário Rural; 5 Edifícios Plano Centenário Urbano; 2 Edifícios P3, cuja implementação se deu sobretudo nas décadas de 70 e 80; 3 edifícios de projecto Indefinido; 3 edifícios que são arquitectura de autor. No que concerne às áreas de ocupação do edificado e às dos logradouros dos diferentes estabelecimentos de ensino não foi possível obter dados actualizados.

De acordo com o Quadro 87 pode observar-se que, no que respeita às infra-estruturas de saneamento básico, e à semelhança do que se disse para os estabelecimentos de ensino Pré-escolar, algumas escolas não se encontram ainda ligadas à rede pública, sendo a água que utilizam

*Caracterização das instalações das escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico*

<sup>1</sup> Não foram considerados, nesta caracterização, os Jardins-de-infância de Vale Judeu e nº 5 de Loulé por terem entrado em rede no ano lectivo de 2006/07 e não terem sido disponibilizados os respectivos dados. No que se refere ao Jl da Patá o edifício foi adaptado para este fim a partir do da Escola Básica do 1º Ciclo existente.

proveniente de cisternas e o tratamento de águas residuais feito por meio de sistemas autónomos.

Também as escolas de construção mais antiga não se encontram preparadas com supressão de barreiras arquitectónicas, necessidade observada apenas nas mais recentes ou nas que tenham sofrido obras de melhoramento há relativamente pouco tempo.

Todas possuem recreios ao ar livre que, em muitas delas, se apresentam como espaços amplos e agradáveis, mas recreio coberto existe apenas em algumas. Já no que se refere a Instalações Desportivas, apenas 12 escolas não possuem esse tipo de valência. Algumas destas instalações encontram-se disponíveis para utilização por parte da comunidade, em geral, e dos clubes, em particular, em parceria com a autarquia, dando consistência e concretizando a ideia de Território Educativo que adiante se irá propor.

*Instalações  
desportivas*

Quanto à existência de Bibliotecas Escolares, diga-se que alguns dos estabelecimentos de ensino não possui instalações próprias para tal, existindo, contudo, no ano lectivo em análise, já cinco que integram a Rede Nacional de Bibliotecas Escolares, de acordo com os protocolos assinados entre a Autarquia e a Direcção Regional de Educação. Estas bibliotecas funcionam nas escolas sede de agrupamentos escolares, constituindo-se, em simultâneo, como centros de recursos. Estes espaços, pela sua polivalência, têm-se vindo a revelar como fortes geradores de uma multiplicidade de actividades e projectos que irradiam dinamismo para as escolas integrantes de cada um desses agrupamentos.

*Bibliotecas  
escolares*

*Centros de  
recursos*

Finalmente, todas as escolas fornecem refeições aos alunos, sendo que apenas seis têm confecção própria enquanto nas outras a alimentação é fornecida por entidades exteriores.

A avaliação dos espaços, infra-estruturas e equipamentos, de acordo com o estado geral de conservação considera-se como bom ou razoável.

*Estado de  
conservação*

Todavia, saliente-se o facto de que se observa, na generalidade das escolas, um reduzido número, quando não existência, de espaços e infra-estruturas como por exemplo “ludotecas”, “ateliers de expressões”, “salas de informática”, “gabinetes médicos”, “salas de professores”, “gabinetes de direcção”, “cozinha”, entre outros.

É também sabido que a segurança nos estabelecimentos escolares deve constituir-se como uma preocupação nuclear de toda a comunidade em que os mesmos se encontram inseridos. É cada vez mais importante caminhar no sentido da construção de uma “cultura de segurança”, aliando a uma boa informação o desenvolvimento de acções preventivas, fomentando a interiorização de comportamentos e procedimentos. Para tal, deve existir uma colaboração estreita entre a Divisão de Educação e a Divisão de Protecção Civil da Câmara Municipal, com vista à preparação e elaboração dos Planos de Emergência.

*Condições de  
segurança*

Não se tendo obtido informação suficiente relativamente às condições de segurança existentes, optou-se por incluir neste ponto uma referência ao parâmetro da segurança por uma questão de coerência relativamente aos indicadores anteriormente referidos para a caracterização do parque escolar.

Se é certo que todos os estabelecimentos escolares dos 2º, 3º ciclos e secundário têm de, obrigatoriamente, organizar o Plano de Emergência Interno, no que respeita aos estabelecimentos de Educação Pré-escolar e aos do 1º Ciclo do Ensino Básico tal responsabilidade recai sobre a autarquia, sendo claro a existência de um défice no que concerne a medidas de segurança, pelo que urge inverter tal situação.

Quadro 87

Caracterização das Instalações dos Estabelecimentos do 1º Ciclo do Ensino Básico

Escola	Tipo de Projecto	Nº de Salas	Capacidade	Infraestruturas Básicas (Redes)					Espaços Exteriores			Espaços de Apoio			
				Água	Trat. Esgotos	Elect.	Gás	Supres. Barreiras Arquít.	Recreio Coberto	Recreio Ar Livre	Instal. Desport.	Biblioteca	Alimentação		
											Refeitório	Cozinha	Conf. Externa		
EB1 Almancil	P3	6	150	REDE	REDE	X	X		X	X	X	RNBE	X	X	X
EB1 Calicos	PC	2	50	CISTERNA	FOSSA	X	X	X	X	X		PB	X		X
EB1 Escanxinas	PCR	2	50	REDE	REDE	X	X		X	X		PB			X
EB1 S. João da Venda	PCU-3	4	100	CISTERNA	FOSSA	X						PB	X		X
EB1 S. Lourenço	PC	3	75	CISTERNA	FOSSA	X			X	X	X		X		X
EB1 Vale de Éguas	PCR	2	50	REDE	FOSSA	X			X	X		PB			X
EB1 Benfarras	PCU-3	3*	75	REDE	FOSSA	X	X		X	X	X	PB	X	X	X
EB1 Patã	PCR	2	50	CISTERNA	FOSSA	X	TERMOACUMULADOR		X	X	X	PB	X		X
EB1 Vale Judeu	PC	2	50	CISTERNA	FOSSA	X	X		X	X	X	PB			X
EB1 Vale Silves	PC	2	50	CISTERNA	FOSSA	X	X		X	X	X	PB	RA	X	
EB1 Poço da Amoreira	PC	1	25	REDE	FOSSA	X			X	X		PB			X
EB1 Estação	INDEFINIDO	2	50	CISTERNA	FOSSA	X			X	X	X	PB			X
EB1 Gilvrazino	PCU-3	2*	50	CISTERNA	FOSSA	X			X	X		PB	X		X
EB1 Mãe Soberana	PCU-3	8	200	REDE	REDE	X	TERMOACUMULADOR		X	X	X	RNBE	X		X
EB1 nº2 Loulé	RAUL LINO	3	75	REDE	REDE	X			X	X		PB			X
EB1 nº3 Loulé	PC	4	100	REDE	REDE	X	X		X	X	X	PB		X	X
EB1 nº4 Loulé	INDEFINIDO	5	125	REDE	REDE	X	X	X	X	X	X	RNBE			X
EB1 Areatro	PCR-3	2	50	REDE	REDE	X			X	X			X		X
EB1 Alfarrôbeira	PCR-3	1	25	CISTERNA	FOSSA	X			X	X			X		X
EB1 Goldra	PCR	1	25	CISTERNA	FOSSA	X	TERMOACUMULADOR		X	X			X		X
EB1 Clareanes	PCR-3	2	100	CISTERNA	FOSSA	X			X	X			X		X
EB1 Poço Novo	PCR	2	50	REDE	FOSSA	X			X	X					X
EB1 Querença	PCR	2	50	REDE	REDE	X			X	X	X				X
EB1 D. Francisca de Aragão	P3	14	350	REDE	REDE	X	X	X	X	X	X	RNBE	X	X	
EB1 Fonte Santa	PCR	2	50	REDE	FOSSA	X	X		X	X	X		X	X	
EB1 nº2 Quarteira	INDEFINIDO	9	450	REDE	REDE	X			X	X	X	RNBE			X
EB1 Mesquita	PCR	1	25	CISTERNA	FOSSA	X			X	X				X	X
EB1 Cortelha	PCR	1	25	CISTERNA	FOSSA	X	X		X	X		RA			X
EB1 Freixo Seco de Cima	PCR	1	25	CISTERNA	FOSSA	X			X	X	X		RA		X
EB1 Alte	PC	4	100	REDE	REDE	X			X	X	X				X
EB1 Ameixial	ADÃO BERMUDEZ	1	25	REDE	REDE	X			X	X	X		RA		X
EB1 Benafim Grande	RAUL LINO	1*	25	REDE	REDE	X			X	X	X		RA		X
EB1 Stª. Margarida	PCR-3	1	25	REDE	REDE	X	X		X	X	X		RA		X
EB1 Azinhal	PCR	1	25	CISTERNA	FOSSA	X	X		X	X	X		RA		X
EB1 Tór	PCU-3	2	50	REDE	REDE	X			X	TEM	X				X

\* Nesta Escola existe mais uma sala com Jardim de Infância

PB - Pequena Biblioteca sem espaço próprio  
RNBE - Rede Nacional de Bibliotecas Escolares  
RA - Refeitório Adaptado

No Quadro 88 apresenta-se a realidade física dos estabelecimentos de ensino em que funcionam as Escolas Básicas Integradas, as Escolas Básicas de 2º e 3º Ciclos e as Secundárias do concelho, havendo pouco a salientar, uma vez que desde as infra-estruturas básicas, aos espaços de recreio, passando pelas instalações desportivas, todos possuem as condições necessárias e essenciais a um bom funcionamento e ao bem-estar dos alunos. De referir, também, que todos dispõem de refeitório e cozinha e apenas dois não apresentam supressão de barreiras arquitectónicas.

*Caracterização das instalações das escolas dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário*

Quadro 88

Caracterização das Instalações das E.B.I., E.B. 2/3 e Secundárias<sup>1</sup>

Escola	Nº de salas	Capacidade	Infraestruturas Básicas (Redes)					Espaços Exteriores			Espaços de Apoio			
			Água	Trat. Esgotos	Elect.	Gás	Supres. Barreiras Arquít.	Recreio Coberto	Recreio Ar Livre	Instalaç. Gimnodesp.	Alimentação			
											Refeitório	Cozinha	Conf. Externa	
EB1 Salir	16	400	REDE	REDE	X	X		X	X	X	X	X	X	
EB1 Prof. Anibal Cavaco Silva	19	475	REDE	REDE	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
EB 2/3 Engº Duarte Pacheco	25	700	REDE	REDE	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
EB 2/3 Dr. António Agostinho	34	850	REDE	REDE	X	X		X	X	X	X	X	X	
EB 2/3 D. Dinis	22	550	REDE	REDE	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
EB 2/3 S. Pedro do Mar	19	475	REDE	REDE	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
EB 2/3 Padre Cabanita	30	750	REDE	REDE	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Escola Secundária Drª Laura Ayres	47	1175	REDE	REDE	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Escola Secundária de Loulé	60	1500	REDE	REDE	X	X	X	X	X	X	X	X	X	

<sup>1</sup> Dados disponibilizados pelos estabelecimentos de ensino.

No que concerne às taxas de ocupação dos estabelecimentos públicos de educação Pré-escolar, o Quadro 89 permite uma leitura transversal da ocupação dos Jardins-de-infância públicos existentes. Numa primeira análise constata-se, de imediato, que a capacidade instalada se encontra totalmente coberta, não se verificando a existência de sobreocupação. Apenas num estabelecimento se verifica a taxa de ocupação inferior a 100% (Tôr). Refira-se, por último, que sempre que existam crianças portadoras de deficiência, tal facto obriga a uma diminuição do seu número por sala, o que pode originar uma aparente sub-ocupação.

*Taxas de ocupação dos estabelecimentos de educação Pré-escolar*

Quadro 89

Taxas de Ocupação<sup>1</sup> e Capacidade nos Jardins-de-Infância da Rede Pública (2000/01 a 2004/05)<sup>2</sup>

Freg	Jard Infan	Capacidade	2000/2001		2001/2002		2002/2003		2003/2004		2004/2005	
			Alunos	TO(%)								
Almancil	S J V	50	50	100	50	100	50	100	50	100	50	100
	Jl Alm	100	--	--	--	--	--	--	--	--	90	100
Benafim	Jl Ben	25	9	a)	20	100	21	100	24	100	25	100
	Benfa	25	25	100	25	100	25	100	25	100	25	100
Boliquiteime	V Silv	25	25	100	24	96	25	100	25	100	25	100
	Jl nº 1	50	50	100	50	100	48	96	50	100	50	100
Quarteira	Jl nº 3	100	--	--	--	--	97	100	97	100	97	100
	Salir	Jl Sal	25	25	100	25	100	25	100	25	100	25
São Clemente	Jl 1 L	75	75	100	75	100	75	100	75	100	75	100
	Jl 3 L	25	25	100	25	100	25	100	25	100	25	100
São Sebastião	Mira Serra	50	50	100	50	100						
	Gilvra	100					95	100	95	100	95	100
Tôr	Gilvra	25	25	100	25	100	25	100	25	100	25	100
	Jl Tôr	25	20	80	20	80	20	80	20	80	20	80

Fonte: Inquérito às escolas

Passando à análise da realidade observada nos estabelecimentos do 1º Ciclo do Ensino Básico, do sector público, e remetendo para o Quadro 90, este permite tecer alguns considerandos sobre quer a sua taxa de ocupação, quer sobre o seu regime de funcionamento.

*Taxas de ocupação dos estabelecimentos do 1º Ciclo do Ensino Básico*

A primeira evidência que ressalta da leitura do referido quadro, prende-se com o facto de que todos os estabelecimentos de ensino cuja taxa de ocupação se apresenta superior a 100%, esta corresponde, directamente, ao regime de funcionamento por desdobramento vigente nesse estabelecimento. Esta situação revela-se perturbadora ao natural do

<sup>1</sup> A Taxa de Ocupação corresponde à relação entre a população em frequência escolar e a capacidade física do estabelecimento (nº de salas x limite máximo regulamentar para o Pré-escolar – 25 alunos por sala – de acordo com o artigo 10º do Decreto-Lei nº 147/97, de 11 de Junho).

<sup>2</sup> Dados disponibilizados pelos estabelecimentos de ensino.

funcionamento das escolas, sobretudo ao nível da gestão das actividades de enriquecimento curricular. Por outro lado, e não menos despiciente, resulta como indispensável a necessidade de corresponder ao excesso de procura existente com o aumento de número de salas em várias freguesias, particularmente as de S. Clemente (EB1 nº 2, nº 3 e nº 4), Quarteira (EB1 nº 1 e nº 2) e Almancil (EB1 de Almancil e Escanchinas). No que respeita à EB1 da Mãe Soberana, freguesia de São Sebastião, deixou de se verificar o regime de funcionamento por desdobramento face à entrada em rede da EB1 nº 5 de Loulé.

Por oposição à realidade atrás descrita, todas as restantes unidades educativas funcionam em regime normal, sendo a sua taxa de ocupação variável entre um mínimo de 21% (Poço Novo) e os 112%, em Vale Judeu.

Do ponto de vista do todo concelhio, a taxa média de ocupação verificada ao nível do 1º Ciclo do Ensino Básico (111%) permite duas conclusões: por um lado, a existência de uma subocupação em algumas escolas unitárias; por outro, que vários estabelecimentos de média e grande dimensão funcionam em regime de desdobramento, colocando o concelho em situação de défice em termos de oferta actual de equipamentos educativos para este ciclo.

Em termos da evolução dos últimos cinco anos, não obstante a mesma apresentar ténues variações, para mais, ao longo dos quatro primeiros anos (entre 107% e 110%), a taxa verificada no último ano em análise sofre um acréscimo considerável (121%).

Em conclusão, e na sequência dos argumentos acima expostos, reforça-se a ideia de, para que se alcance uma situação desejável de funcionamento, em regime normal, de todos os estabelecimentos do 1º Ciclo do Ensino Básico, se torna essencial definir um conjunto de prioridades estratégicas. Por um lado, que a possibilidade de encerramento de algumas unidades educativas, seja implementada de forma faseada e sustentada garantido, ao mesmo tempo, que as transferências decorrentes dessa decisão de encerramento assegurem, efectivamente, uma melhoria real das condições de frequência e vivência dos alunos, dos docentes e não docentes. Por outro, que em caso algum se omita a imperiosa necessidade de construir outras unidades educativas e redimensionar/requalificar outras

das existentes com vista à modernização e aumento das potencialidades de cada um desses espaços escolares. Qualquer uma destas situações identificadas virá a ser aprofundada no capítulo referente às Propostas.

## Quadro 90

Taxas de Ocupação e Capacidade das Escolas do 1º Ciclo da Rede Pública (2000/01 a 2004/05)

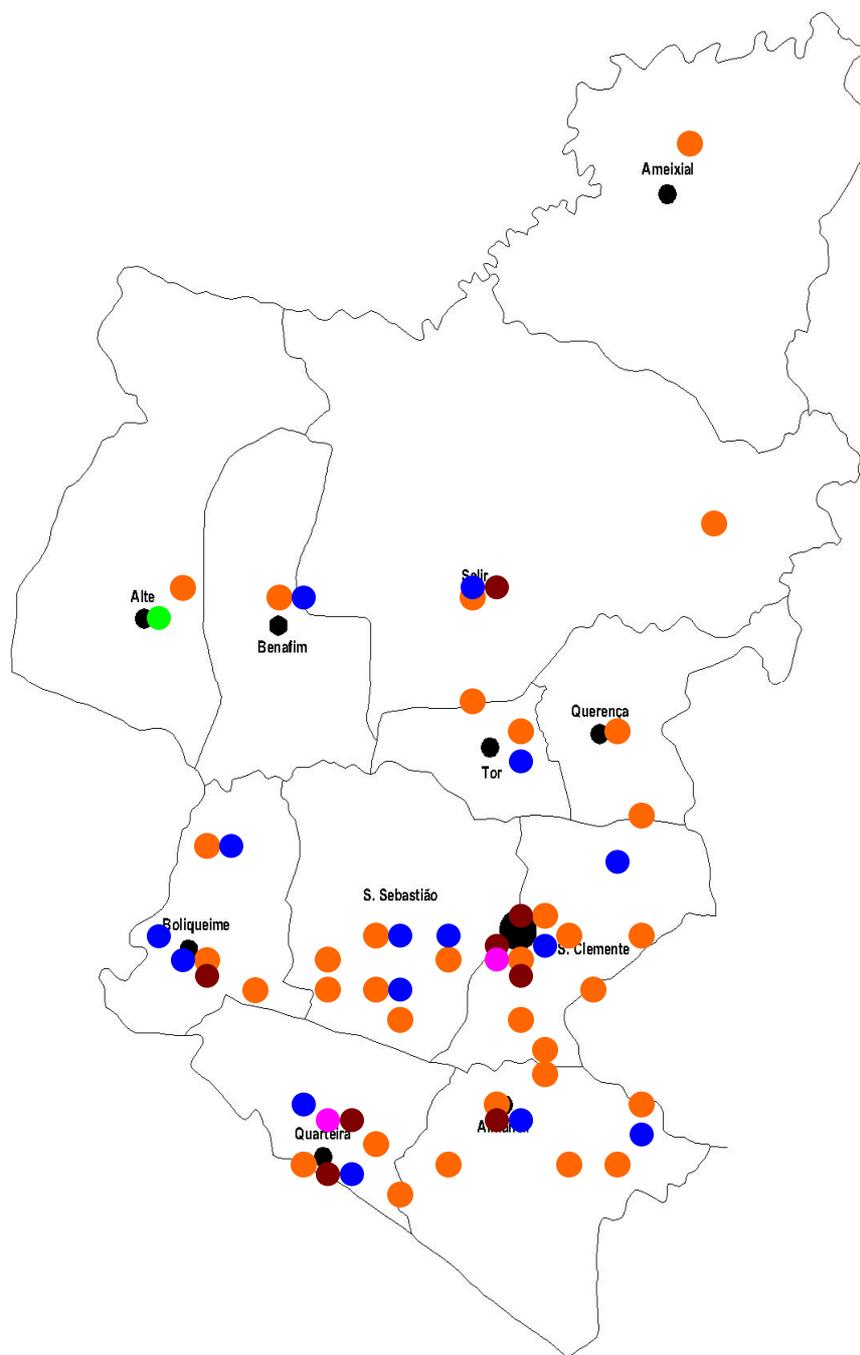
Freguesia	Escolas 1º Ciclo	Capacidade	2000/2001		2001/2002		2002/2003		2003/2004		2004/2005		TO(%) Média
			Alunos	TO(%)									
Almancil	S João Venda	100	71	71	72	72	79	79	65	65	53	53	68
	S Lourenço	75	47	63	42	56	38	51	42	56	47	63	58
	Caliços	50	30	60	23	46	26	52	28	56	31	62	55
	Almancil	150	231	154	239	160	240	160	254	170	266	177	164
	Vale Éguas	50	37	74	30	60	30	60	36	72	46	92	72
Alte	Escanxinas	50	81	162	80	160	79	158	71	142	73	146	154
	Alte	100	32	32	28	28	28	28	25	25	29	29	28
Alte	Stª Margarida	25	12	48	14	56	9	36	7	28	9	36	41
	Azinhal	25	12	48	9	36	12	48	9	36	9	36	41
Am	Ameixial	25	13	52	12	48	12	48	9	36	11	44	46
Ben	Benafim	25	12	48	9	36	10	40	19	76	19	76	55
Boiqueim	Benfarras	75	48	64	49	65	47	63	52	70	72	96	72
	Patã	50	18	36	14	28	16	32	13	26	16	32	31
	A C Silva	100	110	110	111	111	94	94	96	96	110	110	104
	Vale Silves	50	40	80	47	94	48	96	52	104	62	124	100
Qua	D Fr Arag	350	602	172	582	166	623	178	580	166	605	173	171
	Fonte Stª	50	34	68	36	72	35	70	36	72	45	90	74
	Nº 2 Qua	225	372	165	398	177	380	169	391	174	472	209	179
Qu	Querença	50	7	14	8	16	8	16	11	22	12	24	18
Salir	Cortelha	25	13	52	9	36	6	24	7	28	8	32	34
	EB1 Salir	50	53	106	58	116	62	124	60	120	50	100	113
	Freixo Seco	25	12	48	10	40	10	40	13	52	16	64	49
S. Clemente	Clareanes	50	13	26	10	20	11	22	10	20	14	28	23
	Nº 2 Loulé	75	131	175	136	181	127	169	124	165	132	176	173
	Goldra	25	12	48	14	56	15	60	14	56	15	60	56
	Poço Novo	50	12	24	12	24	11	22	8	16	9	18	21
	Areiro 1	50	17	34	14	28	14	28	16	32	30	60	36
	Areiro 2	25	21	84	20	80	14	56	18	72	19	76	74
	Nº 4 Loulé	125	199	159	198	158	183	146	185	148	193	154	153
	Nº 3 Loulé	100	150	150	150	150	150	150	165	165	168	168	157
Poço Amoreir	25	17	68	15	60	13	52	12	48	14	56	57	
S Sebas	Estação	50	53	106	50	100	54	108	53	106	35	70	98
	Gilvrasino	50	27	54	28	56	33	66	39	78	42	84	68
	Vale Judeu	50	59	118	54	108	53	106	59	118	56	112	112
	Mãe Soberan	200	306	153	277	139	276	138	268	134	289	145	142
To	Mesquita	25	11	44	14	56	10	40	10	40	13	52	46
	Tôr	50	14	28	15	30	14	28	14	28	18	36	30
Concelho		2525	2787	<b>110</b>	2718	<b>108</b>	2714	<b>107</b>	2715	<b>108</b>	3058	<b>121</b>	<b>111</b>

Fonte: Inquérito às Escolas

Por fim, através da Figura 12, procede-se, ainda que de uma forma grosseira, à identificação da localização geográfica, por freguesia, de todos os estabelecimentos públicos de educação e ensino pertencentes à rede educativa, no ano lectivo de 2006/07.

Figura 12

Localização dos Estabelecimentos Públicos de Educação e Ensino do Concelho (2006/07)



- Jardins-de-infância
- Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico
- Escolas dos 2º/3º Ciclos do Ensino Básico
- Escolas Secundárias
- Escola Profissional

### 4.3 DESCRIÇÃO DA ACÇÃO EDUCATIVA LOCAL

Neste ponto far-se-á uma descrição da intervenção da Câmara Municipal em matéria de educação, partindo, em concreto, das competências estabelecidas legalmente. Estas competências referem-se, com particular destaque, à Educação Pré-escolar e ao 1º Ciclo do Ensino Básico, e incidem quer sobre a manutenção do edificado quer sobre o apetrechamento de material didáctico.

As áreas de intervenção educativa, em torno das quais a Câmara Municipal congrega a sua actuação situam-se, maioritariamente, nas seguintes vertentes:

- Acção social escolar e complementos educativos.
- Desenvolvimento de projectos e iniciativas de carácter pedagógico.
- Transportes escolares.

#### 4.3.1 ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR E COMPLEMENTOS EDUCATIVOS

O Decreto-Lei nº 7/2003, no nº 4 do seu art. 12º refere que “a Carta Educativa deve incidir (...) sobre a concretização da Acção Social Escolar no município, nos termos das modalidades estabelecidas na lei e de acordo com as competências dos municípios, do Ministério da Educação e demais entidades”.

A Acção Social Escolar abarca os auxílios económicos, que mais não são do que subsídios destinados a compartilhar nas despesas escolares dos alunos carenciados, concretizando-se em duas modalidades: subsídio para alimentação e subsídio para manuais e material escolar. Em relação a esta última, pode afirmar-se que os valores referentes a cada um dos escalões<sup>1</sup> têm sido anualmente actualizados no valor por aluno.

As normas para atribuição de subsídio utilizadas são emanadas anualmente pelo Ministério da Educação, sendo o seu valor fixado pela própria autarquia. No ano lectivo de 2004/05, os encargos da Câmara

Acção Social  
Escolar

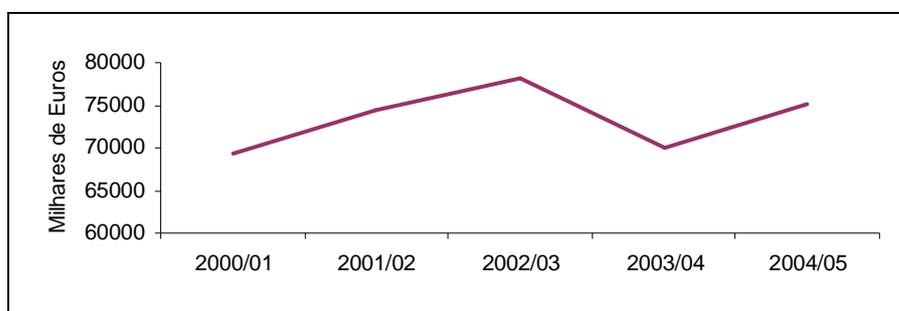
Subsídios para  
manuais e material  
escolar

<sup>1</sup> Os escalões (A e B) para atribuição de subsídios são determinados em função dos rendimentos do agregado familiar.

Municipal com manuais e material escolar sofreram um aumento correspondente a um acréscimo no número de alunos beneficiários do escalão A (Gráfico 17). Da análise deste gráfico conclui-se que apenas no ano lectivo de 2003/04 se verificou um decréscimo nas verbas despendidas com estes encargos assumidos pela autarquia, retomando, de seguida, para um valor próximo ao verificado nos anos anteriores.

Gráfico 17

Evolução dos Encargos da Autarquia com Manuais e outro Material Escolar, de 2000/01 a 2004/05



Fonte: CML, 2006

Seguidamente apresenta-se o Quadro 91 que pretende contabilizar o número de alunos beneficiários, dos escalões A e B, desagregados por freguesia, bem como estabelecer uma comparação percentual. Assim, no ano lectivo em análise, o número de alunos a receberem subsídios (905) comparativamente ao número total de alunos a frequentarem o 1º Ciclo do Ensino Básico no concelho (3276), representa 27,6%. De realçar que são as freguesias de maior interioridade (Ameixial, Alte e Tôr) as que registam os mais altos valores percentuais, afastando-se claramente da média concelhia. Contudo, não pode deixar de ser frisado o facto de que, na realidade, são as freguesias com maior quantitativo de alunos as que apresentam também maior número de alunos carenciados.

*Alunos  
beneficiários dos  
escalões A e B  
desagregados por  
freguesia*

Quadro 91

Número de Alunos Beneficiários de Auxílios Económicos, por Freguesia, no 1º Ciclo do Ensino Básico, 2004/05

Freguesias	Nº de Alunos a frequentar	Escalão A	Escalão B	Total	%
Almancil	589	156	31	187	31,7
Alte	49	19	3	22	44,8
Ameixial	11	4	2	6	54,5
Benafim	19	6	--	6	31,5
Boliqueime	306	40	10	50	16,3
Quarteira	1226	259	54	313	25,5
Querença	12	2	--	2	16,7
Salir	74	21	3	24	32,4
S. Clemente	579	141	20	161	27,8
S. Sebastião	380	110	12	122	32,1
Tôr	31	8	4	12	38,7
<b>Concelho</b>	<b>3276</b>	<b>766</b>	<b>139</b>	<b>905</b>	<b>27,6</b>

Fonte: CML, 2006

No que respeita às refeições servidas nos estabelecimentos de educação Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico<sup>1</sup>, estas são, em alguns casos, confeccionadas nas próprias escolas, e, noutros, fornecidas por entidades externas. Refira-se ainda a situação do apoio alimentar, para alunos carenciados, em escolas que não têm espaço para refeitório nem condições físicas para que tal exista.

*Programa sobre fornecimento de refeições escolares*

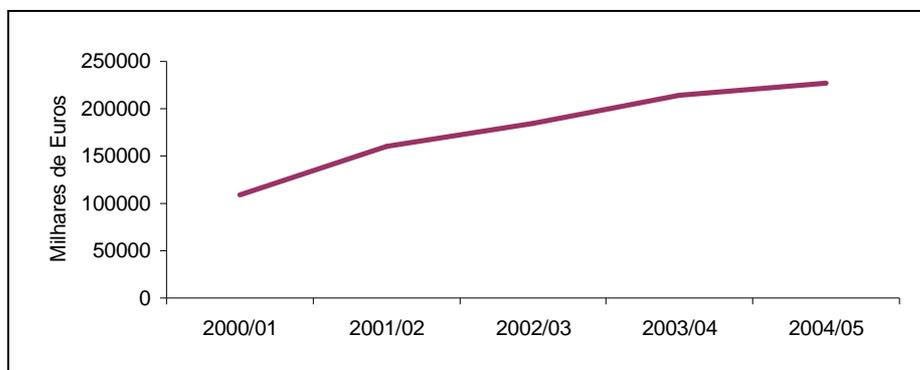
A autarquia despende, actualmente, por dia, para cada aluno carenciado que frequente escolas sem refeitório € 0,45 para apoio alimentar e por cada aluno carenciado que frequente escolas com refeitório € 1,48 para os abrangidos pelo escalão A ou € 0,85 para os abrangidos pelo escalão B, suportando ainda uma comparticipação diária de € 0,22 por aluno utilizador de refeitório, conforme regulamento em vigor.

Da análise do Gráfico 18, infere-se o evidente aumento nos encargos com o serviço de refeições decorrente da inter-relação que se estabelece com o número de alunos abrangidos por este apoio. Não se pode, contudo, deixar de assinalar, ainda, a influência que o aumento da inflação tem nos gastos anuais da autarquia neste sector.

<sup>1</sup> Na sequência do contrato-programa relativo ao financiamento do programa de generalização do fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico celebrado entre a CML e a DREAlg em consonância com o disposto no Despacho nº 22 251/05, de 25 de Outubro.

Gráfico 18

Evolução dos Encargos da Autarquia com o Serviço de Refeições, de 2000/01 a 2004/05



Fonte: CML, 2006

A Câmara Municipal de Loulé assegura também a prática da Educação Física nos estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico pertencentes aos agrupamentos horizontais, a saber: EB1 N° 4, de Loulé; EB1 Mãe Soberana, em Loulé; e EB1 D. Francisco de Aragão, em Quarteira. Neste programa estão envolvidos alguns professores licenciados na área, tendo o município investido € 21600, em 2004/05.

*Educação Física  
no 1º Ciclo do  
Ensino Básico*

No ano lectivo de 2005/06 começou também a ser assegurada a aprendizagem da Língua Inglesa (ao abrigo do Despacho n° 14 753/05<sup>1</sup>, de 5 de Julho) a praticamente todos os alunos a frequentarem os 3º e 4º anos do 1º Ciclo de Ensino Básico, no concelho. Trata-se de “uma oferta extracurricular gratuita, que permite desenvolver competências e fomentar o interesse pela aprendizagem deste idioma ao longo da vida” e integra um conjunto de intenções que se relacionam com o alargamento do horário lectivo nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, integrando as iniciativas de carácter extra-escolar. A frequência é gratuita e decorre semanalmente num tempo lectivo de 135 minutos.

*Ensino da Língua  
Inglesa no 1º Ciclo  
do Ensino  
Básico*

Este novo programa é contratualizado com e financiado pelo Ministério da Educação, permitindo esse protocolo o pagamento a docentes, aquisição de livros e outro material distribuído gratuitamente aos alunos, tendo sido despendido no programa, em 2005/06, cerca de € 47860. As aulas foram leccionadas por seis docentes, licenciados na área do ensino da língua inglesa, recrutados mediante procedimento concursal promovido pela

<sup>1</sup> Diploma já revogado pelo Despacho n.º 12 591/2006, de 16 de Junho.

autarquia para o efeito.

Para além destas intervenções de enriquecimento curricular promove a edibilidade, desde o ano lectivo de 2003/2004, o Projecto Escola Ambiente, no âmbito da educação ambiental, dirigido aos alunos que frequentam os 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico. Às escolas que integram o projecto é sugerido que desenvolvam actividades que tenham por base temas como: Resíduos Sólidos Urbanos; Água; Áreas Naturais do Concelho. Reveste-se este projecto de considerável importância, assumindo-se como um contributo decisivo para criar, nos mais jovens, uma consciência ambiental que os leve a adoptar hábitos de vida mais sustentáveis.

*Projecto Escola  
Ambiente*

Existe também um programa de bolsas de estudo destinadas a alunos do ensino superior. A sua atribuição é da responsabilidade da Fundação António Aleixo, através de comparticipação financeira atribuída pela Câmara Municipal a essa mesma fundação, e destinam-se a estudantes que frequentem tanto o ensino público como o privado, como é o caso do protocolo existente entre a Fundação António Aleixo e o Instituto Universitário D. Afonso III.

*Bolsas de estudo a  
alunos do ensino  
superior*

Muito embora a maior parte das bolsas sejam atribuídas a indivíduos economicamente carenciados, no âmbito da acção social escolar, está também prevista a atribuição de bolsas de estudo por mérito, pretendendo-se, neste caso, não só premiar o mérito, como estimular o empenho e o labor acrescidos dos estudantes, contribuindo para uma maior qualidade da formação.

#### **4.3.2 CARACTERIZAÇÃO DOS TRANSPORTES ESCOLARES**

O Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de Setembro, regulamenta a transferência para os municípios de competências da administração central relativamente aos transportes escolares. Estes são entendidos como o apoio de transporte entre o local de residência e os estabelecimentos de ensino, serviço esse destinado a alunos que frequentam os 1º, 2º, 3º ciclos quando residam a mais de 3km ou 4km desses mesmos estabelecimentos de ensino, respectivamente com e sem refeitório. Este serviço não abrange os alunos que frequentam os cursos nocturnos, a menos que estes tenham

*Alunos abrangidos  
pelos transportes  
escolares*

sido deslocados de cursos diurnos (n.ºs. 1 e 2 do Artigo 2º do Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de Setembro).

O transporte escolar é gratuito para os alunos a frequentarem a escolaridade básica obrigatória, suportando a autarquia o custo respectivo. Apesar do ensino Pré-escolar não se encontrar abrangido nos transportes escolares (Decreto-Lei n.º 15 459/2001, 2ª Série, Artigo n.º 7 – Anexo III) a autarquia decidiu, numa medida de apoio a este nível de educação, ajudar as famílias que não têm possibilidades de transportar as suas crianças aos Jardins-de-infância.

Também no que concerne aos alunos do ensino secundário o custo do bilhete ou passe é totalmente suportado pela autarquia. O processo de acesso ao transporte escolar, por parte dos alunos, é uma competência da autarquia que, através de protocolos, delega nas direcções executivas dos agrupamentos e das escolas secundárias a atribuição desses subsídios.

É ainda da responsabilidade da autarquia a elaboração do mapa dos transportes, tendo por base a previsão do número de alunos que os irão utilizar, as idades dos mesmos, localidades de proveniência, distância à escola, horário de funcionamento desta, existência de transportes públicos que a sirvam, devendo este plano conter todos os percursos necessários.

*Mapa anual de transportes*

Os transportes escolares funcionam em três modalidades diferentes: Transportes Colectivos, da responsabilidade da empresa de transportes de passageiros EVA, S.A.; Circuitos Especiais de Aluguer, contratualizados através de concurso público; e Transportes Privativos da Autarquia. Cada uma destas modalidades de transporte assume encargos consideráveis para a autarquia que, no ano lectivo de 2004/05, orçou em € 820 487,75, sendo que o custo médio por aluno foi de € 316, nos transportes colectivos; de € 934, nos circuitos especiais de aluguer; e de € 311, nos transportes privativos da autarquia.

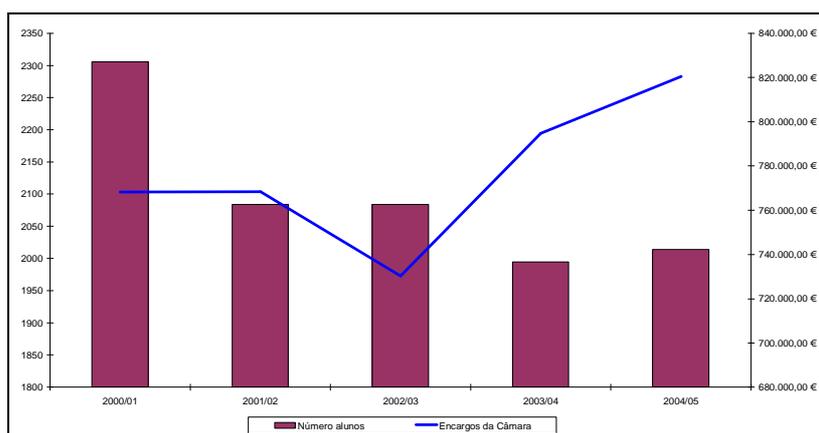
*Encargos da autarquia com transportes escolares*

O Gráfico 19 permite uma leitura pormenorizada e comparativa da evolução verificada, nos últimos cinco anos lectivos em análise, nos

encargos assumidos pela autarquia, bem como no número de alunos<sup>1</sup> a frequentar os diferentes ciclos de escolaridade e que são abrangidos por este programa. Se é certo que o custo anual da rede de transportes registou um gradual mas considerável aumento desde 2002/03, porque são sobretudo os lugares mais distantes da sede do concelho que beneficiam deste tipo de apoio, também não deixa de ser um facto que, ao invés, o número de alunos servidos observa um ligeiro decréscimo. Tal pode indicar, por um lado, uma razoável cobertura das diferentes áreas de influência dos diversos estabelecimentos de ensino, determinados pela rede escolar definida anualmente, e por outro, que existem movimentos pendulares menos frequentes na população estudantil.

Gráfico 19

Evolução do Número de Alunos com Subsídio para Transporte Escolar, entre 2000/01 e 2004/05



Fonte: CML, 2006

Dada a dimensão do concelho, a autarquia para além de utilizar as diversas modalidades de transportes já mencionadas, executa ela mesma o serviço de transporte de alunos, em autocarros próprios, revelando-se esses custos menos onerosos do que os assumidos quer com os passes para transportes colectivos de passageiros, quer com os circuitos especiais de aluguer.

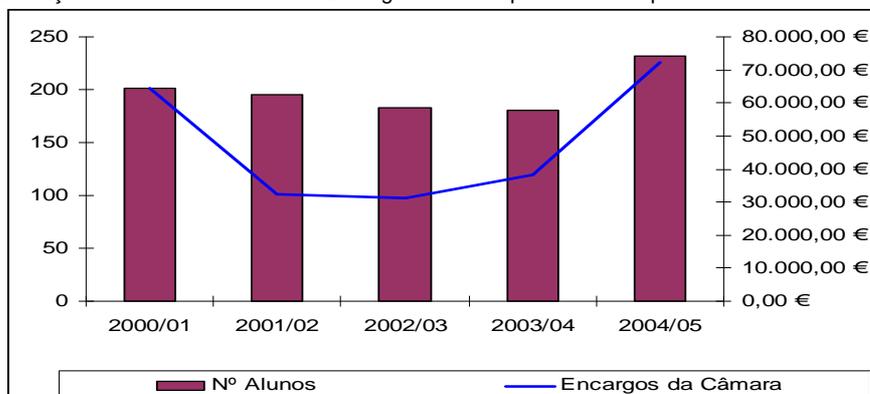
*Transportes da  
autarquia*

Fazendo uma leitura do Gráfico 20, pode concluir-se que nem sempre existe uma correlação directa entre o número de alunos transportados e os gastos da autarquia com este tipo de transporte, pois a redução no número de alunos nem sempre significa uma redução nas despesas.

<sup>1</sup>Os alunos têm direito a transporte escolar quando a distância entre o seu local de residência e a escola que se encontram a frequentar é superior a 3 km (no caso de não terem refeitório) ou a 4 km (se o estabelecimento de ensino possuir refeitório).

Gráfico 20

Evolução do Número de Alunos e Encargos da Autarquia com Transportes Privativos entre 2000/01 e 2004/05



Fonte: CML, 2006

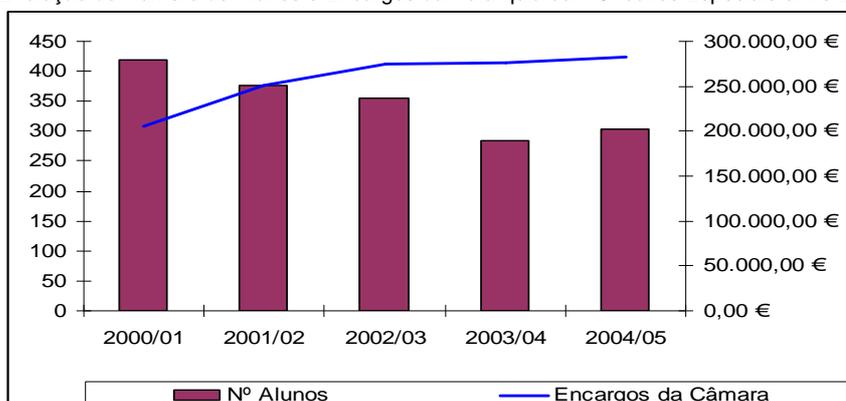
Já por circuitos especiais designam-se os que são efectuados por viaturas alugadas pela autarquia, mediante um contrato com os proprietários dessas mesmas viaturas para procederem ao transporte dos alunos para as respectivas escolas. Este tipo de transporte é utilizado nas zonas mais interiores do concelho, ou em zonas não servidas por carreiras públicas, ou ainda, em caso destas existirem, quando os seus horários não são compatíveis com os horários dos alunos.

*Circuitos especiais*

A leitura do Gráfico 21 permite registar que o número de alunos utentes dos circuitos especiais tem revelado um gradual decréscimo apenas contrariado pelo valor atingido em 2004/05. Em contraste, verifica-se um crescente aumento dos encargos com este tipo de transporte, fruto não só de alterações dos circuitos mas sobretudo dos aumentos anuais a que estão sujeitos.

Gráfico 21

Evolução do Número de Alunos e Encargos da Autarquia com Circuitos Especiais entre 2000/01 e 2004/05



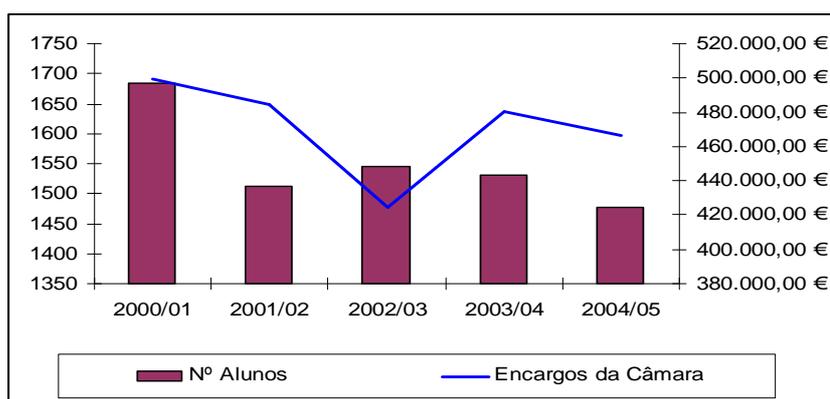
Fonte: CML, 2006

No que respeita aos transportes colectivos de passageiros<sup>1</sup> veja-se o Gráfico 22. Verifica-se uma notória flutuação no número de alunos servidos por aqueles, tendo atingido o seu valor mais elevado em 2000/01 (1685), e o mais baixo em 2004/05 (1476). Idêntico comportamento se pode observar nos custos associados a esta modalidade de transporte escolar. Refira-se que não é possível estabelecer uma relação directa entre o número de alunos transportados e os custos inerentes dado que um número considerável desses alunos é proveniente de locais próximos dos estabelecimentos de ensino que frequentam. Ao invés, existem alunos que têm de percorrer distâncias muito maiores, como é o caso dos que residem na zona do Ameixial e que frequentam a E.B.I. de Salir ou a Escola Secundária de Loulé e, residualmente, a Escola Secundária de Almodôvar.

*Transportes  
colectivos de  
passageiros*

Gráfico 22

Evolução do Número de Alunos e Encargos da Autarquia com Transportes Colectivos de Passageiros entre 2000/01 e 2004/05



Fonte: CML, 2006

Prosseguindo na análise dos dados relativos aos transportes escolares surge como oportuna a apresentação do Quadro 92 em que se cruza informação diversa relativa aos cinco anos em análise e que suscita algumas considerações relativamente às variáveis que importam para a sua caracterização.

*Indicadores para a  
análise dos  
transportes  
escolares*

Assim, regista-se um decréscimo no número de estabelecimentos servidos bem como no número de circuitos efectuados, acompanhado de uma flutuação pouco expressiva no número de alunos transportados. Já quanto

<sup>1</sup> Quando se fala de transportes colectivos de passageiros referem-se os alunos que são transportados nas carreiras da EVA, S.A.

ao número de km/dia percorridos saliente-se o aumento exponencial verificado entre 2000/01 e 2002/03 e em contraposição um acentuado decréscimo entre 2002/03 e o último ano em análise.

Quadro 92

## Transportes Escolares

Tipologia de Transporte	Nº de Estabelecimentos Abrangidos					Nº de Alunos Transportados					Nº de Circuitos					Nº de Km / Dia				
	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005
<b>Transportes Colectivos</b>	14	14	15	16	15	1685	1512	1460	1531	1476	47	45	45	40	39	632	617	1235	643	575
<b>Circuitos Especiais</b>	23	23	22	23	20	420	377	494	284	302	63	55	51	52	49	830	841	1635	772	790
<b>Transportes Autarquia</b>	10	10	10	10	8	201	195	185	180	232	14	13	13	15	15	272	218	439	337	337
<b>Total</b>	47	47	47	49	43	2306	2084	2139	1995	2010	124	113	109	107	107	1734	1676	3309	1752	1753

Fonte: Câmara Municipal de Loulé

#### 4.3.3 ANÁLISE DE FLUXOS/ANÁLISE DE DISTÂNCIAS (TEMPOS E PERCURSOS)

Equacionadas que foram as diferentes variáveis subjacentes às modalidades de transportes escolares existentes no concelho afigura-se como oportuno fazer, de imediato, a análise de cada uma daquelas, concentrando a atenção nas distâncias e tempos médios gastos com os diversos itinerários (do ponto de partida aos destinos onde se localizam os estabelecimentos de ensinos frequentados pelos alunos utentes desses mesmos transportes) e que se representam, detalhadamente, nas Figuras 13, 14 e 15.

*Metodologia*

Dado o elevado número de circuitos existentes para cada uma das modalidades e tendo-se afigurado como imprescindível representá-los na sua totalidade, a leitura das referidas figuras poderá suscitar um entendimento aparentemente menos fácil. Tal dificuldade, no entanto, é relevada pela possibilidade que dá de entender a intrincada rede de movimentações verificadas no concelho.

Subsequentemente, proceder-se-á à análise do quantitativo de alunos que originam movimentações inter-freguesias e, pontualmente, inter-concelhias. Tal permitirá entender as dinâmicas desses fluxos, dando uma perspectiva global da complexidade que envolvem e da importância que assumem na tomada de decisão política e na identificação de prioridades aquando das propostas de requalificação e criação de unidades educativas.

Para a determinação desses fluxos foram tidos em linha de conta, exclusivamente, os alunos beneficiários directos destes transportes não estando, dessa forma, a ser considerados todos quantos se deslocam pelos seus próprios meios para os diversos estabelecimentos.

Como acima apontado, a Figura 13 faz a representação geral dos 40 circuitos de carreiras de transportes colectivos no concelho que transportam alunos para os mais variados estabelecimentos de ensino. Da sua leitura é lícito extrair algumas conclusões:

- As carreiras existentes destinam-se a cinco localidades: Loulé, Almancil, Quarteira, Salir e Boliquite.
- A cidade de Loulé funciona como pólo centrífugo, já que de todos os aglomerados existem carreiras em sua direcção.
- Os itinerários podem classificar-se em curtos (que não excedem os 15 minutos), médios e longos (que chegam a atingir os 90 minutos), sendo os alunos oriundos do interior do concelho os que mais tempo despendem nas suas deslocações.
- Esta modalidade de transporte apresenta já uma considerável cobertura geográfica do concelho, apenas com algum défice nas freguesias de Salir, Alte, Benafim e Querença.
- Os autocarros levam, em média, 2 minutos a percorrer cada quilómetro.
- As movimentações inter-concelhias registadas circunscrevem-se a Faro, com origem em Loulé e Almancil e, residualmente, a Almodôvar com origem no Ameixial.
- No ano lectivo de 2004/05 foram transportados, para diferentes estabelecimentos de ensino do concelho (básico e secundário), 1477 alunos.



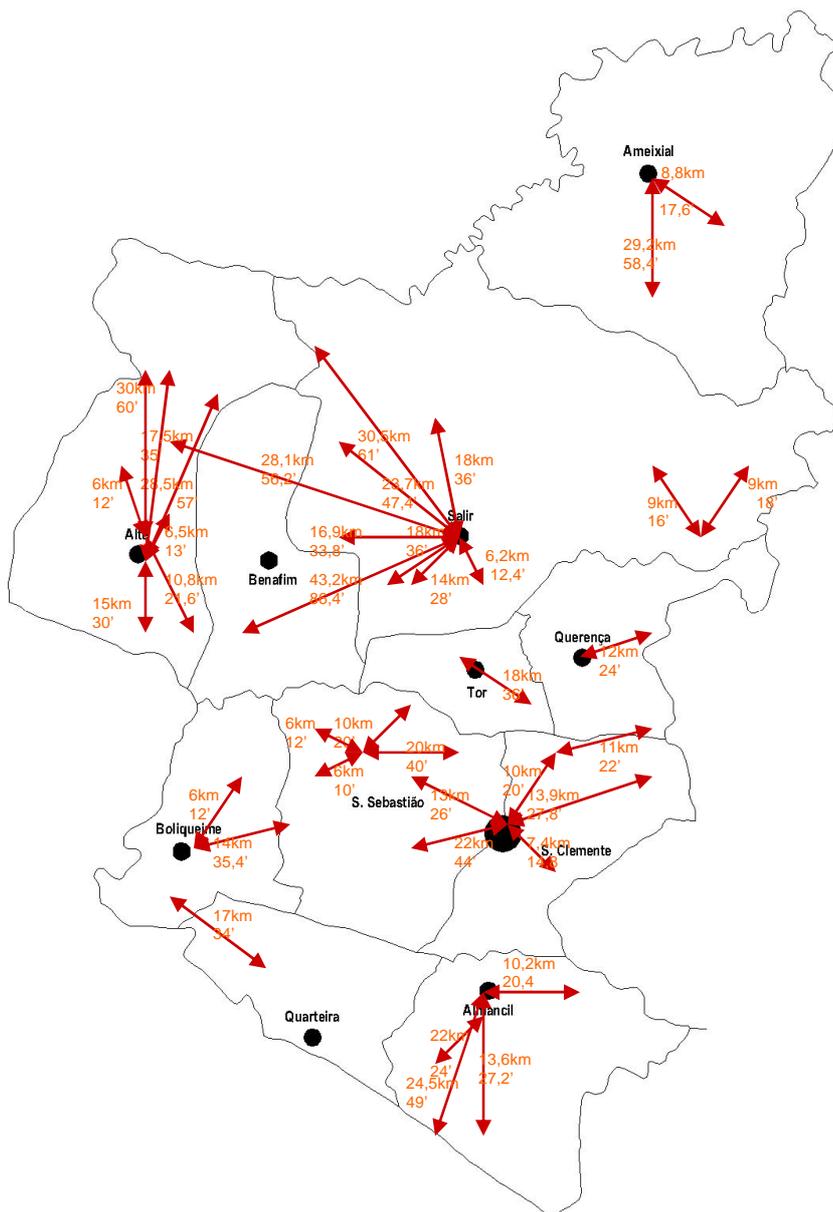
Já no que concerne aos circuitos especiais veja-se a Figura 14. Observe-se que os circuitos, na sua maioria, se dirigem para a sede de freguesia.

Registe-se que nestes circuitos os alunos são transportados de e para o seu local de origem. Foram registados 39 circuitos não tendo sido considerados os que entretanto foram extintos.

Nesta modalidade de transporte escolar foram servidos, em 2004/05, 303 alunos, na sua maioria do ensino básico, a frequentarem diferentes escolas do concelho.

Figura 14

Distâncias e Tempos de Percursos em Circuitos Especiais (2004/05)



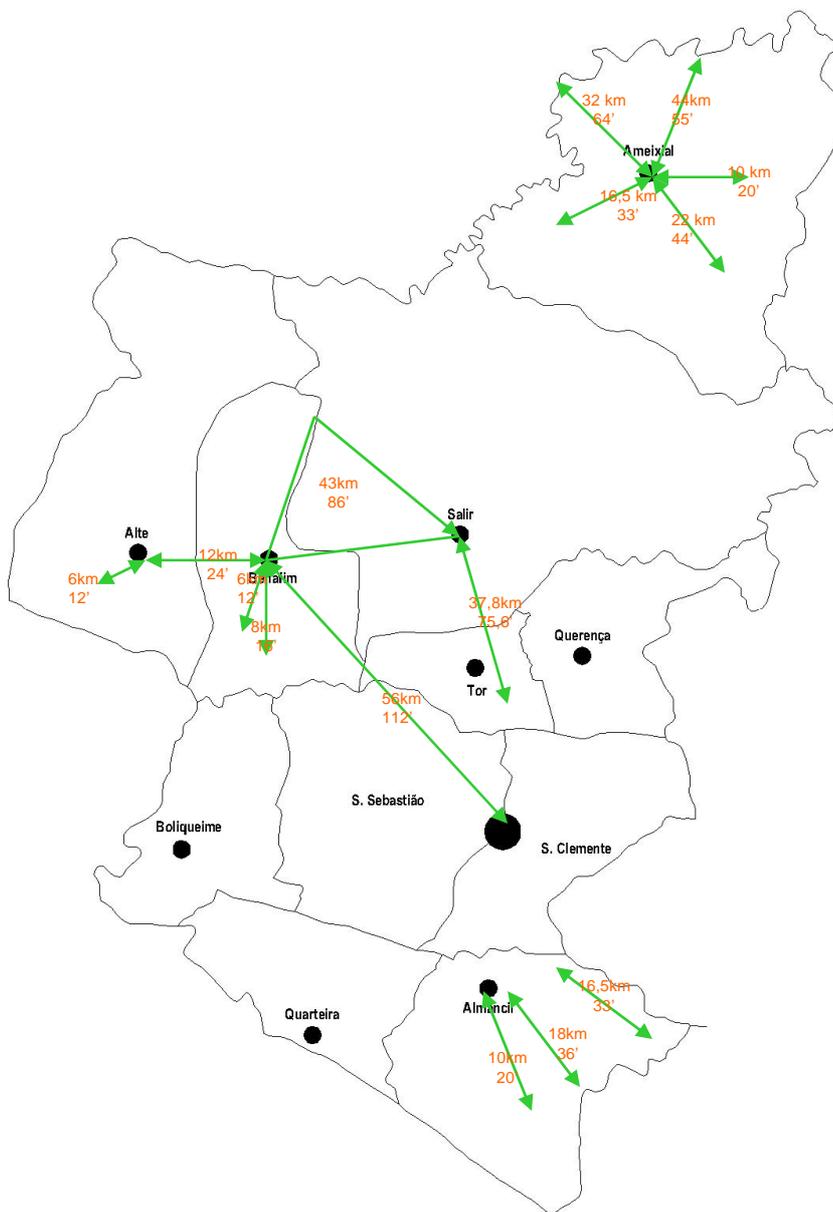
↔ Origem e Destino dos Circuitos de Aluguer e Percursos de Táxis e Veículos Particulares

Já no que respeita aos transportes privativos da autarquia verifica-se que os mesmos operam quase exclusivamente nas freguesias do interior, como se constata pela leitura da Figura 15. Trata-se, na sua maior parte, de circuitos médios existindo apenas dois que podem ser considerados como longos.

No ano lectivo de 2004/05 foram 227 os alunos utentes desta modalidade de transporte escolar.

Figura 15

Distâncias e Tempos de Percursos em Transportes Privativos da CML (2004/05)



↔ Origem e Destino dos Transportes Privativos da CML

Apresenta-se, de seguida, o Quadro 93, a partir do qual é possível quantificar o número de alunos utentes das diferentes modalidades de transportes escolares e respectivos fluxos. Tal como já detectado na análise particular feita para a rede de transportes públicos, é a sede do concelho que recebe o maior afluxo de alunos o que se deve, em grande parte, ao facto de aí se localizar um dos dois estabelecimentos públicos de ensino secundário existentes no concelho. Contudo, tal movimentação não é exclusiva do ensino secundário uma vez que também o ensino básico tem alguma expressão. Para além destes movimentos fortemente direccionados para a cidade de Loulé, observa-se movimentos no interior das próprias freguesias que são dignos de nota. Estão, neste caso, os que ocorrem nas freguesias de Quarteira, Almancil, Salir e Boliqueime.

O número de alunos que se deslocam para fora do concelho é algo inexpressivo não chegando a atingir as duas dezenas.

Quadro 93

Número de Alunos deslocados para os Estabelecimentos de Ensino, por Freguesia<sup>1</sup> (2004/05)

	Loulé			Quarteira			Salir			Boliqeime			Almancil			Faro		
	b	s	T	b	s	T	b	s	T	b	s	T	b	s	T	b	s	T
Ameixial	--	1	1	--	--	--	4	--	4	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Almancil	59	217	276	14	30	44	--	--	--	--	--	--	83	55	138	--	6	6
Alte	--	7	7	--	--	--	1	1	2	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Benafim	--	3	3	--	--	--	2	9	11	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Boliqeime	2	94	96	10	50	60	--	--	--	80	--	80	--	--	--	--	--	--
Quarteira	6	67	73	47	63	110	--	--	--	2	--	2	--	--	--	--	--	--
Querença	10	3	13	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Salir	--	43	43	--	1	1	34	8	42	26	--	26	--	--	--	--	--	--
S. Clemente	19	17	36	4	5	9	--	--	--	--	--	--	4	36	40	--	13	13
S. Sebastião	46	77	123	1	13	14	2	1	3	78	--	78	--	--	--	--	--	--
Tôr	--	15	15	--	5	5	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Legenda: b – ensino básico; s – ensino secundário; T – Total

Fonte: CML, Divisão de Educação, 2005

<sup>1</sup> Para o número de alunos constante da coluna 'Total' não foi tido em consideração a eventual utilização de mais do que um transporte por parte de alguns alunos, de modo a evitar que os mesmo fossem contabilizados mais do que uma vez.

Após ter-se feito uma abordagem, tão completa quanto possível, da rede concelhia de transportes escolares, legítimo é afirmar-se que os mesmos se afiguram como essenciais para garantir a igualdade de oportunidades no acesso à educação de toda a população em idade escolar. Efectivamente, a rede de transportes escolares não deverá ser puramente entendida do ponto de vista da sua rendibilidade económica mas sim, antes, como um auxílio a essa garantia, ajudando a quebrar os efeitos que a distância poderá ter no abandono escolar. Nesta perspectiva, a autarquia deverá continuar a apostar numa linha de política educativa de reforço da rede de transportes escolares, assumindo-a como um investimento para o futuro, motivando a preparação daqueles que são as 'sementes' da dinamização e do desenvolvimento concelhio.

### *Conclusão*

#### 4.4 CENÁRIO PROSPECTIVO PARA A PROCURA DE ENSINO ATÉ 2015

Ainda que o diagnóstico da procura se faça com base na situação até hoje verificada, a formulação de respostas concretas deverá basear-se em cenários prospectivos que as sustentem, apesar da vertente dos cenários de desenvolvimento assumir, à partida, uma carácter macroscópico.

Recuperando o Cenário 3, apresentado como o mais provável na análise demográfica efectuada para a população total do concelho, estima-se no Quadro 94 a população em idade escolar até 2015, tendo sido utilizados, como indicadores, o número de Nados-Vivos e as Taxas Médias de Retenção e Progressão (veja-se índices constantes do quadro).

Naturalmente que outros factores existem que podem vir a interferir com o cenário proposto. Neste contexto, os projectos previstos para o concelho e a potenciação de alguns dos seus pontos fortes no âmbito regional, nomeadamente o turismo, poderão vir a revelar-se elementos integrantes dessa alteração. Daí que as projecções para a procura educativa possam sofrer modificações consideráveis uma vez que estas apenas partem de dados concretos e não de uma realidade integrada que o concelho desenha para o seu futuro.

Assim, prospectivando-se um aumento da população do concelho na ordem dos 15%, até 2011, não é difícil aceitar uma projecção do potencial da procura educativa nos diversos níveis de ensino, estimando-se que passe de 8534, em 2005, a 9432, em 2011 e a 9536, em 2015, correspondendo a um aumento de 10,5% e 11,8% respectivamente.

Tal estimativa, que se apresenta desagregada ano a ano (do 1º ao 12º anos de escolaridade), foi calculada tendo em conta um conjunto de parâmetros, a saber:

- o número de nados-vivos, segundo a residência da mãe, de 1995 a 2004, utilizando para tal os dados disponibilizados pelo INE;
- o número de nados-vivos, segundo a residência da mãe, de 1995 a 2004, desagregado por freguesia<sup>1</sup>, utilizando também os dados

<sup>1</sup> Os dados apurados nas projecções por freguesia serão utilizados aquando da apresentação das propostas ao nível dos TE's.

disponibilizados pelo INE;

- a média de nascimentos calculada com os últimos seis anos conhecidos (de 1999 a 2004) para o número de alunos que se estima venha a entrar no sistema a partir de 2010;
- o número de alunos que se encontra efectivamente no sistema no ano lectivo 2005/2006, aplicando-se as taxas médias de retenção e progressão a cada ano de escolaridade de acordo cálculo apresentado pela DREAlg.

Face à dificuldade de análise que o quadro possa suscitar e para uma maior clareza interpretativa, elaborou-se o Gráfico 23<sup>1</sup>, cuja leitura deverá ser feita em termos evolutivos e não comparativos. Nele se representa a estimativa da evolução da população em idade escolar, do 1º Ciclo ao Ensino Secundário, concluindo-se que é neste último ciclo de ensino que se verifica a variação mais acentuada, podendo vir a agravar-se aquando do prolongamento da escolaridade obrigatória ao 12º ano. É neste ciclo que os alunos mais se repartem por diferentes percursos de formação e que o valor calculado para a Taxa Média de Retenção é um dos mais elevados. Contudo, se passar a existir uma oferta formativa que possa responder aos anseios da população jovem, certamente que as taxas de sucesso aumentarão, em especial através da diminuição do abandono, ao longo dos três anos deste ciclo.

Pese embora o facto dos dados referentes à Educação Pré-escolar não terem sido contemplados quer no quadro, quer no gráfico em análise, por se tratar de um nível de educação ainda não assumido como obrigatório na sua frequência, a sua importância não deve ser menosprezada. Para tanto, e tendo em conta o reconhecimento crescente que as famílias vêm atribuindo ao segmento Pré-escolar, até pelas necessidades que a própria vida activa bem impondo, é de presumir que, até 2015, a Taxa de Cobertura possa vir a atingir os 100%. Para alcançar esta meta, o aumento da população em idade Pré-escolar terá de ser uniforme e a Taxa de Cobertura deverá crescer 3,5% cada ano.

<sup>1</sup> O 1º Ciclo do Ensino Básico abrange 4 anos de escolaridade; o 2º Ciclo, 2; o 3º Ciclo, 3; e o Secundário, 3.

Quadro 94

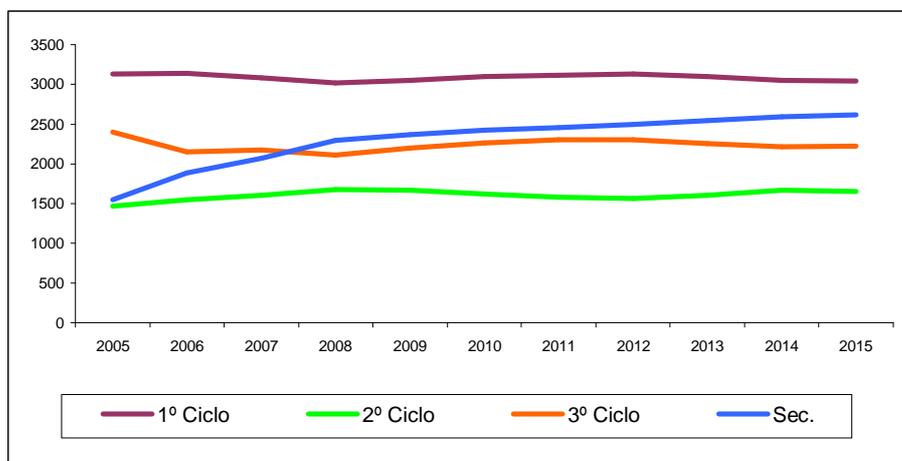
Projecção da População Escolar no Concelho até 2015

anos	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1	713	693	685	684	757	750	703	703	703	703	703
2	861	823	798	787	785	857	860	813	807	806	806
3	801	800	767	744	732	730	793	799	758	751	749
4	752	823	830	800	775	762	758	816	828	791	780
5	813	792	852	867	843	816	801	795	846	864	835
6	655	761	757	807	826	808	784	768	761	803	823
7	898	726	786	793	838	862	851	828	810	801	835
8	716	822	699	730	740	777	801	796	777	760	750
9	784	606	693	591	616	625	655	676	672	656	642
10	583	809	748	795	732	729	735	761	787	792	781
11	328	433	596	598	627	595	586	588	604	623	631
12	635	642	727	903	1013	1104	1136	1149	1158	1176	1201
1 <sup>o</sup> C	3.127	3.140	3.081	3.015	3.049	3.099	3.113	3.131	3.096	3.051	3.036
2 <sup>o</sup> C	1.468	1.553	1.609	1.674	1.668	1.624	1.585	1.563	1.607	1.667	1.657
3 <sup>o</sup> C	2.398	2.154	2.178	2.114	2.193	2.263	2.307	2.300	2.298	2.217	2.227
SEC	1.546	1.885	2.071	2.236	2.372	2.426	2.457	2.498	2.546	2.591	2.613
TOT	8.539	8.732	8.939	9.099	9.283	9.414	9.462	9.491	9.510	9.526	9.536

Fonte: Adaptado de DREALg

Gráfico 23

Estimativa da Evolução da População correspondente a cada Ciclo de Escolaridade, entre 2005 e 2015



Quadro 95

Projeção da População Escolar na Freguesia de Almancil até 2011

anos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
1	104	102	119	110	99	113	126	138	110
2	108	118	117	134	127	115	128	142	156
3	76	99	109	109	124	119	108	118	131
4	110	82	100	112	113	127	123	113	122
5	110	115	90	103	115	118	130	129	120
6	110	106	109	89	97	108	112	123	124
7	110	115	112	114	97	101	111	116	127
8	110	104	107	105	106	93	94	103	108
9	110	93	88	90	88	90	79	80	87
10	110	123	115	107	107	105	106	97	95
11	110	93	97	93	88	86	85	85	79
12	110	152	165	176	180	178	175	173	171
1º C	398	401	445	464	462	473	485	512	519
2º C	220	220	199	192	212	226	242	253	244
3º C	330	311	306	308	292	284	299	299	322
SEC	330	368	377	376	374	369	366	355	346
TOT	1.278	1.300	1.327	1.341	1.340	1.352	1.378	1.418	1.431

Quadro 96

Projeção da População Escolar na Freguesia de Alte até 2011

anos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
1	7	9	7	10	8	13	12	17	10
2	8	8	10	8	11	9	14	14	19
3	9	8	7	9	8	10	9	13	13
4	10	9	8	8	9	8	10	9	13
5	10	10	10	9	8	10	9	10	10
6	10	10	10	10	8	8	9	8	10
7	10	10	10	10	10	9	8	9	9
8	10	9	10	10	10	9	9	8	9
9	10	8	8	8	8	8	8	7	7
10	10	11	10	10	10	10	10	10	9
11	10	8	9	8	8	8	8	8	8
12	10	14	15	16	16	16	16	16	16
1º C	34	34	32	35	36	41	45	53	55
2º C	20	20	20	18	17	17	18	19	20
3º C	30	28	28	28	28	27	25	25	24
SEC	30	33	34	34	34	34	33	33	32
TOT	114	116	114	116	115	118	121	129	131

Quadro 97

Projeção da População Escolar na Freguesia de Ameixial até 2011

anos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
1	2	2	0	1	0	1	3	0	1
2	2	2	2	0	1	0	1	3	0
3	3	2	2	2	0	1	0	1	3
4	1	3	2	2	2	1	1	0	1
5	1	1	3	2	2	2	1	1	0
6	1	1	1	2	2	2	2	1	1
7	1	1	1	1	2	2	2	2	1
8	1	1	1	1	1	2	2	2	2
9	1	1	1	1	1	1	2	2	2
10	1	1	1	1	1	1	1	2	2
11	1	1	1	1	1	1	1	1	1
12	1	1	1	2	2	2	2	2	2
1 <sup>o</sup> C	8	9	6	6	4	3	5	4	5
2 <sup>o</sup> C	2	2	4	5	4	4	3	2	1
3 <sup>o</sup> C	3	3	3	3	4	5	6	6	5
SEC	3	3	3	3	3	3	3	4	5
TOT	16	17	16	16	16	16	18	16	16

Quadro 98

Projeção da População Escolar na Freguesia de Benafim até 2011

anos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
1	5	5	3	6	8	5	9	6	6
2	4	6	6	4	6	9	6	10	7
3	1	4	5	5	4	6	8	6	9
4	6	2	3	5	5	4	6	8	6
5	6	6	2	3	5	6	4	6	8
6	6	6	6	3	3	5	5	4	5
7	6	6	6	6	3	3	5	5	5
8	6	6	6	6	6	4	3	4	5
9	6	5	5	5	5	5	3	3	3
10	6	7	6	6	6	6	6	4	4
11	6	5	5	5	5	5	5	5	4
12	0	5	7	8	9	9	9	9	9
1 <sup>o</sup> C	16	16	17	20	24	24	29	30	28
2 <sup>o</sup> C	12	12	8	6	8	10	10	10	14
3 <sup>o</sup> C	18	17	17	17	14	12	11	12	13
SEC	12	16	18	19	20	20	20	18	17
TOT	58	61	60	62	65	65	69	70	71

Quadro 99

Projecção da População Escolar na Freguesia de Boliqueime até 2011

anos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
1	46	41	30	42	38	52	42	42	42
2	43	52	48	36	47	44	58	49	48
3	42	40	47	44	34	43	41	53	46
4	42	43	42	48	46	37	44	43	54
5	42	44	45	44	50	49	40	45	45
6	42	40	42	43	42	47	47	39	42
7	42	44	43	43	45	44	48	49	43
8	42	40	41	40	41	42	42	45	46
9	42	36	33	34	34	34	35	35	38
10	42	47	44	41	41	40	40	41	41
11	42	36	37	35	33	33	32	32	33
12	42	58	63	67	69	68	67	66	65
	0,380	0,380	0,380	0,380	0,380	0,380	0,380	0,380	0,380
1º C	173	176	167	171	165	175	184	187	190
2º C	84	84	87	87	92	96	87	84	87
3º C	126	119	117	118	119	120	125	129	126
SEC	126	141	144	144	143	141	140	139	140
TOT	509	520	514	519	519	532	535	539	543

Quadro 100

Projecção da População Escolar na Freguesia de Quarteira até 2011

anos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
1	261	267	251	280	286	244	285	270	257
2	216	289	304	290	317	327	286	322	311
3	206	201	264	281	270	293	303	268	297
4	257	218	210	267	289	281	302	313	282
5	257	268	234	222	272	299	295	313	326
6	257	247	255	228	214	254	281	282	297
7	257	268	261	266	244	228	260	289	295
8	257	243	249	245	248	231	216	239	266
9	257	217	205	210	206	209	195	182	201
10	257	288	268	251	249	246	247	236	223
11	257	218	227	217	205	201	198	198	191
12	257	354	385	411	420	415	410	404	400
	0,380	0,380	0,380	0,380	0,380	0,380	0,380	0,380	0,380
1º C	940	975	1.029	1.119	1.163	1.145	1.176	1.173	1.147
2º C	514	515	489	450	486	552	577	595	623
3º C	771	727	715	721	699	669	671	710	762
SEC	771	860	880	879	874	862	854	838	814
TOT	2.996	3.077	3.112	3.168	3.221	3.228	3.277	3.316	3.346

Quadro 101

Projeção da População Escolar na Freguesia de Querença até 2011

anos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
1	6	5	3	4	5	3	3	5	5
2	5	7	6	4	4	6	4	3	5
3	9	5	6	5	4	4	5	4	3
4	5	9	6	6	6	4	4	5	4
5	5	5	9	6	6	6	4	4	5
6	5	5	5	8	6	6	6	4	4
7	5	5	5	5	8	7	7	6	5
8	5	5	5	5	5	7	6	6	6
9	5	4	4	4	4	4	6	5	5
10	5	6	5	5	5	5	5	6	6
11	5	4	4	4	4	4	4	4	5
12	5	7	7	8	8	8	8	8	8
1°C	25	25	20	19	19	17	16	17	18
2°C	10	10	14	14	13	12	10	9	10
3°C	15	14	14	14	17	18	19	18	16
SEC	15	17	17	17	17	17	17	18	19
TOT	65	66	65	65	65	63	62	62	62

Quadro 102

Projeção da População Escolar na Freguesia de Salir até 2011

anos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
1	18	15	21	11	20	15	17	23	17
2	12	20	18	23	14	22	18	19	25
3	19	12	18	16	21	14	20	17	18
4	17	19	13	18	17	22	15	20	18
5	17	18	20	14	18	18	22	16	20
6	17	16	17	19	14	17	17	20	16
7	17	18	17	18	19	16	17	18	21
8	17	16	16	16	16	18	15	16	17
9	17	14	14	14	14	14	15	13	14
10	17	19	18	17	16	16	16	17	16
11	17	14	15	14	14	13	13	13	14
12	17	23	25	27	28	27	27	27	26
1°C	66	66	69	68	72	72	69	79	78
2°C	34	34	37	33	32	35	39	37	37
3°C	51	48	47	48	49	48	48	47	51
SEC	51	57	58	58	58	57	57	57	56
TOT	202	205	211	208	212	211	213	220	222

Quadro 103

Projeção da População Escolar na Freguesia de S. Clemente até 2011

anos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
1	129	134	148	167	141	162	175	187	149
2	132	146	153	168	188	165	183	198	212
3	114	122	135	141	155	174	155	169	183
4	149	121	126	138	146	159	178	162	174
5	149	155	131	132	143	152	165	184	172
6	149	143	148	128	127	135	144	155	173
7	149	155	151	154	138	134	141	149	161
8	149	141	144	142	144	131	126	131	138
9	149	126	119	122	120	121	111	106	110
10	149	167	155	145	145	143	143	135	129
11	149	126	132	126	119	116	115	115	110
12	149	205	223	238	243	241	237	234	232
1 <sup>o</sup> C	524	523	562	614	630	660	691	717	719
2 <sup>o</sup> C	298	298	279	260	270	287	308	339	345
3 <sup>o</sup> C	447	422	414	418	402	387	378	386	409
SEC	447	499	510	510	506	500	495	484	471
TOT	1.716	1.742	1.765	1.802	1.808	1.833	1.872	1.926	1.944

Quadro 104

Projeção da População Escolar na Freguesia de S. Sebastião até 2011

anos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
1	40	60	61	54	73	71	76	54	62
2	71	49	66	69	63	81	81	86	65
3	58	65	47	61	64	59	74	76	80
4	62	60	67	51	62	66	62	75	78
5	62	65	63	69	55	63	69	65	77
6	62	60	61	61	66	55	60	65	63
7	62	65	63	64	64	68	59	62	67
8	62	59	60	59	60	60	63	56	58
9	62	52	49	51	50	51	50	53	48
10	62	69	65	61	60	59	60	60	62
11	62	53	55	52	49	48	48	48	48
12	62	85	93	99	101	100	99	97	97
1 <sup>o</sup> C	231	235	241	235	262	277	293	291	285
2 <sup>o</sup> C	124	124	125	130	121	118	128	128	140
3 <sup>o</sup> C	186	176	172	174	174	178	173	172	172
SEC	186	208	212	212	211	208	206	205	206
TOT	727	742	751	751	767	781	800	798	803

## Quadro 105

Projeção da População Escolar na Freguesia de Tôr até 2011<sup>1</sup>

anos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
1	4	5	4	8	7	5	9	8	6	
2	0	1,000 0,128 0,869	4 0,128 0,869	6 0,128 0,869	5 0,128 0,869	9 0,128 0,869	8 0,128 0,869	6 0,128 0,869	10 0,128 0,869	9 0,128 0,869
3	0	0,065 0,932	0 0,932	3 0,932	5 0,932	4 0,932	8 0,932	6 0,932	9 0,932	
4	0	0,102 0,893	0 0,893	0 0,893	3 0,893	5 0,893	8 0,893	8 0,893	6 0,893	
5	0	0,148 0,835	0 0,835	0 0,835	3 0,835	5 0,835	5 0,835	8 0,835	8 0,835	
6	0	0,126 0,860	0 0,860	0 0,860	0 0,860	2 0,860	4 0,860	5 0,860	7 0,860	
7	0	0,181 0,801	0 0,801	0 0,801	0 0,801	0 0,801	2 0,801	4 0,801	5 0,801	
8	0	0,143 0,836	0 0,836	0 0,836	0 0,836	0 0,836	0 0,836	2 0,836	4 0,836	
9	0	0,010 0,778	0 0,778	0 0,778	0 0,778	0 0,778	0 0,778	0 0,778	1 0,778	
10	0	0,342 0,608	0 0,608							
11	0	0,240 0,760	0 0,760							
12	0	0,619 0,380	0 0,380							
1º C	4	9	13	21	25	25	30	31	30	
2º C	0	0	0	0	3	7	9	12	15	
3º C	0	0	0	0	0	0	2	6	10	
SEC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
TOT	4	9	13	21	28	33	42	49	55	

<sup>1</sup> Reforce-se que o cálculo efectuado para as 11 freguesias foi em tudo semelhante ao efectuado para o concelho, considerando no entanto apenas o período inter-censitário 2001-2011.

## 5. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

Após identificação dos principais indicadores e tendências verificadas na fase de diagnóstico, agora concluída, afigura-se como essencial realizar um exercício analítico transversal. Na verdade, uma vez realizado tal diagnóstico, aprofundado nas suas várias vertentes – territorial; da especificidade demográfica; da estrutura socio-económica; das procura e oferta educativas; dos cenários projectivos da população escolar – é oportuna a utilização de uma matriz *SWOT* (*strengths, weaknesses, opportunities e threats*)<sup>1</sup>, instrumento utilizado em processos de planeamento estratégico. Recorde-se que a concepção de um qualquer plano estratégico obedece, normalmente, a três fases: análise estratégica, formulação de estratégias e implementação de estratégias.

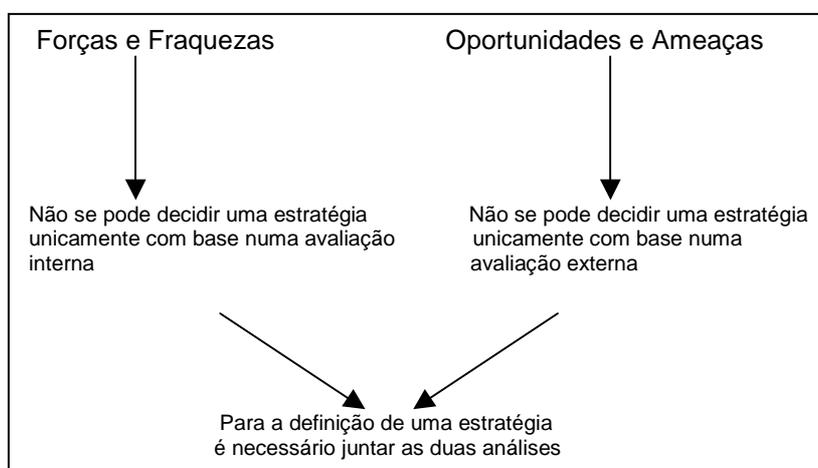
Análise estratégica

A análise estratégica permite identificar a missão, finalidades e objectivos da intervenção do município ao nível educativo e encontrar, a partir deles, os factores críticos que irão determinar as soluções a adoptar. Contudo, é igualmente importante reconhecer a situação em que se encontra a instituição, quer internamente (forças e fraquezas) quer em relação ao exterior (oportunidades e ameaças). O quadro que se apresenta ilustra, com exactidão, a convergência que deve existir entre os diferentes planos de análise.

Análise SWOT

Quadro 106

Análise SWOT



Fonte: Adaptado de Kath Aspinwall et alli (1992), *Managing Evaluation in Education – A developmental approach*.

<sup>1</sup> A tradução em português significa: Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças.

Com efeito, esta análise deve ser concretizada com grande objectividade e rigor, nomeadamente no que se refere à identificação das fraquezas, as quais não deverão ser entendidas como motivos para culpabilizar quem quer que seja, mas sim como indicadores objectivos das áreas onde a intervenção deverá, prioritariamente, ser concentrada. Neste sentido, todo o processo tem de ser fortemente dinâmico. Não interessa tirar um “retrato” ao estado da educação local e contemplá-lo passivamente. Importa, antes, procurar tirar o maior partido das “forças” diagnosticadas e o seu efeito positivo; concentrar todos os esforços na superação das “fraquezas” inventariadas; explorar ao máximo as “oportunidades”, enquanto objectivos passíveis de concretização; e transformar em oportunidades as “ameaças”, que aqui são entendidas como dificuldades e obstáculos a enfrentar e a tentar contornar. Estes conceitos, aplicados à Carta, conduziram ao que seguidamente se apresenta.

## 5.1 ANÁLISE SWOT

<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
<p style="text-align: center;"><b>Vertente Territorial, Socio-económica e Demográfica</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Diversidade territorial – serra, barrocal, litoral / traços de complementaridade e de cultura e identidade próprias;</li> <li>• Actividades económicas: comércio, serviços e turismo, por excelência;</li> <li>• Património histórico e ambiental importante;</li> <li>• Projectos autárquicos – QREN;</li> <li>• Aumento significativo de população no concelho;</li> <li>• Localização central no contexto regional e boas acessibilidades;</li> <li>• Baixa densidade de industrialização pesada;</li> <li>• Qualidade de vida da população.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Variante educativa (procura, oferta e projecções)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Acentuada procura ao nível da educação Pré-escolar;</li> <li>▪ Aumento da procura educativa do 1º, 2º e 3º ciclo nos aglomerados urbanos do litoral;</li> <li>▪ Projectos de requalificação de várias escolas em curso e de outros previstos a curto prazo;</li> <li>▪ Projectos de construção e entrada em rede de novas escolas com valência de JI e 1º ciclo;</li> <li>▪ Crescente participação da autarquia em matéria de acção social escolar;</li> <li>▪ Existência de equipamentos sociais no concelho que podem servir de apoio ao parque escolar;</li> <li>▪ Rede de oferta educativa compatível com as necessidades identificadas ao nível do ensino profissional, secundário e superior, tendo em conta a população escolar actual;</li> <li>▪ Diversificadas ofertas ao nível da formação e educação de adultos;</li> <li>▪ Oferta de cursos de formação, promovidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional;</li> <li>▪ Relativa estabilidade da procura educativa de acordo com as projecções realizadas, até 2015.</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>Vertente Territorial, Socio-económica e Demográfica</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alguma debilidade na estrutura demográfica concelhia com envelhecimento da população;</li> <li>• Débeis taxas de natalidade, nas freguesias rurais, influinte a prazo em matéria de rejuvenescimento populacional e equilíbrio demográfico;</li> <li>• Forte dinâmica económica no litoral contrastando com o despovoamento do interior;</li> <li>• Tecido económico fortemente dependente do turismo e da construção civil;</li> <li>• Estrutura produtiva assente em empresas de pequena dimensão.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Variante educativa (procura, oferta e projecções)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Baixa taxa de cobertura do Pré-escolar (65%);</li> <li>▪ Existência de estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico a funcionarem em desdobramento de horário;</li> <li>▪ Taxas de analfabetismo ainda persistentes, em particular nas freguesias rurais;</li> <li>▪ Abandono e insucesso escolar com valores que revelam alguma preocupação;</li> <li>▪ Tendência de diminuição da população jovem, nos últimos anos, nas freguesias rurais, o que contribui para explicar a existência de escolas com um número reduzido de alunos;</li> <li>▪ Inexistência de uma oferta estruturada (e não sobreposta) de cursos na área tecnológica/profissional, orientados e ajustados às áreas com carência de mão-de-obra activa e qualificada no concelho, o que poderia significar um maior grau de empregabilidade;</li> <li>▪ Taxas de insucesso e abandono ao nível dos 2º e 3º ciclos acima da média nacional.</li> </ul>

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p style="text-align: center;"><b>Vertente Territorial, Socio-económica e Demográfica</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortes movimentos migratórios para o concelho;</li> <li>• Intervenções promovidas pela Autarquia nas acessibilidades (para Faro e Quarteira) e na infra-estruturação básica;</li> <li>• Potenciação da actividade turística nas suas múltiplas variantes;</li> <li>• Aproveitamento dos fundos previstos no âmbito do QREN;</li> <li>• Potenciação de imagem de 'marketing' "Loulé Concelho";</li> <li>• Desenvolvimento de acções no âmbito da estratégia de sustentabilidade para o concelho;</li> <li>• Desenvolvimento de projectos inter-concelhios;</li> <li>• Desenvolvimento de parques industriais e áreas empresariais.</li> </ul> <p><b>Variante educativa (procura, oferta e projecções)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Oferta diversificada ao nível das actividades de enriquecimento curricular;</li> <li>▪ Melhoria dos recursos físicos e pedagógicos decorrentes dos projectos de requalificação do parque escolar (JI e EB1), tanto nas freguesias rurais como nas urbanas;</li> <li>▪ Construção de novas escolas, com as valências atrás referidas, para os cenários em que a procura exceda a oferta qualificada;</li> <li>▪ Concretização de projectos de abrangência sócio-educativa, particularmente na área do ambiente e da participação cívica, na perspectiva de se constituírem como recursos pedagógicos;</li> <li>▪ Presença significativa de crianças provenientes de agregados familiares imigrantes, nomeadamente nas escolas do ensino básico, o que pode revelar-se como um recurso futuro para a promoção da interculturalidade.</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>Vertente Territorial, Socio-económica e Demográfica</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Acentuadas assimetrias intra-concelhias;</li> <li>• Projecções demográficas globalmente pouco animadoras em particular nos segmentos etários mais jovens;</li> <li>• Despovoamento de algumas freguesias do concelho;</li> <li>• Falta de formação de mão-de-obra qualificada e especializada em vários sectores de actividade;</li> <li>• Insuficiente diversificação de actividades produtivas e económicas em geral;</li> <li>• Envelhecimento das estruturas produtivas ligadas a produtos rurais com potencialidades de certificação;</li> <li>• Défice no aproveitamento/ordenamento do mundo rural para iniciativas inovadoras.</li> </ul> <p><b>Variante educativa (procura, oferta e projecções)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Condições físicas deficientes em algumas escolas e jardins-de-infância;</li> <li>▪ Progressivo despovoamento dos territórios rurais, com conseqüentes implicações futuras ao nível de certas dinâmicas sociais e educativas dos mesmos;</li> <li>▪ Deficiente aproveitamento das estruturas físicas e de outros recursos (i.e., escolas e espaços associados) para outras finalidades, como seja a dinamização sócio-comunitária;</li> <li>▪ Divórcio entre os vários estabelecimentos de educação e formação, sobretudo no que respeita à complementaridade de oferta e percursos educativos e formativos, bem como ao nível das estruturas de aconselhamento de orientação escolar e vocacional.</li> </ul>

## 5.2 IDENTIFICAÇÃO DE NECESSIDADES (PROCURA/OFERTA)

As identificações feitas na análise SWOT, particularmente no que respeita à situação educativa do concelho, à sua evolução recente e realidade actual, permitiram a identificação de um conjunto de necessidades do ponto vista estrutural, as quais se optou por apresentar esquematicamente, tendo por base o binómio Procura/Oferta nos diferentes níveis de educação, ensino e formação.

*Necessidades  
identificadas*

	<b>Necessidades Identificadas</b>
<b>Educação Pré-escolar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior investimento do sector público de modo a atingir os 35% da taxa de cobertura em défice;</li> <li>• Eliminação de barreiras arquitectónicas na maioria dos estabelecimentos existentes;</li> <li>• Beneficiação de infra-estruturas e equipamentos, reforçando o acesso às novas tecnologias de comunicação e informação e sua generalização neste nível de educação.</li> </ul>
<b>1º Ciclo do Ensino Básico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alargamento de oferta de estabelecimentos escolares da tutela pública, nomeadamente em áreas de cobertura insuficiente;</li> <li>• Criação de condições para que os estabelecimentos deixem de funcionar em regime de desdobramento de horário;</li> <li>• Eliminação de barreiras arquitectónicas na maioria dos estabelecimentos existentes;</li> <li>• Ajustamento dos circuitos de transportes escolares;</li> <li>• Beneficiação de infra-estruturas e equipamentos;</li> <li>• Alargamento das actividades de complemento curricular;</li> <li>• Implementação de mais projectos que promovam o multiculturalismo, a educação ambiental e a educação para a cidadania;</li> <li>• Apoio ao ensino especial.</li> </ul>
<b>2º e 3º Ciclos do Ensino Básico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redefinição da área de influência dos estabelecimentos de ensino, no sentido de uma melhor distribuição geográfica;</li> <li>• Diminuição das taxas de insucesso e abandono;</li> <li>• Ajustamento no funcionamento dos vários tipos de transportes escolares;</li> <li>• Criação de condições para o cumprimento, a 100%, da escolaridade obrigatória de 9 anos.</li> </ul>
<b>Ensino Secundário</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diminuição das taxas de insucesso e abandono;</li> <li>• Reestruturação da oferta de cursos na área tecnológica/profissional, entre os dois estabelecimentos de ensino secundário, orientados e ajustados às especificidades socio-económicas áreas do concelho.</li> <li>• Maior articulação com as ofertas do I.E.F.P.</li> </ul>

<b>Ensino Recorrente/ Cursos de 2ª Oportunidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução do tempo de permanência no sistema dos alunos que frequentam esta modalidade de ensino.</li> <li>• Reforço da oferta de escolarização de segunda oportunidade para os mais jovens, quer através desta modalidade de ensino, quer pela criação de CEF's, PIEF's e outros.</li> </ul>
<b>Ensino Profissional</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço da articulação entre a educação escolar e a formação profissional de modo a satisfazer as necessidades de emprego do concelho;</li> <li>• Alargamento da oferta de cursos profissionais nas áreas de empregabilidade mais carenciadas.</li> </ul>
<b>Cursos I.E.F.P.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Necessidade de estimular as inter-relações entre o I.E.F.P. e as instituições educativas, económicas, profissionais, associativas, sociais e culturais que a rodeiam.</li> </ul>
<b>Educação não formal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diminuição da taxa de analfabetismo;</li> <li>• Número insuficiente de CRVCC's.</li> </ul>

### 5.3 DEFINIÇÃO DE METAS, OBJECTIVOS E ESTRATÉGIAS

Em função das necessidades identificadas para os vários sistemas de educação, ensino e formação estabeleceram-se, com objectividade e rigor, as seguintes metas para o período de vigência da presente Carta:

*Metas*

- Adaptar o sistema educativo local à realidade da distribuição geográfica das populações;
- Alargar a oferta, visando uma cobertura global do ensino Pré-escolar;
- Criar condições para a existência de uma 'escola completa' no Ensino Básico;
- Promover o combate às taxas de insucesso e abandono escolar;
- Adequar o sistema educativo local à realidade sócio-económica do concelho;
- Melhorar os níveis habilitacionais e de qualificação da população activa;
- Rentabilizar os meios e recursos disponíveis, procurando articulações e complementaridades;
- Promover o desenvolvimento de cursos profissionalizantes;
- Desenvolver projectos locais de apoio a alunos estrangeiros.

Estas finalidades, amplas e genéricas e com elevado grau de ambiguidade, devem ser traduzidas num leque de objectivos específicos mais próximos da sua decorrente operacionalização que irão nortear as linhas estratégicas fundamentais para o Reordenamento da Rede Educativa do Concelho de Loulé. Neste sentido formulam-se os seguintes Objectivos Específicos:

*Objectivos  
específicos*

- Requalificar o parque escolar, tendo em vista a melhoria das suas condições;
- Reforçar a oferta de novos equipamentos educativos, visando satisfazer as necessidades da procura educativa do concelho;
- Aumentar a taxa de cobertura, principalmente ao nível do Pré-escolar, contribuindo para a fixação da população;
- Promover a integração de escolas, nomeadamente ao nível do 1º ciclo, de modo a diminuir o seu isolamento e a melhorar a socialização e interação de professores e alunos;
- Assegurar o funcionamento, em regime normal, de todos os estabelecimentos do 1º Ciclo do Ensino Básico;
- Desenvolver projectos e programas que, em cooperação com os estabelecimentos de ensino, possam contribuir para a diminuição das taxas de abandono e insucesso escolar;
- Criar uma *Newsletter* destinada à divulgação de projectos, iniciativas e boas práticas entre a autarquia e os diversos estabelecimentos de ensino;
- Promover a qualidade e o sucesso educativo e formativo nas escolas do concelho;
- Promover a igualdade de oportunidades a todos os alunos do concelho, qualquer que seja a freguesia onde habitem;
- Apoiar os alunos estrangeiros na aprendizagem da Língua Portuguesa;
- Fomentar a aprendizagem ao longo da vida da população;
- Incentivar a oferta de cursos profissionalmente qualificantes de diferentes níveis (1, 2 e 3);
- Estabelecer linhas de acção que promovam o combate ao analfabetismo existente, o abandono, a saída antecipada<sup>1</sup> e saída

<sup>1</sup> Total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos que não concluíram o 3º Ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

precoce<sup>1</sup> do sistema educativo;

- Fomentar o surgimento de mais entidades promotoras de Centros de Reconhecimento e Validação de Competências (CRVCC);
- Melhorar a rede de transportes escolares;
- Dinamizar a Acção Social Escolar e o Ensino Especial;
- Elaborar o Plano Educativo Local;
- Criar um Portal de Educação do Concelho de Loulé.

Como resultado das necessidades identificadas, a partir da análise *SWOT* realizada, e das metas e objectivos que estrategicamente se definiram para o concelho, com o propósito de melhorar a eficácia do sistema educativo local, dirige-se agora o enfoque para as seguintes principais linhas estratégicas que devem nortear a acção, e consequentes propostas de actuação, no que respeita ao reordenamento da rede educativa no concelho de Loulé:

*Linhas estratégicas*

- Criação de uma oferta de educação Pré-escolar que contribua para efectivar a sua universalização, até 2011, dando resposta às necessidades e procura das famílias residentes;
- Reestruturação da capacidade de todas as escolas para o funcionamento em regime normal. A situação ideal passaria, nas escolas do 1º ciclo, por que a cada sala disponível pudesse corresponder uma turma e um ano de escolaridade;
- Aposta na existência de centros educativos, na óptica da escola completa, diminuindo o isolamento a que os alunos estão sujeitas nas escolas, sobretudo do interior do concelho, tendo em vista uma melhor socialização e o sucesso educativo;
- Fomento da qualificação do parque escolar (JI e 1º ciclo), nos aspectos funcionais, arquitectónicos e ambientais dos seus equipamentos e espaços exteriores, sempre que possível criando outros espaços complementares e de apoio (biblioteca, 'ateliers', etc.);

---

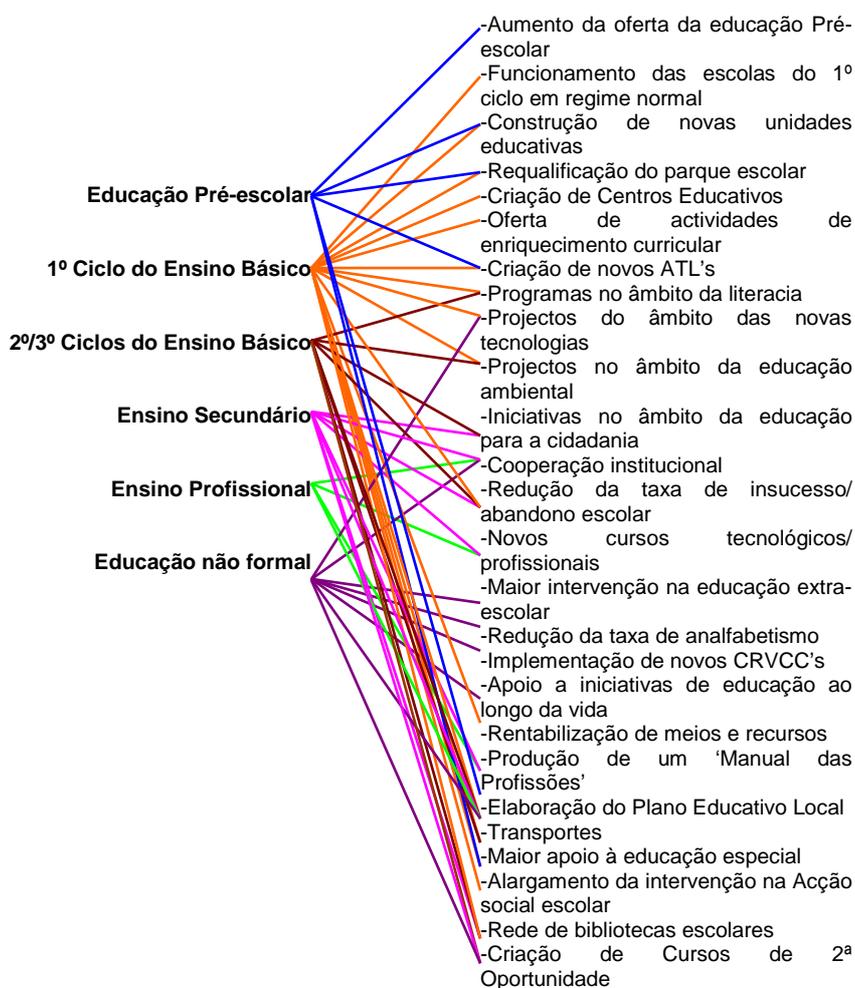
<sup>1</sup> Total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

- Promoção e aumento da oferta das actividades de enriquecimento curricular com a extensão da actividade física e desportiva, o ensino da música e de outras expressões artísticas;
- Alargamento da rede de centros de actividades de tempos livres (ATL) nas escolas e/ou na sua proximidade;
- Desenvolvimento de planos, programas e iniciativas, no âmbito da literacia, das tecnologias da informação e comunicação, do ambiente e da educação e formação cívica, que contribuam para um aumento do nível de educação e formação da população do concelho;
- Criação das condições necessárias ao estabelecimento de redes de cooperação entre diferentes identidades com o propósito de reduzir o insucesso educativo;
- Estabelecimento de uma rede interactiva entre a biblioteca municipal e as várias bibliotecas escolares;
- Reestruturação de cursos de âmbito tecnológico/profissional, com base numa estreita articulação entre os dois estabelecimentos de ensino secundário e a escola profissional, no sentido de uma oferta global diversificada e atenta às especificidades sócio-económicas do concelho de Loulé;
- Intervenção no âmbito da educação extra-escolar, criando condições para o aumento dos níveis de formação/qualificação da população activa;
- Implementação de novos CRVCC, estrategicamente localizados, com vista a uma maior abrangência em todo o concelho;
- Criação de condições para apoio a adultos, na definição de um percurso de educação e formação ao longo da vida, de modo a ir reforçando continuamente as suas competências;

- Desenvolvimento pela autarquia, em parceria com as empresas locais, de um “Manual das Profissões”, produzido numa linguagem adequada a diferentes grupos etários;
- Elaboração do Plano Educativo Local com a participação do Conselho Municipal de Educação;
- Promoção da igualdade de oportunidades para todos os jovens do concelho, independentemente da freguesia que habitem.

Terminada que foi esta etapa, e antes de se prosseguir na apresentação de propostas respeitantes quer ao ordenamento da rede, quer à definição dos territórios educativos, construção e requalificação dos equipamentos educativos, calendarização e custos associados, não deixa de ser oportuno, de forma esquemática, apresentar-se um diagrama que permita estabelecer a relação e a coerência entre a análise das necessidades educativas e o diagnóstico estratégico traçado para a sua superação.

*Coerência entre a análise do sistema e o diagnóstico estratégico*



## 6. PROPOSTAS

Ao sistema educativo local tem de se conferir a possibilidade de uma intervenção eficaz e integrada que seja não só capaz de o colocar em equilíbrio com o território em que irá ser implantado como de conciliar o aumento da produção e produtividade com o desenvolvimento desse mesmo território dentro dos contornos que, socioeconomicamente, se vão delineando. É por isso que o sistema educativo local tem de saber planear a sua rede escolar subordinando-a a conceitos de racionalização, que devem levar em linha de consideração os princípios da diversidade (tipologias de estabelecimentos), da flexibilidade (soluções e alternativas) e da complementaridade (na gestão e utilização de recursos).

*Diversidade,  
Flexibilidade e  
Complementaridade*

Nos últimos anos tem-se assistido a uma mudança na política educativa, essencialmente no que se diz respeito ao próprio conceito de Escola. Efectivamente, a visão da escola enquanto edifício isolado tornou-se cada vez mais redutora. A Escola actual quer-se projectada para o seu meio envolvente, quer-se o centro de uma rede de espaços de educação e formação e não um mero somatório de escolas sem ligação entre si. Por isso torna-se emergente a concepção de uma escola-organização que articule diversas unidades de educação e formação.

*Novo paradigma de  
Escola*

Este novel conceito de escola tem vindo, sucessivamente, a ser utilizado pelos diferentes governos como suporte das políticas educativas com naturais reflexos no ordenamento da rede, pelo que qualquer Carta Educativa não poderá, de todo, distanciar-se das orientações sustentadas por essas mesmas políticas. Necessário se torna, pois, considerar os princípios que norteiam tais orientações, nos diferentes níveis de ensino, como meio de consubstanciar a sua articulação com a realidade local.

Neste sentido, como se tentou deixar claro nos Princípios Orientadores (ponto 1 do presente trabalho), a Carta Educativa é um documento não só de planeamento local de educação mas, também, de gestão e programação da Rede Educativa (tendo, por isso, que possuir um carácter dinâmico e uma permanente capacidade de diagnóstico e avaliação) que deve definir prioridades de acção, a fim de dar resposta às necessidades já identificadas.

Com base nestes pressupostos, no ponto que agora se inicia tentar-se-á definir e apresentar propostas (de âmbito organizacional, de gestão de equipamentos e de materialização de medidas e intervenções) organizadas em torno de três eixos fundamentais:

*Eixos em que se baseia o reordenamento da rede educativa*

- Explicitação dos princípios e orientações gerais que enformam o planeamento da rede educativa;
- Identificação, análise e justificação do conjunto de Territórios Educativos em proposta e áreas de intervenção;
- Elenco dos projectos/empreendimentos entendidos como cruciais e oportunos para a regularização e equilíbrio da oferta educativa, de tutela pública, do concelho e respectivas áreas de intervenção prioritárias e materialização das medidas a implementar.

## 6.1 DE ÂMBITO ORGANIZACIONAL

### 6.1.1 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA REDE EDUCATIVA

Para além do exposto na Lei de Bases do Sistema Educativo, em diplomas específicos complementares e no Plano Director Municipal o documento “Critérios de Reordenamento da Rede Educativa”, publicado em 2000, pelo Ministério da Educação (DAPP), actualizado em 2006 pelo documento “Planeamento da Rede Educativa – Princípios Orientadores (GIASE), apresentam as orientações definidas pelas políticas educativas a nível nacional. Daí, e por opção, seleccionaram-se princípios e objectivos que determinam as linhas de acção, que a nível local, deverão ser tomadas e que a Carta Educativa deverá considerar, identificando-os de seguida e de forma sucinta:

#### **Princípios:**

*- O reforço das ligações da escola ao tecido social e colectivo, reconhecendo a importância da participação dos parceiros sociais e económicos, da comunidade e das famílias em todas as decisões que têm a ver com a rede e com os objectivos educativos;*

- *A concepção de um sistema educativo articulado com outras redes sociais e nomeadamente as que se ligam com as empresas, o mundo do trabalho e o mercado social de emprego;*
- *O conceito de educação como um projecto permanente, de formação ao longo da vida, integrando o ensino recorrente, os sistemas de aprendizagem e aperfeiçoamento profissional;*
- *As dinâmicas de associação/agrupamentos de escola;*
- *O entendimento da rede educativa como uma malha da rede maior e mais geral de equipamentos locais de diversa natureza, que têm como fim comum contribuir para o desenvolvimento nacional através da satisfação das necessidades e aspirações identificadas a nível local;*
- *A concepção da aprendizagem e desenvolvimento educativo como um processo sequencial, integrado e complementar, não compartimentado, nem no espaço, nem no tempo, nem nos saberes. Concepção que exige o esforço da articulação de todo o sistema de educação e ensino e entre este e todos os outros processos e situações educativas e que a escola deve abrir-se numa perspectiva de contributo para valorização dos recursos humanos.*

### **Objectivos**

Para a Educação Pré-escolar e Ensino Básico:

- *Apoiar a criação de estabelecimentos de educação Pré-escolar por entidades da sociedade civil;*
- *Alargar a educação Pré-escolar progressivamente a todas as crianças em idade adequada;*
- *Consolidar a universalidade do ensino básico de nove anos;*
- *Garantir o princípio da escola a tempo inteiro;*
- *Assegurar o fornecimento de refeições a todos os alunos;*
- *Dimensionar as escolas tendo em conta uma racional e adequada utilização dos recursos humanos, materiais e dos espaços físicos;*
- *Generalizar o ensino de inglês no 1.º ciclo;*
- *Tornar obrigatório o ensino experimental das ciências em todo o ensino básico;*
- *Generalizar o acesso e uso das tecnologias de informação e comunicação;*
- *Privilegiar a construção de equipamentos integrados com várias valências*

*(Pré-escolar e 1º ciclo ou escolas básicas integradas com ou sem jardim de infância;*

- *Valorizar os diversos percursos educativos e formativos pós-básico.*

Para o Ensino Secundário:

- *Garantir a igualdade de oportunidades de acesso a todos os jovens;*
- *Contribuir para o esbatimento das assimetrias locais;*
- *Dar resposta à procura educativa dos jovens e das famílias;*
- *Adequar a oferta à procura garantindo a permanente qualidade daquela;*
- *Aproximar o ensino secundário e o sistema de formação profissional;*
- *Reforçar a oferta de cursos profissionais nas escolas secundárias;*
- *Valorizar os Cursos de Especialização Tecnológica (CET);*
- *Assumir a supramunicipalidade do planeamento de construção de novos edifícios.*

Para a Aprendizagem ao Longo da Vida:

- *Estimular a procura de certificação e de novas oportunidades de formação (Iniciativa Novas Oportunidades) por parte dos adultos, procedendo à validação das competências adquiridas ao longo do seu percurso pessoal e profissional;*
- *Incentivar a criação de novos centros de reconhecimento de validação e certificação de competências.*

### **6.1.2 DEFINIÇÃO DE TERRITÓRIO EDUCATIVO**

Alguns princípios e objectivos acima descritos, e que se encontram traduzidos nos Decreto-Lei n.º 115-A/98 de 4 de Maio e Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro, implicam que a Carta Educativa seja orientada numa lógica de constituição de “Territórios Educativos”, em que esteja inserida toda a oferta educativa do concelho. Desta forma, o parque escolar deixa de ser encarado como um somatório de escolas sem ligação entre si, para passar a ser visto como uma rede de estabelecimentos pedagógica e institucionalmente conectados e geograficamente próximos.

*Territorialidade e oferta educativa*

Numa perspectiva mais ampla, os TE's formatam a constituição de novas redes educativas, compatibilizando a rede escolar com outras redes de equipamentos culturais e desportivos, que podem representar um papel essencial tanto na superação de carências evidenciadas por alguns estabelecimentos escolares, como na diversificação e complementaridade pedagógica.

Este modelo de planeamento permitirá, assim, organizar/projectar o espaço concelhio em áreas que assegurem não só o cumprimento da escolaridade obrigatória em funcionamento integrado, como também uma gestão integrada da educação e formação. Por isso, além do ensino público, onde se desenvolvem dinâmicas de agrupamento de estabelecimentos de ensino (verticais e horizontais), o TE englobará os ensinos de tutela privada, cooperativa e das IPSS.

A formação destes TE's não deverá, contudo, descuidar a organização previamente existente assente no conceito de Agrupamento Escolar, a fim de minorar, ao máximo, eventuais impactos de gestão. Efectivamente, a área de influência de cada TE deverá, acima de tudo, facilitar os contactos entre os vários equipamentos de ensino nele integrados, considerando, para tal efeito, as condições geográficas, de acessibilidade e de densidade populacional.

Essa área de influência terá o seu núcleo no equipamento educativo que reúna os melhores e mais variados recursos físicos, humanos e materiais e onde se possam articular quaisquer actividades que não sejam passíveis de ser concretizadas nos restantes. Este núcleo funcionará como pólo irradiador, dinamizador e de apoio pedagógico da parte da rede educativa que lhe compete. Pode-se, então, através do conceito de TE assegurar:

- A maximização de recursos físicos e materiais;
- O acesso à escolaridade obrigatória e a equipamentos e serviços complementares (culturais e desportivos);
- Um ensino e uma aprendizagem sem rupturas ao longo dos diferentes níveis de ensino;
- Maior facilidade de contacto entre os docentes, evitando o seu isolamento;
- Um funcionamento integrado de serviços de apoio sócio-educativo (Psicologia, Orientação Educativa e Acção Social Escolar).

*Os agrupamentos  
na lógica territorial*

*Vantagens dos  
TE's*

Todo este conjunto de elementos relativos aos TE's aproximam-nos da necessidade de estabelecer os referentes que devem subjazer à sua concepção, a saber:

- Número de crianças e jovens a escolarizar nos níveis Pré-escolar, básico e secundário que justifique a existência de um ou mais equipamentos;
- Oferta de equipamentos escolares de diferentes tutelas capazes de dar resposta à procura educativa da população em idade escolar;
- Presença de um equipamento educativo que possa assegurar as funções de Escola Nuclear;
- Em termos de distâncias a percorrer pelas crianças e jovens, entre as suas habitações e os estabelecimentos que frequentam, o TE deve estar dimensionado de modo a que, nas zonas urbanas, esse percurso possa ser feito a pé e que, nas zonas rurais, os transportes escolares o possam percorrer até ao máximo de 15km em 50 minutos;
- Correspondência dos TE's com os limites geográfico-administrativos das freguesias do concelho.

É com base nestes pressupostos que se irão desenhar os diferentes TE's, não esquecendo a existência de alguns factores críticos inevitavelmente associados a tarefa tão complexa. Um prende-se com a rede de transportes escolares, que poderá influenciar a delimitação do TE caso não possa corresponder adequadamente às necessidades das crianças/alunos e respectivas famílias. Um outro reporta-se à situação ideal de correspondência do TE com a área de uma freguesia ou de um número inteiro de freguesias. Neste caso, a observância pelos limites administrativos das freguesias (até pelo próprio diagnóstico anteriormente realizado relativamente à procura e à oferta educativa) deverá constituir um *leit-motiv* na identificação do TE.

Por último, na constituição dos TE's devem ser levadas em linha de conta as diferentes tipologias de estabelecimentos que os podem integrar. De acordo com o regulamentado, pretende-se a aproximação administrativa e pedagógica entre os vários níveis de ensino básico. Neste sentido apresenta-se, em seguida, no Quadro 107, as diferentes tipologias de

*Aspectos a considerar na criação de um TE*

escola a considerar e a promover nos TE's.

Quadro 107

Tipologia de Estabelecimentos de Ensino Público a considerar nos TE's

Tipo de Estabelecimento	Ensino ministrado	Faixa Etária
Jardim-de-infância (JI)	Pré-escolar	3 aos 5 anos
Escola Básica do 1º ciclo (EBI)	1º Ciclo	6 aos 9 anos
Escola Básica do 1º ciclo e Jardim de Infância (EBI,JI)	Pré - Escolar e 1º ciclo	3 aos 9 anos
Escola Básica do 2º e 3º ciclos (EB2,3)	2º e 3º ciclos	10 aos 14 anos
Escola Básica Integrada (EBI)	1º, 2º e 3º ciclos	6 aos 14 anos
Escola Básica Integrada com Jardim-de-infância (EBI/JI)	Pré-escolar, 1º 2º e 3º ciclos	3 aos 14 anos
Escola Secundária (ES)	Secundário	15 aos 17 anos
Escola Secundária com 3º ciclo (ES/3)	Secundário com 3º ciclo	12 aos 17 anos

Fonte: Ministério da Educação

### 6.1.3 IDENTIFICAÇÃO DOS TERRITÓRIOS EDUCATIVOS NO CONCELHO DE LOULÉ

Para o concelho de Loulé foram definidos 7 Territórios Educativos, tendo por base as trajectórias em vigência da actual rede escolar, ou seja seis agrupamentos verticais e dois horizontais. Esta opção foi tomada tendo por base uma melhor agregação das áreas de influência das escolas básicas do 1.º Ciclo do Ensino Básico afectas a um mesmo estabelecimento do 2.º e 3º ciclos e o processo de reagrupamento das escolas, estabelecido pelo Despacho nº 13313/2003 de 3 de Julho, que aponta para a verticalização dos agrupamentos com o objectivo de que se cumpra um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória.

*7 Territórios Educativos*

*Fluxos*

Por outro lado, e tendo em conta todos os elementos já descritos para a definição dos TE's, procurou-se estabelecer uma territorialidade educativa mais equilibrada assente em novas nuclearizações, procurando dar resposta às características da distribuição da população infantil e jovem pelo concelho. Ainda neste âmbito, importa ter em atenção tanto a situação actual como as projecções demográficas efectuadas.

*Novas nuclearizações*

Definem-se, assim, os seguintes Territórios, cada um deles designado em função da sua escola nuclear:

- Território Educativo da Escola Básica 2,3 Padre João Cabanita

- Território Educativo da Escola Básica 2,3 Eng.º Duarte Pacheco
- Território Educativo da Escola Básica 2,3 D. Dinis
- Território Educativo da Escola Básica 2,3 S. Pedro do Mar
- Território Educativo da Escola Básica 2,3 Dr. António Sousa Agostinho
- Território Educativo da Escola Básica Integrada de Salir
- Território Educativo da Escola Básica Integrada Prof. A. Cavaco Silva

A Escola Básica 2,3 Padre João Cabanita constituir-se-á como escola nuclear do respectivo TE, o qual passará a abranger também todas as unidades educativas do actual agrupamento horizontal da EB 1 nº 4, de Loulé, bem como todos os estabelecimentos de educação Pré-escolar privadas e IPSS's a funcionar na freguesia de S. Clemente. Deste agrupamento horizontal faz também parte a EB 1 de Querença pelo que este TE abrangerá a área geográfica das duas freguesias por inteiro. Neste TE incluem-se os principais Equipamentos Desportivos do concelho (piscina, campos de jogos e pavilhão desportivo), a Escola de Música Municipal, bem como a Fundação Manuel Viegas Guerreiro, sediada em Querença.

*Análise por  
Território  
Educativo*

O actual agrupamento vertical da EB 2,3 Eng.º Duarte Pacheco passará a incluir o agrupamento horizontal da EB 1 da Mãe Soberana, dando origem a um TE que corresponderá à área geográfica da freguesia de S. Sebastião, com excepção da EB 1/JI de Vale Judeu.

O agrupamento horizontal da EB 1 D. Francisca de Aragão passará a pertencer ao TE da Escola Básica 2,3 D. Dinis, agregando este todos estabelecimentos pertencentes ao sector privado sediados em Vilamoura (Creche/JI Babymoura e Colégio Internacional de Vilamoura) e o Centro de Apoio à Criança, em Quarteira.

O TE da Escola Básica 2,3 S. Pedro do Mar manter-se-á com a mesma constituição do actual agrupamento vertical com o mesmo nome mas passará a aglutinar a Fundação António Aleixo, o Centro Paroquial de Quarteira e o Externato Palmo e Meio.

O Território Educativo da Escola Básica 2,3 Dr. António Sousa Agostinho, em Almancil, manterá a mesma constituição do actual agrupamento vertical

com a mesma designação, passando a incluir todos os estabelecimentos de educação e ensino privados existentes na freguesia de Almancil.

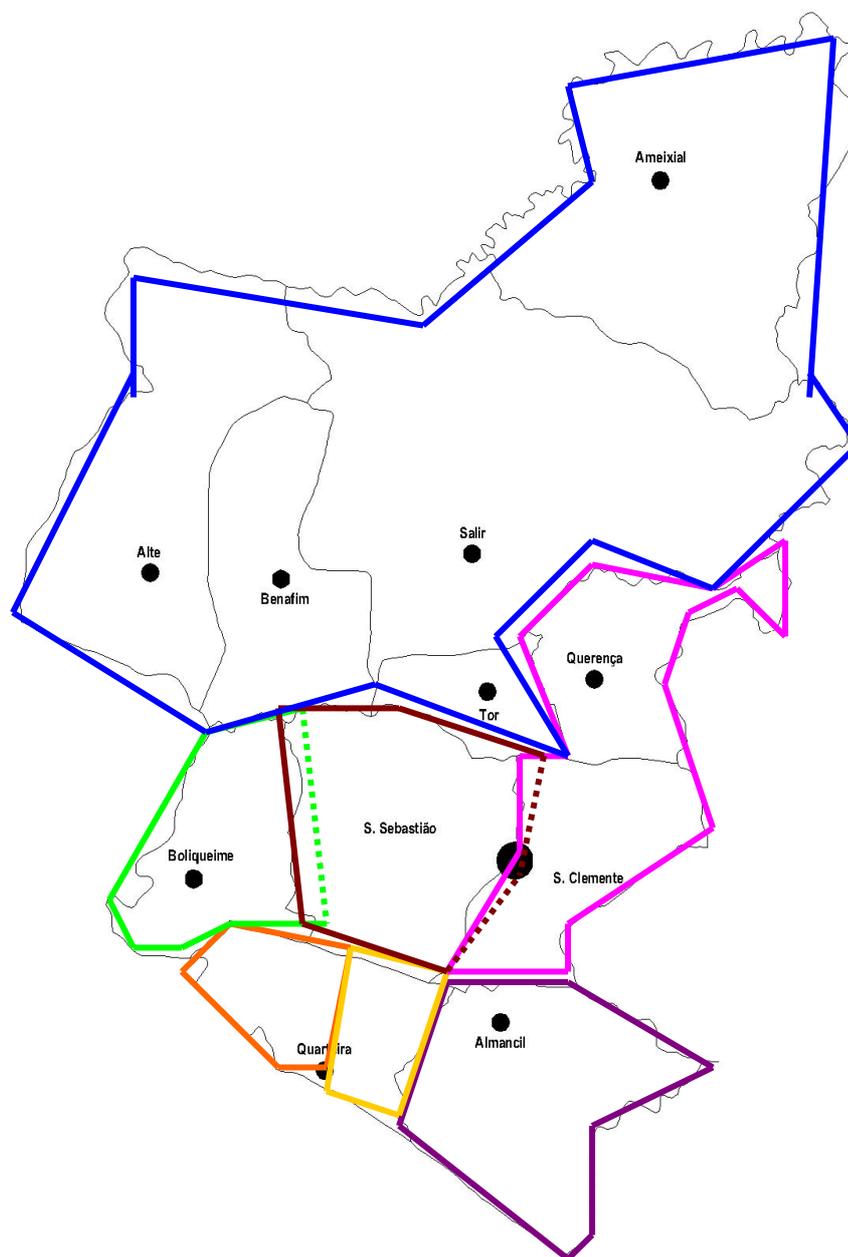
O Território Educativo da Escola Básica Integrada de Salir corresponderá ao actual agrupamento vertical com o mesmo nome, abrangendo os limites geo-espaciais das freguesias de Salir, Ameixial, Tôr, Alte e Benafim.

Integrar-se-ão, ainda, neste TE a Associação Social e Cultural da Tôr e a Associação Grupo de Amigos de Salir, o Centro de Animação e Apoio Comunitário de Alte, bem como a Escola Profissional Cândido Guerreiro, sediada, também, nesta última freguesia.

Por fim, o Território Educativo da Escola Básica Integrada Prof. A. Cavaco Silva corresponderá, por inteiro, ao actual agrupamento vertical com o mesmo nome, passando a contar também com o JI Pe. Sebastião Costa (IPSS) e com o Centro Comunitário de Vale Silves. Este território identifica-se totalmente com a área geográfica da freguesia mas associa, por motivo de proximidade, a EB 1/JI de Vale Judeu.

Figura 16

Proposta de Territórios Educativos do Concelho de Loulé (2006)



- Território Educativo da Escola Básica 2,3 Dr. António Sousa Agostinho
- Território Educativo da Escola Básica 2,3 D. Dinis
- Território Educativo da Escola Básica 2,3 S. Pedro de Mar
- Território Educativo da Escola Básica 2,3 Pe. João Cabanita
- Território Educativo da Escola Básica Integrada Prof. A. Cavaco Silva
- Território Educativo da Escola Básica 2,3 Eng.º Duarte Pacheco
- Território Educativo da Escola Básica Integrada de Salir

## 6.2 DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIALIZAÇÃO DE MEDIDAS E INTERVENÇÕES

Definidos que estão os TE's procurar-se-á, de seguida, explicitar os distintos elementos e indicadores que os caracterizam, de forma a tornar possível a configuração projectada da rede educativa para o concelho. Esta tentará colmatar as carências e necessidades detectadas aquando do diagnóstico estratégico, anteriormente apresentado (veja-se Ponto 5 desta Carta), e fixar-se-á, preferencialmente, na gestão dos equipamentos ao nível da educação Pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico.

Acrescente-se que o enquadramento legal e os dados resultantes da análise da procura educativa, realizada para cada uma das freguesias nos cinco anos objecto de estudo, apontam para uma tendência progressiva de concentração dos alunos em estabelecimentos de ensino localizados, preferencialmente, nas sedes das mesmas. Contudo, as especificidades a nível demográfico implicam um planeamento cuidado das propostas a efectuar, devendo estas ter sempre subjacente a lógica de que a racionalização de meios e recursos nunca se deverá sobrepor à perspectiva de melhoria da qualidade do ensino.

Para a concretização deste desiderato optou-se por apresentar em quadro uma síntese dos indicadores que se consideraram como os mais relevantes por TE, a saber: a área de influência do TE (sua delimitação geográfica e principais lugares que lhe estão afectos); a população residente e estimativas até 2011, por grupos etários; Parque Escolar existente (número de estabelecimentos, níveis de ensino ministrados e taxas de ocupação); População Escolar (efectiva no ano lectivo de 2004/05 e estimada para o Pré-escolar, os 1º, 2º e 3º ciclos e para o secundário); Perspectivas de desenvolvimento sócio-urbanístico; e, finalmente, os principais indicadores a considerar no planeamento da rede educativa.

As áreas de intervenção, que acima se definiram por grau de prioridade, materializam-se objectivamente num conjunto de medidas que se apresentarão nos quadros em que se fará a descrição das propostas, em que serão referidos as estimativas de custos das medidas propostas bem como as entidades responsáveis pelo seu financiamento. O programa de execução e o plano de financiamento apresentados surgiram da

concertação entre a Direcção Regional de Educação e a Câmara Municipal de Loulé no âmbito do Programa Especial de Reordenamento da Rede de Escolas do 1º Ciclo de Ensino Básico (PER EB1 Algarve) ancorados no disposto nas alíneas b) e c) do nº 2 da art. 18 do Decreto-Lei 7/2003.

Nesta conformidade, o plano de intervenções encontrar-se-á assente em duas premissas fundamentais: por um lado, um rigoroso planeamento estratégico da expansão do sistema educativo, com o objectivo de evitar rupturas ou situações de inadequação com o desenvolvimento socio-económico do concelho; e, por outro, a operacionalização dessas propostas projectada numa lógica de promoção e desenvolvimento do sistema educativo local.

Quadro 108

Síntese de Indicadores sobre o Território Educativo da Escola Básica 2,3 Padre João Cabanita

<b>Área de Influência</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Situado na zona Nordeste da cidade de Loulé, abrange as freguesias de S. Clemente e de Querença</li> <li>Lugares abrangidos: Goldra, Poço Novo, Areeiro, Alfarrobeira, Clareanes, Querença</li> </ul>
<b>População</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>População residente em 2001: 15194</li> <li>Estimativa por grupos etários correspondentes aos vários níveis de ensino:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Entre os 3 e os 5 anos: 468</li> <li>- Entre os 6 e os 9 anos: 586</li> <li>- Entre os 10 e os 14 anos: 839</li> </ul> </li> </ul>
<b>Parque Escolar</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecimentos de educação/ensino existentes: 20 (14 públicos, 2 IPSS, 4 privados), distribuídos por níveis como se segue:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pré-escolar – 8</li> <li>- 1º Ciclo – 9</li> <li>- 2º e 3º Ciclos – 1</li> <li>- Secundário – 1</li> <li>- Superior – 1</li> </ul> </li> <li>Taxa de Ocupação dos estabelecimentos de educação/ensino públicos (média):               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pré-escolar – 100%</li> <li>- 1º ciclo – 79%</li> </ul> </li> </ul>
<b>População Escolar</b>	<b>Efectiva em 2004/2005</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grupos etários correspondentes aos vários níveis de ensino:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Entre os 3 e os 5 anos: 372 (100 sector público, 103 do privado 160 IPSS's)</li> <li>- Entre os 6 e os 9 anos: 593</li> <li>- Entre os 10 e os 14 anos: 605</li> <li>- Entre os 15 e os 17 anos: 1113</li> </ul> </li> <li>Taxa Média de Cobertura: 82%</li> <li>Taxa Bruta de Escolarização 1º Ciclo: 104%</li> <li>Taxa Bruta de Escolarização Média concelhia 2º/3º Ciclos: 100,2%</li> </ul>
	<b>Estimativa até 2011</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grupos etários correspondentes aos vários níveis de ensino:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Entre os 3 e os 5 anos: 345</li> <li>- Entre os 6 e os 9 anos: 727</li> <li>- Entre os 10 e os 14 anos: 780</li> <li>- Entre os 15 e os 17 anos: 490</li> </ul> </li> </ul>
<b>Perspectivas de Desenvolvimento Sócio-urbanístico</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Perspectivas de crescimento habitacional<sup>1</sup></li> <li>Estimativas populacionais para 2011: 16746 (+ 9,3 %)</li> </ul>
<b>Principais indicadores a considerar no planeamento da rede educativa</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Insuficiente cobertura da rede pública ao nível do Pré-escolar.</li> <li>É um TE que tende a atrair um significativo número de alunos procedente de outros TE's, no 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e no Secundário.</li> <li>Situação de regime de funcionamento por desdobramento em 3 dos 9 estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico.</li> <li>Previsão de crescimento demográfico a curto/médio prazo.</li> <li>Atendendo à oferta educativa actual e futura, aconselha-se a que as propostas de redimensionamento para este TE possam ser afinadas com maior rigor na fase de monitorização.</li> </ul>

<sup>1</sup> Apesar das freguesias de S. Clemente e Querença terem registado entre 1991 e 2001 uma variação positiva no número de edifícios e alojamentos (veja-se Quadro 35) não foi possível obter dados fiáveis relativamente à estimativa de crescimento habitacional pelo que neste indicador, a população estimada para este TE fica necessariamente comprometida. Refira-se, também, que alguma informação de que se dispõe para a freguesia de S. Clemente se encontra agregada à freguesia de S. Sebastião.

## Quadro 109

Descrição das Propostas para o Território Educativo da Escola Básica 2,3 Padre João Cabanita

Nível de Prioridade		1a	1b	1b	3	3
Propostas de Redimensionamento dos Equipamentos		Reconversão de 1 Sala da EB1 de Clareanes para equipamento Pré-escolar. Futuramente as 2 salas que compõem esta escola poderão ambas vir a funcionar como equipamento Pré-escolar	Criação de uma EB1 /JI em Loulé. Após esta intervenção, e na fase de monitorização, poder-se-á equacionar a suspensão do funcionamento das seguintes EB1: Goldra; Poço Novo; Areeiro 1; Areeiro 2; Clareanes	Ampliação da EB1 nº 4 de Loulé	Remodelação do JI nº 1 de Loulé Substituição do actual edifício pré-fabricado (3 Salas) por um novo equipamento com 6 Salas	Criação de uma EB 2,3 <sup>1</sup>
Alterações projectadas/ Impacto previsto	Pré-escolar	1 Sala	3 Salas	--	3 Salas	--
	1º Ciclo	(-1Sala)	14 Salas	1 Sala Polivalente/ Refeitório	--	--
	2º/3º Ciclos	--	--	--	--	25 Salas
Localização		Clareanes (S. Clemente)	Vale de Rãs	Área da actual escola	Área do actual JI	Campinas de Cima (Loulé)
Situação actual		Sem Projecto	Projecto a iniciar	Projecto a iniciar	Projecto a iniciar	--
Entidades responsáveis		Câmara Municipal	Câmara Municipal DREAlg	Câmara Municipal DREAlg	Câmara Municipal DREAlg <sup>2</sup>	DREAlg
Custos previstos		A estimar	A estimar	A estimar	A estimar	--

## Legenda:

1a – Nível de prioridade urgente (para empreendimentos que já se encontram em curso)

1b – Nível de prioridade urgente (para empreendimentos ainda não iniciados)

2 – Nível de prioridade a curto prazo (≈ até 2009)

3 – Nível de prioridade a médio prazo (≈ até 2011)

<sup>1</sup> A eventual criação desta unidade educativa implicará, necessariamente, a redefinição deste TE.<sup>2</sup> Não se encontra previsto no documento de Intervenções Consensualizadas entre as duas entidades (PER EB1 Loulé).

## Quadro 110

Síntese de Indicadores sobre o Território Educativo da Escola Básica 2,3 Eng.º Duarte Pacheco

Área de Influência		<ul style="list-style-type: none"> <li>Situado na zona Oeste da cidade de Loulé, abrange as freguesias de S. Sebastião e S. Clemente</li> <li>Lugares abrangidos: Estação, Quatro Estradas, Poço da Amoreira, Gilvrazino, Parragil</li> </ul>
População		<ul style="list-style-type: none"> <li>População residente em 2001: 6734</li> <li>Estimativa por grupos etários correspondentes aos vários níveis de ensino:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Entre os 3 e os 5 anos: 188</li> <li>- Entre os 6 e os 9 anos: 251</li> <li>- Entre os 10 e os 14 anos: 340</li> </ul> </li> </ul>
Parque Escolar		<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecimentos de educação/ensino existentes: 6 (todos do sector público), distribuídos por níveis como se segue:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pré-escolar – 1</li> <li>- 1º Ciclo – 4 (2 com valência de Pré-escolar)</li> <li>- 2º e 3º Ciclos – 1</li> </ul> </li> <li>Taxa de Ocupação dos estabelecimentos de educação/ensino públicos (média):               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pré-escolar – 100%</li> <li>- 1º Ciclo – 91%</li> </ul> </li> </ul>
População Escolar	Efectiva em 2004/2005	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grupos etários correspondentes aos vários níveis de ensino:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Entre os 3 e os 5 anos: 123</li> <li>- Entre os 6 e os 9 anos: 380</li> <li>- Entre os 10 e os 14 anos: 669</li> </ul> </li> <li>Taxa Média de Cobertura: 79%</li> <li>Taxa Bruta de Escolarização 1º Ciclo: 151%</li> <li>Taxa Bruta de Escolarização Média concelhia 2º/3º Ciclos: 100,2%</li> </ul>
	Estimativa até 2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grupos etários correspondentes aos vários níveis de ensino:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Entre os 3 e os 5 anos: 186</li> <li>- Entre os 6 e os 9 anos: 229</li> <li>- Entre os 10 e os 14 anos: 312</li> <li>- Entre os 15 e os 17 anos: 206</li> </ul> </li> </ul>
Perspectivas de Desenvolvimento Sócio-urbanístico		<ul style="list-style-type: none"> <li>Perspectivas de crescimento habitacional<sup>1</sup></li> <li>Estimativas populacionais para 2011: 7626 (+ 11,7 %)</li> </ul>
Principais indicadores a considerar no planeamento da rede educativa		<ul style="list-style-type: none"> <li>Previsão de crescimento demográfico a médio prazo.</li> <li>Taxa Média de Cobertura do Pré-escolar abaixo dos 100%.</li> <li>Predomínio da oferta pública na totalidade dos níveis de educação e ensino do TE.</li> <li>Satisfação da oferta face à procura existente ao nível dos 1º, 2º e 3º ciclos.</li> </ul>

<sup>1</sup> Apesar da freguesia de S. Sebastião ter registado entre 1991 e 2001 uma variação positiva no número de edifícios e alojamentos (veja-se Quadro 35) não foi possível obter dados fiáveis relativamente à estimativa de crescimento habitacional pelo que neste indicador, a população estimada para este TE fica necessariamente comprometida. Refira-se, também, que alguma informação de que se dispõe se encontra agregada à freguesia de S. Clemente.

## Quadro111

 Descrição das Propostas para o Território Educativo da Escola Básica 2,3 Eng.º Duarte Pacheco<sup>1</sup>

Nível de Prioridade		1b	1b	1b
Propostas de Redimensionamento dos Equipamentos		Remodelação da EB1 Mãe Soberana	Ampliação da EB1 da Estação	Ampliação da EB1 de Gilvrazino Esta ampliação servirá também o JI de Gilvrazino
Alterações projectadas/ Impacto previsto	Pré-escolar	--	--	--
	1º Ciclo	Instalações sanitárias; Espaços de recreio	1 Sala Polivalente/ Refeitório; 1 Sala Professores; 1 Biblioteca	1 Sala Professores; 1 Biblioteca
	2º/3º Ciclos	--	--	--
Localização		Área da actual escola	Área da actual escola	Área da actual escola
Situação actual		Projecto em início	Sem projecto	Sem projecto
Entidades responsáveis		Câmara Municipal	Câmara Municipal DREAlg	Câmara Municipal DREAlg
Custos previstos		A estimar	A estimar	A estimar

## Legenda:

- 1a – Nível de prioridade urgente (para empreendimentos que já se encontram em curso)  
 1b – Nível de prioridade urgente (para empreendimentos ainda não iniciados)  
 2 – Nível de prioridade a curto prazo (≈ até 2009)  
 3 – Nível de prioridade a médio prazo (≈ até 2011)

<sup>1</sup> Com a entrada em funcionamento de EB1/JI n.º 5 de Loulé, prevê-se a suspensão de funcionamento da EB1 do Poço da Amoreira para o ano lectivo de 2007/08.

Quadro 112

Síntese de Indicadores sobre o Território Educativo da Escola Básica 2,3 D. Dinis

<b>Área de Influência</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Situado na zona Oeste da cidade de Quarteira</li> <li>Lugares abrangidos: Quarteira, Vilamoura</li> </ul>
<b>População</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>População residente na freguesia de Quarteira, em 2001: 16129</li> <li>Estimativa por grupos etários correspondentes aos vários níveis de ensino em toda a freguesia:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Entre os 3 e os 5 anos: 817</li> <li>- Entre os 6 e os 9 anos: 1043</li> <li>- Entre os 10 e os 14 anos: 949</li> </ul> </li> </ul>
<b>Parque Escolar</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecimentos de educação/ensino existentes: 5 (2 públicos, 3 privados), distribuídos por níveis como se segue:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pré-escolar – 4 (3 do sector privado)</li> <li>- 1º Ciclo – 2 (1 do sector privado)</li> <li>- 2º e 3º Ciclos – 2 (1 do sector privado)</li> <li>- Secundário – 1 (sector privado)</li> </ul> </li> <li>Taxa de Ocupação dos estabelecimentos de educação/ensino públicos (média):               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pré-escolar – 100%</li> <li>- 1º Ciclo – 171%</li> </ul> </li> </ul>
<b>População Escolar</b>	Efectiva em 2004/2005	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grupos etários correspondentes aos vários níveis de ensino:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Entre os 3 e os 5 anos: 234 (50 sector público, 184 do privado)</li> <li>- Entre os 6 e os 9 anos: 709 (605 sector público, 104 do privado)</li> <li>- Entre os 10 e os 14 anos: 660 (524 sector público, 136 do privado)</li> <li>- Entre os 15 e os 17 anos: 60 (privado)</li> </ul> </li> <li>Taxa Média de Cobertura: 46% (18% público)</li> <li>Taxa Bruta de Escolarização 1º Ciclo: 118%</li> <li>Taxa Bruta de Escolarização Média Concelhia 2º/3º Ciclos: 100,2%</li> </ul>
	Estimativa até 2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grupos etários correspondentes aos vários níveis de ensino em toda a freguesia:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Entre os 3 e os 5 anos: 771</li> <li>- Entre os 6 e os 9 anos: 1147</li> <li>- Entre os 10 e os 14 anos: 1385</li> <li>- Entre os 15 e os 17 anos: 814</li> </ul> </li> </ul>
<b>Perspectivas de Desenvolvimento Sócio-urbanístico</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Perspectivas de crescimento habitacional<sup>1</sup></li> <li>Estimativas populacionais para a freguesia de Quarteira em 2011: 19422 (+ 20,4 %)</li> </ul>
<b>Principais indicadores a considerar no planeamento da rede educativa</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Acentuado défice na cobertura da rede pública do Pré-escolar.</li> <li>É um TE que, possivelmente justificado pela presença significativa de estratos sociais médio-alto, evidencia um predomínio de oferta privada em todos os níveis de ensino.</li> <li>Situação de regime de funcionamento por desdobramento no estabelecimento de ensino do 1º ciclo do sector público.</li> <li>Previsão de crescimento demográfico a médio prazo devido a fortes movimentos migratórios.</li> </ul>

Quadro 113

<sup>1</sup> Apesar da freguesia de Quarteira ter registado entre 1991 e 2001 uma variação positiva no número de edifícios e alojamentos (veja-se Quadro 35) e especialmente no número de famílias (+74,95%) não foi possível obter dados fiáveis relativamente à estimativa de crescimento habitacional pelo que neste indicador, a população estimada para este TE fica necessariamente comprometida.

## Descrição das Propostas para o Território Educativo da Escola Básica 2,3 D. Dinis

Nível de Prioridade		1b	2
Propostas de Redimensionamento dos Equipamentos		Substituição do actual edifício escolar da EB1/JI D. Francisca de Aragão (actualmente com 2 Salas Pré-escolar + 20 Salas 1º Ciclo) por um novo equipamento igualmente destinado ao 1º Ciclo	Criação de uma EB1/JI em Vilamoura <sup>1</sup>
Alterações projectadas/ Impacto previsto	Pré-escolar	As mesmas 2 Salas (remodeladas)	3 Salas
	1º Ciclo	22 Salas (+2 Salas)	10 Salas
	2º/3º Ciclos	--	--
Localização		Área da actual escola	Vilamoura ou, em alternativa, Quarteira (Norte/Nordeste)
Situação actual		Empreendimento a iniciar	Projecto a definir
Entidades responsáveis		Câmara Municipal DREAIG	Câmara Municipal DREAIG Lusotur
Custos previstos		€ 1.692.807,30 (sem incluir a remodelação das 2 Salas do Pré-escolar)	A estimar

## Legenda:

- 1a – Nível de prioridade urgente (para empreendimentos que já se encontram em curso)  
 1b – Nível de prioridade urgente (para empreendimentos ainda não iniciados)  
 2 – Nível de prioridade a curto prazo (≈ até 2009)  
 3 – Nível de prioridade a médio prazo (≈ até 2011)

<sup>1</sup> No âmbito do protocolo estabelecido relativamente ao Plano de Urbanização Vilamoura XXI.

## Síntese de Indicadores sobre o Território Educativo da Escola Básica 2,3 S. Pedro do Mar

Área de Influência		<ul style="list-style-type: none"> <li>Situado na zona Nordeste da cidade de Quarteira</li> <li>Lugares abrangidos: Quarteira, Fonte Santa, Semino</li> </ul>
População		<ul style="list-style-type: none"> <li>População residente na freguesia de Quarteira, em 2001: 16129</li> <li>Estimativa por grupos etários correspondentes aos vários níveis de ensino em toda a freguesia:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Entre os 3 e os 5 anos: 817</li> <li>- Entre os 6 e os 9 anos: 1043</li> <li>- Entre os 10 e os 14 anos: 949</li> </ul> </li> </ul>
Parque Escolar		<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecimentos de educação/ensino existentes: 5 (4 públicos, 1 privado), distribuídos por níveis como se segue:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pré-escolar – 2 (1 privado)</li> <li>- 1º Ciclo – 2</li> <li>- 2º e 3º Ciclos – 2</li> <li>- Secundário – 1</li> </ul> </li> <li>Taxa de Ocupação dos estabelecimentos de educação/ensino públicos (média):               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pré-escolar – 100%</li> <li>- 1º Ciclo – 127%</li> </ul> </li> </ul>
População Escolar	Efectiva em 2004/2005	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grupos etários correspondentes aos vários níveis de ensino:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Entre os 3 e os 5 anos: 146 (97 sector público, 49 do privado)</li> <li>- Entre os 6 e os 9 anos: 517</li> <li>- Entre os 10 e os 14 anos: 776</li> <li>- Entre os 15 e os 17 anos: 643</li> </ul> </li> <li>Taxa Média de Cobertura: 46% (18% público)</li> <li>Taxa Bruta de Escolarização 1º Ciclo: 118%</li> <li>Taxa Bruta de Escolarização Média Concelhia 2º/3º Ciclos: 100,2%</li> </ul>
	Estimativa até 2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grupos etários correspondentes aos vários níveis de ensino em toda a freguesia:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Entre os 3 e os 5 anos: 771</li> <li>- Entre os 6 e os 9 anos: 1147</li> <li>- Entre os 10 e os 14 anos: 1385</li> <li>- Entre os 15 e os 17 anos: 814</li> </ul> </li> </ul>
Perspectivas de Desenvolvimento Sócio-urbanístico		<ul style="list-style-type: none"> <li>Perspectivas de crescimento habitacional<sup>1</sup></li> <li>Estimativas populacionais para a freguesia de Quarteira em 2011: 19422 (+ 20,4 %)</li> </ul>
Principais indicadores a considerar no planeamento da rede educativa		<ul style="list-style-type: none"> <li>Défi ce de oferta na rede pública do Pré-escolar.</li> <li>É um TE que tende a atrair um significativo número de alunos procedente de outros TE's, particularmente no que se refere ao Secundário.</li> <li>Situação de regime de funcionamento por desdobramento em 3 dos 9 estabelecimentos de ensino do 1º ciclo.</li> <li>Previsão de crescimento demográfico a médio prazo devido a fortes movimentos migratórios.</li> <li>Atendendo à oferta educativa actual e futura, aconselha-se a que as propostas de redimensionamento para este TE possam ser afinadas com maior rigor na fase de monitorização.</li> </ul>

<sup>1</sup> Apesar da freguesia de Quarteira ter registado entre 1991 e 2001 uma variação positiva no número de edifícios e alojamentos (veja-se Quadro 35) e especialmente no número de famílias (+74,95%) não foi possível obter dados fiáveis relativamente à estimativa de crescimento habitacional pelo que neste indicador, a população estimada para este TE fica necessariamente comprometida. Contudo e face ao plano de urbanização Norte/Nordeste em avançado estado de elaboração, poderá quer o número de famílias quer o número de edifícios e alojamentos virá a aumentar significativamente neste TE.

## Quadro 115

Descrição das Propostas para o Território Educativo da Escola Básica 2,3 S. Pedro do Mar

Nível de Prioridade		1a	2	3
Propostas de Redimensionamento dos Equipamentos		Criação de 1 EB1/JI nº 3 de Quarteira	Na fase de monitorização, poder-se-á equacionar a suspensão do funcionamento da EB1 de Fonte Santa	Criação de uma EB 2,3 <sup>1</sup>
Alterações projectadas/ Impacto previsto	Pré-escolar	3 Salas	--	--
	1º Ciclo	8 Salas	(-2 Salas)	--
	2º/3º Ciclos	--	--	25 Salas
Localização		Sítio da Abelheira	Fonte Santa - Quarteira	A definir de acordo com áreas de cedência no âmbito do Plano de Urbanização Norte/Nordeste de Quarteira
Situação actual		Projecto em curso	--	--
Entidades responsáveis		Câmara Municipal DREAlg	--	DREAlg
Custos previstos		€ 1.105.859,17	--	--

## Legenda:

- 1a – Nível de prioridade urgente (para empreendimentos que já se encontram em curso)  
 1b – Nível de prioridade urgente (para empreendimentos ainda não iniciados)  
 2 – Nível de prioridade a curto prazo (≈ até 2009)  
 3 – Nível de prioridade a médio prazo (≈ até 2011)

## Quadro 116

Síntese de Indicadores sobre o Território Educativo da Escola Básica 2,3 Dr. António Sousa Agostinho

Área de Influência		<ul style="list-style-type: none"> <li>Toda a área geográfica da freguesia de Almancil</li> <li>Lugares abrangidos: Escanchinas, Vale do Lobo, Quinta do Lago, Vale de Éguas, S. João da Venda, Caliços, S. Lourenço.</li> </ul>
População		<ul style="list-style-type: none"> <li>População residente em 2001: 8799</li> <li>Estimativa por grupos etários correspondentes aos vários níveis de ensino:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Entre os 3 e os 5 anos: 328</li> <li>- Entre os 6 e os 9 anos: 428</li> <li>- Entre os 10 e os 14 anos: 511</li> </ul> </li> </ul>
Parque Escolar		<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecimentos de educação/ensino existentes: 12 (9 públicos, 3 privados), distribuídos por níveis como se segue:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pré-escolar – 5 (3 privados)</li> <li>- 1º Ciclo – 7 (1 privado)</li> <li>- 2º e 3º Ciclos – 1</li> </ul> </li> <li>Taxa de Ocupação dos estabelecimentos de educação/ensino públicos (média):               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pré-escolar – 100%</li> <li>- 1º ciclo – 95,2%</li> </ul> </li> </ul>
População Escolar	Efectiva em 2004/2005	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grupos etários correspondentes aos vários níveis de ensino:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Entre os 3 e os 5 anos: 250 (140 sector público, 110 do privado)</li> <li>- Entre os 6 e os 9 anos: 589 (513 público, 76 do privado)</li> <li>- Entre os 10 e os 14 anos: 544</li> </ul> </li> <li>Taxa Média de Cobertura: 77% (público 43%)</li> <li>Taxa Média de Escolarização: 138%</li> <li>Taxa Bruta de Escolarização Média Concelhia 2º/3º Ciclos: 100,2%</li> </ul>
	Estimativa até 2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grupos etários correspondentes aos vários níveis de ensino:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Entre os 3 e os 5 anos: 330</li> <li>- Entre os 6 e os 9 anos: 519</li> <li>- Entre os 10 e os 14 anos: 566</li> <li>- Entre os 15 e os 17 anos: 346</li> </ul> </li> </ul>
Perspectivas de Desenvolvimento Sócio-urbanístico		<ul style="list-style-type: none"> <li>Perspectivas de crescimento habitacional<sup>1</sup></li> <li>Estimativas populacionais para 2011: 10550 (+ 16,6%)</li> </ul>
Principais indicadores a considerar no planeamento da rede educativa		<ul style="list-style-type: none"> <li>Acentuado défice de oferta na rede pública do Pré-escolar.</li> <li>Situação de regime de funcionamento por desdobraimento em 2 dos 6 estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo.</li> <li>Previsão de crescimento demográfico a médio prazo devido a fortes movimentos migratórios.</li> </ul>

<sup>1</sup> Apesar da freguesia de Almancil ter registado entre 1991 e 2001 uma variação positiva no número de edifícios e alojamentos (veja-se Quadro 35) e especialmente no número de famílias (+48,93%) não foi possível obter dados fiáveis relativamente à estimativa de crescimento habitacional pelo que neste indicador, a população estimada para o TE fica necessariamente comprometida. Contudo, em 2005, a freguesia de Almancil representou 70% dos fogos construídos no concelho, o que, aliado ao desenvolvimento da execução do PP1, indicia um aumento significativo na população residente neste TE.

## Quadro 117

Descrição das Propostas para o Território Educativo da Escola Básica 2,3 Dr. António Sousa Agostinho

Nível de Prioridade	2	2	2
Propostas de Redimensionamento dos Equipamentos	Criação de 1 EB1/JI de Almancil <sup>1</sup>	Remodelação da EB1 de S. Lourenço	Ampliação da EB1 de S. João da Venda Esta ampliação servirá também o JI de S. João da Venda
Alterações projectadas/ Impacto previsto	Pré-escolar	3 Salas	--
	1º Ciclo	10 Salas	Substituição de 1 pavilhão pré-fabricado por 1 Sala em alvenaria
	2º/3º Ciclos	--	--
Localização	Zona Sul de Almancil	Área da actual escola	Área da actual escola
Situação actual	Projecto tipo	Sem projecto	--
Entidades responsáveis	Câmara Municipal DREAlg	Câmara Municipal DREAlg	Câmara Municipal DREAlg
Custos previstos	A estimar	A estimar	A estimar

## Legenda:

- 1a – Nível de prioridade urgente (para empreendimentos que já se encontram em curso)  
 1b – Nível de prioridade urgente (para empreendimentos ainda não iniciados)  
 2 – Nível de prioridade a curto prazo (≈ até 2009)  
 3 – Nível de prioridade a médio prazo (≈ até 2011)

## Quadro 118

<sup>1</sup> Com a entrada em funcionamento desta unidade educativa prevê-se a suspensão de funcionamento da EB1 de Vale de Éguas.

## Síntese de Indicadores sobre o Território Educativo da Escola Básica Integrada de Salir

Área de Influência		<ul style="list-style-type: none"> <li>Freguesias de Salir, Alte, Ameixial, Benafim e Tôr</li> <li>Lugares abrangidos: Cortelha, Alte, Benafim, Salir, Ameixial, Barranco do Velho, Tôr</li> </ul>
População		<ul style="list-style-type: none"> <li>População residente em 2001: 7831</li> <li>Estimativa por grupos etários correspondentes aos vários níveis de ensino:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Entre os 3 e os 5 anos: 116</li> <li>- Entre os 6 e os 9 anos: 146</li> <li>- Entre os 10 e os 14 anos: 239</li> </ul> </li> </ul>
Parque Escolar		<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecimentos de educação/ensino existentes: 11 (10 públicos, 1 IPSS), distribuídos por níveis como se segue:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pré-escolar – 4 (1 IPSS)</li> <li>- 1º Ciclo – 6</li> <li>- 2º e 3º Ciclos – 1</li> <li>- Profissional – 1</li> </ul> </li> <li>Taxa de Ocupação dos estabelecimentos de educação/ensino públicos (média):               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pré-escolar – 93,3%</li> <li>- 1º Ciclo – 50,3%</li> </ul> </li> </ul>
População Escolar	Efectiva em 2004/2005	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grupos etários correspondentes aos vários níveis de ensino:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Entre os 3 e os 5 anos: 88 (70 sector público, 18 IPSS)</li> <li>- Entre os 6 e os 9 anos: 110</li> <li>- Entre os 10 e os 14 anos: 225</li> </ul> </li> <li>Taxa Média de Cobertura: 93%</li> <li>Taxa Média de Escolarização: 153,6%</li> <li>Taxa Bruta de Escolarização Média Concelhia 2º/3º Ciclos: 100,2%</li> </ul>
	Estimativa até 2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grupos etários correspondentes aos vários níveis de ensino:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Entre os 3 e os 5 anos: 120</li> <li>- Entre os 6 e os 9 anos: 196</li> <li>- Entre os 10 e os 14 anos: 190</li> <li>- Entre os 15 e os 17 anos: 110</li> </ul> </li> </ul>
Perspectivas de Desenvolvimento Sócio-urbanístico		<ul style="list-style-type: none"> <li>Perspectivas de crescimento habitacional<sup>1</sup></li> <li>Estimativas populacionais para 2011: 7698 (-1,2%)</li> </ul>
Principais indicadores a considerar no planeamento da rede educativa		<ul style="list-style-type: none"> <li>Satisfação da oferta face à procura existente ao nível dos 1º, 2º e 3º Ciclos.</li> <li>Previsão de um pequeno decréscimo demográfico a médio prazo.</li> <li>Atendendo à oferta educativa actual e futura, aconselha-se a que as propostas de redimensionamento para este TE possam ser afinadas com maior rigor na fase de monitorização.</li> </ul>

Quadro 119

<sup>1</sup> Não foi possível obter dados fiáveis relativamente à estimativa de crescimento habitacional para cada uma das freguesias que compõem este TE, pelo que neste indicador, a população estimada poderá, pontualmente, afastar-se da realidade. Acrescente-se que a maioria destas freguesias sofreu variações negativas sobretudo a nível da variável 'Famílias', com excepção da Tôr.

## Descrição das Propostas para o Território Educativo da Escola Básica Integrada de Salir

Nível de Prioridade		1a	1a	1a	1b	1b
Propostas de Redimensionamento dos Equipamentos		Suspensão do funcionamento da EB1 da Mesquita	Criação de 2 Salas para Pré-escolar no interior das instalações da EBI de Salir	Substituição do actual edifício da Escola Profissional de Alte por um novo equipamento	Ampliação da EB1 de Benafim de modo a dotá-la de 1 Sala para equipamento Pré-escolar	Ampliação da EB1 da Tôr
Alterações projectadas/ Impacto previsto	Pré-escolar	--	2 Salas	--	1 Sala	2 Salas
	1º Ciclo	--	--	--	1 Sala Polivalente; 1 Sala Professores	1 Sala Polivalente; 1 Sala Professores; 1 Biblioteca
	2º/3º Ciclos	--	--	--	--	--
Localização		Mesquita (Freguesia da Tôr)	Área da actual EBI de Salir	Alte	Área da actual escola	Área da actual escola
Situação actual		--	Projecto em curso	Projecto em curso	Em fase de início de obra	Em fase de início de obra
Entidades responsáveis		--	Câmara Municipal DREAlg	Câmara Municipal Proalgarve (FEDER)	Câmara Municipal DREAlg	Câmara Municipal DREAlg
Custos previstos		--	€ 312.655,70	±€1.470.000,00	±€383.330,03	€ 572.610,20

## Legenda:

- 1a – Nível de prioridade urgente (para empreendimentos que já se encontram em curso)
- 1b – Nível de prioridade urgente (para empreendimentos ainda não iniciados)
- 2 – Nível de prioridade a curto prazo (≈ até 2009)
- 3 – Nível de prioridade a médio prazo (≈ até 2011)

## Quadro 120

Síntese de Indicadores sobre o Território Educativo da Escola Básica Integrada Prof. A. Cavaco Silva

Área de Influência		<ul style="list-style-type: none"> <li>Situado na área geográfica da freguesia de Boliqueime e uma pequena fatia da freguesia de S. Sebastião</li> <li>Lugares abrangidos: Vale Judeu, Benfarras, Patã, Boliqueime</li> </ul>
População		<ul style="list-style-type: none"> <li>População residente na freguesia de Boliqueime em 2001: 4473</li> <li>Estimativa por grupos etários correspondentes aos vários níveis de ensino:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Entre os 3 e os 5 anos: 110</li> <li>- Entre os 6 e os 9 anos: 272</li> <li>- Entre os 10 e os 14 anos: 217</li> </ul> </li> </ul>
Parque Escolar		<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecimentos de educação/ensino existentes: 6 (5 públicos, 1 IPSS), distribuídos por níveis como se segue:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pré-escolar – 5 (1 IPSS)</li> <li>- 1º Ciclo – 3</li> <li>- 2º e 3º Ciclos – 1</li> </ul> </li> <li>Taxa de Ocupação dos estabelecimentos de educação/ensino públicos (média):               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pré-escolar – 100%</li> <li>- 1º Ciclo – 92%</li> </ul> </li> </ul>
População Escolar	Efectiva em 2004/2005	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grupos etários correspondentes aos vários níveis de ensino:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Entre os 3 e os 5 anos: 113 (50 sector público, 63 IPSS)</li> <li>- Entre os 6 e os 9 anos: 290</li> <li>- Entre os 10 e os 14 anos: 360</li> </ul> </li> <li>Taxa Média de Cobertura: 80% (23% no sector público)<sup>1</sup></li> <li>Taxa Média de Escolarização: 144%</li> <li>Taxa Bruta de Escolarização Média Concelhia 2º/3º Ciclos: 100,2%</li> </ul>
	Estimativa até 2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grupos etários correspondentes aos vários níveis de ensino:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Entre os 3 e os 5 anos: 126</li> <li>- Entre os 6 e os 9 anos: 190</li> <li>- Entre os 10 e os 14 anos: 213</li> <li>- Entre os 15 e os 17 anos: 140</li> </ul> </li> </ul>
Perspectivas de Desenvolvimento Sócio-urbanístico		<ul style="list-style-type: none"> <li>Perspectivas de crescimento habitacional<sup>2</sup></li> <li>Estimativas populacionais para 2011: 4749 (+ 5,8%)</li> </ul>
Principais indicadores a considerar no planeamento da rede educativa		<ul style="list-style-type: none"> <li>Défice na cobertura da rede pública do Pré-escolar.</li> <li>Previsão de moderado crescimento demográfico a médio prazo.</li> <li>Previsibilidade de maior fixação de população decorrente da construção do Parque Industrial de Boliqueime.</li> </ul>

<sup>1</sup> Esta percentagem não contempla a abertura do JI de Vale Judeu no ano lectivo de 2006/07.

<sup>2</sup> Apesar da freguesia de Boliqueime ter registado, entre 1991 e 2001, uma variação positiva no número de edifícios e alojamentos e famílias (veja-se Quadro 35) não foi possível obter dados fiáveis relativamente à estimativa de crescimento habitacional pelo que neste indicador, a população estimada para o TE fica necessariamente comprometida.

## Quadro 121

Descrição das Propostas para o Território Educativo da Escola Básica Integrada Prof. A. Cavaco Silva

Nível de Prioridade	3	
Propostas de Redimensionamento dos Equipamentos	Ampliação da EBI Prof. A. Cavaco Silva de modo a dotá-la de 2 Salas para Pré-escolar e 2 Salas para o 1.º ciclo	
Alterações projectadas/ Impacto previsto	Pré-Escolar	2 Salas
	1º Ciclo	2 Salas
	2º/3º Ciclos	--
Localização	Área da actual escola	
Situação actual	Sem projecto	
Entidades responsáveis	Câmara Municipal DREAlg <sup>1</sup>	
Custos previstos	--	

## Legenda:

- 1a – Nível de prioridade urgente (para empreendimentos que já se encontram em curso)  
 1b – Nível de prioridade urgente (para empreendimentos ainda não iniciados)  
 2 – Nível de prioridade a curto prazo (≈ até 2009)  
 3 – Nível de prioridade a médio prazo (≈ até 2011)

<sup>1</sup> Não se encontra previsto no documento de Intervenções Consensualizadas entre as duas entidades (PER EB1 Loulé).

## 7. MONITORIZAÇÃO/AVALIAÇÃO

Na nota introdutória deste trabalho considerou-se, com clareza, que a Carta Educativa, enquanto instrumento de planeamento dinâmico, deveria ser visto como um processo em reconfiguração permanente tendo em conta que a actualidade avaliada, rapidamente poderá ser ultrapassada.

Por isso, a monitorização funciona como o procedimento que sustenta:

- o acompanhamento das medidas que a Carta Educativa preconiza para o concelho;
- o controlo da sua execução, permitindo a detecção de desvios que possam ter ocorrido face ao planeamento previsto e consequente introdução de medidas correctivas, definindo novas trajectórias;
- e a avaliação dos resultados esperados.

De forma mais abrangente e sintética, Asinwall *et al.* [1992] consideram que: “Um eficaz processo de monitorização deve fornecer a informação certa, às pessoas certas, no momento certo e da forma mais adequada para que se venham a alcançar os objectivos previamente definidos [:50]”.

Convém sublinhar que, presentemente, não existe uma ideia unívoca sobre o processo de monitorização a que qualquer projecto, programa ou política deve estar sujeito.

Numa breve revisão da literatura sobre esta temática constata-se que alguns autores tendem a centrar o papel que cabe à monitorização mais no acompanhamento e controlo, o que pode ser considerada uma visão mais centrada nas tarefas. Outros, de que se evidenciam Kusek & Rist [2004], propõem um novo modelo de monitorização orientado para os resultados que tem vindo a ganhar cada vez maior consistência.

Este baseia-se num processo contínuo de recolha e análise de informação de forma a poder comparar até que ponto um projecto, programa ou uma determinada política estão a ser implementados de acordo com os resultados que se espera alcançar.

*Monitorização*

*Monitorização  
virada para as  
tarefas*

*Monitorização  
virada para os  
resultados*

Assente nesta base conceptual é possível desenhar um modelo de monitorização da Carta Educativa que funcione como regulador da mesma, com vista à obtenção de determinados resultados em função da política educativa local.

Para tanto, o sistema de monitorização deverá ser construído com base em três componentes:

- Uma primeira que consistirá na recolha, tratamento e disponibilização da informação;
- Uma, subsequente, que visará a transformação dessa informação já tratada em mecanismos de acção imediata;
- e uma terceira que se fixará na avaliação dos resultados a obter.

Cada uma destas componentes mobilizará meios técnicos e recursos humanos e políticos a diferentes níveis de responsabilização; instrumentos metodológicos, cuja elaboração se reveste de primordial importância, tendo em conta as carências de informação e a identificação das questões-chave; uma calendarização operacional; e dispositivos de acompanhamento.

Estabelecidas que estão as componentes do processo de monitorização/avaliação acima descritas estabelece-se, de seguida, um roteiro para cada uma *per si*:

- **Recolha, tratamento e disponibilização da informação** a levar a efeito por equipa formada por elementos das seguintes unidades orgânicas da Câmara Municipal: Divisão da Educação, Divisão de Prospectiva e Planeamento e ainda Divisão de Informação Geográfica e Cadastro. Esta dimensão terá de passar, obrigatoriamente, pela criação de uma base de dados informativa que, interagindo por via electrónica com as diferentes unidades do sistema educativo local, possa conter os seguintes indicadores:
  - número de alunos por Jardim de Infância e respectivas taxas de cobertura;
  - número de alunos por ano/ciclo de ensino e respectivas taxas de escolarização;
  - rácio professor/alunos e número de alunos por turma;
  - taxas de sucesso/insucesso e abandono;

*Três componentes  
base de um  
sistema de  
monitorização*

*Recursos*

*1ª componente*

- taxas de ocupação das diferentes unidades educativas e regimes de funcionamento;
- funcionamento geral de cada estabelecimento de ensino;
- nível de participação e envolvimento da comunidade educativa;
- suporte à avaliação do desempenho das escolas, com vista a parecer municipal obrigatório para a celebração de contratos de autonomia das escolas (artigos 47 e 48 do Regime Jurídico anexo ao Decreto-Lei n.º 115-A/98).

Esta informação, para que não perca acuidade, terá necessariamente de ser recolhida em tempo oportuno, sugerindo-se como data limite o final do mês de Outubro do ano escolar seguinte.

*Calendário  
operacional*

Sem prejuízo de qualquer outra forma de obtenção de informação, deverá ser construído um inquérito por questionário que contemple os indicadores acima discriminados, e que funcione simultaneamente como facilitador do subsequente tratamento dos dados.

Para além desse, outros instrumentos metodológicos deverão ser utilizados, como sejam:

*Instrumentos  
metodológicos*

- fichas de sistematização física dos estabelecimentos escolares, funcionando como 'retrato' da sua situação real, exigindo uma actualização constante e que deverão contemplar informação sobre recursos físicos (equipamentos desportivos, laboratórios, biblioteca e outros); tecnológicos; segurança (planos de emergência e evacuação); estado de conservação dos edifícios; localização e acessibilidades;
- visitas de trabalho frequentes aos estabelecimentos de ensino;
- contactos informais com os responsáveis das escolas/agrupamentos escolares, funcionando como dispositivo de escuta das subjectividades e dos problemas que os gestores tenham enfrentado;
- entrevistas *focus grupo*.

Também a Autarquia, enquanto responsável directa por vários serviços na área educativa, deverá manter, em actualização permanente, tudo quanto respeite à área sócio-educativa, nomeadamente:

- transportes escolares;
  - apoio social escolar;
  - refeições escolares;
  - prolongamento de horário;
  - actividades de enriquecimento curricular;
  - oferta de actividades desportivas;
  - recursos humanos;
  - agenda do professor;
  - manutenção do parque escolar em estreita colaboração com as Juntas de Freguesia;
  - bibliotecas escolares;
  - apoio ao Conselho Municipal de Educação;
  - participação nas Assembleias de Escola;
  - redefinição dos Territórios Educativos.
- De seguida, há que proceder à **transformação da informação obtida em mecanismos de acção**, dando particular relevo à fiabilidade e validade dos dados recolhidos. Neste sentido, para além dos diversos instrumentos de recolha de informação, com natural destaque para o inquérito dirigido às escolas, deverá ser realizada uma análise de impacto que as acções previstas na Carta Educativa e, entretanto, já executadas terão tido/tiveram no sistema educativo local e que possam requerer alguma correcção na sua trajectória. Importará ainda, nesta fase, acompanhar a evolução do sistema educativo nas suas alterações curriculares e vias profissionalizantes, tendo em atenção a perspectiva para a empregabilidade que o tecido económico e social do concelho possa potenciar, bem como para novas estruturas que venham a ser implementadas.
  - A terceira e última componente do processo de monitorização está centrada na **avaliação dos resultados**. Esta deverá passar não apenas pela identificação das melhorias alcançadas face aos objectivos propostos e às tarefas realizadas, mas também pela identificação de ganhos de eficiência e eficácia decorrentes da adopção do processo de monitorização. Para além disso, há que

*2ª componente*

*Dispositivos de alerta*

*3ª componente*

comparar a qualidade/operacionalidade da trajectória preconizada na Carta com os resultados desejados, sugerindo-se para tal a realização de uma sistemática auto-avaliação. A responsabilidade desta última dimensão deverá caber a diferentes níveis de decisão e a diferentes intervenientes no processo, como sejam: técnicos municipais de educação; executivo municipal; conselho municipal de educação; comunidades educativas pertencentes a cada um dos territórios; e o próprio ministério da educação.

*Níveis de  
responsabilização*

Claramente, pela proposta de sistema de monitorização/avaliação apresentado, se evidencia que o mesmo é assumido, em certo sentido, como um processo de acompanhamento e reflexão sobre a implementação da Carta Educativa, centrado no estabelecimento e prossecução de tarefas. Tal resulta do facto do município ter competências limitadas em certas áreas (i.e. definição e desenvolvimento curricular, gestão de recursos; sistema de avaliação das aprendizagens, etc.), não podendo, por isso, orientar a sua acção exclusivamente para os resultados, embora não se exclua, em certos domínios, de o promover naquilo que directamente lhe é imputado.

Aliás, a autarquia deverá assegurar a colaboração das suas diferentes unidades orgânicas (departamentos, divisões, serviços) com os serviços de educação, numa lógica de articulação transversal, para responder às necessidades de informação indispensável à monitorização da Carta Educativa, já que a construção de tal sistema de monitorização pressupõe que cada resultado a obter tenha um indicador, um ponto de partida, um alvo, uma estratégia de recolha e análise de dados, um plano de divulgação e identificação dos responsáveis envolvidos.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ASPINWALL, Kath et alli (1992).** *Managing Evaluation in Education – A developmental approach.* Londres: Routledge.
- BARROSO, João (1993).** “Escolas, Projectos, Redes e Territórios: educação de todos, para todos e com todos”. In *Cadernos PEPT 2000, Educação para Todos*, 16. Lisboa: Ministério do Educação.
- CORREIA, Esmeralda (2004).** “Prospectiva, População e Território. A Construção de um sistema de informação integrado para a elaboração de cenários evolutivos do desenvolvimento, para apoio ao planeamento e à gestão do território em Portugal continental”.  
Disponível via: [http://www.apdemografia.pt/pdf\\_congresso/6\\_Esmeralda\\_Correia.pdf](http://www.apdemografia.pt/pdf_congresso/6_Esmeralda_Correia.pdf)
- COSTA, Eduarda et alli (2003).** “Estratégias de Povoamento e Políticas de Expansão dos Aglomerados Urbanos”. In *Painel: PDM's e o Ordenamento do Território.*  
Disponível via: <http://www.anmp.pt/anmp/div2003/confPDM/doc./docV3.pdf>
- COSTA, Pedro (1993).** “Cidades e Urbanização em Portugal: Uma Sociologia, Geografia ou Economia Urbanas?”. In *SOCIUS Working Papers*, 4. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão.  
Disponível via: <http://pascal.iseq.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp934.pdf>
- EVANGELISTA, J. Gomes (2005).** “A Participação do Poder Local na Administração da Educação: A Relação Escola-Autarquia”. In *Revista Administração Educacional*, nº 5. Lisboa: Fórum Português de Administração Educacional.
- FERNANDES, António (1999).** “Descentralização Educativa e Intervenção Municipal”. In *Revista Noesis*, nº 50. Lisboa: Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
- INE (2005).** “Anuário Estatístico da Região Algarve 2004”. Lisboa.
- INE (2006).** “O País em Números – Informação Estatística 1991-2004”. Lisboa.
- JUSTINO, David et alli (2006).** *A Reforma do Ensino Secundário.* Porto: Porto Editora.
- KUSEK, J. & RIST, R. (2004).** *Ten Steps to a Results-Based Monitoring and Evaluation System.* Washington D.C.: The World Bank.  
Disponível em: <http://www.revenue.go.ke/knowledgemanagement/pdf>
- MAFRA, F. & AMADO-DA-SILVA, J. (2004).** “Planeamento e Gestão do Território”. In *Colecção Inovação e Governação nas Autarquias.* Porto: Sociedade Portuguesa de Inovação.
- MARTINS, Édio (2005).** “Carta Educativa: Ambiguidades e Conflitualidades”. In *Revista Lusófona de Educação*, 6, 139-151.
- OLIVEIRA, J. & MATEUS, D. (2004).** “A metodologia das cartas educativas numa perspectiva intermunicipal”. In *Seminário Internacional “A Educação, o Desporto e o Desenvolvimento Regional* promovido pela Associação dos Municípios do Distrito de Évora, e realizado em Vendas Novas em 11 e 12 de Novembro de 2004.
- PINHAL, J. (2003).** “Gestão da Educação: A Escola, O Município e o Estado”. In *Colóquio da AFIRSE.* Documento policopiado.
- PINHAL, J. (2003).** “Lógicas de Descentralização”. Lisboa: Diário de Notícias.

- PINHAL, J. (2004).** “O Território Educativo e as Comunidades Locais”. In Conferência proferida no Seminário Internacional “A Educação, o Desporto e o Desenvolvimento Regional”. Vendas Novas: AMDM.
- PINHAL, J. (2003).** “Descentralização da administração educacional: os municípios e a autonomia das escolas”. Intervenção em painel no II Congresso do Fórum Português de Administração Educacional. Lisboa: Documento policopiado.
- ROSA, M. J. Valente et alli (2003).** *Contributos dos “Imigrantes” na Demografia Portuguesa – O Papel das Populações de Nacionalidade Estrangeira*. Lisboa: ACIME.
- TEMUDO, E. & PEREIRA, F. (s.d.).** “Análise de uma política educativa – Decreto-Lei nº 7/2003, Conselhos municipais de educação e Carta Educativa”.

## **DOCUMENTOS CONSULTADOS**

**Câmara Municipal de Loulé, Projecto Escola Ambiente, Relatório de Actividades (2004/2005).**

**CrITÉrios de Reordenamento da Rede Educativa, Ministério da Educação (2000).**

**EstratÉgia de Sustentabilidade do Concelho de Loulé (2005).**

**Planeamento da Rede Educativa – PrincÍpios Orientadores, GIASE (2006).**

**Plano Director Municipal do Concelho de Loulé (PDM) (1995).**

**Plano Regional de Ordenamento do TerritÓrio do Algarve (PROTAL) (2004).** Fases I e II – Caracterização e Diagnóstico. Faro: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.

**Plano Regional de Ordenamento do TerritÓrio do Algarve (PROTAL) (2004).** Proposta de Plano, Volumes I, II e III. Lisboa: MinistÉrio do Ambiente, do Ordenamento do TerritÓrio e do Desenvolvimento Regional.

**Planos Municipais de Ordenamento do TerritÓrio.**

**Rede Social do MunicÍpio de Loulé (2005).** Rede de Recursos. Loulé: CLAS.

**Rede Social do MunicÍpio de Loulé (2005).** Diagnóstico Social do Concelho de Loulé. Loulé: CLAS.

**RelatÓrio Geral da Cimeira de Lisboa (2000).**

## LEGISLAÇÃO CONSULTADA

- Decreto-Lei n.º 299/84 de 5 de Setembro, que regula a transferência para os Municípios do continente as novas competências em matéria de organização, financiamento e controlo de funcionamento dos transportes escolares (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro).
- Decreto-Lei nº 399/A/84, de 28 de Dezembro, que atribui competências às autarquias no domínio da gestão dos refeitórios e na comparticipação nas despesas de educação das crianças do ensino Pré-escolar e básico.
- Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), que estabelece o Quadro Geral do Sistema Educativo.
- Decreto-Lei n.º 108/88 de 31 de Março, que regulamenta o ensino particular e cooperativo, integrando-o na Rede Escolar para efeitos de ordenamento desta.
- Despacho nº 33/ME/91 de 26 de Março, que define a tipologia dos estabelecimentos de ensino.
- Decreto-Lei nº 319/91 de 23 de Agosto que regula a integração dos alunos portadores de deficiência nos estabelecimentos públicos de ensino nos níveis básico e secundário.
- Decreto-Lei nº 301/93, de 31 de Agosto, que estabelece o regime de matrícula e frequência no ensino básico para as crianças em idade escolar.
- Lei n.º 5/97 de 10 de Fevereiro, que estabelece o quadro legal da Educação Pré-escolar.
- Despacho Conjunto n.º 15/SEAF/SEEI/97 de 18 de Abril, que define regras para a extinção dos postos de ensino básico mediatizado.
- Despacho Normativo n.º 27/97 de 2 de Junho, que pretende estimular a participação e a iniciativa das escolas nos domínios do reordenamento da rede educativa.
- Decreto-Lei n.º 147/97 de 11 de Junho, que consagra o regime jurídico do desenvolvimento da educação Pré-escolar, estabelecendo a criação de uma rede nacional de educação Pré-escolar que integra uma rede pública e uma rede privada, visando efectivar a universalidade da educação Pré-escolar.

- Despacho Conjunto n.º 105/97 de 1 de Julho, que estabelece o regime aplicável à prestação de serviços de apoio educativo com base na articulação dos recursos e das actividades de apoio especializado existente nas escolas, no quadro do desenvolvimento dos projectos educativos.
- Despacho Conjunto n.º 128/97 de 9 de Julho, que determina que as escolas em articulação com o Ministério da Educação e as Autarquias assegurem, no âmbito do apoio sócio-educativo às famílias as condições para que as crianças e os jovens realizem percursos escolares bem sucedidos.
- Despacho Conjunto n.º 258/97 de 21 de Agosto, que define os critérios aplicáveis à caracterização do equipamento necessário ao funcionamento dos estabelecimentos de educação Pré-escolar.
- Despacho Conjunto n.º 268/97 de 25 de Agosto, que define os critérios gerais de programação dos estabelecimentos de educação Pré-escolar.
- Decreto-Lei n.º 291/97 de 4 de Setembro, que define o regime de atribuição de financiamento para instalação de estabelecimentos de educação Pré-escolar.
- Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro, que procede à alteração a Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro.
- Decreto-Lei n.º 314/97, de 15 de Novembro, que estabelece a denominação dos estabelecimentos de educação ou de ensino públicos não superiores.
- Decreto-Lei n.º 4/98 de 8 de Janeiro, que estabelece o novo regime de criação, organização e funcionamento das escolas profissionais no âmbito do ensino não superior.
- Decreto-Lei n.º 89-A/98 de 7 de Abril, que cria uma linha de crédito bonificado para financiamento de construção e aquisição de instalações e equipamento de estabelecimentos de educação Pré-escolar.
- Decreto-Lei n.º 115/98 de 4 de Maio, que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação Pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.
- Lei n.º 24/99 de 22 de Abril, que determina a primeira alteração, por apreciação parlamentar, do Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio.

- Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro, que estabelece o quadro de transferência das atribuições e competências das autarquias locais, atribuindo-lhes responsabilidades no domínio da construção e manutenção dos estabelecimentos de educação e ensino.
- Decreto Regulamentar nº 12/2000 de 29 de Agosto, que fixa os requisitos necessários para a constituição de agrupamentos de estabelecimentos de educação Pré-escolar e do ensino básico, bem como os procedimentos relativos à sua criação e funcionamento.
- Decreto-Lei nº 6/2001 de 18 de Janeiro, que aprova a reorganização curricular do ensino básico.
- Decreto-Lei nº 7/2003 de 15 de Janeiro, que regulamenta os Conselhos Municipais de Educação e aprova o processo de elaboração da Carta Educativa, transferindo competências para as autarquias locais.
- Despacho nº 13313/2003, de 3 de Julho, que estabelece a concretização do processo de agrupamento de escolas numa lógica de verticalização.
- Decreto-Lei nº 74/2004 de 26 de Março, que estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular, bem como da avaliação das aprendizagens, no ensino secundário.
- Despacho nº 8493/2004 de 27 de Abril, que regula a inscrição de crianças nos jardins-de-infância pertencentes à rede pública.
- Despacho n.º 13 765/2004 de 13 de Julho, que define um conjunto de orientações relativas a matrículas, distribuição dos alunos por escolas e agrupamentos, regime de funcionamento das escolas e constituição de turmas.
- Despacho conjunto nº 453/2004 de 27 de Julho, que cria os cursos de educação e formação (CEF) cujos referencial curricular e procedimentos de organização, desenvolvimento, avaliação e acompanhamento.
- Despacho nº 22251/05 de 25 de Outubro, que estabelece o regulamento ao acesso ao financiamento do programa de generalização de refeições escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico.

- Despacho nº 22591/06 de 16 de Junho, que o regula e define as actividades de enriquecimento curricular.

**ÍNDICE DE QUADROS**

	Págs	
Quadro 1	Distâncias entre a Sede de Concelho e as Freguesias.....	34
Quadro 2	Distâncias entre a Sede de Concelho e as principais Localidades do Algarve (a Barlavento e Sotavento).....	34
Quadro 3	Número de Licenças de Utilização emitidas no Concelho de Loulé (1995/2004).....	43
Quadro 4	População residente, no Concelho de Loulé, segundo o Local de Trabalho ou Estudo e o Tempo Médio de Deslocação.....	56
Quadro 5	População residente, na Freguesia de Almancil, segundo o Local de Trabalho ou Estudo e o Tempo Médio de Deslocação.....	57
Quadro 6	População residente, na Freguesia de Alte, segundo o Local de Trabalho ou Estudo e o Tempo Médio de Deslocação.....	57
Quadro 7	População residente, na Freguesia de Ameixial, segundo o Local de Trabalho ou Estudo e o Tempo Médio de Deslocação.....	58
Quadro 8	População Residente, na Freguesia de Benafim, segundo o Local de Trabalho ou Estudo e o Tempo Médio de Deslocação.....	59
Quadro 9	População Residente, na Freguesia de Boliqueime, segundo o Local de Trabalho ou Estudo e o Tempo Médio de Deslocação.....	59
Quadro 10	População Residente, na Freguesia de Quarteira, segundo o Local de Trabalho ou Estudo e o Tempo Médio de Deslocação.....	60
Quadro 11	População Residente, na Freguesia de Querença, segundo o Local de Trabalho ou Estudo e o Tempo Médio de Deslocação.....	61
Quadro 12	População Residente, na Freguesia de Salir, segundo o Local de Trabalho ou Estudo e o Tempo Médio de Deslocação.....	61
Quadro 13	População Residente, na Freguesia de S. Clemente, segundo o Local de Trabalho ou Estudo e o Tempo Médio de Deslocação.....	62
Quadro 14	População Residente, na Freguesia de S. Sebastião, segundo o Local de Trabalho ou Estudo e o Tempo Médio de Deslocação.....	63
Quadro 15	População Residente, na Freguesia de Tôr, segundo o Local de Trabalho ou Estudo e o Tempo Médio de Deslocação.....	63
Quadro 16	Ramos de Actividade Económica e Taxas de Actividade segundo a Freguesia.....	68
Quadro 17	Estabelecimentos Comerciais no Concelho.....	69
Quadro 18	Distribuição das Empresas por Ramos de Actividade (2002).....	71
Quadro 19	Número de Estabelecimentos Hoteleiros.....	74
Quadro 20	Número de Camas destinadas ao Turismo .....	74
Quadro 21	Evolução da Taxa de Ocupação de Camas.....	75
Quadro 22	Taxas de Actividade e de Desemprego no Algarve e no Concelho de Loulé (1991 e 2001).....	75
Quadro 23	População Activa segundo a Situação perante o Emprego no Concelho de Loulé, por Freguesia (2001).....	77
Quadro 24	Distribuição do Número de Desempregados por Grupos Etários.....	78
Quadro 25	Nível de Instrução da População Residente, por Freguesia (2001).....	79
Quadro 26	Distribuição da População sem Actividade Económica.....	80
Quadro 27	Distribuição dos Beneficiários do Rendimento Social de Integração, por Freguesias e Percentagem face à População Residente (Setembro 2003)....	81
Quadro 28	Evolução da População na Região Algarve, por Concelho, entre 1991 e 2001.....	90
Quadro 29	Evolução das Densidades Populacionais por km <sup>2</sup> .....	90
Quadro 30	Crescimento Natural no Contexto Regional.....	92
Quadro 31	Saldo Migratório.....	93
Quadro 32	Índices de Juventude e de Envelhecimento na Região Algarve, por Concelho, entre 1991 e 2001.....	93
Quadro 33	Índices de Dependência na Região Algarve, por Concelho, entre 1991 e 2001.....	95

	Págs
Quadro 34	Varição da População Residente (1981-1991-2001)..... 99
Quadro 35	Famílias, Alojamentos e Edifícios em 1991 – 2001..... 101
Quadro 36	Varição da População Residente no Concelho de Loulé por Grandes Grupos Etários (1991-2001)..... 105
Quadro 37	Varição Relativa da População Residente no Concelho e em cada Freguesia por Grandes Grupos Etários, entre 1991 e 2001..... 106
Quadro 38	Varição da População residente no Concelho por Pequenos Grupos Etários em 1991 e 2001..... 107
Quadro 39	Índices de Dependência e Envelhecimento do Concelho de Loulé, por Freguesia..... 110
Quadro 40	Indicadores Demográficos..... 111
Quadro 41	Saldo Migratório no Concelho de Loulé, por Freguesia, entre 1991 e 2001.... 113
Quadro 42	Saldo Natural no Concelho de Loulé, por Freguesia, entre 1991 e 2001..... 114
Quadro 43	Movimento Demográfico no Concelho de Loulé, por Freguesias entre 1991 e 2001..... 115
Quadro 44	Projecção da População por Grupo Etário para o Concelho de Loulé..... 121
Quadro 45	Projecções Demográficas para o Concelho de Loulé, por Freguesia – 2011.. 127
Quadro 46	Frequência de Crianças, em Jardins-de-infância da Freguesia de Almancil... 131
Quadro 47	Frequência de Crianças, em Jardins-de-infância da Freguesia de Alte..... 131
Quadro 48	Frequência de Crianças, em Jardins-de-infância da Freguesia de Benafim.... 132
Quadro 49	Frequência de Crianças, em Jardins-de-infância da Freguesia de Boliqueime.. 132
Quadro 50	Frequência de Crianças, em Jardins-de-infância da Freguesia de Quarteira.. 133
Quadro 51	Frequência de Crianças, em Jardins-de-infância da Freguesia de Salir..... 133
Quadro 52	Frequência de Crianças, em Jardins-de-infância da Freguesia de S. Clemente..... 134
Quadro 53	Frequência de Crianças, em Jardins-de-infância da Freguesia de S. Sebastião..... 134
Quadro 54	Frequência de Crianças, em Jardins-de-infância da Freguesia de Tôr..... 135
Quadro 55	Estimativa da População Residente em Idade Pré-escolar e Taxas de Cobertura, por Tutela, em 2004-2005..... 136
Quadro 56	Frequência de Alunos em Estabelecimentos de Ensino da Freguesia de Almancil (1º Ciclo)..... 140
Quadro 57	Frequência de Alunos em Estabelecimentos de Ensino da Freguesia de Alte (1º Ciclo)..... 141
Quadro 58	Frequência de Alunos em Estabelecimentos de Ensino da Freguesia de Ameixial (1º Ciclo)..... 142
Quadro 59	Frequência de Alunos em Estabelecimentos de Ensino da Freguesia de Benafim (1º Ciclo)..... 142
Quadro 60	Frequência de Alunos em Estabelecimentos de Ensino da Freguesia de Boliqueime (1º Ciclo)..... 143
Quadro 61	Frequência de Alunos em Estabelecimentos de Ensino da Freguesia de Quarteira (1º Ciclo)..... 144
Quadro 62	Frequência de Alunos em Estabelecimentos de Ensino da Freguesia de Querença (1º Ciclo) ..... 145
Quadro 63	Frequência de Alunos em Estabelecimentos de Ensino da Freguesia de Salir (1º Ciclo)..... 145
Quadro 64	Frequência de Alunos em Estabelecimentos de Ensino da Freguesia de S. Clemente (1º Ciclo) ..... 146
Quadro 65	Frequência de Alunos em Estabelecimentos de Ensino da Freguesia de S. Sebastião (1º Ciclo)..... 147
Quadro 66	Frequência de Alunos em Estabelecimentos de Ensino da Freguesia de Tôr (1º Ciclo)..... 148
Quadro 67	Taxa de Escolarização face à Estimativa Populacional do Grupo Etário correspondente ao 1º Ciclo em 2004-2005..... 150
Quadro 68	Frequência de Alunos em Estabelecimentos de Ensino da Freguesia de Almancil (2º e 3º Ciclos)..... 153

	Págs	
Quadro 69	Frequência de Alunos em Estabelecimentos de Ensino da Freguesia de Boliquiteime (2º e 3º Ciclos).....	154
Quadro 70	Frequência de Alunos em Estabelecimentos de Ensino (Públicos e Privados) da Freguesia de Quarteira (2º e 3º Ciclos).....	155
Quadro 71	Frequência de Alunos em Estabelecimentos de Ensino da Freguesia de Salir (2º e 3º Ciclos).....	156
Quadro 72	Frequência de Alunos em Estabelecimentos de Ensino da Freguesia de S. Clemente (2º e 3º Ciclos).....	156
Quadro 73	Frequência de Alunos em Estabelecimentos de Ensino da Freguesia de S. Sebastião (2º e 3º Ciclos).....	157
Quadro 74	Distribuição de Alunos no Ensino Secundário Geral, por Agrupamento Curricular/Escola (2000/01 a 2004/05).....	162
Quadro 75	Distribuição de Alunos no Ensino Secundário Tecnológico, por Agrupamento Curricular/Escola (2000/01 a 2004/05).....	163
Quadro 76	Número de Alunos no Novo Ensino Secundário (10º Ano), por Curso/Escola (2004/05).....	163
Quadro 77	Crianças e Jovens com Necessidades Educativas Especiais, no Ano Lectivo de 2004/05.....	165
Quadro 78	Cursos Profissionais ministrados na Escola Profissional Cândido Guerreiro, em Alte (2001/02 a 2004/05).....	167
Quadro 79	Número de Alunos inscritos em Cursos de Educação Extra-Escolar, Número de Turmas e Locais (2004/05).....	173
Quadro 80	Evolução do Número de Alunos inscritos nos Cursos de Licenciatura (2000/01 a 2004/05).....	174
Quadro 81	Evolução do Número de Alunos Inscritos nos Cursos de Pós-Graduação (2000/01 a 2004/05).....	174
Quadro 82	Estabelecimentos Educativos por Freguesia, Sector e Nível de Ensino em 2004/05.....	177
Quadro 83	Composição dos Agrupamentos de Escolas do Concelho (2006/07).....	179
Quadro 84	Síntese de Acções de Formação Profissional no Concelho.....	181
Quadro 85	Cursos dos 1º e 2º Ciclos do Ensino Recorrente e de Alfabetização	182
Quadro 86	Caracterização das Instalações dos Estabelecimentos de Educação Pré-escolar.....	185
Quadro 87	Caracterização das Instalações dos Estabelecimentos do 1º Ciclo do Ensino Básico.....	188
Quadro 88	Caracterização das Instalações das E.B.I., E.B. 2/3 e Secundárias.....	188
Quadro 89	Taxas de Ocupação e Capacidade nos Jardins-de-infância da Rede Pública (2000/01 a 2004/05).....	189
Quadro 90	Taxas de Ocupação e Capacidade das Escolas do 1º Ciclo da Rede Pública (2000/01 a 2004/05).....	191
Quadro 91	Número de Alunos Beneficiários de Auxílios Económicos, por Freguesia, no 1º Ciclo do Ensino Básico, 2004/05.....	195
Quadro 92	Transportes Escolares.....	202
Quadro 93	Número de Alunos deslocados para os Estabelecimentos de Ensino, por Freguesia (2004/05).....	209
Quadro 94	Projecção da População Escolar no Concelho até 2015.....	213
Quadro 95	Projecção da População Escolar na Freguesia de Almancil até 2011.....	214
Quadro 96	Projecção da População Escolar na Freguesia de Alte até 2011.....	214
Quadro 97	Projecção da População Escolar na Freguesia de Ameixial até 2011.....	215
Quadro 98	Projecção da População Escolar na Freguesia de Benafim até 2011.....	215
Quadro 99	Projecção da População Escolar na Freguesia de Boliquiteime até 2011.....	216

	Págs
Quadro 100	Projecção da População Escolar na Freguesia de Quarteira até 2011..... 216
Quadro 101	Projecção da População Escolar na Freguesia de Querença até 2011..... 217
Quadro 102	Projecção da População Escolar na Freguesia de Salir até 2011..... 217
Quadro 103	Projecção da População Escolar na Freguesia de S. Clemente até 2011..... 218
Quadro 104	Projecção da População Escolar na Freguesia de S. Sebastião até 2011..... 218
Quadro 105	Projecção da População Escolar na Freguesia de Tôr até 2011..... 219
Quadro 106	Análise <i>SWOT</i> ..... 220
Quadro 107	Tipologia de Estabelecimentos de Ensino Público a considerar nos TE's..... 237
Quadro 108	Síntese de Indicadores sobre o Território Educativo da Escola Básica 2,3 Padre João Cabanita..... 243
Quadro 109	Descrição das Propostas para o Território Educativo da Escola Básica 2,3 Padre João Cabanita..... 244
Quadro 110	Síntese de Indicadores sobre o Território Educativo da Escola Básica 2,3 Eng.º Duarte Pacheco..... 245
Quadro 111	Descrição das Propostas para o Território Educativo da Escola Básica 2,3 Eng.º Duarte Pacheco..... 246
Quadro 112	Síntese de Indicadores sobre o Território Educativo da Escola Básica 2,3 D. Dinis..... 247
Quadro 113	Descrição das Propostas para o Território Educativo da Escola Básica 2,3 D. Dinis..... 248
Quadro 114	Síntese de Indicadores sobre o Território Educativo da Escola Básica 2,3 S. Pedro do Mar..... 249
Quadro 115	Descrição das Propostas para o Território Educativo da Escola Básica 2,3 S. Pedro do Mar..... 250
Quadro 116	Síntese de Indicadores sobre o Território Educativo da Escola Básica 2,3 Dr. António Sousa Agostinho..... 251
Quadro 117	Descrição das Propostas para o Território Educativo da Escola Básica 2,3 Dr. António Sousa Agostinho..... 252
Quadro 118	Síntese de Indicadores sobre o Território Educativo da Escola Básica Integrada de Salir..... 253
Quadro 119	Descrição das Propostas para o Território Educativo da Escola Básica Integrada de Salir..... 254
Quadro 120	Síntese de Indicadores sobre o Território Educativo da Escola Básica Integrada Prof. A. Cavaco Silva..... 255
Quadro 121	Descrição das Propostas para o Território Educativo da Escola Básica Integrada Prof. A. Cavaco Silva..... 256

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

	Págs.	
Gráfico 1	Número de Passageiros Transportados por Tipos de Serviço de Transporte Rodoviário Colectivo (2005).....	40
Gráfico 2	Solo Urbano do Concelho de Loulé.....	42
Gráfico 3	Número de Alvarás Emitidos (1995/2005).....	44
Gráfico 4	Distribuição da População por Sectores de Actividade, em Portugal (2001)...	67
Gráfico 5	Distribuição da População por Sectores de Actividade, no Algarve (2001).....	67
Gráfico 6	População activa por sector de actividade no Concelho de Loulé (1991-2001).....	67
Gráfico 7	População Residente no Concelho de Loulé (1991/2004).....	97
Gráfico 8	População Residente nas Concelho de Loulé, por Freguesia (1991 e 2001).....	97
Gráfico 9	Pequenos Grupos Etários em 1991 e 2001.....	108
Gráfico 10	Evolução da População Escolar no 1º Ciclo do Ensino Básico no Concelho (de 2000/01 a 2004/05).....	138
Gráfico 11	Evolução da População Escolar no 1º Ciclo do Ensino Básico, por Freguesia, entre 2000-2001 e 2004-2005.....	139
Gráfico 12	Evolução da População Escolar no 2º Ciclo do Ensino Básico no Concelho (de 2000/01 a 2004/05).....	151
Gráfico 13	Evolução da População Escolar no 3º Ciclo do Ensino Básico no Concelho (de 2000/01 a 2004/05).....	151
Gráfico 14	Evolução da Procura no Ensino Secundário nas Escolas Públicas do Concelho (de 2000/01 a 2004/05).....	159
Gráfico 15	Evolução do Número de Alunos na Escola Profissional Cândido Guerreiro, em Alte (de 2001/02 a 2004/05).....	168
Gráfico 16	Evolução do Número de Alunos a frequentarem o Ensino Recorrente nos 1º, 2º, 3º Ciclos e Secundário (2000/01 a 2004/05).....	170
Gráfico 17	Evolução dos Encargos da Autarquia com Manuais e outro Material Escolar, de 2000/01 a 2004/05.....	194
Gráfico 18	Evolução dos Encargos da Autarquia com o Serviço de Refeições, de 2000/01 a 2004/05.....	196
Gráfico 19	Evolução do Número de Alunos com Subsídio para Transporte Escolar, entre 2000/01 e 2004/05.....	199
Gráfico 20	Evolução do Número de Alunos e Encargos da Autarquia com Transportes privativos entre 2000/01 e 2004/05).....	200
Gráfico 21	Evolução do Número de Alunos e Encargos da Autarquia com Circuitos Especiais entre 2000/01 e 2004/05).....	200
Gráfico 22	Evolução do Número de Alunos e Encargos da Autarquia com Transportes Colectivos de Passageiros entre 2000/01 e 2004/05).....	201
Gráfico 23	Estimativa da Evolução da População correspondente a cada Ciclo de Escolaridade, entre 2005 e 2015.....	213

**ÍNDICE DE FIGURAS**

	Págs.
Figura 1	Enquadramento Territorial do Concelho de Loulé a Nível Nacional e Regional ..... 19
Figura 2	Regiões Naturais do Concelho de Loulé..... 20
Figura 3	Freguesias do Concelho de Loulé..... 22
Figura 4	Acessibilidades ao Concelho de Loulé..... 36
Figura 5	Rede Viária do Concelho de Loulé..... 38
Figura 6	Deslocações Casa-Trabalho 1991..... 54
Figura 7	Deslocações Casa-Trabalho 2001..... 55
Figura 8	Densidade Demográfica, na Região Algarve, por Freguesia (2001)..... 91
Figura 9	Varição da População Residente no Concelho de Loulé, por Freguesia..... 99
Figura 10	Densidade Demográfica nas Freguesias do Concelho – 1991-2001..... 102
Figura 11	Pirâmide Etária da População Residente no Concelho de Loulé (2001)..... 104
Figura 12	Localização dos Estabelecimentos Públicos de Educação e Ensino do Concelho..... 192
Figura 13	Distâncias e Tempos de Percursos em Transportes Colectivos de Passageiros (2004/05)..... 204
Figura 14	Distâncias e Tempos de Percursos em Circuitos Especiais (2004/05)..... 206
Figura 15	Distâncias e Tempos de Percursos em Transportes Privativos da CML (2004/05)..... 208
Figura 16	Proposta de Territórios Educativos do Concelho de Loulé (2006)..... 240